

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... II



2007 | 2008

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... II

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ANO DE 2007 | 2008

Índice

11 **Prefácio**

23 **I. Portugal Inteiro**

- 27 **Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril**
Assembleia da República, 25 de Abril de 2007
- 33 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal**
Setúbal, 9 de Junho de 2007
- 37 **Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal**
Câmara Municipal de Setúbal, 9 de Junho de 2007
- 39 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Setúbal, 10 de Junho de 2007
- 43 **Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**
Setúbal, 10 de Junho de 2007
- 49 **Cerimónia Evocativa dos 97 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de Outubro de 2007
- 55 **Sessão Solene da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**
Horta, 8 de Outubro de 2007
- 61 **Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de Ponta Delgada**
Ponta Delgada, 9 de Outubro de 2007
- 63 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2008
- 69 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Supremo Tribunal de Justiça, 29 de Janeiro de 2008
- 75 **Cerimónia de Inauguração da Estátua do Rei D.Carlos**
Cascais, 1 de Fevereiro de 2008

79 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 83 Mensagem dirigida ao **IBM Business Leadership Forum 2007**
Lisboa/São Petersburgo, 10 de Maio de 2007
- 85 Cerimónia de Encerramento da Cimeira do Conselho Mundial de Viagens e Turismo
Lisboa, 12 de Maio de 2007
- 89 IV Encontro Nacional de Inovação COTEC
Lisboa, 16 de Maio de 2007
- 95 III Encontro COTEC Europa
Palácio da Ajuda, 17 de Julho de 2007
- 99 Congresso do Instituto Internacional de Estatística
Lisboa, 22 de Agosto de 2007
- 103 Jantar Oferecido por Ocasião do II Encontro
do Conselho para a Globalização
Palácio da Ajuda, 27 de Setembro de 2007
- 105 Sessão de Encerramento do **Lisbon Energy Forum**
Centro Cultural de Belém, 2 de Outubro de 2007
- 109 II Congresso dos Economistas
Lisboa, 11 de Outubro de 2007
- 117 Cerimónia de Entrega do Prémio Internacional **Puente de Alcántara**
à Central Hidroeléctrica do Alqueva
Alqueva, 15 de Outubro de 2007
- 119 Sessão de Encerramento da Conferência Europeia das Empresas Familiares
Lisboa, 29 de Outubro de 2007
- 123 II Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência
Centro Cultural de Belém, 15 de Novembro de 2007
- 127 Sessão de Encerramento do Congresso das Comunicações APDC
Estoril, 6 de Dezembro de 2007
- 131 Apresentação do Relatório da Auditoria Energética ao Palácio de Belém
Lisboa, 30 de Janeiro de 2008

133 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 137 Conferência “Compromisso Cívico para a Inclusão”
Samtarém, 14 de Abril de 2007
- 145 Visita à Cooperativa Agrícola de Barcelos
Barcelos, 1 de Junho de 2007
- 149 VIII Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas
Braga, 2 de Junho de 2007
- 153 Sessão de Homenagem aos Autarcas de Albufeira Eleitos
Desde Abril de 1974
Albufeira, 20 de Agosto de 2007

- 157 **Cerimónia Comemorativa do 125º Aniversário da Elevação de Figueira da Foz a Cidade**
Figueira da Foz, 22 de Setembro de 2007
- 161 **Sessão Plenária da XVII Cimeira Ibero-Americana**
“Coesão Social e Políticas de Inclusão”
Santiago do Chile, 9 de Novembro de 2007
- 163 **Mensagem Dirigida à Conferência “As Instituições Financeiras**
e o Desenvolvimento do Microcrédito”
Lisboa, 21 de Novembro de 2007
- 165 **IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura**
- 169 **Cerimónia de Atribuição do Prémio SECIL Arquitectura 2006**
Lisboa, 30 de Março de 2007
- 171 **Cerimónia de Abertura do XXVIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia**
Vilamoura, 22 de Abril de 2007
- 175 **Cerimónia de Entrega de Certificados de Competências**
Escola Marquês de Pombal, 8 de Maio de 2007
- 179 **XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna**
e VI Congresso da Federação Europeia de Medicina Interna
Lisboa, 23 de Maio de 2007
- 183 **Inauguração da Exposição “No Caminho sob as Estrelas – Santiago**
e a Peregrinação a Compostela”
Santiago do Cacém, 11 de Julho de 2007
- 187 **Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud**
Lisboa, 7 de Setembro de 2007
- 191 **Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D.Dinis**
Vila Real, 14 de Setembro de 2007
- 193 **Cerimónia de Homenagem a Aquilino Ribeiro**
Panteão Nacional, 19 de Setembro de 2007
- 195 **Cerimónia de Inauguração do Museu do Neo-Realismo**
Vila Franca de Xira, 20 de Outubro de 2007
- 199 **Sessão de Encerramento das Comemorações do 60º Aniversário**
do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Lisboa, 13 de Novembro de 2007
- 203 **Cerimónia de Atribuição do Prémio Vida Literária**
pela Associação Portuguesa de Escritores
Lisboa, 21 de Novembro de 2007
- 205 **Visita à Academia das Ciências de Lisboa**
Lisboa, 26 de Novembro de 2007
- 207 **Visita à Universidade de Coimbra**
Coimbra, 21 de Janeiro de 2008
- 211 **Sessão Comemorativa do Quarto Centenário do Nascimento do Padre António Vieira**
Academia das Ciências, 6 de Fevereiro de 2008

215 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 219 Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2007 do Conselho da Europa
Assembleia da República, 19 de Março de 2007
- 223 Cerimónias Militares de Recepção às Tropas Portuguesas do Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina
Santa Margarida, 20 de Março de 2007
- 227 Declaração Evocativa dos 50 Anos da Assinatura do Tratado de Roma
Palácio de Belém, 25 de Março de 2007
- 229 Reunião Informal de Chefes de Estado no Âmbito do Grupo de Arraiolos
Riga, 10 de Abril de 2007
- 233 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Lituânia
Palácio da Ajuda, 31 de Maio de 2007
- 237 Jantar de Gala da Exposição *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVI and XVII Centuries*
Washington, 20 de Junho de 2007
- 241 Sessão Solene do Parlamento Europeu
Estrasburgo, 4 de Setembro de 2007
- 249 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Oriental do Uruguai
Palácio da Ajuda, 19 de Setembro de 2007
- 253 Banquete Oficial em Honra do Presidente da Federação da Rússia
Palácio da Ajuda, 25 de Outubro de 2007
- 257 Encontro com a CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas
Santiago do Chile, 7 de Novembro de 2007
- 263 Jantar Oferecido pela Presidente da República do Chile
Santiago do Chile, 7 de Novembro de 2007
- 267 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Democrática de Timor-Leste
Palácio de Queluz, 15 de Novembro de 2007
- 271 Sessão de Abertura da Cimeira de Juventude África-Europa
Lisboa, 5 de Dezembro de 2007
- 277 Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático
Palácio de Queluz, 8 de Janeiro de 2008
- 283 Cerimónia em Memória das Vítimas do Holocausto
Sinagoga de Lisboa, 27 de Janeiro de 2008
- 285 Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de León
León, 11 de Fevereiro de 2008
- 293 Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de León
León, 11 de Fevereiro de 2008
- 297 Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Rio de Janeiro, 7 de Março de 2008
- 303 Cerimónia de Inauguração da Exposição “Um Novo Mundo, Um Novo Império – A Corte Portuguesa no Brasil”
Rio de Janeiro, 7 de Março de 2008

- 309 **Sessão Solene do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**
Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008
- 313 **Jantar Oferecido pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro**
Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008
- 317 **Anexos**
- 319 **Artigo de Opinião dos Presidentes da Alemanha, Horst Köhler, de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, e da Eslovénia, Janz Drnovsek**
“Europa: dos Desafios às Oportunidades”
21 de Março de 2007
- 325 **Artigo de Opinião “50 Anos do Tratado de Roma - O *ADN* da integração europeia”**
“Expresso”, 24 de Março de 2007
- 329 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei que regula a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez**
10 de Abril de 2007
- 335 **Artigo de Opinião “Um actor global e eficaz deve ser a ambição da UE”**
“Diário Económico” e “The Banker”, 10 de Julho de 2007
- 339 **Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma que altera o Estatuto do Jornalista**
3 de Agosto de 2007
- 343 **Mensagem à Assembleia da República referente ao diploma que aprova o regime de responsabilidade civil extracontractual do Estado e demais entidades públicas**
24 de Agosto de 2007
- 351 **Mensagem à Assembleia da República referente ao diploma que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana**
29 de Agosto de 2007
- 357 **Artigo de Opinião “*Abraçando o Mundo* no Século XXI”**
“Público”, 27 de Setembro de 2007
- 361 **Passos da Agenda**



Prefácio

A palavra pública

Este livro, que agora se publica, reúne as intervenções escritas que produzi no decurso do segundo ano do meu mandato. Traduzem e documentam, juntamente com as intervenções feitas de improviso e as declarações aos órgãos de comunicação social, a utilização de um dos mais importantes instrumentos de actuação do Presidente da República: a palavra pública.

Através dela, o Presidente comunica com os Portugueses, exprimindo a sua opinião sobre as mais diversas políticas públicas, pronunciando-se sobre a situação do País e sobre questões internacionais, dando testemunho das suas experiências e das suas preocupações.

Pode influenciar, por essa via, os comportamentos dos agentes políticos, económicos, sociais e culturais e as atitudes dos cidadãos em geral.

Por isso, o Presidente da República deve ser ponderado no uso da palavra pública e falar de modo a ser escutado. Deve procurar contribuir, com a sua voz de bom senso e moderação, para que os problemas que surgem sejam resolvidos com um máximo de benefício para o País. Perante a pressão mediática que caracteriza os nossos tempos, encontrar a palavra certa, na ocasião apropriada, nem sempre é um exercício fácil.

A palavra pública faz parte da magistratura de influência do Presidente da República, a qual inclui também a palavra em privado. A influência do Presidente, para ser eficaz e benéfica para o País, não só recomenda contenção da sua parte como pode exigir que actue com discrição, longe dos holofotes da comunicação social, e que sujeite certas matérias a um dever de reserva. Este dever de reserva não significa, como já tive ocasião de explicitar, alhe-

amento ou passividade relativamente às políticas e às medidas governamentais, nem uma renúncia definitiva a, se for caso disso, sobre elas vir a tomar posição pública.

A atenção do Presidente da República aos problemas nacionais e à acção do Governo e da Assembleia da República é permanente e reflecte-se, desde logo, no seu diálogo com o Primeiro-Ministro e com outros agentes políticos, mas o interesse nacional aconselha a que nem sempre as suas opiniões sejam manifestadas publicamente.

No pressuposto de que, como determina a Constituição, o Presidente da República é integralmente informado sobre a condução das políticas interna e externa, o Governo conhece, em geral, as suas opiniões sobre os principais assuntos da governação, não havendo razão para ficar surpreendido quando sobre eles o Presidente se pronuncia.

No uso da palavra, tem sido minha preocupação falar verdade aos Portugueses e, em simultâneo, inculcar-lhes confiança, ânimo e vontade de vencer. Desde o início do meu mandato, tenho procurado mobilizar todos para enfrentar os desafios que se colocam ao nosso futuro colectivo, insistindo em contrariar a descrença, a resignação e o pessimismo, que alguns dizem ser, desde tempos imemoriais, característicos dos Portugueses.

Por isso, tenho-me empenhado em evidenciar bons exemplos que podem ser encontrados no País – nas empresas, na acção social, na cultura, nas ciências, no ambiente. Exemplos que apontem soluções, estimulem novas iniciativas e reforcem a confiança nas nossas capacidades.

A minha palavra pública, neste segundo ano, como as intervenções agora editadas evidenciam, incidiu sobre diversas questões de relevância nacional.

A escola, a educação e a qualificação dos Portugueses foram matérias particularmente privilegiadas nas minhas intervenções.

Em diversas ocasiões sublinhei a importância decisiva, para o futuro do País, da aquisição de conhecimentos por parte dos jovens e procurei mostrar que a educação, através das qualificações que gera e das competências que propicia, constitui uma base fundamental da igualdade de oportunidades e uma trave-mestra da inclusão social.

Empenhei-me na mobilização dos Portugueses para a excelência e exigência na educação e para o combate ao abandono e insucesso escolares, do mesmo modo que defendi um envolvimento mais activo e participante dos pais e da comunidade na escola e no sucesso educativo. Um novo modelo de escola, mais ligado à comunidade, foi, aliás, tema central da minha intervenção nas cerimónias comemorativas dos 97 anos da proclamação da República.

Utilizei igualmente o poder da palavra pública para chamar a atenção das diversas entidades e dos Portugueses em geral para a descida acentuada da taxa de natalidade que se tem vindo a verificar em Portugal, atingindo um nível muito inferior à taxa indispensável para a reposição de gerações. Alerttei, a este propósito, para a necessidade de medidas activas de promoção da natalidade e de protecção das nossas crianças, para o que entendo dever ser convocado não só o Estado, mas também as entidades empregadoras e a sociedade civil.

A palavra do Presidente foi também utilizada para sublinhar o papel das Pequenas e Médias Empresas na economia e na sociedade portuguesas e para defender que as políticas públicas lhes prestem uma atenção especial. Não podemos esquecer que uma parte muito importante do nosso tecido produtivo é constituída por micro, pequenas e médias empresas, que cobrem todo o território nacional, gerando valor e criando emprego. A sua sustentabilidade constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento económico e para a coesão social do País. Para que Portugal se aproxime do nível de desenvolvimento médio da União Europeia, é fundamental aproveitar o potencial de crescimento e de criação de emprego das Pequenas e Médias Empresas.

Apelei, por isso mesmo, a que o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) não esquecesse as pequenas empresas, e que lhes fosse dada a oportunidade de se modernizarem e crescerem, por forma a enfrentarem o desafio da globalização.

Por outro lado, nos meus contactos com os autarcas e em intervenções públicas, reconheci o contributo decisivo do poder local para a melhoria das condições de vida das populações e defendi ser este o tempo de os municípios procederem a um reajustamento das suas prioridades.

Passada a fase entusiástica da construção das infra-estruturas físicas, deveria ser agora prestada atenção acrescida ao desenvolvimento social e ao fortalecimento da capacidade produtiva e da competitividade dos concelhos, em ordem à criação de oportunidades de emprego para os mais jovens. Não deixei, também, de alertar para a relevância da qualidade ambiental e do ordenamento do território enquanto factores dessa mesma competitividade.

Em coerência, fiz ouvir a minha palavra em defesa da atribuição de novas competências e de maiores responsabilidades às autarquias – sendo-lhes assegurados os correspondentes meios financeiros – nas áreas da educação básica e da acção social, em que a sua proximidade aos cidadãos lhes confere vantagens indiscutíveis em termos de eficácia de resposta.

Apelei ao envolvimento activo dos autarcas no combate ao abandono e insucesso escolares e à pobreza e exclusão social, assim como na coordenação dos esforços das organizações locais de solidariedade, em apoio dos segmentos mais desfavorecidos e vulneráveis das populações que representam.

Pronunciei-me, ao longo deste segundo ano do meu mandato, sobre muitas outras questões que preocupam os Portugueses ou que são particularmente relevantes para o futuro do País: o desemprego e as desigualdades na distribuição do rendimento; o despovoamento e o envelhecimento das populações no interior do País; o acesso aos cuidados de saúde; a transparência da vida pública e a luta contra a corrupção; a qualidade da nossa democracia; a reabilitação do património histórico e cultural; a inovação, o progresso tecnológico e o empreendedorismo; o controlo do desequilíbrio das contas públicas; o funcionamento do sistema de justiça.

Os “Roteiros”

Os “Roteiros” têm sido um dos instrumentos privilegiados a que tenho recorrido para alertar a sociedade para causas que a todos dizem respeito, procurando, desta forma, sensibilizar e mobilizar os Portugueses para a sua defesa e promoção.

Aos Roteiros para a Inclusão Social e para a Ciência, que lancei no primeiro ano do meu mandato, quis acrescentar o Roteiro para o Património.

Depois de realizadas as quatro Jornadas do Roteiro para a Inclusão, decidi promover a Conferência “Compromisso Cívico para a Inclusão”, que teve lugar em Santarém, em Abril de 2007. Com a participação de mais de um milhar de representantes de organizações cívicas de todo o País, foi possível fazer um primeiro balanço deste Roteiro e destacar os desafios que se colocam aos Portugueses na construção de uma sociedade mais coesa, responsável e justa.

Neste segundo ano de mandato, realizei a 3ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada às Ciências e Tecnologias do Mar, com o objectivo de evidenciar as potencialidades da nossa Zona Económica Exclusiva, uma das maiores da Europa (18 vezes a nossa área terrestre), e de sublinhar a importância, para o progresso do País, do desenvolvimento de estratégias e mecanismos que permitam aproveitar melhor os recursos do oceano e das zonas costeiras.

A primeira parte desta Jornada teve lugar nos Açores, na Ilha do Faial, durante a minha visita àquela Região Autónoma, no propósito de conhecer o trabalho científico realizado pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores. A segunda parte da Jornada incluiu visitas ao Porto de Sines, ao Centro Ciência Viva do Algarve, ao Centro de Investigação Pesqueira do Sul (IPIMAR) e à Universidade do Algarve.

No Verão de 2007, lancei o Roteiro para o Património, com o objectivo de sensibilizar as diversas entidades, empresas, escolas e cidadãos em geral para a importância da recuperação, defesa e valorização do nosso património histórico e cultural, de evidenciar algumas experiências bem sucedidas nesta área e de alertar para a decadência que ameaça alguns dos nossos monumentos.

Procurei, além do mais, transmitir a mensagem de que a preservação dos símbolos da nossa identidade histórica e cultural não é apenas uma exaltação patriótica mais ou menos sentimental. É um contributo efectivo, real, para o desenvolvimento económico e social de várias regiões do País e uma fonte de inspiração para que, como Povo, olhemos em frente e preparemos o futuro com mais confiança.

A primeira Jornada do Roteiro para o Património decorreu no Baixo Alen-

tejo e incluiu a inauguração, em Santiago do Cacém, da exposição “No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a Peregrinação a Compostela”, em cuja organização teve papel decisivo o Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, a quem se deve a recuperação da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Beja, um exuberante exemplo do barroco português, também incluída na Jornada, assim como o campo arqueológico de Mértola.

A segunda Jornada do Roteiro para o Património teve lugar na região litoral, a Norte do rio Mondego, e foi orientada para monumentos emblemáticos associados à fundação de Portugal como Estado independente, tais como o Mosteiro de Santa Cruz e a Sé Velha, em Coimbra, e o Castelo de Santa Maria da Feira.

Participei numa reunião com professores universitários e investigadores ligados ao património, para ouvi-los sobre a actividade científica nesta área, os trabalhos de conservação em curso e as novas acções que devem ser desenvolvidas. Na Universidade de Coimbra, ocorreu a apresentação da sua candidatura a Património Mundial da Unesco.

Como exemplos inovadores, tive ocasião de salientar o papel das associações de cidadãos para a reabilitação e administração de monumentos, como foi o caso das constituídas para o Castelo de Santa Maria da Feira, para o Museu de Arte Sacra do Mosteiro de Arouca e para a Sé Velha de Coimbra.

O Presidente e a Actividade Legislativa

A promulgação dos diplomas produzidos pela Assembleia da República e pelo Governo constitui uma das funções mais importantes e absorventes do Presidente da República.

Nos primeiros dois anos do meu mandato, promulguei 967 diplomas: 146 oriundos da Assembleia da República e 821 oriundos do Governo.

A prática de funcionamento do nosso sistema semi-presidencial, no sentido da valorização de um canal regular de diálogo entre a Casa Civil do Presidente da República e a Presidência do Conselho de Ministros ou o Gabinete do Primeiro-Ministro, visando o esclarecimento do conteúdo de diplomas

do Governo submetidos a promulgação, tem decorrido com fluidez. Tal não significa uma co-responsabilização do Presidente da República relativamente aos actos legislativos do Executivo, antes se circunscrevendo à cooperação institucional que deve existir entre os dois órgãos de soberania.

Exerci, nestes dois anos, o direito de veto relativamente a quatro decretos da Assembleia da República e solicitei a apreciação preventiva da constitucionalidade de outros quatro.

Nos casos em que decidi devolver os decretos à Assembleia da República, para reapreciação, fiz questão de que as mensagens que os acompanhavam fossem desenvolvidas e aprofundadas, por forma a deixar claras as razões do veto, especificando, inclusivamente, as normas que me suscitavam especial discordância.

No envio de diplomas ao Tribunal Constitucional, tive, igualmente, a preocupação de tornar pública a fundamentação das dúvidas que me suscitavam as normas cuja apreciação da constitucionalidade requeri.

No caso de três diplomas, entendi por bem fazer acompanhar a promulgação de mensagens dirigidas à Assembleia da República, com o objectivo de explicitar o meu entendimento sobre as matérias em causa.

Em três outros casos, entendi que se justificava especialmente recordar aos Portugueses, através da publicação de uma nota informativa, que o acto de promulgação de um diploma legal não significa a adesão do Presidente da República às opções políticas a ele subjacentes, nem implica a sua concordância com todas as soluções normativas nele inscritas.

Tratava-se de diplomas que continham algumas normas que me suscitaram sérias reservas, dúvidas ou apreensões, mas que, na ponderação de todos os interesses em presença e reconhecendo a legitimidade do Governo e da maioria que o apoia na escolha de certas opções políticas, entendi, em consciência, não dever obstar à sua entrada em vigor.

No espírito construtivo que subjaz ao modelo de cooperação institucional que orienta a minha magistratura, tive sempre a preocupação de deixar claro que a utilização dos poderes de veto ou envio de diplomas para apreciação pelo Tribunal Constitucional era determinada por razões de relevante interesse nacional, depois de um cuidado juízo de ponderação, e não por

qualquer intuito de promoção da conflitualidade com a Assembleia da República, de fragilização ou desgaste do Governo ou de satisfação de interesses de grupos ou forças políticas.

Entendo que os poderes constitucionalmente atribuídos ao Presidente da República podem ser exercidos com rigor, sem que o clima de estabilidade política, de que o País tanto carece para que os seus problemas e dificuldades possam ser enfrentados, seja posto em causa.

As Comunidades Portuguesas

Tenho procurado ser fiel ao compromisso assumido em campanha eleitoral de prestar uma atenção especial às comunidades portuguesas e de luso-descendentes espalhadas pelo mundo e de promover e apoiar a sua aproximação a Portugal.

Nesse sentido, criei, na minha Casa Civil, uma Assessoria para as Comunidades Portuguesas, a fim de me manter devidamente informado sobre a situação e os problemas dos nossos emigrantes.

No dia 9 de Março de 2007, em que completei um ano sobre a minha tomada de posse como Presidente da República, quis, até pelo simbolismo do gesto, deslocar-me ao Luxemburgo para contactar de perto com a numerosa comunidade portuguesa aí residente.

Em Junho de 2007, visitei os EUA. Depois de ter inaugurado, em Washington, a Exposição sobre “Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII”, desloquei-me ao Estado de Massachussets com o objectivo específico de contactar as comunidades portuguesas de Boston, Fall River e New Bedford. Antes de tomar o avião de regresso a Portugal, participei ainda num encontro-convívio com membros da comunidade portuguesa e de luso-descendentes de Newark.

Na minha visita ao Brasil, em Março de 2008, para participar nas cerimónias evocativas dos duzentos anos da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, decidi assinalar a data do segundo aniversário da minha tomada de posse com um convívio com representantes da comunidade portuguesa, sem dúvida o mais forte traço de união entre Portugal e o Brasil.

Para além disso, tenho feito ponto de honra em convidar representantes das comunidades da diáspora a estarem presentes nas cerimónias oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Com estas iniciativas, tenho querido sublinhar o respeito e admiração que me merecem os nossos emigrantes e as suas famílias e a importância que lhes atribuo no seio da Nação portuguesa, com destaque para o seu papel na defesa e afirmação da nossa Cultura e da nossa Língua no espaço além-fronteiras.

Venho, em todo o caso, insistindo na ideia de que Portugal deve ser visto, pelos nossos emigrantes, também como País de destino, um País que sofreu profundas transformações e que estará sempre aberto a recebê-los, bem como às suas iniciativas e à experiência acumulada no estrangeiro.

Adicionalmente, tenho procurado contribuir para que os portugueses do Continente, dos Açores e da Madeira conheçam melhor os casos de sucesso, os exemplos de portugueses e de luso-descendentes que se afirmaram e conquistaram prestígio nos países onde residem.

Nesse sentido, foi criado pela COTEC Portugal, com o meu patrocínio, um Prémio de Empreendedorismo Inovador destinado a distinguir, anualmente, projectos de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro. Para além das suas virtualidades específicas, vejo-o como um merecido tributo ao espírito de iniciativa e inovação dos nossos emigrantes.

A Presidência Portuguesa da União Europeia

A presidência do Conselho da União Europeia, que Portugal exerceu no segundo semestre de 2007, não podia deixar de ser assumida como um verdadeiro desígnio nacional. Estava em causa o prestígio internacional do País. Embora o seu exercício fosse uma responsabilidade do Governo, acompanhei-a de perto e, no quadro das minhas competências, procurei contribuir para o seu sucesso. Tratava-se, claramente, de uma área de cooperação estratégica com o Governo.

Ainda antes do início da Presidência, reuni o Conselho de Estado, no intuito de assegurar a convergência de esforços e a mobilização de todos os inter-

venientes em torno de uma tarefa que sabia, por experiência própria, ser muito exigente e de grande responsabilidade.

Por outro lado, nos múltiplos contactos com entidades estrangeiras, procurei expor e sublinhar a importância das prioridades da Presidência portuguesa e para elas suscitar apoios, assim como valorizar a vocação de Portugal para o diálogo com outras regiões do Mundo, como a África e o Brasil.

Empenhei-me, designadamente, em sublinhar a importância decisiva, para o futuro da União Europeia, da resolução do impasse institucional que esta atravessava, em resultado do fracasso da ratificação do Tratado Constitucional. Salientei, igualmente, o interesse do relançamento do diálogo político e da construção de uma parceria estratégica com África e a relevância do desenvolvimento de políticas europeias nos domínios da energia, das alterações climáticas e do mar.

Durante o ano de 2007, recebi, em audiência, 26 Chefes de Estado ou de Governo. O Presidente do Gana e Presidente em exercício da União Africana visitou oficialmente Portugal, tendo em vista a concertação de esforços para a concretização da Cimeira entre a União Europeia e África e a definição de uma estratégia conjunta.

Visitei, no início de Setembro, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. No discurso que pronunciei perante o Parlamento Europeu, apelei à convergência da vontade política dos Estados-membros e das instituições europeias, em torno da conclusão do Tratado Reformador – agora conhecido por Tratado de Lisboa – durante a Presidência portuguesa, com base no compromisso que tinha sido alcançado durante a Presidência alemã. Tendo em mente os desafios que preocupam os cidadãos europeus e os interesses específicos de Portugal, procurei também sublinhar, perante os deputados europeus, a importância fundamental do valor da solidariedade como pilar da integração europeia e a expressão concreta que lhe tem sido conferida pelas políticas de coesão económica e social.

Portugal saiu prestigiado do exercício da presidência da União Europeia. Tive ocasião de enaltecer, na Mensagem de Ano Novo que dirigi aos Portugueses, o papel desempenhado pelo Governo, assim como o trabalho dos diplomatas e técnicos que nela estiveram envolvidos.

Dois Anos com os Portugueses

Mantive, ao longo deste segundo ano do meu mandato presidencial, a preocupação de permanecer fiel aos compromissos que assumi no decurso da campanha eleitoral e de merecer a confiança que em mim foi depositada. Tenho procurado que a minha palavra e a minha actuação assim o demonstrem perante os Portugueses. Não apenas por imperativo de consciência pessoal, mas também enquanto contributo para a confiança dos cidadãos nas suas instituições democráticas.

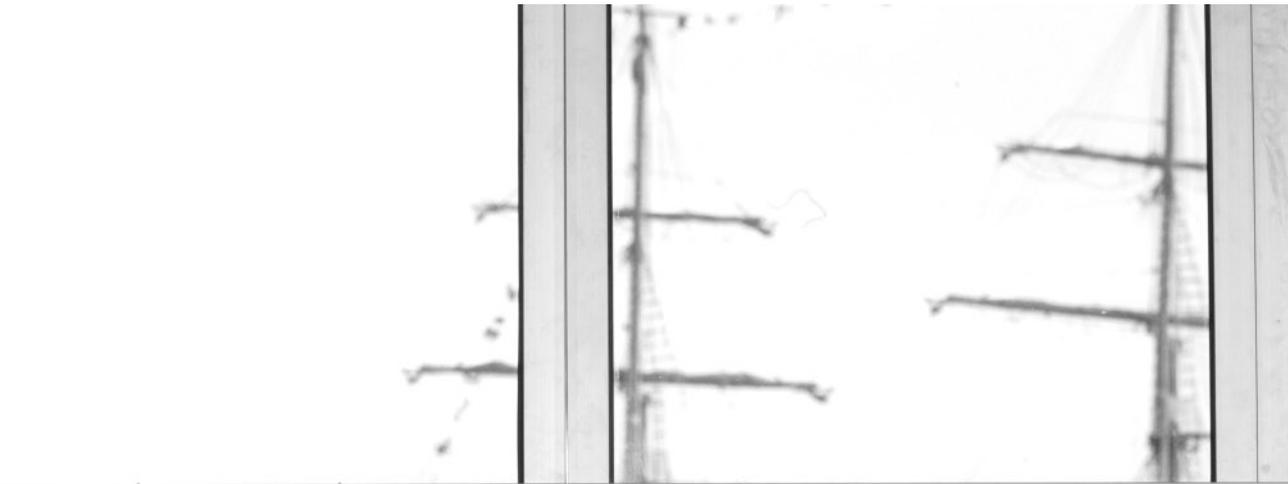
Foi esse o espírito com que decidi candidatar-me à Presidência da República. É esse o espírito com que exerço as funções em que fui investido.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2008

Portugal Inteiro I





Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de Abril de 2007

Ao longo dos anos, esta Câmara tem-se reunido em Sessão Solene para assinalar a passagem do dia 25 de Abril. Esta cerimónia tem vindo a repetir-se durante as últimas décadas, ano pós ano, sem grandes alterações de fundo. Creio que é chegado o tempo de nos confrontarmos com algumas interrogações. De tão repetida nos mesmos moldes, o que resta verdadeiramente da comemoração do 25 de Abril? Continuará a fazer sentido manter esta forma de festejarmos o Dia da Liberdade, ou será tempo de inovar? Estas dúvidas trazem consigo uma outra pergunta: não estarão as cerimónias comemorativas do 25 de Abril a converter-se num ritual que já pouco diz aos nossos concidadãos?

Preocupo-me, sobretudo, com o sentido que este Dia da Liberdade possui para os mais jovens, para aqueles que nasceram depois de 1974. É deles o futuro de Portugal. O que dirá este cerimonial às gerações mais novas? É uma pergunta que não posso deixar de colocar à reflexão dos Senhores Deputados à Assembleia da República.

O 25 de Abril não é o dia de festa de uma geração, mas um momento que deve interpelar todos os Portugueses. Nós, os que estamos hoje aqui reunidos, não somos os donos da revolução, nem os proprietários da democracia. O que esta data e o que o regime democrático têm de singular é, precisamente, o facto de não serem exclusivo de ninguém, mas património comum de Portugal inteiro. Ninguém é dono do 25 de Abril. A História pertence a todos, mesmo aos que a não viveram.

Interrogo-me, Senhores Deputados, se não devemos actualizar a evocação do 25 de Abril de 1974, pensando sobretudo naqueles que não sentiram a emoção desse dia. Para os mais jovens, a liberdade tem um significado distinto daquele que possui para muitos dos presentes nesta cerimónia. Pode mesmo afirmar-se que, na sociedade portuguesa, coexistem duas maneiras de sentir a liberdade. De um lado, a liberdade daqueles que tiveram de a conquistar e de batalhar por

ela; do outro lado, a liberdade daqueles que a têm como uma realidade natural da vida, tão inquestionável e adquirida como o ar que respiram. Não nos podemos esquecer de que houve um tempo em que Portugal não respirava esse ar de liberdade. Houve um tempo em que foi necessário o inconformismo de jovens militares para que nascesse, enfim, «o dia inteiro e limpo» de que nos fala o poema de Sophia.

A liberdade também é memória. E também como memória merece ser celebrada. Nos dias de hoje, a melhor homenagem que podemos fazer ao 25 de Abril é comemorar nele uma visão inspiradora de liberdade activa. Não podemos continuar apegados somente a uma ideia da liberdade como memória, perdendo de vista a ideia, essa sim mobilizadora e dinâmica, da liberdade como projecto. Um projecto sempre inacabado e plural, aberto às mais diversas leituras, insatisfeito consigo mesmo. Neste dia, devemos celebrar a liberdade que se constrói a partir do inconformismo e na ambição de um futuro melhor.

A liberdade é mais do que um fim em si mesmo, é também um meio para dela fazermos o que quisermos, no respeito pela liberdade dos outros. Justamente porque somos livres, podemos utilizar a nossa liberdade para nos realizarmos, enquanto pessoas, numa sociedade aberta e democrática. Ser livre é uma condição, não é um resultado. Um pressuposto, não uma finalidade. Não se é livre, sem mais. É-se livre para pensar e agir, para fazer alguma coisa. Livre para fazer o que a liberdade nos permite, nas nossas vidas pessoais, na profissão que escolhemos, nos projectos que ambicionamos levar a cabo, no País que sonhamos e queremos construir.

É da liberdade activa que nasce o pluralismo democrático, que esta Assembleia espelha. Saúdo com apreço os Senhores Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação Portuguesa.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O 25 de Abril de 1974 representou, antes de mais, um gesto de inconformismo e de não resignação. A pior maneira de o celebrar será aceitarmos, acomodados, que a erosão do tempo transforme o 25 de Abril numa simples efeméride, num dia feriado que os Portugueses gozam, ano após ano, com a indiferença

dos velhos hábitos. Julgo que existe uma melhor maneira de evocar este dia. Há que assinalá-lo exactamente com o mesmo espírito inconformista que, em 1974, tornou possível a liberdade. Devemos celebrar o 25 de Abril cientes de que os Portugueses não se resignaram a viver num regime sem liberdade e de que, no decurso do processo revolucionário, se mantiveram firmes e intransigentes do lado da democracia, contra todas e quaisquer formas de opressão. Ninguém nos deu a liberdade. Somos livres porque o quisemos ser.

O inconformismo é timbre da juventude. Quero, por isso, neste Dia da Liberdade, dirigir-me directamente às novas gerações e fazer-lhes um apelo, em palavras simples: não se resignem!

Neste primeiro ano como Presidente da República, tenho encontrado inúmeros casos de sucesso entre os jovens portugueses. Por todo o País, de Norte a Sul, contactei jovens cientistas e investigadores que desenvolvem projectos que colocam Portugal numa posição de vanguarda. Conheci empresários dinâmicos que compreenderam as exigências do mercado global, que ousaram arriscar e não se deixaram vencer pelo pessimismo que corrói vontades e destrói vocações. Convi com uma nova geração de jovens artistas e desportistas que trilham os caminhos do sucesso. Deparei com inúmeros exemplos, alguns deles comoventes, de jovens que participam em actividades de voluntariado, oferecendo o seu tempo ao serviço dos que mais precisam. Os jovens conhecem, como ninguém, o sentido autêntico de palavras como «excelência», «inovação» ou «inclusão social».

Tenho orgulho na juventude do meu País. Rejeito a ideia de que as gerações mais novas possam ter competências mais reduzidas, maiores deficiências de formação, menor sentido do dever e de responsabilidade, menos altruísmo e pouca atenção às necessidades dos outros. Não é isso que tenho encontrado, tanto no interior como no litoral do País, tanto nas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo como nos contingentes militares em missão no estrangeiro. A experiência que adquiri dá-me fundadas razões para ter esperança. Confio no futuro de Portugal porque confio na sua juventude.

O que vejo e encontro por todo o País tem-me levado a pensar sobre nós próprios, a geração que viveu o 25 de Abril. Temos realmente estado à altura da ambição dos nossos jovens? Temos sabido alimentar a esperança nascida há trinta e três anos?

Não devemos ignorar que existem sinais de alguma preocupação. Há todo um conjunto de perplexidades e dúvidas que não podem deixar de merecer uma reflexão conjunta, para a qual convoco os Portugueses neste Dia da Liberdade. Os jovens, como disse, têm revelado potencialidades que nos fazem ter esperança e confiar no futuro. Mas que valores lhes estamos a transmitir? O que temos feito para que as novas gerações continuem a acreditar no seu País? Que condições criámos para que os jovens, sobretudo os mais qualificados, permaneçam em Portugal e não rumem a outras paragens? Estamos a fazer tudo o que devemos para garantir a sustentabilidade do nosso modelo de Estado social? Como iremos assegurar, no futuro, a justiça e a equidade entre as gerações? Que ambiente e que recursos naturais vamos deixar aos nossos filhos?

Se é um facto que existe um dinamismo inquestionável dos jovens na sua abertura ao Mundo, no uso das novas tecnologias, na aquisição de competências e saberes, o mesmo se não dirá quanto à sua participação e interesse pela vida pública. Há que reconhecer que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais activo e participante na vida política. Sei que se trata de um fenómeno que não ocorre somente em Portugal, antes corresponde a uma tendência comum nas democracias consolidadas das sociedades pós-industriais. Mas o facto de o desinteresse cívico dos jovens não ser um exclusivo nacional não deve, de modo algum, reconfortar-nos.

Pelo contrário, porque tenho a ambição de um País melhor, considero que não nos podemos acomodar. Não me resigno nem me conformo na batalha pela qualidade da democracia portuguesa. Temos de deixar aos nossos filhos e aos nossos netos um regime em que sejamos governados por uma classe política qualificada, em que a vida pública se paute por critérios de rigor ético, exigência e competência, em que a corrupção seja combatida por um sistema judicial eficaz e prestigiado.

Decorridos mais de trinta anos sobre a queda de um regime autoritário, Portugal deve pensar-se como democracia amadurecida. Uma democracia em que o escrutínio dos poderes esteja assegurado por meios de comunicação social isentos e responsáveis.

É urgente reinventar o espírito de cidadania, o que exige uma mudança da nossa cultura política. Cada um deve contribuir com o seu exemplo para que os jovens

se apercebam de que está a ser feito um esforço para melhorar a qualidade da nossa democracia.

É necessário que os agentes políticos se empenhem mais na prestação de contas aos cidadãos, que os Portugueses conheçam e compreendam o sentido e os objectivos das medidas que vão sendo adoptadas, que exista clareza e transparência na relação entre o poder político e a comunidade cívica. É preciso que exista uma clara separação entre actividades políticas e actividades privadas, que as situações de conflito de interesses sejam afastadas por imperativo ético e não apenas por imposição da lei.

Sem prejuízo das naturais diferenças de ideias e opiniões, as diversas forças partidárias, ao invés de se ficarem apenas pelo que as divide, devem juntar esforços e fazer obra em comum, pensando primeiro em Portugal e nos Portugueses. Só assim poderemos conquistar o interesse das novas gerações pela actividade política.

Acima de tudo, temos de deixar aos jovens a ideia de democracia como um código moral e um sentido de identidade colectiva. As novas gerações devem ver Portugal como uma comunidade que possui um destino singular num mundo globalizado. Os jovens têm de se rever no seu País – no País que têm e no País que ambicionam ter. Para tanto, é fundamental que as novas gerações saibam como chegámos até aqui, o muito que fizemos para aqui chegar, e que o aqui onde estamos será sempre o ponto de partida para novos destinos.

Portugal tem uma História de séculos, que nos diferencia e nos identifica. Deixámos marcas por todo o Mundo. Falamos uma língua que é partilhada por milhões de seres humanos. Possuímos um património material e imaterial que temos a obrigação de preservar e legar às gerações vindouras. É em torno da defesa desse património e dessa cultura multissecular que, sem saudosismos ou passadismos de qualquer espécie, deve ser construído um novo sentimento patriótico.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Quero terminar renovando o meu apelo aos jovens portugueses: não se conformem!

Há precisamente um mês, no passado dia 25 de Março, o Fórum Europeu da Juventude emitiu a Declaração de Roma, a qual termina de uma forma expressiva: «Ouçam o que temos para dizer, perguntem-nos o que precisamos e, depois, actuem!».

É esta a mensagem com que a juventude interpela a Europa e os seus dirigentes. A política, nos nossos dias, é inconcebível sem o contributo das novas gerações. Por isso, tenho procurado ouvir os jovens no decurso dos «roteiros» que lancei, aqui nesta Câmara, há um ano. De todos recebo sinais de incentivo e de esperança.

É tempo de actuar. Vivemos um ano decisivo para realizar reformas de fundo em domínios essenciais da nossa vida colectiva. O futuro não pode ser adiado.

Apelo, por isso, aos jovens, neste aniversário do 25 de Abril. Com a liberdade de que dispõem, irão até onde a vossa ambição vos quiser levar. Daqueles que nasceram e cresceram em democracia, só podemos esperar o melhor. Agora, tudo depende de vós e do vosso inconformismo.

Em nome de Portugal, não se resignem!

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasião do Dia de Portugal

Setúbal, 9 de Junho de 2007

Neste Dia de Portugal, quero dirigir a todas as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo uma saudação muito calorosa e uma palavra de apreço pelo exemplo que representam para o nosso País.

Por ocasião do primeiro aniversário da minha tomada de posse como Presidente da República, desloquei-me ao Luxemburgo, onde convivi de perto com a numerosa Comunidade Portuguesa aí residente. Quis assinalar, com esse gesto, o respeito e a admiração que merecem os nossos emigrantes e suas famílias, e a importância que lhes atribuo no contexto da Nação Portuguesa.

Verifiquei, no Luxemburgo – como, de resto, em muitas outras ocasiões –, que as Comunidades Portuguesas não só se encontram plenamente integradas nas respectivas sociedades de acolhimento como constituem um exemplo para todos. Os emigrantes mostram-nos que não existem destinos inevitáveis nem fatalidades irreversíveis, e que é sempre possível mudar o rumo da nossa vida. Com trabalho, criatividade, espírito de risco. No fundo, com a mesma ambição que nos levou a descobrir mundos novos e novas gentes. Abundam, no estrangeiro, casos de sucesso, exemplos de portugueses e de luso-descendentes que se afirmam nas sociedades onde residem e aí se destacam nos mais variados domínios, desde a actividade empresarial ao mundo académico, da investigação científica à cultura, das profissões liberais à vida cívica. Exorto-os a prosseguirem esse seu esforço, que deve incluir a mais-valia que é a Língua portuguesa.

Saudando o espírito de iniciativa dos nossos emigrantes, anunciei, na minha deslocação ao Luxemburgo, a criação, com o meu patrocínio, de um Prémio de Inovação destinado a distinguir, anualmente, projectos apresentados por cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

É meu firme propósito fazer o que estiver ao meu alcance para que os emigrantes e os luso-descendentes não percam – antes reforcem – os laços que os unem à terra de onde partiram. Por isso, tenho procurado manter um

contacto directo com as Comunidades Portuguesas e acompanhar a realidade da nossa diáspora.

Deslocar-me-ei, em breve, aos Estados Unidos da América. Quis reservar um espaço muito significativo dessa visita para contactar de perto algumas das Comunidades Portuguesas existentes nesse país.

Levo-lhes a mesma exortação que agora faço a todos os emigrantes: não se esqueçam de que existe um País onde tudo começou e que permanece vosso. Esse País é Portugal.

Não pensem apenas em Portugal enquanto origem mais ou menos remota. Vejam-no também como destino, um País que muito mudou e que estará sempre aberto para vos receber – tal como para receber as vossas iniciativas e a experiência que acumularam no estrangeiro.

Sei que nem sempre é fácil manter estes laços, e que o afecto e a saudade podem não ser suficientes para assegurar a preservação de elos sólidos entre os emigrantes e as suas origens. Há todo um conjunto de problemas práticos com que os emigrantes se defrontam e de cuja resolução o Estado português não pode alhear-se nem demitir-se. Há que garantir estruturas institucionais que permitam aos emigrantes manter e aprofundar os contactos com o seu país de origem. É necessário que conheçam a realidade portuguesa e acompanhem a sua evolução, que percebam, por exemplo, que o seu País oferece hoje novas oportunidades para a realização de investimentos produtivos.

Do mesmo modo que os emigrantes, no seu próprio interesse e no interesse de Portugal, devem continuar ligados ao seu País de origem, é também essencial que se integrem de forma plena nas comunidades em que residem e trabalham. Participar na vida cívica dos países de destino é um imperativo de cidadania. Quero, por isso, incentivar os emigrantes a que aprofundem o seu envolvimento nas sociedades que os acolheram.

A actividade cívica local, a participação em associações, o estabelecimento de contactos com os responsáveis pelas comunidades de destino são elementos essenciais para uma saudável integração e para a própria afirmação da extraordinária vitalidade das Comunidades Portuguesas em todo o Mundo.

A Cultura portuguesa muito deve aos nossos emigrantes. São eles os guardiães da nossa Língua em vários pontos do planeta. São eles que transmitem aos

outros povos os valores, as tradições, os saberes que constituem o núcleo essencial da singular identidade portuguesa.

Graças a vós, Portugal está em toda a parte. Motivo fundamental para, neste Dia de Camões, levar a todos os emigrantes uma palavra de profunda admiração e reconhecimento do Presidente da República Portuguesa.

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal

Câmara Municipal de Setúbal, 9 de Junho de 2007

É com enorme satisfação que aqui estou hoje, em Setúbal, para presidir às cerimónias que assinalam o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. A hospitalidade com que a cidade nos recebe, e que é apanágio das suas gentes, torna ainda mais gratificante o prazer que sentimos diante da beleza natural que rodeia esta cidade. Já Raul Brandão observava, manifestamente enlevado, que o próprio mar, aqui, «atinge a perfeição».

Gostaria de expressar aos Setubalenses, na pessoa da Senhora Presidente da Câmara, o meu reconhecimento, e de deixar a todos uma palavra de profunda gratidão pela forma empenhada como colaboraram na preparação das comemorações deste 10 de Junho. Bem hajam pelo vosso contributo para a dignificação desta data, que tem para todos nós, Portugueses, um significado tão especial. Há boas razões para ter escolhido Setúbal como palco das comemorações do Dia de Portugal.

Poderia demorar-me a elogiar a sua privilegiada situação geográfica, entre a paisagem imponente e agreste da Arrábida, abrigo de poetas e de monges, e a vastidão do Atlântico, palco da grande aventura das navegações, que marcou decisivamente a nossa identidade e deu novos mundos ao Mundo.

A singularidade desta região e da sua paisagem é bem conhecida de todos os visitantes. Também o papel de relevo que ela desempenhou, desde muito antes da fundação do Estado português até aos dias de hoje, está registado por grande número de historiadores.

Com o seu passado tantas vezes difícil, mas sempre admirável pela coragem, a honradez, o apego à liberdade e ao trabalho que as suas gentes demonstram, Setúbal é, realmente, o espelho dos valores que fizeram de Portugal uma Nação respeitada e, dos Portugueses, um povo que quis ir mais além.

Habituada desde tempos imemoriais às lides do mar, Setúbal sabe o que significa o risco e a adversidade. Mas sabe igualmente como enfrentá-los e vencê-los, com determinação e coragem.

Aqui aportaram, outrora, navios chegados de civilizações as mais antigas. Aqui nasceram e se formaram muitos marinheiros que, séculos depois, haveriam de cruzar os oceanos e levar o nome de Portugal aos cinco continentes. Aqui se criaram e desenvolveram, em tempos mais chegados, várias empresas que relançaram a economia da região, garantindo o sustento a muitas famílias que já aqui viviam ou que aqui se fixaram, vindas de todo o país em busca de trabalho ou de uma vida mais desafogada. Aqui prosperam indústrias que, com o contributo imprescindível dos seus trabalhadores, desempenham um papel fundamental no crescimento da nossa economia e na modernização do nosso tecido empresarial.

Ao escolher Setúbal para cidade anfitriã das comemorações do Dia de Portugal, tive a intenção, antes de mais, de dar testemunho do meu apreço pelas suas gentes. Quis, além disso, vincar esta síntese harmoniosa entre o estar e o partir, o trabalho e a descoberta, que singulariza a nossa experiência enquanto povo e que a cidade do Sado tão bem simboliza.

Hoje como ontem, o dever de preservar os recursos naturais e patrimoniais de que dispomos impõe-se, a todos nós, como um compromisso irrevogável face às gerações futuras. O território nacional, incluindo a zona marítima, assim como os inúmeros bens materiais e imateriais que herdámos são pertença comum de todos os Portugueses, tanto os de hoje como os de amanhã.

Mas impõe-se, igualmente, que saibamos honrar a capacidade que tiveram os nossos antepassados de inovar e mudar quando necessário, de encontrar, em cada momento, as soluções mais adequadas para os problemas com que estamos confrontados e que, muitas vezes, afectam particularmente os mais desfavorecidos. A cidade e o distrito de Setúbal são o exemplo vivo do inconformismo que, ao longo da História, nos levou a não desistir nas horas más e a enfrentar os desafios com ambição e confiança.

É com este mesmo espírito que devemos celebrar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A História mostra que podemos vencer.

Está nas nossas mãos concretizar essa possibilidade, mostrando assim que não foi em vão o exemplo daqueles que souberam, com o seu trabalho, a sua visão e ousadia, construir e preservar o País que somos e queremos continuar a ser.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Setúbal, 10 de Junho de 2007

Celebramos hoje, 10 de Junho, o muito que nos distingue como Nação. Este é o dia em que, exaltando a nossa História multissecular, relembramos a nossa singular Cultura, o dia em que, reafirmando a particular vocação de nos abirmos ao Mundo, evocamos a aventura da portugalidade. É também um dia de comunhão de sentimentos em torno da Alma e do Sentir português.

Comemorar não é apenas revisitar o passado, é também procurar na História o suporte anímico e a fonte de inspiração para trilhar os caminhos do presente e dar resposta ao imperativo de continuar Portugal.

Comemorar é fazer do futuro um desafio exaltante que a todos mobilize. É prosseguir um projecto que assegure a prosperidade e o bem-estar dos Portugueses, ao mesmo tempo que contribui para um mundo mais livre, mais seguro, mais justo e solidário.

Ao rever-se, orgulhoso na sua História, Portugal também se revê nas suas Forças Armadas. A acção da Instituição Militar foi decisiva nos momentos mais marcantes da vida da Nação. Com coragem, abnegação e elevado sentido patriótico, os soldados portugueses têm sabido contribuir para a defesa e o prestígio do País, seja nos campos de batalha, onde o dever os chamou, seja nos momentos em que foi necessário restaurar a dignidade nacional ou devolver os destinos da Nação ao seu legítimo soberano – o Povo português.

Uma palavra de homenagem e particular respeito é devida, nesta cerimónia, aos antigos combatentes, testemunhos vivos e protagonistas da nossa História recente.

A associação das Forças Armadas às comemorações do Dia de Portugal sublinha o carácter eminentemente nacional da Instituição Militar, cujo percurso histórico se confunde com o da Nação.

O papel das Forças Armadas é insubstituível, pois a segurança é essencial ao desenvolvimento, ao bem-estar económico e social e à qualidade de vida dos cidadãos, fins prioritários do Estado e objectivos nobres da acção política.

Detentoras de uma forte herança histórica e cultural e constituindo uma notável escola de cidadania, as Forças Armadas vêm acompanhando o esforço de modernização do País, adaptando-se à rápida evolução dos saberes e das competências da sociedade de informação e a uma nova tipologia de conflitos ditada pelas novas realidades geoestratégicas.

Tenho podido testemunhar como as Forças Armadas são hoje uma organização rejuvenescida e aberta à mudança, que se fortalece com as novas gerações que integram os seus efectivos. Pude constatar, nos jovens que hoje servem Portugal como militares, no território nacional e no estrangeiro, o mesmo entusiasmo, a mesma disponibilidade, o mesmo espírito de solidariedade e vontade de servir que tenho encontrado no melhor da juventude portuguesa.

Em apenas 30 anos, as Forças Armadas Portuguesas reduziram o seu efectivo de mais de 300 milhares de homens para pouco mais de 40 mil elementos. Adaptaram a sua doutrina, evoluindo para uma força de projecção e de reacção rápida, incorporaram o serviço militar feminino e abandonaram o serviço militar obrigatório. Nos últimos 15 anos, internacionalizaram-se, projectando cerca de 24 mil militares para o exterior.

As Forças Armadas levaram a cabo uma das reformas mais profundas no âmbito da Administração Central do Estado, mostrando ser uma organização viva, flexível e dinâmica. O seu processo de transformação atravessa agora um novo ciclo que, como Comandante Supremo, tenho procurado acompanhar e incentivar. Este novo ciclo radica na necessidade inadiável de privilegiar uma melhor ligação e complementaridade entre os Ramos, promover a racionalização dos meios e reforçar a componente operacional conjunta.

O reforço da acção conjunta é um objectivo que deve ser alcançado em futuro próximo. Para o efeito, tornam-se cruciais a reorganização da estrutura superior de defesa, o emprego operacional das forças e a racionalização de serviços comuns.

Importa definir e concretizar o reforço de competências do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, criar um Comando Operacional Conjunto e promover as reformas relativas ao ensino superior militar e aos serviços de saúde.

Há que prosseguir este caminho e manter o ímpeto reformista, com determinação política e a indispensável colaboração das chefias militares, visando

encontrar as soluções mais consentâneas com o interesse nacional e com a especificidade das Forças Armadas.

Qualquer processo de transformação implica investimento. A execução das Leis de Programação Militar e de Programação de Infra-estruturas constituem, por isso, peças chave da modernização e operacionalidade do Sistema de Forças Nacionais.

São investimentos avultados mas necessários, que podem e devem ser rentabilizados, alargando o seu emprego a outras missões de interesse público, para além das de natureza estritamente militar, evitando a duplicação de meios e promovendo o aproveitamento de recursos humanos altamente qualificados.

Militares

O cabal cumprimento da missão atribuída às Forças Armadas é um elemento que a Nação toma por seguro e que, estou certo, a Instituição Militar assume com elevado sentido de dever.

Foi assim ao longo de cerca de 15 anos de presença militar na Bósnia-Herzegovina, contribuindo para a realização de um projecto de futuro para aquele jovem país europeu, ou, mais recentemente, na República Democrática do Congo, na ajuda à consolidação do processo democrático naquela região de África.

É assim no Kosovo, em defesa da segurança e da estabilidade na Europa; é assim no Afeganistão, combatendo os flagelos do terrorismo e do narcotráfico; é assim no Líbano, para restabelecer as condições de vida de uma população martirizada pela guerra. É assim em tantos outros locais onde militares portugueses contribuem para a salvaguarda da paz e da segurança internacional, promovendo os valores da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos humanos.

São novas missões, ao serviço de causas nobres, não isentas de riscos, que têm de ser compreendidos e assumidos como inerentes à condição militar. São missões onde os nossos militares ombreiam com os melhores, confirmando o sentido de serviço, a competência e o elevado grau de preparação que os caracteriza.

Devo dizer aos Portugueses que a reconhecida qualidade do desempenho das nossas Forças Armadas tem permitido a Portugal, como país soberano, reforçar o seu estatuto enquanto membro das diferentes organizações internacionais em que nos inserimos.

É importante que os Portugueses estejam conscientes do contributo das Forças Armadas para a sua própria segurança, pela participação na resolução de conflitos com possíveis incidências, directas ou indirectas, em Portugal, e pelo crédito assim firmado nas organizações internacionais de Segurança e Defesa e junto de países amigos ou aliados.

E é também importante que os Portugueses se apercebam, em particular neste Dia de Camões, do contributo que as Forças Armadas, nas suas missões externas, têm proporcionado à difusão das nossas tradições e cultura, do modo de ser português e da nossa capacidade de nos relacionarmos com os outros povos.

Militares

É esta forma portuguesa de estar no Mundo, e os valores que ela encerra, que hoje, Dia de Portugal, quis sublinhar perante vós. Valores como tradição, honra e disciplina, mas também determinação, audácia e inconformismo. Valores que comportam significados muito especiais, valores de um Povo, sonhador e corajoso, que foi capaz de transformar em difícil o que parecia impossível e alcançar o que se julgava inatingível.

Os complexos desafios que hoje se colocam às Forças Armadas não são maiores do que o sentido de serviço, a competência e o profissionalismo de que têm dado provas e que, como seu Comandante Supremo, muito me apraz, hoje, relevar. Exorto-vos, pois, a prosseguir a vossa missão patriótica, na certeza de que assim continuareis a honrar Portugal.

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Setúbal, 10 de Junho de 2007

Comemora-se hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Neste dia de festa, celebramos a nossa identidade colectiva, a identidade de uma nação que se revê no maior dos seus poetas e que sente orgulho na sua História.

Celebramos também a nossa condição de povo que não se conformou com a escassez do seu território e que, desde muito cedo, rumou a outras paragens e estabeleceu contactos em todo o mundo.

Neste Dia de Portugal, saúdo todos os Portugueses, em particular aqueles que, por necessidade ou por livre opção, residem e trabalham longe, mas não esquecem a terra que os viu nascer e à qual continuam ligados por fortes laços afectivos.

Saúdo, muito especialmente, os militares portugueses que neste momento cumprem missões no estrangeiro, cuja acção em defesa da paz e da segurança tem sido bem acolhida pelas populações locais e merecido justo reconhecimento internacional.

Daqui, de Setúbal, cidade que este ano é anfitriã das comemorações do 10 de Junho, envio a todos as minhas calorosas saudações, com a certeza de que, todos juntos, seremos capazes de construir e legar às gerações vindouras um Portugal mais próspero e mais justo.

Ao longo da sua História, aqui como em outros pontos do território nacional e no estrangeiro, os Portugueses têm sabido ultrapassar e vencer as diversas crises com que se depararam no seu caminho de mais de oito séculos. Apesar das condições, por vezes difíceis, e, mesmo, dos desastres por que passámos, não há razão para não acreditarmos nas nossas potencialidades enquanto Nação.

É verdade que o passado, por mais glorioso, não é um seguro contra todos os riscos. Num momento como aquele em que vivemos, em que a realidade e os desafios com que somos confrontados estão em mudança acelerada, não faria sentido evocarmos a História de um modo passadista, como se nela estivesse

a solução para todos os nossos problemas. O 10 de Junho não pode, por isso, reduzir-se a um mero ritual, alheio a quantas dificuldades temos pela frente, aqui e agora, e que atingem de modo mais ou menos intenso muitos dos nossos concidadãos.

A História, porém, pode e deve ser uma fonte de inspiração e de confiança. Se chegámos até aqui e estivemos tantas vezes à altura dos desafios, é porque temos a possibilidade e a obrigação de prosseguir e de fazer face às adversidades, corrigindo os erros que, eventualmente, tenhamos cometido.

Não podemos é entregar-nos ao sentimento derrotista que desde há mais de um século vem sendo tão frequente entre nós. A desistência nunca foi solução. Nem a nível individual, nem a nível colectivo.

Devemos encarar o presente sem saudosismos estéreis, mas também sem complexos de inferioridade, que seriam inúteis e injustificados. Um país não se renova se não tiver uma imagem positiva de si próprio. Precisamos de ser críticos e intransigentes, para não nos deixarmos levar pelo facilitismo. Mas precisamos, igualmente, de saber que somos capazes. Precisamos de ter confiança nas nossas capacidades.

Portugal pode orgulhar-se de ter sabido, no passado, aproveitar os condicionamentos geográficos para sobreviver como povo e para aproximar os povos. O oceano, que lhe serve de fronteira, serviu-lhe também de porta, através da qual se fez ao largo e foi em busca da sorte que nem sempre encontrou aqui, no pequeno rectângulo, neste «anfiteatro levantado em frente ao Atlântico», como lhe chamou Oliveira Martins.

O ciclo do império encontra-se definitivamente encerrado. Mas a obra que os Portugueses realizaram não desapareceu, nem ficou perdida no tempo. Longe de ser apenas uma recordação nostálgica, essa obra permanece viva, quer em cada uma das muitas paragens onde constituímos comunidades, quer nessa rede global de contactos em que o planeta está hoje transformado.

O património que perdura nos vários centros em que se fixou a diáspora portuguesa é valiosíssimo. Tanto do ponto de vista material, como, sobretudo, do ponto de vista espiritual.

A língua que falamos foi a primeira, nos tempos modernos, a cruzar os oceanos e a ligar toda uma diversidade de culturas. Ainda hoje, ela é partilhada como

língua oficial por oito Estados independentes, sem contar com as muitas comunidades de emigrantes que nela continuam a exprimir-se e a comunicar.

Em vários continentes, são inúmeras as igrejas, os edifícios civis, os fortes militares e outro tipo de monumentos construídos pelos Portugueses, alguns dos quais têm vindo, felizmente, a ser restaurados.

Ainda no princípio deste ano, durante a visita de Estado que fiz à Índia, tive oportunidade de apreciar o património que aí deixámos, sobretudo em Goa. Impressionou-me vivamente a forma como os testemunhos da nossa presença nessas paragens perduram ainda em tantos monumentos, em tantos aspectos da cultura local e, mais importante ainda, na memória das gentes.

Um pouco por toda a parte, as marcas portuguesas são visíveis em diversas manifestações culturais, assim como em objectos artísticos ou de uso comum, que integram hoje o património de muitos dos povos com os quais estivemos em contacto. Alguns desses testemunhos foram agora recolhidos e vão ser mostrados em Washington, numa exposição a que os organizadores americanos chamaram «Abraçando o Mundo» e que eu próprio terei a honra de inaugurar no próximo dia 20.

Os Portugueses foram os protagonistas da aventura que lançou os alicerces do mundo, tal como ele se apresenta em nossos dias. Temos de estar à altura dessa responsabilidade e reencontrar o nosso lugar neste mundo globalizado, interdependente e competitivo, em cuja origem tivemos um papel determinante.

Foi Portugal quem primeiro levou a Europa ao encontro de outros povos, tornando assim real e concreto o universalismo que é timbre dos valores europeus.

Os Portugueses que andaram por África e pelas Índias, pelo Brasil e pelo Extremo-Oriente, foram por muitos anos a Europa fora da Europa, o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo.

A Europa é, naturalmente, o nosso espaço geográfico, político e cultural. No mapa que Fernando Pessoa imaginou, em versos bem conhecidos, a Europa fita o Ocidente e «o rosto com que fita é Portugal».

Além disso, Portugal está hoje firmemente ancorado no processo de construção europeia. Nestes últimos vinte anos, participámos no aprofundamento da integração e acompanhámos os desenvolvimentos que a levaram do Mercado Único até à União Económica e Monetária.

Temos, certamente, beneficiado muito da adesão. Mas temos também contribuído muito, até pela singularidade da nossa experiência histórica, que foi, no passado, e continuará a ser, no futuro, uma mais-valia para a Europa.

No próximo semestre, Portugal assumirá, pela terceira vez, a presidência do Conselho da União Europeia. Trata-se de uma responsabilidade pesada e exigente, que impõe uma mobilização concertada de esforços por parte de governantes, diplomatas e técnicos. Na encruzilhada em que a Europa actualmente se encontra, Portugal será desafiado a promover a convergência dos vinte e sete Estados-membros sobre muitas questões complexas, como seja a reforma institucional e o reforço dos laços com outras regiões do mundo, de que destaco a África, e países como o Brasil, a Índia e a China.

Sei bem que os resultados nunca dependem só da Presidência. Dependem, essencialmente, da vontade dos Estados-membros. O que se exige, contudo, é que a presidência seja exercida com dignidade, rigor e competência. Só assim se reforçará o prestígio do País, como confio que irá, uma vez mais, acontecer.

Temos fundadas razões para acreditar que Portugal poderá ter um papel relevante, não apenas no âmbito da União Europeia, mas também no âmbito da comunidade internacional. A nossa tradicional abertura ao mundo, reforçada pela presença, em muitos países, de Comunidades Portuguesas conhecidas pelo seu dinamismo, confere-nos uma responsabilidade e um papel insubstituíveis, neste momento em que o diálogo entre os povos é tão necessário para a paz e a prosperidade.

A nossa proximidade geográfica em relação ao Atlântico, que permitiu a gesta dos Descobrimentos, constitui hoje, porventura mais do que nunca, um potencial que ainda não fomos capazes de explorar como devíamos. Foi por conhecermos o mar como ninguém que conseguimos, no passado, ir tão longe.

Há todo um conjunto de factores históricos, económicos, ambientais e científicos para que Portugal encontre novamente no mar um dos seus mais importantes vectores de afirmação e desenvolvimento. Dispomos de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da Europa, de um património oceânico que é único e de recursos geológicos, minerais, biotecnológicos e energéticos muito relevantes. Mas a verdade é que não só o nosso património ligado ao mar se encontra subaproveitado, como a própria ligação dos Portugueses ao mar se caracteriza por um certo alheamento.

Tanto no passado como em anos recentes, realizaram-se inúmeros estudos sobre a aposta portuguesa no mar. Já se identificaram, em diversas ocasiões, as facetas e as virtualidades daquilo que muitos designam por «*cluster* do mar». Mas não basta o mero sublinhar do nosso potencial, nem a retórica das virtualidades dessa aposta. É preciso passar à acção, tirar partido das oportunidades geradas pela economia do mar e enfrentar, com determinação, as ameaças que sobre ele impendem, tais como a poluição, as alterações climáticas e o desordenamento da orla costeira.

Tenciono dedicar a próxima Jornada do Roteiro para a Ciência à área das Ciências e Tecnologias do Mar. Terei, certamente, oportunidade de mostrar os bons exemplos de investigação, desenvolvimento e inovação que existem neste domínio.

Portugueses

Tenho procurado, desde que assumi a Presidência da República, estimular a concertação, não só entre os órgãos de soberania como entre as forças políticas e sociais, de modo a que, salvaguardadas as naturais diferenças, possamos todos contribuir para relançar o País na senda do progresso, do desenvolvimento e da justiça social.

Nas intervenções que tenho feito, e, em especial, nos Roteiros para a Inclusão e para a Ciência, manifestei-me contra o imobilismo e apelei à ambição e ao trabalho.

Propus, além disso, aos Portugueses um compromisso cívico para a inclusão, que contribua para atenuar as marcantes disparidades sociais que encontramos no dia-a-dia. Pensemos nos idosos, tantos deles a viver isolados, nas mulheres e crianças que são vítimas de violência doméstica, nos imigrantes, nos desempregados de longa duração e nas pessoas com deficiência. Não é, com certeza, realista pedir ao Estado que tudo resolva. Devemos exigir à sociedade, a todos e a cada um de nós, que lhes dê uma oportunidade, um pouco mais de atenção e afecto, que lhes devolva a dignidade de que são merecedores.

Por isso apelei ao voluntariado, às organizações de solidariedade, às associações cívicas, aos empresários, às autarquias e ao cidadão comum para que se mobilizassem e organizassem em torno desta causa. O povo português é um povo solidário. As múltiplas instituições de solidariedade, as redes e conselhos locais de acção social, os milhares de voluntários que actuam junto dos mais

desfavorecidos são a melhor prova de que não estamos indiferentes à sorte daqueles que, entre nós, vivem em dificuldade.

Acredito que este espírito de responsabilidade solidária vai manter-se. Acredito que novas iniciativas, novas empresas e novos cidadãos virão juntar-se a esta causa da inclusão social.

E, precisamente porque acredito, não me resigno.

Tenho repetido várias vezes que não me resigno à passividade perante os indicadores persistentes do nosso atraso em relação aos parceiros europeus.

Não me resigno aos fracos níveis de crescimento económico, ao abandono escolar preocupante, à pobreza e exclusão social de tantas famílias, à escassa dimensão das componentes científica e tecnológica no nosso aparelho produtivo.

Não me resigno aos sinais de degradação do ambiente e do património cultural com que nos deparamos em tantos lugares e povoações, que antes deveríamos preservar e promover, como herança de que usufruímos e que teremos, por nossa vez, de legar aos nossos filhos e netos.

A preservação do espaço que habitamos e do património que herdámos são dois elementos decisivos para o reforço da nossa identidade comum. É preciso não abandonar, nem perder de vista, aquilo que fomos, se queremos estar à altura das nossas responsabilidades, individuais e colectivas, para que Portugal continue a ter uma presença marcante no concerto das nações.

Conforme tive oportunidade de lembrar na mensagem de Ano Novo, “para estarmos entre os melhores, devemos ter a ambição de estabelecer metas exigentes, que a todos comprometam e responsabilizem”. Repito: “todos”. A tarefa é de todos.

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, devemos olhar o passado como uma prova de que podemos fazer mais e melhor no futuro.

Sei que o podemos fazer.

Sei que podemos vencer as dificuldades de hoje.

Sei que podemos deixar aos Portugueses de amanhã um Portugal digno da sua História.

Tenho dito.

Cerimónia Evocativa dos 97 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de Outubro de 2007

Há um ano, na qualidade de Presidente da República, dirigi-me pela primeira vez aos Portugueses na cerimónia evocativa da proclamação da República.

Referi, então, que a aproximação das comemorações do Centenário da República, em 2010, nos obriga a reflectir sobre o sentido de tais comemorações e que estas devem ser uma forma de unir os Portugueses em torno dos ideais republicanos, ao invés de os dividir a pretexto de causas controversas.

A este propósito, não posso deixar de recordar as palavras do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, no balanço que fez do seu mandato e dos objectivos que o nortearam:

«A nossa aspiração foi sempre reunir a família portuguesa, sem distinção de confissões, de seitas e de partidos, em volta da Pátria, visto a Nação achar-se na posse da sua própria soberania com a proclamação da República.»

É com este mesmo espírito que o Centenário da República deve ser assinalado pelos poderes públicos e pelas instituições da sociedade civil.

Referi também, há precisamente um ano, neste mesmo lugar, os ideais cívicos do republicanismo, enaltecendo a dimensão ética da cultura republicana e as exigências daí decorrentes, nomeadamente no que respeita à responsabilização dos titulares de cargos públicos e ao combate à corrupção.

Decorrido um ano, registo que na Assembleia da República foram apresentadas múltiplas iniciativas legislativas visando aumentar a eficácia da luta contra a corrupção. Apelo a que os Senhores Deputados aprofundem o esforço já empreendido para concretizar, no plano legislativo, o ideal republicano de uma maior transparência da vida pública.

Renovo, nesta cerimónia solene, a minha exortação a uma redescoberta dos valores republicanos. Entre eles, destacaria o ideal educativo, que sempre marcou o programa político do regime instituído em Outubro de 1910.

Não por acaso, a Primeira República foi um período em que se destacaram notáveis pedagogos, em que foram lançadas iniciativas inovadoras, como as escolas-oficinas, ou aprofundados projectos educativos, como o dos jardins-escolas. Este esforço não permitiu, todavia, resolver alguns dos mais graves problemas com que o País se debatia nos alvares da República.

E ao fim de quase um século de existência, temos de reconhecer que a República não conseguiu resolver aquela que é a principal causa do nosso atraso estrutural: as deficiências na educação das crianças e dos jovens. Passados mais de trinta anos sobre a instauração do regime democrático, o problema persiste, desde logo em comparação com outros países europeus.

De acordo com os dados do recenseamento populacional de 2001, 45 por cento da população entre os 18 e os 24 anos não foi além da escolaridade obrigatória nem frequentou qualquer curso de formação profissional. Ao longo destes cem anos, perdemos demasiado tempo a corrigir erros praticados no passado. Tratámos a escola como um problema de governo e não como um problema de regime. E concentrámo-nos em demasia na relação entre o Estado e a escola, sem atender ao papel e às responsabilidades próprias da sociedade civil.

É um facto que, nas décadas mais recentes, foi feito um esforço para recuperar o tempo perdido, mas, em matéria educativa, é muito generalizada a ideia de que estamos ainda à procura do caminho certo – o caminho da excelência e da exigência na educação dos Portugueses.

Encontrar uma estratégia nacional para a educação das novas gerações, que a todos mobilize, é a melhor homenagem que podemos prestar aos valores republicanos. Nesta ocasião, gostaria de propor aos Portugueses um novo olhar sobre a escola, sobre um modelo escolar construído à luz da ideia de inovação social. Não quero dirigir-me especialmente ao Governo e à Assembleia da República. Quero dirigir-me a todos os Portugueses.

A ideia de inovação social impõe-nos novas estratégias, conceitos e práticas para a satisfação de necessidades sociais. A ideia de «inovação» não é um exclusivo das actividades empresariais. É possível inovar – e inovar socialmente – nos mais variados campos, incluindo a educação.

Devemos começar por afirmar que uma escola republicana é uma escola plural e aberta, que cultiva a convivência entre as mais diversas convicções, credos ou

ideologias. É, também, uma escola neutra, no sentido em que não se encontra ao serviço de uma qualquer ideologia oficial patrocinada pelo Estado ou qualquer organização. Por outro lado, importa sublinhar que a educação é a base da verdadeira inclusão social, pois esta encontra-se associada, em larga medida, às qualificações e competências de que cada um dispõe.

Também num outro sentido se deve salientar o carácter inclusivo da escola: a democratização do ensino e a escolaridade obrigatória são factores de igualdade e elementos de convivência interclassista, inter-racial ou interconfessional. Para que essa convivência não se limite à superfície da realidade, é necessário que existam condições materiais para uma efectiva igualdade de oportunidades, a qual só pode alcançar-se através de um maior e mais activo envolvimento da comunidade com a escola.

Temos, de facto, de adoptar uma nova atitude perante a escola. Temos de perceber que aí residem os activos mais importantes do nosso futuro. É imperioso ter a consciência de que o investimento mais reprodutivo que poderemos fazer é nas crianças e nos mais jovens.

Essa é uma consciência que, antes de mais, tem de existir nos pais, o que pode exigir uma intervenção personalizada no sentido da adequada valorização da educação dos filhos. Preocupamo-nos em cuidar dos nossos filhos no plano material, mas é frequente julgarmos que a educação, o bem mais importante e decisivo para o seu futuro, é tarefa que compete sobretudo a outros. Muitos continuam a encarar as escolas como «fábricas de ensino», para as quais enviam os filhos e aí depositam por inteiro o trabalho de os formar para o futuro.

A primeira grande interpelação deve ser feita aos pais: de que modo participam na educação dos vossos filhos? Não basta adquirir livros e manuais, assistir de quando em quando a reuniões de pais ou transportar diariamente os filhos à escola. Há toda uma cultura de auto-exigência que deve ser estimulada nos pais, levando-os a envolver-se de forma mais activa e participante na qualidade do ensino, na funcionalidade e na conservação das instalações escolares, no apoio ao difícil trabalho dos professores.

A escola está inserida na comunidade. Poder-se-á dizer, de certo modo, que uma comunidade deve ser construída tendo a escola como centro. Daí que as

autarquias locais devam assumir maiores responsabilidades relativamente aos estabelecimentos de ensino. A gestão das escolas deve ser gradualmente entregue às suas comunidades de pertença, para que estas possam rever-se nos seus resultados. Além das autarquias, as organizações não-governamentais da sociedade civil e as empresas da região devem ser chamadas a desempenhar um papel activo neste processo de inovação social, na linha de algumas experiências que já vêm sendo realizadas com sucesso em certos pontos do País.

As modernas tecnologias de informação e comunicação podem ser utilizadas para criar uma verdadeira interconexão entre a escola e a sociedade. Há que promover um verdadeiro sentimento de comunidade em relação à escola e ao sucesso educativo. A qualidade de uma escola deve ser motivo de orgulho para a comunidade em que aquela se insere. Será a prova de que a comunidade investiu na qualificação dos seus filhos, na melhoria do seu próprio futuro.

Esse envolvimento pressupõe também, como é natural, que a figura do professor seja prestigiada e acarinhada pela comunidade, o que requer, desde logo, a estabilidade do corpo docente. É também necessário compreender que, em larga medida, a dignidade da função docente assenta no respeito e na admiração que os professores são capazes de suscitar na comunidade educativa, junto dos colegas, dos pais e dos alunos.

A comunidade envolvente deve apoiar os professores na sua missão. O combate ao abandono ou ao insucesso escolar, por exemplo, não pode ser empreendido apenas pelos docentes. A comunidade deve empenhar-se activamente em identificar as situações de abandono e exclusão, localizar as causas do insucesso, e reorientar os alunos no caminho certo, em articulação com a escola, as famílias e os técnicos especializados. A criação de mediadores entre a escola e a família, direccionados para os alunos em risco de insucesso ou abandono escolar, parece-me uma ideia muito válida, sobretudo nas zonas mais carenciadas.

Por outro lado, ao nível do ensino secundário e, porventura, até ao nível do ensino básico, autarcas, empresários, artistas, desportistas ou responsáveis locais devem ser convidados a relatarem as suas experiências aos mais jovens, estimulando junto deles o espírito criativo e empreendedor, a vontade de vencer e o apego ao

trabalho. Desta forma, combater-se-á também um outro fenómeno – o isolamento escolar. Em boa verdade, a generalidade dos cidadãos vive alheada do que se passa no interior da escola. Ignora as condições físicas das instalações, os meios de que os professores dispõem, a atitude dos alunos no processo de aprendizagem. É necessário que a comunidade conheça a sua escola e como ela funciona. O modo como as escolas funcionam no Portugal de hoje é um indicador do modo como o Portugal de amanhã funcionará.

Será também útil que, neste processo de inovação social para um modelo comunitário de escola, se promova de uma forma mais intensa o contacto entre diversos estabelecimentos de ensino. Os bons exemplos que existem no nosso País devem ser mostrados. O diálogo e o intercâmbio entre escolas permitirá detectar debilidades, conhecer formas de as ultrapassar, comparar resultados, trocar experiências com vista a uma aprendizagem de sucesso.

Nas minhas visitas pelo País, tenho detectado sinais positivos de mudança e tenho incentivado as vontades e iniciativas que procuram pôr em prática, desde a rede pré-escolar até ao ensino secundário, um modelo comunitário do ensino. Refiro o exemplo mais recente em que estive envolvido. No mês passado, visitei o concelho de Paredes, no norte do País. A Câmara Municipal decidiu marcar a visita com duas iniciativas. Por um lado, a colocação, nas ruas, de grandes cartazes onde se lia: «Paredes aposta nos 12 anos de escolaridade». Por outro lado, a constituição de uma Associação para a Inclusão Social, formada por 43 empresários locais, tendo por objectivo central o combate ao insucesso e ao abandono escolar no concelho.

São iniciativas como estas – e podia referir várias outras – que me dão a certeza de que seremos capazes de atingir o nosso objectivo: uma Escola melhor para um País melhor.

Portugueses

Neste 5 de Outubro de 2007, proponho um novo olhar sobre a escola. Sei que não é fácil pormos em prática este modelo de uma escola ligada à comunidade. Sei que é necessário vencer constrangimentos de diversa ordem para alcançarmos este ideal.

A República também foi um ideal. Por isso, acredito na vontade e no empenho

dos poderes públicos, das autarquias, das famílias, dos professores e da sociedade civil.

Com o esforço de todos, será possível realizar a ambição de uma Escola melhor, em nome de uma melhor República.

Muito obrigado.

Sessão Solene da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Horta, 8 de Outubro de 2007

Tem para mim um especial significado usar da palavra, pela primeira vez como Presidente da República, nesta casa da democracia açoriana.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, as suas palavras e cumprimento muito calorosamente os Senhores Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, representantes legítimos das aspirações e da vontade dos habitantes deste arquipélago. Na qualidade de primeiros responsáveis pela concretização da autonomia político-administrativa dos Açores, os Deputados do parlamento regional são também os principais garantes do sistema autonómico e da sua articulação com a soberania da República.

Senhores Deputados

Mais de trinta anos volvidos sobre a entrada em vigor da Constituição da República, não existe hoje em Portugal uma «querela autonómica» nem um «contentioso das autonomias» verdadeiramente digno desse nome. A existência das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não suscita a mínima controvérsia entre os Portugueses e pode dizer-se que é absolutamente consensual a ideia de que foi correcta a opção do legislador constituinte.

A consagração constitucional da autonomia, de uma autonomia política e não meramente administrativa, é, na verdade, a solução que melhor se coaduna com o interesse nacional. É ela que permite uma conjugação harmoniosa entre unidade e diversidade, que garante o reconhecimento das especificidades regionais, no respeito pela integridade da soberania do Estado, e que mais favorece a coesão nacional.

A autonomia das regiões insulares é uma das criações mais frutuosas da democracia portuguesa.

Assim, antes de avaliarmos se a actual dimensão da autonomia já é suficiente ou ainda é deficitária, deveremos congratular-nos por termos sabido encontrar

uma solução jurídico-constitucional que, ao longo de três décadas, foi fonte de progresso económico e social e assegurou uma sã convivência entre todos os Portugueses.

De facto, quando olhamos para exemplos de Estados onde a fractura entre unidade e diversidade é um problema real e até dramático, deveríamos, nem que fosse por breves instantes, saudar aqueles que, através da fórmula do Estado unitário regional, souberam encontrar um saudável equilíbrio entre dois princípios estruturantes da República Portuguesa. É, pois, devida uma palavra de reconhecimento aos deputados constituintes e à sabedoria que evidenciaram em 1976. Mas também é justo sublinhar o papel dos responsáveis pelos órgãos de governo próprio das Regiões que, no essencial, sempre defenderam o aprofundamento da autonomia sem pôr em causa a unidade nacional e contribuíram decisivamente para a demonstração prática da correcção do modelo escolhido.

A busca de um equilíbrio entre a integridade do Estado e a autonomia das Regiões e, acima de tudo, a concretização prática dos grandes princípios enunciados na Lei Fundamental nem sempre foram isentas de tensões. Mas essas tensões são próprias da dinâmica da autonomia regional e, dentro de certos limites, os atritos com o poder central são prova de que a autonomia é uma realidade viva, que pretende afirmar-se e adaptar-se às mudanças dos tempos.

Senhores Deputados

Não compete, naturalmente, ao Presidente da República desenhar a arquitectura constitucional do sistema autonómico. O leque de poderes atribuído às Regiões Autónomas, seja na versão originária seja nas suas subseqüentes revisões, é matéria da competência exclusiva da Assembleia da República. Nesta sede, o que se oferece dizer, numa apreciação global, é que os órgãos de governo próprio dispõem hoje, sobretudo em virtude das últimas revisões da Constituição, de um conjunto vasto de atribuições, competências e poderes.

E pode ainda dizer-se que os grandes desafios que se colocam ao futuro das autonomias passam, hoje, mais pelas políticas adoptadas do que pela consagração formal de novas competências e de novos poderes. Na verdade, independentemente de aperfeiçoamentos que venham a ser introduzidos no futuro, o tempo é de concretizar as atribuições que a Constituição confere às Regiões Autónomas

dos Açores e da Madeira, de desenvolver no terreno os poderes que os órgãos de governo próprio possuem e de aprofundar a solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional, num espírito de diálogo frutuoso entre os órgãos regionais e as autoridades da República.

Senhores Deputados

Tenho acompanhado de forma particularmente atenta o processo político, económico e social açoriano. Essa é a obrigação natural do Presidente da República, enquanto garante da unidade do Estado. E a circunstância de os Representantes da República para as Regiões Autónomas serem nomeados pelo Presidente da República e responderem exclusivamente perante ele é um motivo adicional para que o Presidente procure conhecer de perto a realidade insular e os seus problemas.

Desejo, por isso, reiterar a minha confiança nos Representantes da República para as Regiões Autónomas, que aqui saúdo, fazendo votos de que os mesmos disponham de um estatuto adequado ao cabal exercício das suas competências de representação da soberania da República.

Desejo, também, enaltecer a força de vencer das populações açorianas. Ainda recentemente, ao deslocar-me aos Estados Unidos, contactei diversas comunidades portuguesas da diáspora, em que se integram muitos cidadãos vindos dos Açores. Em todos encontrei o mesmo inconformismo, o mesmo desejo de ultrapassar dificuldades e, também, o mesmo sentido de ligação às Ilhas de onde partiram. É esse o espírito do povo açoriano, o espírito que sempre marcou desde o mais humilde habitante destas ilhas às grandes figuras da vida pública nacional, como Manuel de Arriaga ou Teófilo Braga, ou aos nomes maiores da nossa cultura, como Antero de Quental, Vitorino Nemésio ou Natália Correia.

Tenho, por isso, confiança em que os Açorianos saberão aproveitar as oportunidades que o futuro próximo lhes oferece.

Estou certo de que, com os apoios previstos no Quadro de Referência Estratégico Nacional, os Açores darão novo impulso ao processo de desenvolvimento económico e social que se vem registando desde há anos, sobretudo desde a nossa adesão às Comunidades Europeias. A União Europeia veio mostrar que o princípio da solidariedade não envolve apenas o Estado e as suas regiões insulares; deve igualmente nortear a relação de toda a Europa com os seus espaços ultraperiféricos.

Senhores Deputados

Um parlamento é, por essência, a morada do pluralismo. Os representantes do Povo, aqui reunidos, pertencem a diversas forças partidárias, perfilham sensibilidades ideológicas distintas, têm ideias próprias quanto aos destinos desta Região Autónoma. A nobreza do trabalho parlamentar decorre justamente da capacidade de representar, de modo frutuoso, a pluralidade das opiniões e das tendências existentes numa sociedade. E, como é evidente, a sociedade açoriana não foge a esta regra. Coexistem aqui opiniões diferentes quanto ao governo da Região, orientações diversas para o futuro dos Açores. Este pluralismo, e a riqueza que dele se retira, constituem um património que a vós, Senhores Deputados, cabe preservar. A diversidade de opiniões é um atestado da maturidade da vida pública da Região e do empenhamento cívico das suas gentes.

Estou certo de que os Deputados desta Assembleia têm o sentido de responsabilidade necessário para assegurar um relacionamento saudável com as autoridades da República e de que estas estão empenhadas no desenvolvimento de um diálogo frutuoso com os órgãos de Governo próprio da Região.

Estou certo, também, que o pluralismo espelhado nestas bancadas é um valor essencial, que jamais será posto em causa. Daí a minha esperança de que, em articulação com os poderes centrais e através da obtenção de consensos quanto aos grandes desígnios insulares, será possível aprofundar de forma equilibrada a autonomia dos Açores e promover o seu progresso.

Senhores Deputados

Ao visitar os Açores, não podia perder de vista a importância que o mar possui para esta Região. Os Açores sempre constituíram uma plataforma fundamental de apoio à navegação e ao início das rotas comerciais atlânticas. Foi a partir destas Ilhas que se fixou uma das mais importantes bases da expansão marítima portuguesa, o que mostra a singularidade histórica dos Açores e o seu papel natural de ponto de encontro da terra com o mar.

Por isso, ao realizar aqui uma jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada às Ciências e Tecnologias do Mar, pretendi associar a minha visita à preocupação pelos oceanos, que expressei desde o início do meu mandato. Na verdade, logo ao tomar posse como Presidente da República, tive ocasião de dizer: «É tempo de

prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade».

Os Açores, ao longo da História, são um exemplo da convivência única que os Portugueses souberam estabelecer com os oceanos. É difícil encontrar melhor local e melhor ocasião para lembrar este tema do que esta sessão no parlamento açoriano. O mar é um património que Portugal deve preservar e saber aproveitar. Constitui, porventura, o nosso mais importante activo de futuro.

Os Açorianos, que desde há séculos souberam explorar as potencialidades oferecidas pelo Atlântico, compreenderão certamente o sentido deste meu apelo. Um apelo que se dirige a todos os Portugueses, mas que hoje faço, muito calorosamente, aos habitantes de uma terra a que, com inteira razão, já chamaram as «Ilhas Encantadas».

Muito obrigado.

Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de Ponta Delgada

Ponta Delgada, 9 de Outubro de 2007

Quero, antes de mais, agradecer à Câmara Municipal de Ponta Delgada, na pessoa da sua Presidente, o convite que me dirigiu para participar nesta Sessão Solene. Quero também agradecer o facto de este Município ter decidido oferecer-me a sua Chave de Ouro. Trata-se certamente de um sinal de distinção relativamente ao Presidente da República que, nessa qualidade, pela primeira vez se desloca a esta Região Autónoma. Ao receber esta alta distinção, saúdo muito calorosamente a população de Ponta Delgada e de toda a ilha de São Miguel.

Graças aos investimentos realizados e ao esforço das suas gentes, Ponta Delgada tem sofrido uma modernização que não podemos deixar de registar. Por toda a parte, são visíveis os sinais de desenvolvimento e progresso, que fazem com que Ponta Delgada seja actualmente uma terra que se distingue pela riqueza do seu património cultural, pela sua abertura ao mundo, pela diversidade da sua oferta turística e pela qualidade dos seus equipamentos públicos.

A satisfação pelo progresso de Ponta Delgada é tanto maior quanto verificamos que a modernização do Município e o desenvolvimento da ilha de São Miguel não afectaram os equilíbrios que fazem destas terras um dos mais deslumbrantes lugares de Portugal, com paisagens de emocionante beleza, onde o mar e a terra se encontram.

É, assim, com o maior gosto e a maior honra que recebo esta alta distinção e que me encontro nos Paços do Concelho do município de Ponta Delgada, cidade desde o ano de 1546, por alvará régio de D. João III. Um historial tão antigo e uma genealogia tão ilustre são elementos que interpelam e responsabilizam todos os que aqui se dirigem. Obrigam-nos a meditar sobre a presença multissecular dos Açores na nossa História.

Aqui sempre se projectou, de um modo singular, a vocação atlântica de Portugal. Os Açores foram e são uma plataforma entre continentes, a ponte de união de dois mundos, o espaço privilegiado de realização do europeísmo atlântico.

Esta é uma terra de confluências e de encontros. Desde logo, de encontro entre a Europa e o Novo Mundo, que a diáspora açoriana tão bem espelha. Mas, também, de encontro entre o Continente e as suas regiões insulares, que, pela sua posição geográfica, detêm particularidades que devem ser respeitadas. E devem ser respeitadas por dois motivos: em primeiro lugar, porque correspondem ao pulsar e sentir legítimos das populações deste arquipélago; e, em segundo lugar, porque tais particularidades, ao contrário do que por vezes se supõe, são elas próprias enriquecedoras do todo nacional.

É este contributo para a diversidade de Portugal que, nesta ocasião, quero sublinhar e exaltar. A açorianidade, modo de ser específico dos habitantes destas ilhas, traço peculiar da cultura e do perfil das populações deste arquipélago, é uma característica que devemos preservar como parte integrante do nosso património comum e do nosso passado multissecular.

Não é fácil descrever a personalidade dos Açores e das suas gentes. Desde logo, porque o arquipélago agrega no seu seio um conjunto de ilhas que possuem, cada uma delas, traços peculiares e inconfundíveis no seu atlantismo e na sua insularidade. O respeito pela identidade da Região Autónoma dos Açores e das diversas ilhas que a compõem é uma tarefa não isenta de dificuldades e tensões. Mas também é próprio da personalidade açoriana saber ultrapassar os problemas com determinação e inteligência.

Provavelmente, são os poetas e os homens de letras os que melhor sabem captar o sentido profundo da alma açoriana. Recordo a frase de Vitorino Nemésio, quando se dizia «feito mais de mar do que de terra». O mar, horizonte contínuo e omnipresente destas ilhas, constitui, porventura, o elemento que melhor caracteriza as gentes açorianas. Este é um povo que «nasceu no mar/Veio-lhe o sangue do sal», nas palavras de João de Melo.

Desta cidade de Ponta Delgada, que é mar e terra, que é sangue e sal, e desta deslumbrante Ilha de São Miguel, exorto todos os Açorianos, das autoridades públicas aos cidadãos, passando pelas organizações da sociedade civil, a redescobrirem o valor estratégico dos oceanos.

Muito obrigado.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2008

Portugueses

No primeiro dia deste Novo Ano, quero dirigir a todos uma saudação amiga e votos de boa saúde e prosperidade.

Penso especialmente naqueles que sofrem ou vivem em situação difícil. Penso naqueles que estão longe das suas famílias e nos militares destacados em missões internacionais de paz em várias partes do mundo.

Sei que o ano que terminou não foi fácil para muitos Portugueses.

Todos gostaríamos que a evolução da situação económica e social do País tivesse sido mais positiva e que os sinais de recuperação fossem agora mais fortes.

Mas quero começar por sublinhar um acontecimento que deve ser motivo de regozijo para todos nós. Portugal exerceu, no segundo semestre, a Presidência do Conselho da União Europeia, tarefa exigente e de grande responsabilidade. Fê-lo com eficácia, rigor e dignidade. É de toda a justiça reconhecer o papel desempenhado pelo Governo. Portugal saiu prestigiado do exercício da presidência e todos aqueles que nela trabalharam são credores do nosso apreço.

No ano que passou, melhorou o crescimento da nossa economia. Mas não são ainda seguros os sinais de que nos encontramos no caminho de uma aproximação sustentada ao nível de desenvolvimento médio dos países mais avançados da Europa.

Foram alcançados progressos no controlo do desequilíbrio das finanças públicas e surgiram sinais de recuperação do investimento, aspectos importantes para o desenvolvimento futuro do País. Mas o desemprego atingiu níveis preocupantes e são muitas as famílias que enfrentam sérias dificuldades para fazer face às suas despesas de todos os dias.

É natural que aos Portugueses se coloquem, hoje, várias interrogações.

Será possível reduzir a taxa de desemprego?

Os sacrifícios da última meia dúzia de anos garantem um futuro melhor?

Conseguirá o País aproximar-se do nível de desenvolvimento médio da União Europeia?

Será que Portugal pode vencer?

Estou convencido de que sim.

É preciso que haja mais investimento, bom investimento. A estabilidade e a confiança são factores determinantes.

É preciso que as nossas empresas sejam capazes de enfrentar a concorrência externa. O aumento da produtividade, a inovação e o progresso tecnológico são elementos-chave.

É preciso não esquecer que somos um País de pequenas e médias empresas. Sem o seu contributo, não é possível o crescimento da economia e a redução do desemprego.

É preciso que o Estado actue com eficiência e com rigor na utilização dos dinheiros públicos e não seja obstáculo a quem quer empreender e criar riqueza.

É preciso o trabalho e a determinação de todos. A construção de um futuro melhor é um esforço colectivo.

Em 2008, começarão a chegar novos apoios comunitários, um contributo da maior importância para o desenvolvimento do País. Exige-se que estes fundos sejam aplicados com verdadeiro sentido estratégico e geridos com eficiência e transparência. É uma oportunidade que não podemos desperdiçar.

Tenho-me empenhado em chamar a atenção para o papel decisivo da educação das crianças e jovens na construção do futuro que desejamos para Portugal.

O aumento do número de alunos no ensino secundário e superior e a redução do insucesso e do abandono escolares são sinais positivos do ano que terminou. Sei, também, que há mais escolas em que a qualidade do ensino é uma realidade efectiva.

Mas temos ainda muito a fazer para reduzir o atraso de qualificação dos nossos jovens, em comparação com a maioria dos países da União Europeia. Para termos sucesso, é preciso unir esforços, melhorar o clima de confiança entre todos os intervenientes no processo educativo. É preciso assegurar o empenho e a dedicação dos professores, exigir uma participação mais activa dos pais na educação dos filhos, mobilizar as comunidades locais. E não podemos dispensar a exigência para com os alunos.

O funcionamento do sistema de justiça ainda é um obstáculo ao progresso económico e social do País.

No ano que terminou, foram aprovadas importantes reformas legislativas, fruto de um entendimento político na Assembleia da República, bem como algumas medidas de modernização dos serviços de justiça. Mas os cidadãos e as empresas ainda não sentiram melhorias significativas na resposta do sistema judicial e continuam, legitimamente, a reclamar uma administração da justiça mais eficiente e mais célere.

Exige-se a todos os intervenientes neste processo que contribuam para o reforço da confiança da sociedade no sistema de justiça.

Portugueses

Para vencermos os desafios que temos à nossa frente, será altamente vantajoso o aprofundamento do diálogo entre os agentes políticos e do diálogo entre os poderes públicos e os grupos e parceiros sociais.

Há que encarar as críticas como um estímulo para fazermos melhor.

O aprofundamento do diálogo permitirá, certamente, melhorar a compreensão das políticas, reduzir a conflitualidade e as tensões, e criar uma envolvente mais favorável ao desenvolvimento do País.

A todos se exige realismo e consciência da forte concorrência que a produção nacional enfrenta no mundo global em que vivemos.

Perante as dificuldades de crescimento da nossa economia, perante a angústia daqueles que não têm emprego e a subsistência de bolsas de pobreza, devemos concentrar-nos no que é essencial para o nosso futuro comum, e não trazer para o debate aquilo que divide a sociedade portuguesa.

Não desviemos as atenções do que é verdadeiramente importante.

Nos esforços que tenho feito para mobilizar os Portugueses para os problemas da inclusão social, obtive respostas que me encheram de alegria. Há, hoje, no País um reavivar do espírito de voluntariado, uma maior sensibilidade das empresas quanto à sua responsabilidade social e é mais forte o movimento de solidariedade em relação aos desfavorecidos.

Apesar disso, e do esforço do Estado na área da protecção social, não podemos deixar de nos inquietar perante as desigualdades na distribuição do rendimento que

as estatísticas revelam. Sem pôr em causa o princípio da valorização do mérito e a necessidade de captar os melhores talentos, interrogo-me sobre se os rendimentos auferidos por altos dirigentes de empresas não serão, muitas vezes, injustificados e desproporcionados, face aos salários médios dos seus trabalhadores.

Nesta ocasião, quero ainda chamar a atenção dos Portugueses para dois problemas graves, em que a todos cabe uma quota-parte de responsabilidade:

Primeiro, a baixíssima taxa de natalidade que se regista em Portugal. Se não nascerem crianças, é o nosso futuro colectivo que está em causa. Precisamos de políticas activas de promoção da natalidade e de protecção das nossas crianças, em que sejam dadas às famílias melhores condições para poderem criar os seus filhos.

Em segundo lugar, o elevado número de pessoas que continuam a morrer em acidentes rodoviários. Temos de ser mais exigentes na formação de cada um para conduzir. Não podemos transigir com aqueles que, ao volante, põem em risco a sua vida e a dos outros.

Portugueses

Tenho visitado várias regiões do País e procurado conhecer melhor as dificuldades, os receios e as aspirações das nossas gentes.

O despovoamento e o envelhecimento das populações são problemas sérios do interior do País que os poderes públicos não podem ignorar.

O acesso aos cuidados de saúde é uma inquietação de muitos Portugueses. Não estão seguros de que os utentes, principalmente os de recursos mais baixos, ocupem, como deve ser, uma posição central nas reformas que são inevitáveis para assegurar a sustentabilidade financeira do Serviço Nacional de Saúde. Seria importante que os Portugueses percebessem para onde vai o País em matéria de cuidados de saúde. Poderiam, assim, avaliar melhor aquilo que tem sido feito.

Nos meus contactos, tenho encontrado, nos mais variados domínios, bons exemplos da capacidade dos Portugueses para vencer os desafios dos novos tempos. Nas empresas, na ciência, na cultura, na educação, na acção social.

No quadro das minhas competências, tenho procurado incentivar uma nova geração de gente empreendedora e criativa, que não receia a concorrência. Gente que, do Estado, não espera favores, mas apenas que não lhe crie dificuldades e seja justo nos impostos.

É por isso que continuo a pensar que este é um tempo de esperança e que acredito que seremos capazes de ir mais longe. Temos todos de dar o nosso melhor para alcançar esse objectivo.

O caminho que temos à nossa frente não é fácil. A conjuntura internacional é difícil.

Mas confio na capacidade e determinação dos Portugueses. Temos a obrigação de deixar aos nossos filhos e netos um País melhor.

A todos os Portugueses, onde quer que se encontrem, renovo os meus votos de um feliz ano de 2008.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Supremo Tribunal de Justiça, 29 de Janeiro de 2008

Nesta Sessão Solene de abertura do ano judicial de 2008, começo por dirigir-me ao Povo português, pois é em seu nome que a justiça é administrada. Os cidadãos são os destinatários últimos de um poder judicial que não existe para si próprio, mas para realizar duas das mais nobres aspirações humanas: a justiça em liberdade e a segurança em sociedade.

Saúdo, pois, todos os cidadãos que legitimamente procuram os tribunais em busca de justiça e que esperam que os tribunais, com independência e rigor, lhes façam justiça num prazo razoável.

Saúdo também a magistratura portuguesa, prestando a minha homenagem à dedicação dos magistrados e ao esforço que têm feito para tentar resolver em tempo útil os milhares de processos que todos os anos afluem aos nossos tribunais.

A nobreza da função jurisdicional exige que as magistraturas sejam dignificadas e prestigiadas. Trata-se de uma imposição que interpela não só os agentes políticos mas também os próprios magistrados e os operadores judiciários em geral, no quadro de uma cultura de responsabilidade e elevação, avessa a ambições pessoais de protagonismo ou exposição pública.

Ao contrário do que sucede com os demais órgãos de soberania, os tribunais não têm uma legitimidade democrática directa. A sua legitimidade é uma legitimidade de exercício, não uma legitimidade de título, para usar dois conceitos que todos os presentes nesta sala bem conhecem. A legitimidade da função de julgar depende do tempo e do modo como essa função é exercida. Daí que um sistema judicial só possa considerar-se verdadeiramente democrático se for capaz de dar resposta, de modo eficaz e em tempo oportuno, às expectativas da comunidade.

Por isso, é frequente suscitarem-se, em torno da justiça, algumas interrogações. Perguntas simples, mas essenciais: os Portugueses confiam e acreditam na justiça do seu país? Aos olhos dos cidadãos, o nosso aparelho judiciário é eficiente

e capaz de proteger os seus direitos? O nosso povo considera que a justiça que temos é verdadeiramente justa e igual para todos?

A resposta a estas questões é fundamental para definir o perfil e o futuro da justiça portuguesa. Sem cedência a populismos fáceis ou de ocasião, é indiscutível que qualquer reforma do sistema judicial tem de ir ao encontro dos legítimos anseios de justiça e de segurança dos Portugueses.

Desde há muito que se fala em crise da justiça e na necessidade de reformar o sistema judicial. Para isso, fazem-se novas leis, alteram-se códigos, ensaiam-se novas soluções, confia-se no poder das novas tecnologias. Muitos problemas encontram-se diagnosticados. Em diversas áreas, foi possível obter consensos. No entanto, a dúvida permanece: os Portugueses revêem-se no aparelho judiciário e nas decisões dos magistrados? Os cidadãos orgulham-se da justiça do seu país?

Perante as reformas já introduzidas ou em curso, deveremos ter presente, antes de mais, que um sistema normativo pode ser muito perfeito de um ponto de vista técnico-jurídico, mas só será eficaz se, em torno dele, se reunirem três condições. Em primeiro lugar, as reformas devem ser compreensíveis pelos cidadãos. Mesmo aqueles que não possuem formação jurídica devem ser capazes de apreender, nas suas linhas fundamentais, o sentido das alterações introduzidas na ordem jurídica do seu país. E, sem prejuízo do necessário rigor técnico, também as decisões judiciais têm de possuir a necessária clareza que as torne perceptíveis para os seus destinatários. Do mesmo modo que a política judicial tem de seguir uma linha de rumo coerente e transparente, a jurisprudência deve ter fundamentos racionais e critérios de justiça material que o cidadão seja capaz de perceber. Legislar com clareza e decidir com responsabilidade são imperativos de cidadania.

Em segundo lugar, não é possível ter a pretensão de reformar a justiça sem ouvir aqueles que, com um saber de experiência feito, conhecem como ninguém o quotidiano da vida judiciária e todos os dias lidam com milhares de processos nos nossos tribunais. Qualquer lei, por mais perfeita que seja em teoria, não existe em abstracto. Se as leis têm de ser claras e perceptíveis para os cidadãos, mais ainda o devem ser para aqueles que têm a função de as aplicar aos casos concretos. A feitura das leis jamais pode prescindir de uma ponderação realista das

condições da sua aplicabilidade. De nada adianta termos leis muito avançadas ou ambiciosas se não dispusermos de meios para as pôr em prática. E só quem pratica o Direito é capaz de dizer se o Direito que se faz é praticável.

Em terceiro lugar, as grandes alterações ao ordenamento jurídico devem ser acompanhadas de um escrutínio permanente dos respectivos resultados. É essencial sabermos que efeitos produziu uma determinada reforma, se teve consequências positivas ou negativas em relação aos fins que se propunha alcançar. É fundamental perceber o que correu bem e o que correu mal, para sermos capazes de avaliar objectivamente aquilo que deve ser corrigido e melhorado. Julgamos com frequência que uma reforma se faz através de uma simples mudança dos textos normativos. Não é verdade. Alterar normas jurídicas pode não ser a parte mais difícil de qualquer reforma. Uma verdadeira reforma faz-se com ponderação e equilíbrio, com sentido de estabilidade e previsão das suas consequências e dos seus custos. As alterações nos nossos códigos e nas nossas leis devem ser sujeitas a uma monitorização contínua dos resultados produzidos e a um esforço de detecção precoce dos problemas. De nada vale fazer reformas se não fizermos um balanço da sua eficácia para o aumento da produtividade e da qualidade do serviço público da justiça.

De resto, em relação a todas as grandes reformas, sejam elas nos domínios da justiça, da segurança social, da educação, da saúde ou qualquer outro, seria de toda a vantagem generalizar a prática da criação de pequenos núcleos de acompanhamento da respectiva execução, de modo a que os agentes políticos introduzam as melhorias que a experiência revele serem necessárias.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Todos sabemos que a actividade judicial tem os seus tempos próprios. Os ritmos de uma justiça de qualidade não são, nem devem ser, os ritmos vertiginosos da comunicação social, de quem se espera também contenção, seriedade e rigor no tratamento noticioso dos casos pendentes nos nossos tribunais. Mas o tempo da justiça tem de ser o tempo dos cidadãos, o tempo de uma sociedade em permanente mudança.

Do funcionamento eficaz do aparelho judiciário depende a concretização dos direitos e das garantias individuais, mas também o desenvolvimento económico

e social de um país. A justiça tem custos, mas uma justiça tardia ou imprevisível terá sempre custos muito superiores para o progresso e o bem-estar de um país. Os tribunais, é certo, não são indústrias de produção de decisões judiciais. Mas nem por isso devem estar isentos de uma apreciação quantitativa do trabalho que desenvolvem. A celeridade não é um valor absoluto, mas a lentidão não pode ser uma prática instalada.

As deficiências de funcionamento do sistema judicial perturbam a fluidez e o dinamismo da actividade económica, afastam o investimento, contribuem para o aumento das tensões e dos conflitos sociais, potenciam o crescimento da insegurança.

O acesso ao Direito e aos tribunais é um direito fundamental que tem de continuar a ser assegurado e aprofundado. Só existe igualdade perante a lei onde e quando existir igualdade no acesso à justiça e a todas as garantias processuais. A justiça não pode estar à mercê daqueles que recorrem a todos os instrumentos processuais como meio dilatatório para impedir ou retardar o trânsito em julgado das decisões judiciais. O Estado de direito não pode ser refém daqueles que dispõem de maiores recursos.

Além de uma condição de desenvolvimento, a celeridade na realização da justiça é também um imperativo de igualdade social. Não é tolerável que o desfecho de alguns processos se arraste durante anos apenas porque as partes dispõem de meios para evitarem a realização pronta da justiça. É inadmissível que as garantias processuais, que existem para fazer justiça, acabem por reproduzir e até amplificar desigualdades existentes na sociedade. Se assim for, a justiça converter-se-á num elemento criador de novas injustiças e num novo factor de exclusão social.

Não é esse, decididamente, o modelo de justiça que desejo para Portugal. E estou certo de que também não é esse o modelo de justiça que os presentes nesta sala pretendem para o seu País.

É urgente, por isso, que exista uma mobilização colectiva em torno da justiça, um compromisso cívico para a melhoria do sistema judicial.

Neste contexto, os cidadãos e as empresas são chamados a partilhar uma cultura judiciária de responsabilidade, compreendendo, antes de mais, que a justiça tem custos associados. É um dever cívico não sobrecarregar o sistema judicial com

litígios que poderiam ser resolvidos noutra sede. É um dever cívico respeitar as decisões judiciais e quem as profere. É um dever cívico não utilizar a justiça para fins que lhe são alheios.

Uma cultura judiciária de responsabilidade interpela igualmente os agentes políticos e os operadores jurídicos. Não adianta apurar responsabilidades entre quem legisla e quem aplica as leis, prolongar conflitos e tensões que só descredibilizam a justiça e os seus protagonistas aos olhos dos cidadãos. De pouco vale tentar encontrar culpados pelo estado do sistema judicial português. As culpas podem ser de alguns, mas o problema da justiça a todos afecta.

Como disse no início, o sistema de justiça não existe para si próprio, mas para servir os cidadãos. Os Portugueses querem mais segurança e melhor justiça.

O Presidente da República estará sempre ao lado dos cidadãos na defesa daqueles valores fundamentais do Estado de direito democrático. Em nome desses valores, faço votos de que o ano judicial que agora se inaugura seja um ano de tranquilidade, de trabalho e de exigência. Estou certo de que todos contribuirão serenamente para que Portugal tenha uma justiça de qualidade, vocacionada para os cidadãos e que funcione com eficácia e rigor. Em nome de uma justiça mais justa, desejo-vos um bom ano judicial de 2008.

Cerimónia de Inauguração da Estátua do Rei D. Carlos

Cascais, 1 de Fevereiro de 2008

No dia 28 de Setembro de 1878, há cento e trinta anos, por ocasião do décimo quinto aniversário do Príncipe D. Carlos, foi iluminada a esplanada da Cidadela de Cascais com recurso a uma novidade que a técnica de então proporcionava: a energia eléctrica. Usaram-se seis candeeiros, encomendados pelo rei D. Luís, dotados de uma invenção recente: a lâmpada com velas carbónicas. Tratava-se de lâmpadas de arco voltaico com eléctrodos de carbono, que, pela primeira vez, tornavam possível a instalação de sistemas de iluminação pública eléctricos.

A primeira utilização, em todo o mundo, do novo invento tinha ocorrido em Paris, apenas quatro meses antes. Assim, Portugal acompanhava os progressos mais vanguardistas da técnica e o jovem D. Carlos era associado ao auspicioso evento. As velas carbónicas, contudo, apresentavam um grave inconveniente: tinham uma vida muito curta, sendo necessário substituí-las, manualmente, com frequência. Foi então que se manifestou o engenho português: um professor do Liceu de Santarém, João Rodrigues Ribeiro, imaginou um dispositivo simples, barato e funcional de comutação das velas. Os planos do invento português foram publicados em 1879, no *Jornal das Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*. Mas, apesar de todas as suas qualidades, não foi pedida a patente nem sequer alguma vez foi levado à prática. Tratou-se, apenas, de uma ideia notável a que não foi dada qualquer utilidade.

As lâmpadas que iluminaram a Cidadela e o gerador que as alimentou, doados pelo rei D. Luís à cidade de Lisboa, rapidamente caíram no esquecimento. O sistema era pouco funcional e ninguém se lembrou de aplicar o mecanismo de comutação do invento professor de Santarém.

Também nesse ano de 1878, o rei D. Luís presenteou o filho primogénito com a sua primeira embarcação, o *Nautilus*. A imagem do elegante veleiro seria, então, preservada por D. Carlos numa admirável aguarela. Foi, pois, aqui, em Cascais, nesse ano de 1878, que se começou a afirmar a vocação artística, científica e prática de um homem que sempre esteve profundamente ligado ao mar.

Genuinamente interessado pela cultura, pela arte e pelos progressos da vida moderna, D. Carlos foi mais do que um homem culto. Foi um praticante empenhado da arte e da ciência. Um rei, um sábio, mas também um fazedor.

A ornitologia, a oceanografia, a biologia marinha, a meteorologia são disciplinas que muito lhe ficam a dever no nosso país. Emprestou ainda o seu empenho à introdução de novas técnicas, como a energia eléctrica, a fotografia ou a telegrafia sem fios. Importava, acima de tudo, que Portugal não ficasse para trás. Ou, para utilizar uma expressão sua, o que importa é “ir para diante”. É uma máxima que ainda se aplica aos nossos dias.

O seu papel pioneiro no domínio das ciências do mar terá sempre de ser enaltecido. D. Carlos foi dos primeiros a perturbar a quietude quase absoluta das profundidades oceânicas. Numa altura em que estrangeiros começavam a mostrar interesse pelo conhecimento das águas portuguesas, D. Carlos promoveu o seu estudo por oceanógrafos portugueses em navios de pesquisa nacionais. Durante as suas campanhas científicas nos iates *Amélia*, D. Carlos capturou, catalogou e conservou inúmeras espécies, algumas das quais só então se tornaram conhecidas. Estudou-as no seu laboratório, o primeiro laboratório oceanográfico português, que instalou aqui mesmo, na Cidadela de Cascais.

O acervo de zoologia marinha que D. Carlos recolheu ainda hoje enche de admiração todos aqueles que visitam a Colecção Oceanográfica D. Carlos I, no Aquário Vasco da Gama, criado no seu reinado.

Assim fundou a ciência oceanográfica portuguesa. Ainda hoje, o Instituto Hidrográfico da Marinha continua os estudos então iniciados sobre os fundos marinhos das nossas águas, por intermédio, entre outros, do navio hidrográfico baptizado *D. Carlos I*. Nada mais apropriado do que ver o seu nome associado a um navio da Marinha Portuguesa onde se produz conhecimento científico cuja primeira utilidade é servir o interesse nacional.

O “Prémio do Mar Rei D. Carlos”, criado e atribuído pela Câmara de Cascais para distinguir investigações no domínio das ciências históricas e do mar, é, por tudo o que ficou dito, o reconhecimento devido pelo contributo do cientista para o conhecimento do oceano que banha o Continente e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Mas D. Carlos, além de descobrir o relevo e a fauna dos fundos marinhos, também

procurou realizar um estudo metódico sobre os recursos piscícolas das nossas águas, com o intuito declarado de auxiliar o progresso da nossa indústria pesqueira. Pretendia, já então, obter os conhecimentos e determinar os meios para uma exploração racional dos recursos existentes.

Era um homem do seu tempo, esse final do século XIX em que se acreditava que a Ciência permitiria à humanidade dominar a natureza e determinar o seu futuro. Porventura impressionado pelo modo como podíamos ter acesso aos avanços da ciência e da técnica sem que os aproveitássemos para o bem de todos, como acontecera com a iluminação pública em 1878, D. Carlos tinha plena consciência de que, nos mais diversos domínios, só a junção do conhecimento científico com a sua aplicação prática poderia criar condições para desenvolver o País e melhorar a condição dos portugueses.

D. Carlos recebeu uma combinação rara de dons, entre eles a vocação e o talento para pintar. Dotado de elevado grau de perfeição técnica e de sensibilidade artística, as suas paisagens revelam um artista que tem na natureza o seu motivo de eleição. Dele se dizia que, instalado na Cidadela de Cascais, sempre vigilante, capturava na tela todas as embarcações que cruzavam a embocadura do Tejo. Várias das suas aguarelas com motivos marinhos podem ser admiradas nas exposições do Museu do Mar Rei D. Carlos, aqui em Cascais.

Ao preferir os temas marinhos, D. Carlos escolheu o melhor dos nossos símbolos. A vida marítima, a sempre presente em nós convivência com o mar, o fronteiro e longínquo, forjaram um modo de ser português. A nossa identidade, ou seja, o modo como definimos em comum a nossa realidade e o nosso futuro, é determinada pela relação que mantemos com o mar. É algo que nos une, simbolicamente, como referente histórico e cultural. Dá-nos sentido colectivo.

Contudo, depois da exaltação da epopeia, algo de estranho sucedeu: voltámo-nos para nós próprios, virando costas ao mar. D. Carlos, como rei, como cientista e como artista, foi daqueles que mais fez para promover um reencontro simbólico com a nossa natureza colectiva.

Esse sentido de abertura marcou o modo como interpretou o seu papel como monarca. Viajante habituado, frequentador das cortes europeias, era conhecedor do mundo como poucos portugueses do seu tempo. Consciente das nossas possibilidades, sabedor das dependências de então, procurou servir o País na

diplomacia, tentando a afirmação de Portugal no concerto das nações, numa época particularmente delicada, na qual já se adivinhavam as convulsões que marcariam o século XX.

Em sucessivas viagens a nações estrangeiras, soube suscitar simpatias. Com o seu envolvimento, conseguiu-se que visitassem Portugal alguns dos mais proeminentes dirigentes políticos das grandes potências de então, o que constituiu importante vitória diplomática para o nosso País.

Com esta estátua que hoje inauguramos, presta a vila de Cascais homenagem a D. Carlos, homem do mar. Nesta imponente figura de bronze, vemos o Rei D. Carlos a bordo de um dos seus iates *Amélia*, homenagem à sua rainha. Está de pé, junto à balaustrada, vigiando o horizonte. Aquele que, no mar, estava no seu elemento, ficará aqui, junto à Cidadela, contemplando-o para sempre.

Parece olhar serenamente o horizonte, como quem busca novas fontes de saber sobre o mar. Ou como quem adivinha tormentas, mas quer enfrentá-las sem mostrar temor, como era próprio, garantem-nos os contemporâneos, do seu carácter.

Quis o destino que D. Carlos, como Rei, enfrentasse tempestades. Quiseram os homens que lhe não fosse dado tempo para as superar. Neste momento em que se completam cem anos sobre a trágica morte do Rei D. Carlos, é nosso dever honrar a memória de um Português que sempre procurou servir a Pátria.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Mensagem Dirigida ao *IBM Business Leadership Forum 2007*

Lisboa/São Petersburgo, 10 de Maio de 2007

Antes do mais, quero agradecer o convite da IBM para participar neste fórum empresarial e para me dirigir a um público tão distinto.

A estrutura da economia global tem vindo a sofrer uma mudança acelerada.

O tradicional domínio económico e comercial dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, está a ceder perante um “mundo multipolar”, no qual as economias mais desenvolvidas já não podem considerar garantida a sua histórica liderança na inovação.

Um mundo com níveis sem precedentes de conectividade e convergência, decorrentes do poder das tecnologias de Informação e Comunicação.

Um mundo com cada vez maior abertura e interdependência económica e financeira.

Um mundo onde o acesso a novas fontes mais eficientes de capital e de trabalho, bem como a reservas emergentes de talento e inovação, é agora a base de configuração da concorrência global e da organização das empresas.

Embora complexo, este ambiente abre, de facto, uma janela de oportunidades para países como Portugal. A nossa economia aberta, a nossa situação geográfica e o hábito histórico de olhar o mundo numa perspectiva global poderão traduzir-se em significativas vantagens.

Acredito, todavia, que competir com base numa agenda global de inovação comporta três grandes desafios para os nossos políticos e empresários:

O primeiro é o de motivar as novas gerações de empreendedores a “nascer global”.

O segundo é o de proporcionar os incentivos correctos para manter as novas gerações de empresários de talento e atrair competências de elevado valor.

Finalmente, ser global deverá também significar ganhar acesso a fontes globais de financiamento, tendo a capacidade de convencer os investidores internacionais de que iniciativas empresariais de rápido crescimento podem

ser realizadas com sucesso em Portugal. Tal já se verifica com a biotecnologia ou com os semicondutores.

Patrocinei, no ano passado, a criação de um Conselho par a Globalização que acolhesse a reflexão de líderes influentes de empresas multinacionais acerca de como promover e empenhar as suas organizações, bem como a sociedade em geral, na procura de uma globalização plural.

Desejo o maior sucesso a este Fórum Empresarial IBM em São Petersburgo.

Cerimónia de Encerramento da Cimeira do Conselho Mundial de Viagens e Turismo

Lisboa, 12 de Maio de 2007

Portugal acolhe de novo a “Global Travel & Tourism Summit”, fórum de âmbito mundial justamente reconhecido como o mais importante espaço de debate sobre a problemática do Turismo.

O conjunto de personalidades presentes, o carácter abrangente e interactivo do debate e a actualidade das matérias em discussão geraram, ao longo destes dias, uma reflexão que, estou certo, muito contribuirá para um melhor entendimento dos novos desafios e oportunidades que envolvem o sector e para a definição dos necessários ajustamentos na estratégia global de desenvolvimento da actividade turística.

É, pois, com satisfação que me associo a esta iniciativa e dou as boas-vindas a todos os participantes.

O Turismo é hoje, em termos de receitas geradas, a principal actividade a nível mundial no sector dos bens transaccionáveis e aquela que apresenta maior potencial de crescimento económico futuro. Contribui para 10 por cento do produto mundial, emprega cerca de 8 por cento da população activa e tem representado, em média anual, 12 por cento do investimento global.

Em 2006, o fluxo internacional de turistas foi de 842 milhões, o que representou um crescimento de 4,5 por cento em relação ao ano anterior, sustentando um crescimento médio do produto mundial do sector ligeiramente superior a 5 por cento. Interessante é constatar que o crescimento originado nas economias mais desenvolvidas foi de cerca de 3 por cento, enquanto o dos mercados emergentes e em desenvolvimento foi superior a 7 por cento. Esta mesma tendência deverá confirmar-se nos próximos anos. Merece, aliás, referência o posicionamento actual da China – sétimo lugar – e da Federação Russa – nono lugar – entre os dez países mais gastadores do mundo em turismo e lazer, em valores absolutos, num “ranking” que é liderado pela Alemanha, seguida pelos EUA, Reino Unido, Japão, França e Itália.

As actuais previsões do sector para o horizonte de 2020 apontam para a continuação

de um ritmo de crescimento situado entre 4 e 5 por cento ao ano. Destacam-se a Ásia Meridional e o Pacífico, com a China a atingir, em 2020, a liderança no “ranking” dos países receptores, e o quarto lugar como país emissor. Estas projecções revelam-se tanto mais notáveis se atendermos ao facto de que o crescimento do sector foi praticamente ininterrupto ao longo das últimas cinco décadas, tendo sempre demonstrado uma rápida capacidade de recuperação após situações de crise.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Turismo está bem inserido na dinâmica do mercado global, onde as economias são cada vez menos estanques e as tecnologias de comunicação e informação impõem novos patamares de concorrência e de complexidade. Existe hoje uma enorme propensão nos consumidores para a fruição de turismo, viagens e lazer, e o sector projecta-se com acentuado crescimento, o que o torna incontornável nas opções de política económica dos países que querem gerar mais valor acrescentado e criar emprego.

Nesta época de globalização em que vivemos, surgem todos os dias novos destinos, antes inacessíveis ou pouco seguros e, agora, atractivos e competitivos. A promoção multiplica-se em formatos criativos, envolventes e motivadores. Os transportes apresentam opções de preço quase sem expressão económica. A procura é segmentada por grupos de interesse onde os atributos de qualidade da oferta e os factores geradores de emotividade e novas experiências marcam o posicionamento dos consumidores.

Os novos turistas são também mais independentes, mais confiantes e mais interessados. Querem destinos que lhes proporcionem percepções de qualidade, exotismo, diversidade e saber. Mais do que viajar, querem viver e registar experiências que perdurem na memória e que possam evidenciar mais tarde. São exigentes, activos e susceptíveis ao apelo das marcas e a conceitos inovadores, mas são também mais inconstantes e mais difíceis de fidelizar.

Será, assim, cada vez maior o esforço para atrair e manter clientes, segurar quotas e garantir resultados de exploração. As empresas terão de ser cada vez mais eficientes na sua gestão e eficazes na inovação, qualidade, *marketing* e comercialização dos seus produtos.

A proliferação do uso da *internet*, o rápido avanço das *low cost*, as fusões de

grupos operadores e de retalho, a oferta de soluções originais e flexíveis no alojamento turístico, os fortes investimentos em *websites*, em programas de fidelização, em *call centers* e em reservas *on-line*, bem como em grandes espaços de animação temática e criativa, são respostas recentes e objectivas às necessidades e exigências da nova geração de turistas.

Verifica-se, assim, uma dinâmica à qual as instituições nacionais e internacionais responsáveis pelo acompanhamento do sector do Turismo e pelo seu equilíbrio enquanto actividade económica de expressão mundial não podem, naturalmente, ficar alheias.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Turismo fomenta o relacionamento e o conhecimento entre pessoas, povos e nações. Viajar desperta nas pessoas o sentido da descoberta, fá-las viver novas experiências e emoções. Proporcionando um contacto directo entre diferentes comunidades e um intercâmbio de culturas e vivências, o Turismo estimula o mútuo entendimento das realidades do nosso tempo e permite dar a conhecer, compreender e tolerar “o outro”.

O Turismo é, assim, um instrumento de Cultura e um potencial veículo de Paz. No processo de desenvolvimento dos países, o Turismo gera o aparecimento de novas infra-estruturas e serviços de apoio, impõe a recuperação do património construído, fomenta a afirmação dos valores e da identidade das regiões, ajuda a qualificar os espaços envolventes, estimula a recuperação ambiental e motiva a promoção externa da nova realidade instalada. Para as comunidades locais, estes são factores de progresso económico e de bem-estar, além de elementos congregadores de auto-estima e confiança no futuro.

Atentas estas realidades, são muitos os países e as instituições internacionais que entendem que os problemas do desenvolvimento sustentável, da redução da pobreza e do reforço da segurança passam pelo adequado aproveitamento das potencialidades oferecidas pela actividade turística. Acreditam que o Turismo, sendo elemento dinamizador de desenvolvimento económico, pode funcionar como instrumento de combate à pobreza e como agente de consolidação da segurança e da paz no mundo.

Poucas actividades económicas podem, na verdade, contribuir de forma tão eficaz

e tão rápida para o crescimento económico, em territórios com reduzida prestação produtiva, como o Turismo.

No entanto, como é hoje amplamente reconhecido, a singularidade e a fragilidade de muitos dos recursos utilizados na produção turística implicam um extremo cuidado no que se refere à gestão dos impactos associados ao seu crescimento. Se estes não forem devidamente acautelados, as pressões que se exercem sobre o território, o ambiente, a cultura e a envolvente socio-económica podem ser desastrosas e, a prazo, todos perderem: os turistas, que ficam frustrados nas suas expectativas, e os destinos, que vêem a sua oferta degradar-se.

A sociedade e as gerações futuras exigem aos actuais actores dos processos de desenvolvimento turístico, sejam eles empresários, decisores institucionais ou organizações internacionais, um particular sentido de responsabilidade. Sabemos que os projectos têm que ser economicamente viáveis, mas também sabemos que, para serem sustentáveis, devem ser culturalmente ricos, ambientalmente responsáveis e socialmente justos.

Reconheço que nem sempre é fácil satisfazer este conjunto de requisitos, mas temos o dever de o conseguir.

Vejo, aliás, com satisfação que o sector se mostra cada vez mais consciente destes desafios e do que eles representam para a boa gestão do seu próprio crescimento. Saúdo todos os participantes nesta 5ª edição da “Global Travel & Tourism Summit”, desejando que esta estada em Lisboa tenha sido uma proveitosa oportunidade de trabalho, e, para aqueles que nos visitam, também uma experiência turística que lhes suscite vontade de regressar a Portugal.

IV Encontro Nacional de Inovação COTEC

Lisboa, 16 de Maio de 2007

Felicitos a COTEC pela escolha, neste seu Encontro Nacional, do tema da educação e qualificação. Trata-se de uma questão central, não só para o debate mais amplo sobre inovação, mas também para o entendimento dos desafios que se colocam ao nosso País na transição para uma economia baseada no conhecimento.

Sabemos que, no mundo global em que vivemos, a inovação e a criatividade assumem um valor económico superior. Os empresários já perceberam a importância, cada vez mais decisiva para o seu sucesso, da capacidade de transformar ideias em produtos e serviços inovadores. Os agentes políticos estão também conscientes de que são os sectores intensivos em conhecimento os que maior potencial de crescimento apresentam e os que melhor podem sustentar o progresso económico e social do País.

No entanto, para que o investimento em inovação se enraíze e frutifique, é necessário desenvolver junto dos Portugueses uma pedagogia que realce as vantagens da educação e da qualificação para o aumento da produtividade. Todos têm de ter presente que a qualificação dos recursos humanos dará às nossas empresas condições de competirem com maior sucesso.

Nunca, como hoje, se falou e escreveu tanto acerca de inovação e empreendedorismo. Temos de reconhecer, todavia, que Portugal continua a ter um fraco índice de actividade empreendedora. Mudar esta situação é uma tarefa tão necessária quanto árdua. Existem, em todo o caso, sinais encorajadores. Há uma nova geração de jovens que nos dá motivos para acreditar no futuro. Uma geração que viveu inteiramente a experiência de nascer e crescer num ambiente em que é natural o uso das novas tecnologias. Uma geração que tem adquirido e acumulado qualificações académicas como nunca antes sucedeu em Portugal. Uma geração que, através de programas como o *Erasmus*, deu um novo significado à palavra «mobilidade» e um novo sentido à ideia de integração europeia.

Devemos, no entanto, estar conscientes de que a mobilidade implica também o risco de muitos dos nossos jovens, porventura os mais qualificados, abandonarem

o País e rumarem a locais que lhes proporcionem melhores condições de realização pessoal e profissional.

Recentemente, dirigi um apelo aos jovens para que não se conformassem. Insisto neste apelo às novas gerações: ao pensarem na vossa carreira profissional, não desistam de Portugal. Mas, para que os jovens empreendedores não desistam de Portugal, é também necessário que Portugal não esqueça as novas gerações, a sua voz, as suas ambições.

É preciso fazer um esforço para que o nosso País tenha um ambiente que estimule a iniciativa e que seja favorável à realização de investimentos em áreas inovadoras. Nesta perspectiva, gostaria, desde logo, de sublinhar a importância de ultrapassarmos o estigma habitualmente associado, entre nós, ao fracasso de uma iniciativa empresarial. A experiência de falhar é inerente ao risco e pode representar, inclusivamente, uma capacidade acrescida de sucesso futuro. Só não fracassa quem se resigna, quem não ambiciona.

Destacaria, igualmente, a necessidade de reforçar a oferta de condições e incentivos para que jovens com vocação empreendedora possam explorar novas ideias, tecnologias e modelos de negócio.

Existe um enorme potencial acumulado nos espaços universitários e nos centros de incubação de empresas, potencial esse que importa colocar à disposição dos candidatos a empresários.

Tive a oportunidade, durante as etapas do Roteiro para a Ciência, de conhecer empresas cujos promotores obtiveram nas universidades os recursos necessários para o desenvolvimento das suas ideias e projectos. São bons exemplos a seguir.

Senhores Empresários e Gestores

Registo com satisfação que um dos tópicos do encontro de hoje se centrou na importância da formação para empreender. Portugal tem vindo a recuperar tempo neste domínio e já possui uma oferta considerável de cursos de empreendedorismo leccionados ao nível universitário. O sucesso deste tipo de formação, mais do que assentar em conceitos teóricos, deve passar pela focalização dos jovens em actividades práticas que os aproximem à realidade do mundo empresarial.

Decidi, pois, apoiar a actividade da Associação Aprender a Empreender,

patrocinando o seu programa “A Empresa”, que terá início no presente ano junto dos alunos do ensino secundário. Este programa visa estimular os jovens, não só a adquirirem conhecimentos sobre actividades empresariais, mas também a desenvolverem projectos específicos. Tenho a expectativa de que o previsível êxito deste programa possa representar uma fonte de motivação para o alargamento do acesso deste tipo de formação a todos os jovens portugueses.

Um dos maiores constrangimentos sentidos pelos jovens empresários consiste na dificuldade em encontrar investidores disponíveis para apostar no risco dos seus projectos. A insuficiente dimensão da oferta do mercado português de financiamento do risco tem representado um importante obstáculo à criação de novas empresas e um factor de desânimo para os jovens empresários. Saúdo, por isso, o arranque do novo programa-quadro de Inovação Financeira para o Mercado das PME – o Programa INOFIN. Espera-se que este novo conjunto de mecanismos públicos de apoio traga um novo dinamismo à criação de empresas e permita desenvolver mais rapidamente o mercado português de capital de risco.

Importa, também, incentivar as empresas portuguesas a utilizarem os mecanismos de protecção da propriedade industrial. É imperativo promover mais vigorosamente a protecção dos investimentos realizados em novas tecnologias e investigação, facilitando o acesso à protecção jurídica conferida através da propriedade industrial e do registo de ideias, marcas ou patentes.

Senhores Empresários e Gestores

Sei que me dirijo a uma audiência particularmente qualificada em matéria de inovação. Encontram-se aqui representados muitos exemplos de empresas que desenvolvem modelos de negócio com sucesso global. Umas procuraram os mercados globais num momento já avançado do seu crescimento, enquanto outras assumiram um comportamento internacional desde o primeiro dia. Em ambas as situações, a experiência que possuem constitui uma grande valia para Portugal.

No contacto com as empresas mais jovens, muitas delas desconhecidas do grande público, verifica-se que a sua atitude é já de “nascer global” ou, se quisermos, de «pensar global, agir global». Esta abordagem pode explicar-se por

razões geracionais, mas também por uma tentativa de reprodução de casos de sucesso conhecidos.

Por vezes, no entanto, escasseiam a estas novas empresas as competências e a experiência para executar processos de internacionalização acelerada. Para colmatar esta lacuna, convido-vos, Senhores Empresários, a abrirem as portas das vossas organizações aos jovens empreendedores e investigadores portugueses e a partilharem com eles as vossas experiências de internacionalização. Estou certo de que este será um contacto enriquecedor para ambas as partes.

Há um ano, lancei o desafio para a constituição, no âmbito da COTEC Portugal, de um Conselho para a Globalização, ao qual dei o meu patrocínio. O sucesso da primeira reunião, para o qual contribuiu decisivamente o empenhamento da Direcção da COTEC, estimulou a continuidade desta iniciativa, com um segundo encontro agendado para o próximo mês de Setembro.

Reitero os objectivos do Conselho da Globalização: contribuir para a compreender e divulgar o fenómeno da Globalização; criar na sociedade portuguesa o sentido de urgência para as mudanças necessárias ao sucesso no mundo globalizado; e criar e estreitar laços entre líderes de empresas internacionais e de empresas portuguesas.

Senhores Empresários e Gestores

Para cativarmos as novas gerações de empresários, necessitamos igualmente de uma nova atitude da parte da geração actual e das suas associações representativas. Uma atitude que altere práticas e hábitos na vida empresarial e que promova uma cultura de partilha em rede de competências e experiências. Destaco, por isso, o trabalho realizado pela COTEC Portugal no desenvolvimento da sua rede de PME inovadoras, à qual se juntam hoje mais 24 membros, tal como saliento o mérito do trabalho realizado no campo da classificação das actividades de I&D.

Líderes na inovação empresarial em Portugal são hoje aqui distinguidos com os Prémios de Inovação PME. Quero endereçar os meus parabéns às empresas vencedoras – a Alert e a Frulact, *ex-aequo* –, assim como à Vortal, detentora de uma Menção Honrosa, pela reconhecida excelência dos seus modelos empresariais e de inovação, e quero também deixar uma palavra de apreço a todos os que participaram no concurso.

Tive muito gosto em participar convosco neste encerramento da edição de 2007 do Encontro Nacional de Inovação COTEC. Deixo-vos com a convicção de que temos condições para realizar as mudanças no tecido empresarial do País necessárias para vencermos no mundo global, assim como para motivar e capacitar as novas gerações para atingirem os seus objectivos de realização pessoal e profissional.

III Encontro COTEC Europa

Palácio da Ajuda, 17 de Julho 2007

Quero, em primeiro lugar, expressar a minha grande satisfação por poder presidir, na companhia de Sua Majestade o Rei de Espanha e de Sua Excelência o Presidente de Itália, a esta sessão de encerramento do III Encontro COTEC Europa.

Felicitto a direcção da COTEC Portugal pelo sucesso que constitui a realização deste encontro em Lisboa, agradecendo ainda os valiosos contributos das suas congéneres de Espanha e Itália.

Quero saudar, especialmente, os dirigentes de empresas aqui presentes, com destaque para aqueles que se deslocaram de Espanha e Itália, e desejar que o contacto e a troca de experiências com os seus pares Portugueses contribuam para o aprofundamento das relações empresariais.

Este Encontro demonstra bem a vitalidade da cooperação tripartida entre as organizações COTEC e inscreve-se plenamente no espírito que preside à Estratégia de Lisboa, cujo desenvolvimento constitui uma das prioridades da Presidência Portuguesa da União Europeia. A proposta de cooperação com a Comissão Europeia, hoje apresentada aos associados, constitui um importante exemplo do que acabo de dizer. Dá um sentido comum às preocupações que são próprias de cada um dos sistemas de inovação nacionais e identifica áreas em que a COTEC Europa pode contribuir para uma execução mais eficaz das políticas da União. São conhecidas as vantagens da coordenação à escala europeia no domínio das políticas de inovação, mas são também conhecidos os riscos de uma política que não leve em devida conta as especificidades de cada país.

Hoje em dia, a globalização gera uma pressão crescente sobre a eficiência operacional das empresas, bem como níveis sem precedentes de concorrência. A participação das empresas em iniciativas da COTEC deve servir-lhes de ajuda para enfrentar os desafios que uma economia global cada vez mais integrada e competitiva coloca ao seu crescimento e ao desenvolvimento das suas estratégias de actuação.

As empresas não podem ficar à espera da próxima crise do seu sector para então procurarem soluções que, num momento de inspiração, lhes resolvam os problemas de competitividade. Para as empresas, uma forma de fazer frente aos desafios e atingir novos patamares de crescimento é apostar na transformação de ideias, por vezes ainda embrionárias, em valor económico. Isto requer, antes de mais, um esforço sistemático e integrado de identificação e de aplicação de conhecimento.

Pela sua particular agilidade, as PME podem constituir, em qualquer dos nossos países, uma fonte de inovação, criatividade e criação de emprego. Destaco, por isso, o forte dinamismo da Rede PME Inovação COTEC. Fazem parte desta Rede algumas empresas portuguesas de classe mundial, líderes nos seus mercados. A sua experiência de sucesso em processos de inovação e internacionalização é de grande valia e merece ser partilhada.

Senhoras e Senhores

Nos nossos dias, é cada vez mais claro que a necessidade de inovar para garantir a sustentabilidade ambiental é parte integrante dos requisitos subjacentes a um crescimento económico duradouro.

É urgente enfrentar, de um modo eficaz, os sintomas que comprometem a qualidade de vida das gerações futuras, designadamente o aquecimento global e a escassez e degradação dos recursos hídricos. A eco-eficiência e as tecnologias limpas assumem-se como uma necessidade e como uma oportunidade económica, e proporcionam a criação de empresas e de empregos em novos mercados.

Existem já bons exemplos, tanto no sistema científico como nas empresas, de aposta nas tecnologias limpas nos sectores da energia, do abastecimento e tratamento de água, da protecção costeira e dos resíduos. Exemplos que nos demonstram o valor da inovação aplicada à resolução de problemas concretos das nossas sociedades.

Também nas Ciências e Tecnologias do Mar se abrem grandes perspectivas de afirmação positiva e responsável face a um recurso natural essencial. A criação de uma Política Marítima Europeia é, aliás, uma das prioridades da Presidência portuguesa. No seguimento dos comentários suscitados pelo

Livro Verde elaborado pela Comissão Europeia, esperamos que seja possível delinear um Plano de Acção que dê corpo a esta Política.

Senhoras e Senhores

Estamos todos empenhados em reforçar a dimensão tecnológica e a cultura de inovação no nosso tecido produtivo. Este é um desígnio comum a Espanha, Itália e Portugal. O futuro julgar-nos-á pelos resultados concretos que as empresas do nosso espaço económico realizarem nestes domínios. Na investigação científica e tecnológica, a cooperação e a partilha de conhecimento viabilizam e potenciam novas oportunidades de inovação. Temos de unir esforços, mas temos também de procurar estar ligados às melhores redes de conhecimento em cada área científica, tecnológica e industrial.

Emerge deste Encontro o fortalecimento do conceito COTEC Europa enquanto interlocutor comum, testemunho da capacidade de coordenação e de convergência de esforços das Organizações COTEC dos nossos três países, bem como de uma dinâmica de competitividade que queremos que se traduza em benefícios efectivos para as nossas empresas, as nossas economias e as nossas sociedades.

Para isso foi decisivo o apoio de Sua Majestade o Rei de Espanha e do Senhor Presidente da República Italiana, cuja presença muito nos honra a todos.

Obrigado.

Congresso do Instituto Internacional de Estatística

Lisboa, 22 de Agosto de 2007

Interrompi, com o maior gosto, as minhas férias para dirigir a todos vós e, em particular, aos conferencistas que nos visitam de outros países, uma palavra de boas-vindas.

Estou seguro de que esta 56^a Sessão do *International Statistical Institute* será um evento de grande qualidade científica, à altura da sua longa história, do mérito dos seus participantes, e do empenho que tem sido colocado na sua realização. A adesão de cerca de 3000 congressistas e participantes, oriundos de mais de 100 países de todos os continentes do mundo, atesta a importância desta iniciativa bienal. A todos desejo uma óptima estadia no nosso país.

Enquanto professor de economia, mas também como político, atribuo uma enorme importância à qualidade da informação.

As estatísticas são um instrumento poderoso de conhecimento da sociedade, essencial à tomada de decisão, à definição e avaliação de estratégias e até ao próprio debate político. Por isso mesmo, considero que é grande a responsabilidade associada aos desenvolvimentos metodológicos e à produção e utilização de dados, quer por parte dos organismos oficiais, quer por parte de outras entidades de análise e investigação.

Esta responsabilidade é cada vez maior, dado que vivemos num mundo dependente, sedento, mesmo, de informação. A natureza global da nossa sociedade – nomeadamente na sua dimensão económica – assenta, em larga medida, na rapidez de acesso ao conhecimento e na credibilidade e relevância da informação que o suporta.

Um dos principais objectivos da comunidade estatística deve ser o de permitir informação de qualidade, cobrindo as mais diversas áreas, quer temáticas quer geográficas. Neste domínio, os progressos têm sido notáveis. A qualidade do trabalho efectuado é hoje amplamente reconhecida e o grau de disseminação, até em consequência do progresso tecnológico, tem aumentado de forma significativa.

Há, contudo, ainda muito por fazer. Recordo, por exemplo, no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as fragilidades existentes a nível da produção estatística sobre a qualidade de vida nos países menos desenvolvidos e a dificuldade que isso representa para o desenho e para a avaliação de políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza.

Outro grande objectivo deve ser o de privilegiar o rigor. É importante que a produção de informação não ceda à conveniência ou às tendências do momento. É fundamental que o trabalho estatístico seja produzido e transmitido com clareza e independência. Só assim podemos falar verdadeiramente de contributos para o conhecimento.

Creio, também, que a comunidade académica desta área do saber tem o dever de colaborar no processo de educação sobre a importância e o papel da análise estatística como forma de melhorar a nossa compreensão do mundo e de questionar pontos de vista pré-concebidos.

Independentemente da sua qualidade intrínseca, as estatísticas são, por vezes, usadas com fins demagógicos, o que todos sabemos poder ser conseguido através da manipulação dos resultados e da deturpação da informação recolhida. A comunidade científica deve contribuir para contrariar o mau uso, intencional ou não, das estatísticas.

A estatística é um instrumento fundamental do avanço científico, quer nas ciências naturais quer nas ciências humanas. O teste de teorias e o avanço da ciência acompanham em muito o grau de sofisticação e de conhecimento que a Teoria das Probabilidades e a Estatística em geral vão proporcionando.

Sendo eu próprio um economista, não posso deixar de notar que muitos laureados com o prémio Nobel da Economia receberam este prémio pelas suas contribuições para a econometria, e pelos avanços que, por essa via, foram gerados em outras áreas científicas. Exemplos como Haavelmo, Heckman e McFadden, Engle, Granger e Prescott ilustram bem o que acabei de dizer. O facto de muitos destes nomes serem laureados relativamente recentes demonstra, por seu turno, a crescente importância de metodologias estatísticas rigorosas para o avanço da ciência económica. Acredito que o mesmo se aplica, de resto, a praticamente todas as áreas do saber.

Haverá, com certeza, neste Congresso, muita discussão teórica e técnica.

O desenvolvimento de bases teóricas e metodológicas robustas é, naturalmente, fundamental para progredir na qualidade e no rigor da informação produzida. Creio, em todo o caso, que o debate científico não deve esquecer o papel cada vez mais relevante que a estatística desempenha no contexto social, político e económico.

Da formulação e da correcta utilização da estatística dependem decisões que afectam a vida – presente e futura - das pessoas, a credibilidade das instituições e a capacidade de se exercer uma vigilância adequada sobre o desempenho daqueles que decidem e governam. Estou certo de que a comunidade estatística está ciente do impacto do seu trabalho e do muito que pode contribuir para estes objectivos.

Portugal progrediu muito nos últimos anos no que respeita à produção e à qualidade das estatísticas. O trabalho que os investigadores têm realizado e o esforço técnico que tem sido feito, em instituições como o Instituto Nacional de Estatística português, no sentido de assegurar uma informação mais clara, fiável e independente tem sido notável. Este é um trabalho que deve prosseguir e ser aprofundado, quer em Portugal quer noutros países.

É uma honra, desde logo como utilizador, estar presente nesta Sessão do *International Statistical Institute*. Faço votos de que os vossos trabalhos sejam profícuos e, aos muitos que vieram de outros países, desejo que levem consigo boas recordações de Lisboa e de Portugal.

Jantar Oferecido por Ocasão do II Encontro do Conselho para a Globalização

Palácio da Ajuda, 27 de Setembro de 2007

Gostaria de saudar todos os presentes, e muito especialmente, nesta ocasião, os representantes das empresas associadas da COTEC e da rede PME Inovação que participaram no encontro desta tarde.

Fui informado de que esta iniciativa constituiu um grande sucesso, quer pela escolha oportuna dos temas, quer pelo perfil e qualidade dos oradores, que partilharam as suas experiências e perspectivas em matérias tão relevantes como o crescimento através da internacionalização, os desafios da energia e a inovação no contexto das PME.

Aproveito para dirigir uma palavra especial de agradecimento aos membros do Conselho para a Globalização, Marcelo Odebrecht, Naher Taher e Gary Bridge, pela sua disponibilidade para intervir no evento desta tarde.

Gostaria de dar as boas-vindas, igualmente, àqueles que irão participar, amanhã, em mais um encontro do Conselho para a Globalização.

Como sabem, o Conselho para a Globalização é um fórum organizado pela COTEC que, com o patrocínio do Presidente da República Portuguesa, procura reunir altos dirigentes empresariais de todo o mundo para um debate, em ambiente informal, sobre os complexos problemas que a globalização suscita nas empresas, nas sociedades e nas economias contemporâneas.

É meu propósito que deste Conselho resulte uma troca mutuamente enriquecedora de saberes e de experiências entre empresários nacionais e estrangeiros. O Conselho para a Globalização é, ele próprio, um fórum global. Isso permite-nos, naturalmente, beneficiar de uma visão abrangente e realista sobre os três temas que nos irão ocupar este ano.

O primeiro tem por objecto as estratégias de entrada nos mercados do século XXI. Parte-se da consciência de que muitas das experiências de internacionalização, tanto de empresas originárias das «economias desenvolvidas» como de «economias emergentes», nem sempre têm produzido os resultados esperados. Lançar

as bases de uma interacção mais frutuosa entre empresas e mercados dos diversos pontos do planeta é um dos objectivos deste debate.

O segundo tema está subordinado ao título «Inovação num mundo global». Deliberadamente, escolheu-se um tópico abrangente, de modo a que a discussão se processe com grande abertura, sem grandes constrangimentos, procurando respostas para questões como: Qual o verdadeiro papel da inovação no sucesso das empresas? Como se pode gerir e fazer circular a inovação em empresas que operam à escala planetária? Que acções podem os governos desenvolver na promoção da inovação global?

O terceiro e último ponto em debate relaciona-se com o papel do capital privado que, como sabem, tem vindo a adquirir um peso crescente no financiamento da economia global. Em face disso, e, neste momento, ainda com maior justificação, todos nos interrogamos: o *private equity* será um bom ou um mau amigo?

Não pretendo que, deste encontro de Sintra, surjam respostas definitivas a estas perguntas. Seria, aliás, profundamente irrealista. Mas até é positivo que não tenhamos respostas definitivas para as perguntas que a globalização levanta. É sinal da vitalidade das economias, do seu permanente dinamismo, e da liberdade com que operam os empresários. Num mundo em que as empresas actuam livremente e em que a concorrência é intensa, dificilmente haverá receitas pré-definidas ou respostas acabadas. O caminho faz-se caminhando. Mas julgo que todos ganhamos em conhecer melhor esse caminho.

A todos agradeço a vossa participação nestes Encontros, que espero serem estimulantes e contribuir para uma melhor compreensão do mundo contemporâneo. Sem dúvida, um mundo complexo, ainda atravessado por grandes assimetrias, onde emergem riscos e ameaças. Mas também um mundo feito de diferenças enriquecedoras e de novas oportunidades.

Recentemente, inaugurei nos Estados Unidos uma exposição intitulada *Encompassing the Globe*, que ilustra de forma notável a vocação universalista de Portugal e o seu pioneirismo na descoberta de novas terras, de novas culturas e de novas gentes. Diria que *Abraçar o Mundo* é também, de algum modo, o propósito do Conselho da Globalização, neste seu encontro que amanhã nos reunirá em Sintra.

Sessão de Encerramento do *Lisbon Energy Forum*

Centro Cultural de Belém, 2 de Outubro de 2007

A energia e o ambiente estão, cada vez mais, no centro da discussão pública internacional. Seja porque o combate às alterações climáticas o justifica, seja porque a segurança do abastecimento energético e a organização eficiente dos mercados o recomendam. A energia e o ambiente têm-se assumido como os novos motores da integração europeia e, mesmo à escala global, pode afirmar-se que muito do que será o novo contexto geopolítico decorrerá da evolução, integrada, daquelas políticas.

Quero, por isso, felicitar os organizadores e saudar todos os participantes do *Lisbon Energy Forum*.

A realização deste encontro ocorre, deixem-me sublinhá-lo, num momento particularmente importante.

No plano europeu, está em curso o processo de adopção de uma nova Política Europeia da Energia. Uma política assente numa nova organização do mercado europeu – mais integrado, mais bem regulado e mais transparente – e em novas metas de produção de energia renovável, de redução das emissões de gases com efeito de estufa e de eficiência energética. Não tenhamos dúvidas. Esta nova política europeia criará as condições de mercado para que ocorra uma importante reconversão tecnológica na produção e consumo de energia, num quadro de maior sustentabilidade ambiental e de maior eficiência económica, mas também contribuirá, do ponto de vista político, para que a União Europeia fale, cada vez mais, a uma só voz sobre as questões internacionais de energia. Esta é uma área em que a existência de interesses vitais, comuns aos Estados-membros, é cada vez mais óbvia.

Por outro lado, no plano internacional, iniciaram-se os debates sobre o regime climático global pós-2012, como foi o caso do Evento de Alto Nível organizado, na passada semana, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

O Quarto Relatório de Progresso do Painel Intergovernamental para as Alterações

Climáticas, publicado, recentemente, no quadro das Nações Unidas e contando com a colaboração de cerca de 2500 cientistas de todo o mundo, avançou com previsões verdadeiramente dramáticas relativamente ao aumento da temperatura, à subida do nível do mar e ao surgimento de fenómenos climáticos extremos. Este Relatório demonstra que o aquecimento global é uma questão central dos nossos dias e que as nossas decisões terão repercussões inequívocas sobre as próximas gerações.

O Planeta não pode esperar tanto tempo por um acordo em torno das novas metas e dos novos instrumentos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, para o período pós-2012, como esperou pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

O debate realizado neste *Lisbon Energy Forum*, onde se juntam grandes empresas do sector do petróleo e do gás, em torno da segurança do abastecimento energético e da organização dos mercados revela-se, portanto, inteiramente actual e da maior relevância.

Permitam-me, em todo o caso, que acrescente algumas observações, numa perspectiva mais abrangente do que a associada aos combustíveis fósseis.

A encruzilhada mundial, no sector da energia, assenta no facto de ser necessário, em simultâneo, alcançar padrões elevados de segurança do aprovisionamento, de competitividade e de redução das emissões de gases com efeito de estufa, sendo que estes objectivos têm de ser alcançados num contexto de instabilidade política e conflitos em algumas regiões do planeta, de limite físico das reservas dos recursos energéticos fósseis e, finalmente, de escalada das necessidades globais de abastecimento de energia.

A resposta, equilibrada e eficiente, a esta encruzilhada passa, entre outras vertentes, pela exploração e utilização mais inteligente dos recursos fósseis, pela aposta nas energias renováveis e pela eficiência energética no consumo.

Ora, a investigação científica e a inovação tecnológica desempenham, aqui, um papel determinante, já que urge encontrar uma profunda alteração tecnológica capaz de criar condições para a aplicação de uma nova geração de energias renováveis, para a exploração mais eficiente dos reservatórios de combustíveis fósseis e para o armazenamento e sequestro de carbono.

Tenho procurado chamar a atenção, interna e externamente, para a circunstância

de Portugal ter condições únicas no contexto da investigação e inovação tecnológica no sector da energia. Temos cientistas e laboratórios reputados, no sector da engenharia e da energia, e dispomos de condições naturais privilegiadas para o desenvolvimento de projectos inovadores de hidroelectricidade, energia das ondas, energia eólica e energia solar.

Faço votos para que o *Lisbon Energy Forum* se assuma e consolide como um importante espaço de debate sobre as questões energéticas mundiais e espero que, em próximas edições, também o sector das energias renováveis possa ser associado aos sectores do gás e do petróleo.

II Congresso dos Economistas

Lisboa, 11 de Outubro de 2007

Começo por saudar, na pessoa do seu Bastonário, a Ordem dos Economistas, que muito tem pugnado pela promoção e pela dignificação da profissão. Esta iniciativa é, de resto, um expressivo testemunho de vitalidade da Ordem. Saúdo também o Presidente da Comissão Organizadora deste II Congresso dos Economistas e todos os participantes que irão debater, durante dois dias, temas tão complexos quanto oportunos.

Aos Professores Manuel Jacinto Nunes, Bento Murteira e Simões Lopes, bem como aos Professores Ernâni Lopes e Eduardo Catroga, hoje aqui homenageados pela Ordem dos Economistas, dirijo uma palavra de muito apreço e amizade. É mais do que justo reconhecer publicamente os relevantes contributos que têm dado nos domínios da economia, da estatística e da gestão, e, mais do que isso, a sua qualidade de professores de craveira excepcional que formaram gerações de economistas e gestores no nosso País.

É-me particularmente grato dirigir-me a todos vós na sessão de abertura deste Congresso. Faço-o na qualidade de Presidente da República. Não esqueço, contudo, a formação de economista que é a minha e que, naturalmente, marcou o meu pensamento e muito me ajudou a lidar com os desafios que tenho enfrentado nas minhas responsabilidades públicas.

Nas sociedades modernas, o papel do economista é crucial. O domínio das ciências económicas é fundamental para os poderes públicos administrarem os recursos do Estado com sentido estratégico, eficiência e equidade. É igualmente instrumental na gestão das empresas, em particular face ao confronto competitivo que se lhes depara na era global que é a nossa.

Os economistas, seja pela abrangência da sua formação específica, seja pela capacidade que adquirem para integrar diferentes conhecimentos e áreas do saber, são actores decisivos na modernização da economia e da sociedade. Deles se espera que contribuam para a racionalização dos meios e para a inovação de produtos e de métodos. Deles se espera, também, que promovam

uma renovada responsabilidade social dos agentes económicos, sejam eles públicos ou privados.

Destaco, em particular, o papel que lhes cabe como agentes promotores das mudanças necessárias para garantir o progresso económico e social. Quem, melhor do que os economistas, entende a importância da inovação como factor de competitividade das empresas e como instrumento para melhorar a eficiência e a qualidade das políticas públicas? E é deles, igualmente, que se esperam soluções políticas que permitam contemplar, nesse processo de necessária e inevitável mudança, preocupações de equidade e de coesão social.

Por outro lado, a sua actividade profissional, em particular daqueles que se dedicam à gestão, proporciona-lhes uma percepção privilegiada da responsabilidade social das empresas. Esta é uma dimensão nova da actividade empresarial, que é tanto mais importante quanto mais avançamos na globalização dos mercados. A sustentabilidade competitiva de qualquer empresa tem de integrar a responsabilidade social como um dos activos de afirmação e de sucesso.

Urgente é, também, desenvolver a iniciativa empreendedora, sobretudo nos jovens. Aqui, igualmente, pode ser muito relevante a acção dos economistas. Do pensamento, da iniciativa e da experiência de muitos economistas têm surgido conceitos, modelos, instrumentos com impacto estruturante não só na economia, mas na própria sociedade.

Dou apenas um exemplo, que me parece particularmente estimulante e oportuno evocar nesta ocasião e perante esta audiência. Refiro-me a Muhammad Yunus, o Professor de Economia que criou um novo conceito de crédito, hoje mundialmente conhecido por “microcrédito”. Não se limitou, apenas, a criar o conceito. Empreendeu, ele próprio, a sua realização. O impacto económico e social foi de tal monta que Muhammad Yunus se tornou uma referência. Conquistou o Prémio Nobel, não o Prémio Nobel da Economia, como se poderia pensar, mas o Prémio Nobel da Paz.

Racionalização, inovação, responsabilidade social e empreendedorismo são, pois, termos primaciais no exercício da profissão de economista. Sublinho: da qualidade da prestação dos economistas portugueses dependerá, em boa parte, a competitividade das empresas portuguesas e o desempenho eficaz das políticas públicas nacionais.

Senhoras e Senhores Congressistas

A economia portuguesa encontra-se numa fase decisiva. A irreversível globalização, a imparável vaga de transformações tecnológicas e o aprofundamento da integração europeia colocam a economia do nosso país perante desafios inadiáveis.

Sabemos, contudo, que estes são também fenómenos geradores de extraordinárias oportunidades, que podem constituir uma alavanca ímpar de desenvolvimento. Se soubermos tirar partido das oportunidades decorrentes da inovação tecnológica, da integração europeia e da globalização, colheremos o devido retorno – isto é, a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Por isso, a atitude perante estes desafios deve ser de responsabilidade, mas também de confiança. Estes não são desafios sem precedentes para Portugal, e a nossa História e os nossos recursos justificam que encaremos o futuro com firme vontade de vencer. Inaceitável é qualquer atitude de resignação perante o desempenho da economia portuguesa nestes primeiros anos do século XXI. Para além de taxas de crescimento inferiores às dos parceiros europeus, Portugal tem acumulado vários desequilíbrios, incluindo os de natureza macroeconómica. Desequilíbrios que não são sustentáveis e cuja resolução é essencial, sob pena de constituírem não apenas um problema de curto prazo, mas, acima de tudo, um pesado obstáculo ao desenvolvimento futuro.

Por isso, não podemos conformar-nos com uma retoma mínima, ao sabor de flutuações conjunturais. Precisamos, isso sim, de um regresso à convergência real com o grupo dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Todos – cidadãos, agentes políticos e económicos, instituições públicas, sociedade civil em geral – temos de ter esta ambição. Se formos fracos na ambição, será mais difícil mobilizar as nossas energias e alcançarmos bons resultados.

O relançamento da economia portuguesa depende, em larga medida, do desenvolvimento de uma capacidade exportadora continuada e sustentada, que não esteja dependente de ciclos económicos ou de oportunidades pontuais. O elevado défice externo que a economia portuguesa apresenta é motivo de preocupação, já que absorve recursos essenciais para o crescimento económico e pode tornar-se fonte de sérios constrangimentos ao funcionamento normal da economia.

Para além do indispensável controlo das finanças públicas, é preciso cuidar de outras condições essenciais para garantir elevados níveis competitivos à economia portuguesa. A questão da qualidade e eficiência das políticas públicas é de crucial importância. A confiança das populações, dos agentes económicos e sociais e, em particular, dos investidores depende em muito da qualidade da governação pública. Isto significa não só políticas públicas adequadas às novas exigências e realidades, mas também instituições fortes e credíveis, procedimentos eficazes e transparentes, e um firme combate à corrupção em todos os níveis dos poderes públicos.

Temos também de estar motivados para agir, de forma rápida e consistente, face às mudanças nos paradigmas económicos e sociais decorrentes da integração europeia e da globalização.

O empenho na inovação não deve limitar-se à realidade empresarial. As novas tecnologias devem permitir, também, um relacionamento mais eficaz entre a administração pública e os cidadãos, e devem, acima de tudo, contribuir para melhorar a própria definição e execução das políticas públicas, nomeadamente nas áreas da saúde, da educação, da segurança social e do ambiente. Este é um desafio a que o Estado tem de responder. Mas trata-se, além do mais, de um desafio para os economistas, cuja intervenção não se pode esgotar na procura incessante do progresso económico.

Cabe aos economistas preocuparem-se com fenómenos como as elevadas taxas de desemprego e os efeitos sociais eventualmente adversos que resultam das políticas de crescimento, e conceber esquemas de protecção social que garantam níveis mínimos de consumo e de bem-estar à população mais atingida pelos processos de transformação e de reforma das economias.

É neste contexto que quero chamar a atenção para a importância do QREN, um instrumento que considero verdadeiramente estruturante da economia nacional. Devemos reter bem o que a sigla significa: Quadro de Referência Estratégico Nacional. A designação é bem expressiva e não a devemos perder de vista. O QREN deve ser uma referência com alcance estratégico e com uma projecção verdadeiramente nacional. O período 2007-2013 tem de colocar Portugal na média da União Europeia. Essa tem de ser a nossa ambição.

Os economistas e gestores aqui presentes recordam-se bem do que aprendemos

nas disciplinas de desenvolvimento económico: o crescimento assente na mera acumulação de capital não é sustentável. Só o aumento da produtividade assegura maiores níveis de bem-estar. Isto significa uma preocupação permanente com a qualidade e o retorno dos investimentos, com a inovação tecnológica e empresarial e com o papel da poupança.

Por isso mesmo, a abordagem que temos de fazer a este QREN não deve ser meramente quantitativa. O critério principal para aferir dos seus méritos tem de ser o seu contributo efectivo para o desenvolvimento sustentável do nosso País, na sua tríplice perspectiva – económica, social e ambiental. Os apoios comunitários têm de ser criteriosamente administrados e é indispensável que a execução do QREN seja feita com um elevado sentido estratégico, funcionando como um farol de referência para as políticas públicas e até para o investimento, público e privado.

Importa, pois, que o QREN seja um efectivo instrumento mobilizador e aglutinador. Isto é, tem de envolver não só a Administração Central, mas também os governos regionais, as autarquias, as empresas, e a sociedade civil em geral. O QREN é uma oportunidade ímpar para chamar à reflexão e ao debate sobre o nosso futuro colectivo os diversos agentes do Estado e das áreas económicas, sociais e ambientais. Deve ser entendido como um instrumento que traduz um contrato implícito entre o Estado e a sociedade, visando o desenvolvimento global do País. E tem de ser executado à medida das nossas ambições.

Daqui apelo, pois, aos nossos economistas para que se envolvam no debate sobre a orientação e aplicação dos fundos comunitários.

Sei, todos sabemos, que o QREN coloca também o País sob escrutínio externo, no que toca à qualidade e coerência do rumo estratégico, à eficiência e transparência da gestão e à mobilização do País. Este é um desafio que exige certamente uma liderança política forte, mas também um empenho e uma consciência nacionais que não devem ser subestimadas, muito menos alienadas.

Neste contexto de mobilização nacional, quero destacar, em particular, o papel das PME. Uma parte muito importante do nosso tecido produtivo é constituído por Micro, Pequenas e Médias Empresas, que cobrem a totalidade do território nacional, induzem significativo valor económico e geram emprego. A sua sustentabilidade constitui um elemento fundamental ao

equilíbrio do desenvolvimento económico e à coesão social do País. As PME merecem, também por isso, uma atenção especial das políticas públicas. A tão necessária reestruturação do nosso tecido empresarial não pode ser feita contra as PME, nem pode ser o mero corolário estatístico do seu desaparecimento. É crucial que as nossas pequenas empresas possam ter oportunidade de se modernizar e crescer num ambiente concorrencial justo e equilibrado.

Refira-se, a este propósito, que a Comissão Europeia se prepara para colocar a questão da PME no centro da sua agenda reformista. Na comunicação que a Comissão Europeia preparou para o Conselho Europeu de Lisboa, refere-se explicitamente a intenção de libertar o potencial de crescimento e de criação de emprego das PME e de fazer pleno uso das suas capacidades inovativas. Neste sentido, a Comissão Europeia irá elaborar, até ao final de 2008, um “Small Business Act” para a Europa, com vista a promover um conjunto de medidas destinadas a apoiar o desenvolvimento das PME.

Esta é, aliás, uma obrigação tão económica como de coesão social e territorial. As questões do ordenamento do território e, em particular, da coesão territorial devem constituir uma preocupação dos economistas. A desertificação e o envelhecimento populacional em muitas zonas do interior do País exigem um combate concertado por parte da Administração Central, autarquias, agentes económicos e sociais. Trata-se de um desafio urgente.

Caras e Caros Economistas

O desafio é claro: colocar Portugal na linha da frente da União Europeia. A resposta a este desafio, tão exigente quanto incontornável, não pode ser de cariz conjuntural nem defensivo. Vencer esse desafio é possível, com a mobilização da vontade dos Portugueses.

Os economistas, pela sua formação de base, pela sua experiência profissional, pela sua cultura de acção, têm uma palavra relevante que deve ser atentamente escutada. Palavra dos mais experientes, mas também dos mais jovens, que estão agora a iniciar as suas carreiras profissionais. O País precisa do contributo dos jovens economistas, do seu talento, da sua capacidade de empreender, da sua cultura de risco e de inovação. Constituem um recurso precioso que é preciso estimular e valorizar.

A palavra é, agora, dos Congressistas. Espero que o vosso trabalho se salde por um marcado sucesso.

Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio Internacional “Puente de Alcántara” à Central Hidroeléctrica do Alqueva

Alqueva, 15 de Outubro de 2007

Permitam-me que comece por agradecer, muito sensibilizado, a presença entre nós de Suas Altezas Reais os Príncipes das Astúrias, uma presença que honra este acto e que é sinal da particular afeição que lhes merece o nosso País.

D. Felipe foi uma das primeiras personalidades internacionais que tive o prazer de receber após a minha eleição para a Presidência da República, ainda antes da tomada de posse. Por outro lado, foi durante a minha Visita de Estado a Espanha, a primeira que efectuei, que foi anunciado que a Princesa das Astúrias esperava a chegada de mais um filho, a Infanta Sofia, um momento de alegria que minha mulher e eu tivemos ocasião de partilhar com Suas Majestades os Reis e com Suas Altezas Reais, os Príncipes das Astúrias.

Durante essa Visita de Estado, tive oportunidade de efectuar aquela que foi a primeira Visita de um Chefe de Estado português ao Principado das Astúrias. Uma visita que, num gesto que muito nos sensibilizou, Sua Alteza Real o Príncipe Filipe quis acompanhar pessoalmente.

Depois de episódios tão marcantes, é fácil compreender a satisfação muito particular com que minha mulher e eu recebemos Vossas Altezas em Portugal e, convosco, nos associamos a este acto.

A atribuição, pela prestigiada Fundação San Benito de Alcántara, do Prémio *Puente de Alcántara* à Central Hidroeléctrica do Alqueva honra Portugal e reveste-se, a vários níveis, de uma grande importância.

Em primeiro lugar, porque estamos perante um projecto estruturante do desenvolvimento social, ambiental e económico do Alentejo. O Alqueva - o maior lago artificial da Europa - assume-se como uma reserva estratégica de água e como uma infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento dos sectores da agricultura, do turismo e da produção de energia. Recordo, com satisfação, o momento em que o Governo, por mim liderado, decidiu, em 1993, retomar o Projecto, interrompido há

longos anos, e lançar os primeiros concursos públicos com vista à sua construção. Este empreendimento de fins múltiplos entrou em funcionamento em 2002. Agora, é fundamental que o esforço de consolidação prossiga, para que possam ser atingidos todos os objectivos previstos no Projecto.

Em segundo lugar, porque este projecto se reporta a duas áreas fundamentais da nossa cooperação com Espanha – a água e a energia. A Convenção Luso-Espanhola de Albufeira, que regula a gestão dos rios internacionais, designadamente o Rio Guadiana, foi assinada há quase 10 anos e fez, com êxito, a sua “prova de vida” por altura da seca de 2005. Apesar das dificuldades que atingiram os dois países, com a totalidade dos seus territórios em situação de seca grave ou extrema, foi possível, com recurso aos mecanismos previstos na Convenção, minimizar os riscos colocados pela escassez de água. Mas a obra que mereceu o Prémio da Fundação San Benito de Alcântara – a Central Hidroeléctrica de Alqueva – convoca-nos para a importância de um outro tema da cooperação entre Portugal e Espanha: o Mercado Ibérico da Electricidade.

Em ambos os casos – água e energia –, Portugal e Espanha têm a ganhar com uma maior articulação e cooperação.

Em terceiro lugar, porque este Prémio chama a atenção para a importância das energias renováveis no quadro da sustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento. Seja pela necessidade de reduzirmos a nossa factura energética – muito penalizada pela escalada do preço do petróleo –, seja pela necessidade de combatermos as alterações climáticas, é tempo de apostar, do lado do consumo, na eficiência energética e, do lado da oferta, na produção a partir de fontes de energias renováveis.

A este propósito, vale a pena recordar que Portugal tem apenas explorado 46 por cento do seu potencial hídrico. Congratulo-me, por isso, com a recente fixação, tanto a nível europeu como a nível nacional, de metas mais ambiciosas para as energias renováveis.

Em conclusão, felicito, vivamente, os projectistas, os trabalhadores e os empresários que participaram no consórcio de empresas que projectou e construiu a Central Hidroeléctrica do Alqueva e renovo a minha imensa satisfação por termos entre nós Suas Altezas Reais os Príncipes das Astúrias, para se associarem à entrega do Prémio *Puente de Alcântara*.

Sessão de Encerramento da Conferência Europeia das Empresas Familiares

Lisboa, 29 de Outubro de 2007

Começo por felicitar, nas pessoas do seu Presidente, Senhor Michael Worley, e do Fundador e seu Presidente Honorário, D. Mariano Puig, os membros do Grupo Europeu das Empresas Familiares, que celebra, este ano, o 10º aniversário da sua fundação.

Gostaria também de dirigir uma saudação especial ao Prof. Ernâni Lopes, Presidente desta Conferência, e ao Dr. Peter Villax, Presidente da Associação Portuguesa de Empresas Familiares, que certamente terão tido um papel decisivo na escolha de Lisboa, que julgo tão feliz quanto oportuna, como palco para a sua realização.

Apesar da natural especificidade dos trabalhos desenvolvidos pela Conferência, os temas abordados interessam-nos a todos, não apenas numa perspectiva nacional, mas, também, na perspectiva da União Europeia.

O futuro das nossas economias e das nossas sociedades depende, em muito, da forma como as nossas empresas, os nossos empresários e gestores enfrentem as rápidas mudanças desta viragem do século, em que a intensidade do ritmo da inovação científica e tecnológica vai de par com a dos desafios competitivos associados ao aprofundamento da integração europeia e à irreversível globalização dos mercados.

O tecido empresarial europeu é constituído, na sua maioria, por empresas familiares, com uma presença praticamente transversal em todo o domínio produtivo e ao longo da cadeia de valor, que representam uma forte proporção tanto do produto interno como do volume de emprego dos diferentes Estados-membros. Este está longe, aliás, de ser um fenómeno exclusivo das economias europeias: existem estimativas que indicam que entre 65 e 80 por cento de todas as empresas do mundo são familiares.

É curioso notar o crescente interesse dos meios académicos e profissionais pelo estudo das empresas familiares e o desenvolvimento, desde há alguns anos, de todo um novo corpo teórico sobre a dinâmica destas organizações.

A exemplo de algumas das melhores universidades e escolas de gestão norte-americanas e europeias, que foram pioneiras na oferta de cursos e programas de especialização dirigidos a accionistas e herdeiros, verifica-se, na generalidade dos países, incluindo Portugal, um alargamento significativo desta área de formação, a nível quer universitário quer associativo.

As próprias entidades públicas com responsabilidades no domínio das políticas empresariais lhe vêm prestando uma atenção acrescida, cientes da particular importância de aspectos como os da profissionalização da gestão ou do planeamento da sucessão para o desempenho e para o sucesso das empresas familiares.

Ainda que apresentem formas jurídicas e dimensões muito variadas – creio, aliás, que cerca de 200 das 1000 maiores empresas europeias são, precisamente, empresas familiares –, no seu universo predominam, de forma nítida, as micro e as pequenas e médias empresas.

Na comunidade das PME e, por maioria de razão, no universo das empresas familiares, coexistem realidades organizativas extremamente diversas, com grandes disparidades nas estruturas e nas competências, às quais correspondem, naturalmente, diferentes problemas, necessidades e capacidades.

Algumas das características que são apontadas às empresas familiares conferem-lhes particulares aptidões para enfrentar com sucesso os desafios desta viragem de século.

Em primeiro lugar, pelo instinto empreendedor e pela cultura de empreendedorismo que tendem a cultivar no âmbito da família e a transmitir às novas gerações.

Em segundo lugar, pela sua tendencial propensão a privilegiar uma visão estratégica, de mais longo prazo, em detrimento de horizontes empresariais pressionados pelo retorno rápido ou meramente inspirados pelo proveito momentâneo. E, por último, pela nítida percepção de que lhes cabe uma efectiva responsabilidade social, percepção que decorre seja dos seus valores fundacionais, seja do papel tradicionalmente desempenhado junto das comunidades mais próximas. Esta é, aliás, uma dimensão da actividade empresarial que vem ganhando uma nova atenção e que surge tanto mais importante quanto mais avançamos na globalização dos mercados.

Mas, e ainda a propósito de activos de afirmação, gostaria de sublinhar uma frase que me parece, na sua simplicidade, quase lapidar: “As empresas familiares duradouras são as que inovam”.

Na realidade, o ritmo e a escala das mudanças afectam, com intensidade crescente, muitos dos nossos paradigmas económicos e sociais. A dimensão dos ciclos de vida das tecnologias, dos produtos e dos processos coincide cada vez menos com a do ciclo de vida de uma família. A abertura e a capacidade de fazer frente às necessidades de inovação e de renovação tornam-se, por isso mesmo, requisitos cada vez mais indispensáveis aos propósitos de preservação e de continuidade que estão, nas empresas familiares, singularmente presentes.

Para atingir patamares mais elevados de produtividade e bem-estar, é importante que os recursos económicos sejam afectos às empresas e entidades que melhor os utilizam e sabem valorizar. Às empresas familiares, para além da preservação do património familiar, cabe igualmente garantir que os recursos económicos que controlam são usados de forma eficiente para a sociedade.

Negligenciar os contributos positivos das empresas de base familiar seria tão grave como negligenciar os contributos que a profissionalização da gestão, as práticas de boa governação e a acrescida qualificação das novas gerações podem trazer para o seu desempenho económico.

Todos temos consciência de que o progresso económico envolve um processo de alteração estrutural dos processos produtivos. Mas a verdade é que as nossas economias e as nossas sociedades necessitam do contributo de todos os tipos de empresas, familiares ou não, grandes, médias ou pequenas.

Tive ocasião de sublinhar, recentemente, que a necessária reestruturação do nosso tecido empresarial não pode ser feita contra as pequenas e médias empresas, nem pode ser o mero corolário estatístico do seu desaparecimento. A sua sustentabilidade constitui, diria que em todos os Estados-membros, um elemento fundamental ao equilíbrio do desenvolvimento económico e à própria coesão social e territorial. Torna-se crucial, por isso, que a qualidade das políticas públicas, europeias e nacionais, evolua de modo a permitir desbloquear o potencial de crescimento e de criação de emprego das pequenas e médias empresas e a fazer pleno uso das suas capacidades inovativas. Este é, de resto, um dos aspectos que tem vindo a ganhar importância na avaliação da Nova Estratégia de Lisboa.

A sustentabilidade competitiva de qualquer empresa tem de integrar a responsabilidade social como um dos seus activos de afirmação e de sucesso. Creio que este é um dos principais desafios que hoje se colocam, tanto aos líderes políticos como aos líderes empresariais, no sentido de encontrar um modelo de crescimento económico equilibrado e uma verdadeira estratégia de desenvolvimento.

Estou convencido de que os participantes nesta Conferência estarão especialmente inclinados a concordar comigo e que esta será uma motivação adicional para os trabalhos do Grupo Europeu de Empresas Familiares.

Muito obrigado.

II Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência

Centro Cultural de Belém, 15 de Novembro de 2007

É com grande satisfação que me associo à presente Conferência sobre Direito e Economia da Concorrência, a convite do Professor Abel Mateus, Presidente da Autoridade da Concorrência, a quem felicito, desde já, por esta iniciativa.

O tema da concorrência é hoje de importância vital. Desde logo, nos espaços nacional e europeu, e, cada vez mais, na própria esfera internacional. O empenho que a Comissão Europeia tem colocado no domínio das políticas de concorrência bem o testemunha.

Muitas das ineficiências existentes no plano económico, verdadeiros entraves ao bem-estar e ao desenvolvimento, só podem ser corrigidas ou ultrapassadas quando as empresas estão sujeitas à pressão de uma concorrência saudável. Nas nossas sociedades e nas nossas economias, a salvaguarda do bem público que é a concorrência afirma-se sobretudo pelo respeito das regras destinadas a assegurar o bom funcionamento dos mercados. Trata-se de um domínio de grande exigência, que requer uma abordagem multidisciplinar.

Considero, por isso, muito oportuna a realização desta Conferência, que continua o trabalho de aprofundamento da compreensão mútua, por parte de profissionais com diferentes bases de formação, em torno do tema da concorrência. A colaboração entre juristas, gestores e economistas é, nesta área, fundamental. Seja no quadro da formalização legislativa, seja na perspectiva da apreciação judicial dos argumentos económicos, seja, ainda, no que toca ao desenho de mecanismos que produzam os resultados desejados pelos legisladores e autoridades reguladoras.

O bom funcionamento dos mercados necessita de regras claras e de instituições fortes, que cuidem da sua aplicação de forma ágil e credível. Só assim se poderá construir uma verdadeira cultura de concorrência, assente no respeito pelas decisões das autoridades e na compreensão dos mecanismos próprios de contestação dessas decisões por parte das empresas.

Mas a responsabilidade é mútua. Também as autoridades têm de compreender o interesse das empresas e não levar demasiado tempo a pronunciar-se. As estratégias empresariais são dinâmicas e a rápida adaptação às condições de mercado é uma condição de sucesso.

Por vezes, é o próprio Estado que cria distorções à concorrência, quer doméstica quer internacional, através, sobretudo, das ajudas públicas. Também neste caso – eu diria, especialmente neste caso –, só autoridades de concorrência independentes e fortes, a nível nacional e internacional, podem lidar de forma eficaz com essa forma de actuação.

É importante que os Governos não alimentem políticas que, mais tarde, venham a exigir intervenções por parte das autoridades da concorrência. Mas é também crucial que os Estados, tal como as empresas, respeitem as decisões das autoridades reguladoras. Não é pondo em causa ou condicionando as acções das autoridades da concorrência que se criam instituições fortes, se promove o adequado funcionamento dos mercados e se garantem as condições necessárias ao crescimento económico.

Uma maior concorrência é benéfica não apenas para o bem-estar dos consumidores, mas também enquanto instrumento de melhoria da produtividade e da competitividade do país. Os efeitos da concorrência não se limitam à pressão sobre os custos e preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas. É também a concorrência que estimula as empresas a inovar. O investimento privado em investigação e desenvolvimento será, certamente, superior, se a inovação empresarial for o grande instrumento para a conquista de quota de mercado.

É sabido que as fusões e aquisições desempenham um papel fundamental nos mercados, mas são por vezes um risco ao bom funcionamento da economia, pois podem reduzir a concorrência e propiciar ganhos excessivos de poder. Também aqui, só autoridades de concorrência fortes têm a capacidade e a legitimidade para avaliar as consequências dessas operações em termos de eficiência e de redistribuição. Contudo, é essencial que as autoridades tenham presente que, face à crescente integração económica, as fronteiras nacionais podem não ser as mais apropriadas para a sua análise. A própria evolução tecnológica vai alterando a delimitação dos mercados relevantes em cada transacção.

O equilíbrio, a ponderação, a celeridade e a comunicação parecem ser aspectos essenciais à acção das autoridades de concorrência, instituições que desempenham hoje uma função muito importante e exigente na nossa sociedade.

Uma comunicação célere e clara das decisões tomadas pode contribuir para tornar a actuação das autoridades reguladoras mais apreensível pela sociedade em geral e, em particular, pelos consumidores. Afinal, as autoridades da concorrência têm por objectivo defender o bem comum que é o bom funcionamento do mercado. A este propósito, seria muito importante que os consumidores nacionais desenvolvessem um sentido de acrescida exigência para com as empresas e os serviços prestados.

No actual contexto de mercados globalizados, as autoridades de concorrência são um instrumento de protecção dos mercados internos relativamente a práticas abusivas de empresas internacionais. Neste domínio, é justo reconhecer que a União Europeia tem hoje uma regulação de mercado muito sofisticada e uma prática credível. Muitas empresas internacionais, nomeadamente as norte-americanas, temem hoje a actuação das autoridades da concorrência europeias. Não pelo exercício de um qualquer poder discricionário, mas pela qualidade substantiva da sua intervenção. Esse trabalho tem contribuído para a criação de um verdadeiro mercado interno europeu, o que é benéfico não só para os cidadãos europeus, mas também para o funcionamento do mercado global. O mercado europeu transformou-se no exemplo de funcionamento de mercado que muitos querem imitar e onde outros tantos querem participar.

Em Portugal, a Autoridade da Concorrência é uma realidade ainda jovem, que deve ser acarinhada e a quem deve ser permitido crescer. É legítimo dizer-se que Portugal tem hoje uma Autoridade da Concorrência respeitada. Mas há ainda um longo caminho a percorrer para garantir que, na economia portuguesa, os valores da concorrência sejam aceites, respeitados e promovidos por todos os agentes económicos: entidades públicas, empresas e consumidores.

Terminaria, dirigindo aos jovens profissionais, de Direito e de Economia, uma palavra de estímulo. Os temas da concorrência são de importância e complexidade crescentes e o seu tratamento exigirá, da vossa parte, uma compreensão e uma colaboração cada vez maiores. Respeitem as vossas competências mútuas e aprofundem o mais que puderem, não apenas a vossa

área de especialidade, mas também as áreas com que terão de trabalhar, certos de que, através de um esforço coordenado, poderão cumprir plenamente a vossa missão.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Congresso das Comunicações APDC

Estoril, 6 de Dezembro de 2007

Ao concluir-se a edição de 2007 do Congresso das Comunicações, quero saudar, em primeiro lugar, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, principal promotora desta grande iniciativa. Felicito também, naturalmente, todos os participantes neste encontro, que constitui, reconhecidamente, o mais marcante evento nacional dos sectores das comunicações, das tecnologias de informação e dos *media*.

Pelo interesse e oportunidade da sua agenda de trabalhos e pela qualidade dos intervenientes, o Congresso das Comunicações tem-se afirmado como um fórum ímpar de análise e de debate público e um instrumento de projecção para o sector. O tema central deste ano não constitui excepção, ao convidar os intervenientes a uma reflexão sobre a dinâmica de transformação que atravessa o sector das comunicações em Portugal, tendo presentes os contextos europeu e global.

Como bem sabemos, as Comunicações são o grande catalisador e o principal veículo da globalização. Nenhum país vencerá o desafio da economia global se não for dotado de um sector de comunicações moderno, eficiente, inovador e competitivo. Trata-se de uma condição decisiva e incontornável para garantir progresso económico e social no século XXI.

Em Portugal, tal como na generalidade dos países europeus, o sector das comunicações destaca-se pelo peso crescente que assume na economia nacional. Além do impacto directo na economia, a intensidade tecnológica que caracteriza o sector potencia a inovação e o crescimento em todas as áreas da actividade produtiva. E são também as comunicações que promovem e veiculam, em larga medida, as sinergias que decorrem da globalização.

Foi, de resto, a importância nuclear do desenvolvimento tecnológico para o sector das comunicações e, em particular, para o sector das telecomunicações, um dos factores que fez acelerar a liberalização do sector a nível europeu, desmantelando os sistemas de monopólio e o controlo do Estado sobre a prestação desses serviços.

O objectivo foi e continua a ser a criação de um ambiente cada vez mais competitivo e mais favorável à inovação. Há que reconhecer que foi precisamente a liberalização do sector das comunicações que estimulou os produtores e operadores a lançarem no mercado novos produtos e serviços a preços continuamente mais baixos. Do mesmo modo, foi ela que estimulou a melhoria das infra-estruturas e, especialmente, o investimento em novas redes de comunicações fixas e móveis. É simplesmente notável o percurso de modernização registado, nas últimas décadas, pelo mundo das comunicações.

Contudo, nem todas as metas foram atingidas. Há ainda muito caminho por fazer. Se é verdade que, na perspectiva do consumidor, o processo de abertura dos mercados pode ser considerado, no geral, bem sucedido, não é menos verdade que o quadro regulatório ainda não produziu todos os efeitos expectáveis e desejáveis face ao objectivo último que é a construção de um mercado único europeu de telecomunicações, moderno, competitivo e harmonicamente integrado. Para tanto, há ainda que superar a excessiva fragmentação dos mercados regionais, as consideráveis assimetrias regulatórias entre mercados e a escassa interacção transfronteiriça.

A liberalização só será sustentável e benéfica se gerar a confiança dos consumidores, dos operadores, dos trabalhadores e dos investidores. Para gerar essa confiança, a liberalização tem de ser realizada de uma forma transparente e equilibrada, permitindo a expressão de todos os interesses legítimos, estimulando as novas iniciativas e a inovação em geral, e combatendo o instinto proteccionista que paralisa a vontade de empreender e prejudica a saudável competição.

Nesta perspectiva, torna-se fundamental dispor de uma regulação credível, consistente e transparente. Importa, por outro lado, combater os excessos burocráticos e administrativos que, por vezes, escondem um verdadeiro proteccionismo e que, de uma forma ou de outra, se traduzem num ónus que acaba por pesar sobre as sociedades e sobre as economias.

Neste sector, tão particularmente dinâmico e competitivo à escala planetária, a incerteza quanto às regras de jogo ou a sua frequente alteração distorcem a concorrência e desincentivam o investimento, com reflexos negativos para os consumidores. Reveste-se, por isso, de especial importância a recente proposta da Comissão Europeia para a reforma do actual quadro regulador, de onde se

destacam as medidas de intensificação da concorrência nas infra-estruturas e de aprofundamento do mercado único das telecomunicações.

Senhoras e Senhores Congressistas

Como já tenho afirmado em diversas ocasiões, a economia portuguesa encontra-se numa fase decisiva, enfrentando desafios incontornáveis que decorrem quer da integração europeia quer da globalização.

Nesta oportunidade, apraz-me notar que o sector português das comunicações tem acompanhado bem a aceleração tecnológica e está, nesse plano, na vanguarda europeia. É um sector que se tem assumido como um factor de progresso da economia portuguesa, promovendo ganhos de produtividade, facilitando a iniciativa empresarial e favorecendo a internacionalização. Acresce que o sector tem apostado numa intensa e profícua cooperação com universidades e centros de investigação, traduzida quer em projectos de investigação e desenvolvimento quer em programas de ensino e de preparação dos quadros técnicos. A instalação, por parte de grandes empresas multinacionais, de centros de competência globais no nosso país, é o testemunho mais eloquente da qualidade dessa cooperação entre pólos de conhecimento e saber e o sector das comunicações.

Merece igualmente destaque, no domínio das tecnologias de informação, o aparecimento de uma nova geração de empresas que tem vindo a especializar-se nas áreas das comunicações electrónicas, das redes digitais e dos *media*, com soluções inovadoras que competem, com apreciável sucesso, nos mercados internacionais. Essas novas empresas, algumas com génese e dinâmica à escala global, apresentam-se como verdadeiros parceiros de inovação. É preciso saber tirar partido do seu sucesso e projectá-lo para novas iniciativas e novos mercados, captando para o nosso País o potencial de valor que daí emerge!

Neste contexto, parece-me bem fundada a perspectiva optimista com que encaro o futuro do sector das comunicações em Portugal. Sem subestimar os desafios que tem pela frente, estou convicto de que o sector pode contribuir significativamente para o progresso do País e para a competitividade da economia portuguesa.

Nesta noção de progresso e competitividade insere-se, naturalmente, a construção de uma verdadeira sociedade do conhecimento, um dos eixos da Estratégia

de Lisboa. Trata-se de um objectivo de inegável alcance, que gera novas e mais rasgadas oportunidades, mas que faz emergir, também, novos riscos de exclusão. Prevenir esses riscos é um dever do Estado, mas é também uma obrigação que deve ser partilhada, em primeira linha, por todos os agentes do sector das comunicações. Esta é uma dimensão da responsabilidade social das empresas que advogo como prioridade inalienável.

É, pois, essencial eliminar as barreiras ao acesso às tecnologias. Tal como é essencial que os utilizadores sejam incentivados a adquirir novas competências. Com a indispensável convergência de esforços entre o Estado e os diversos agentes económicos e sociais, será possível prevenir e resolver problemas de impacto tão profundo como a progressiva obsolescência das aptidões e das competências e a exclusão prematura do mercado do trabalho.

Senhoras e Senhores Congressistas

O País espera muito do sector das comunicações. Espera o seu contributo para a competitividade da economia portuguesa. Espera a sua contribuição para o reforço da coesão social e territorial do país. Espera o seu impulso para novas iniciativas empresariais. Espera o seu redobrado empenho na cooperação com universidades e centros de investigação portugueses. Conta com o seu contributo para a defesa da identidade nacional, da nossa cultura e da projecção do País no mundo global e, em particular, nos países de expressão portuguesa.

E conta, igualmente, com a sua contribuição para a igualdade de oportunidades e para a inclusão social.

Estou confiante em que o sector português das comunicações saberá estar à altura de tão exigentes expectativas.

Obrigado.

Apresentação do Relatório da Auditoria Energética ao Palácio de Belém

Lisboa, 30 de Janeiro de 2008

Na 2ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada às Tecnologias Limpas, anunciei a realização de uma auditoria energética ao Palácio de Belém. Essa Auditoria foi realizada, de um modo muito competente, pelo INETI, pela EDP e pela GALP, e os seus resultados acabam de ser apresentados. Agradeço e felicito as entidades envolvidas e os seus técnicos pelo excelente trabalho.

A energia e o ambiente estão, hoje, no centro da discussão pública internacional. A necessidade de dar resposta aos desafios das alterações climáticas, da segurança do abastecimento energético e da organização eficiente dos mercados tem mobilizado cientistas, empresários e políticos. Aqueles objectivos terão de ser alcançados num cenário de instabilidade política em algumas regiões do globo, de limite físico das reservas dos recursos energéticos fósseis e de escalada das necessidades globais de abastecimento de energia.

Portugal tem, na área da energia, um dos seus maiores desafios, devido à elevada intensidade energética, à altíssima intensidade dos transportes no PIB e à nossa excessiva dependência energética do exterior, em particular do petróleo.

Precisamos de uma nova atitude em matéria de energia.

Desperdiçamos demasiada energia e ainda não tiramos plenamente partido dos nossos recursos naturais. Temos, por isso, de apostar numa maior eficiência energética no consumo (nos sectores dos edifícios, da indústria e dos transportes), numa utilização mais inteligente dos recursos fósseis e numa maior produção a partir de fontes renováveis.

Tenho procurado chamar a atenção para a circunstância de Portugal ter condições únicas no contexto da investigação e inovação tecnológica no sector da energia. Temos cientistas e laboratórios reputados no sector da engenharia e da energia. Dispomos de condições naturais privilegiadas para o desenvolvimento de projectos inovadores de energia das ondas, energia eólica, energia solar, hidro-electricidade.

Temos, no sector empresarial, um grande dinamismo na busca de novas oportunidades de negócio ligadas à energia e ao ambiente.

Mas a resposta aos problemas das alterações climáticas e da dependência energética do exterior não começa nem acaba nos laboratórios de investigação ou nas empresas. Também se não esgota no sector da produção de energia.

É tempo de assumirmos estes desafios, também, do lado da procura de energia, tendo como motor da mudança os próprios cidadãos. Todos temos, aqui, muito a fazer.

O Estado deve dar o exemplo, numa utilização pública de bens mais amiga do ambiente. Os cidadãos, adquirindo comportamentos mais favoráveis à poupança de energia.

Como Presidente da República, quis dar o exemplo.

A Auditoria realizada permitiu concluir que, em termos globais, o Palácio de Belém, com os seus 18 mil metros quadrados repartidos por vários edifícios, consome, anualmente, 471 toneladas equivalentes de petróleo de energia térmica e eléctrica, emitindo 771 toneladas de CO₂, resultando numa factura anual de energia de 156 924 euros.

Com as medidas de eficiência energética identificadas no Relatório e que serão integralmente aplicadas, no Palácio de Belém, durante o corrente ano de 2008, será possível:

- reduzir a factura energética em 62 000 euros, isto é, menos 40 por cento face a 2007; e
- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 228 toneladas de CO₂, isto é, menos 30 por cento face a 2007.

Está provado que a eficiência energética é ambiental e economicamente recompensadora. É tempo de cada um de nós, na sua casa e no seu local de trabalho, assumir a mudança de comportamentos indispensável à sustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento.

Em nome das próximas gerações.

Espero que este bom exemplo seja replicado em outros serviços públicos.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





Conferência “Compromisso Cívico para a Inclusão”

Santarém, 14 de Abril de 2007

Quando, há pouco menos de um ano, propus aos Portugueses um compromisso cívico para a inclusão social, fi-lo na consciência de um outro Portugal que não beneficiava da atenção e das prioridades da agenda política e mediática. Era um Portugal um pouco esquecido, quase sempre silenciado, que só era notícia pelas piores razões. Não era um Portugal distante. Vivíamos com ele lado a lado, passávamos por ele ignorando resignadamente a sua existência e os seus problemas.

Por isso falei aos Portugueses, no dia 25 de Abril, de um Portugal a duas velocidades, de contrastes sociais muito marcados, em que as imagens de progresso e modernidade conviviam paredes-meias com as do atraso e da exclusão. Um dos indicadores reveladores deste dualismo é o da desigualdade na repartição do rendimento.

Todos sabemos que enfrentamos um problema da sociedade portuguesa com raízes profundas, um problema que não se resolve só com boas intenções nem numa perspectiva de curto prazo. Sabemos que, sem crescimento económico, dificilmente poderemos atenuar as chagas sociais que ainda persistem. Sabemos também que, se não conseguirmos avançar rápida e sustentadamente na qualificação dos portugueses, todos os esforços serão insuficientes.

Por isso, restam-nos duas atitudes: ou nos resignamos, ou nos mobilizamos para, com os recursos que temos ao nosso alcance, anteciparmos um combate que a todos diz respeito.

Sabia que o tema da inclusão social não era um desafio fácil, mas era um combate urgente. Sabia também que este era um campo propício ao discurso do pessimismo, à denúncia da miséria material e moral, à comiseração pública dos nossos males. Seria fácil dirigir para o Estado o apelo sentido de todas as soluções. Afinal, de há muito nos habituámos a responsabilizar o Estado pela origem de todos os males e a exigir dele que seja a fonte de todos os remédios.

Mas foi na resposta dos Portugueses que, em primeiro lugar, confiei e foi aos

Portugueses que pedi esse compromisso cívico para a inclusão social, como expressão da sua responsabilidade, do seu empenho e do seu espírito solidário. As quatro jornadas do Roteiro para a Inclusão que realizei permitiram-me reencontrar um enorme potencial de experiência, vontade e competência, prontos a serem mobilizados para o objectivo de maior coesão social.

Comecei, precisamente, pelas regiões mais pobres do interior, onde os meios mais escasseiam, onde as dificuldades são mais sentidas e onde as perspectivas de desenvolvimento são mais sombrias. Condiçionadas pelo envelhecimento acentuado das suas populações, pela degradação do seu tecido produtivo e pelo risco de desertificação do seu território, estas regiões enfrentam a maior das ameaças: o desaparecimento enquanto comunidades. São regiões que precisam urgentemente de reorientar a sua base produtiva, valorizar os limitados activos humanos e materiais de que ainda dispõem e acautelar o bem-estar e a dignidade dos que, resistindo, se viram excluídos dos benefícios do progresso.

Encontrei experiências, como as do Centro Social de Montes Altos ou a Sociedade Filarmónica de Fratel, onde a iniciativa dos cidadãos conseguiu contrariar o destino que há muito parecia estar traçado. Foi simples o segredo do sucesso: não se resignaram! E, com o apoio das suas Autarquias e do Governo, conseguiram transformar cada problema numa nova oportunidade. Empreenderam, criaram riqueza, multiplicaram os postos de trabalho e devolveram a esperança e a confiança às suas comunidades.

Estou convencido de que, se conseguirmos replicar estas experiências em outras aldeias e vilas do interior, daremos um passo no desenvolvimento social do nosso País. É preciso trabalhar de forma organizada, reunindo e diversificando contributos, actuando em rede e aprofundando a cooperação entre instituições.

Onde a iniciativa particular escasseia, ganha maior relevo o papel desempenhado pelas Autarquias. Tive oportunidade de constatar quanto é árdua a sua tarefa, especialmente nas regiões mais periféricas. Mas também pude comprovar a disponibilidade dos nossos autarcas em assumir novas competências e novas responsabilidades, nomeadamente na área social e da educação, bem como o seu empenho no relançamento da base produtiva dos seus Concelhos.

Passada que foi a fase mais entusiástica da construção de infra-estruturas, é, de facto, tempo de abrirmos uma nova página na história dos municípios

portugueses - a do desenvolvimento social, do reforço da actividade económica, da promoção da competitividade, da sustentabilidade do bem-estar e da qualidade de vida das suas populações.

Isso requer, por um lado, uma inequívoca vontade descentralizante e, por outro, um maior sentido de cooperação entre as Autarquias. Não podemos continuar a remeter para o Governo Central o que poderia, com maior eficácia e resposta mais pronta, ser uma competência das comunidades locais. Não podemos continuar a multiplicar equipamentos, quando o bom senso nos aconselha a saber partilhá-los.

A descentralização para os Municípios de novas competências, especialmente no domínio social e da educação, tem, no entanto, de ser acompanhada por uma nova cultura de intervenção, em que as Autarquias sejam mobilizadoras de recursos locais, potenciadoras da iniciativa dos cidadãos e das organizações não governamentais e coordenadoras das estratégias de desenvolvimento social.

Pude constatar, nos vários Municípios que visitei, o potencial que representam as redes sociais e os conselhos locais de acção social como espaços de afirmação das suas comunidades, em torno de objectivos estratégicos de desenvolvimento social.

Tenho uma grande confiança no contributo que os cidadãos e as suas associações têm vindo a dar para a causa da inclusão social e uma certeza ainda maior no papel que o futuro lhes reserva. Desvalorizámos por muito tempo esse papel, confundindo responsabilidade social com caridade, participação cívica com protagonismo, voluntariado com assistencialismo.

Tenho orgulho nesse vasto movimento do voluntariado de milhares de mulheres e homens que representam, com o seu trabalho e a sua dedicação, os alicerces de uma cultura cívica que se impõe afirmar e valorizar. Seria difícil imaginar o que poderia ser a realidade social do nosso país sem o inestimável contributo do voluntariado. O mesmo poderemos dizer dos milhares de organizações cívicas, muitas delas representadas nesta Conferência, a quem eu desejo manifestar publico reconhecimento pelo trabalho que têm vindo a desenvolver em prol da inclusão social.

Nas quatro jornadas do Roteiro, a minha atenção esteve focada na diversidade de grupos sociais vulneráveis: das crianças aos jovens, dos idosos aos desempregados,

dos cidadãos com deficiência aos sem abrigo, da prostituição às vítimas de violência doméstica, das mulheres grávidas aos imigrantes, dos pobres a tantos outros grupos marginalizados.

Testemunhei casos de boas práticas e exemplos de sucesso, mas também recebi relatos de dificuldades, limitações em acudir a graves situações sociais. Em todas as instituições constatei a inegável boa vontade e dedicação dos que nela trabalham.

Os desafios colocados pelas novas dinâmicas sociais exigem melhorias na organização e na gestão dos recursos afectos a este tipo de instituições. Tenho conhecimento de alguns voluntários que se disponibilizaram para trabalhar, mas que desistiram por falta de um planeamento das actividades apto a acolher o seu contributo. Por outro lado, sendo já consideráveis os recursos financeiros afectos às instituições de solidariedade, estas não podem deixar de concretizar o princípio da regular e rigorosa prestação de contas perante os organismos públicos e perante as instituições doadoras, que certamente desejam saber onde e como foi aplicado o seu dinheiro. Foi neste contexto que me interessei pelo trabalho de associações como a Entrajuda, vocacionado para a capacitação das instituições de solidariedade através da prestação voluntária de serviços de consultadoria. Uma boa gestão dos recursos permite qualificar os serviços prestados e fazê-los chegar a um maior número de pessoas carenciadas. O combate ao desperdício encontra na experiência do Banco Alimentar Contra a Fome um bom exemplo, não só de altruísmo, mas principalmente de organização, de capacidade de transformar problemas em oportunidades, de aplicar à economia da dádiva e do voluntariado critérios de eficiência e de boa gestão cujo resultado se traduz em melhor serviço para um número cada vez maior de beneficiários.

Hoje, a economia social tem uma dimensão e um dinamismo que não seriam imagináveis há quinze ou vinte anos atrás. As organizações de solidariedade têm vindo a aprender e a adaptar-se às novas exigências. Algumas delas encontraram soluções extremamente inovadoras cujos resultados me apraz registar. É o caso das organizações empreendedoras que se libertaram progressivamente da dependência exclusiva do subsídio público e que se abalançaram a criar riqueza e, assim, a ganhar maior autonomia e maior capacidade de resposta às exigências da inclusão social. Permitam-me que cite, a título de exemplo, duas

instituições que tive oportunidade de visitar: a Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo e a ARCIL, localizada no concelho vizinho da Lousã. Ambas ousaram transformar instituições de acolhimento em plataformas de inserção profissional, ora proporcionando formação, ora criando empresas de inserção. Aliaram, assim, a sua vocação de acolhimento à capacidade de inclusão através da criação de riqueza.

Fiquei extremamente sensibilizado ao ver dezenas de pessoas com deficiência a trabalharem nessas empresas, a valorizarem as suas competências profissionais e a contribuírem para que outros com mais dificuldades possam beneficiar do produto do seu trabalho. Este é um exemplo a seguir: tão importante como dar um subsídio ou um outro contributo financeiro, é dar uma oportunidade para que as pessoas com deficiência possam recuperar o seu estatuto de plena cidadania e de dignidade.

O exemplo das pessoas com deficiência poderá ser extensivo a outros grupos sociais em situação de exclusão ou de pobreza extrema. Aos jovens em situação de reinserção social, a desempregados de longa duração, a beneficiários do rendimento social de inserção, aos sem abrigo, às prostitutas. O que poderão eles representar, se lhes dermos uma oportunidade! Criar oportunidades e combater a resignação, fazer sentir que o contributo dessas pessoas é indispensável ao País e às comunidades, fazê-los participar nesse esforço de criar riqueza e bem-estar são objectivos que estão ao nosso alcance e que não podemos desprezar.

Num primeiro balanço deste Roteiro para a Inclusão, ficam mais duas preocupações que gostaria de partilhar convosco.

A primeira prende-se com uma das causas mais decisivas destas situações de pobreza e de exclusão: o baixo nível de instrução e de qualificação de uma parte significativa das pessoas que protagonizam estes casos. A escola tem sido e vai continuar a ser o mais importante instrumento de inclusão social, a oportunidade decisiva de que os jovens dispõem para contrariar o determinismo social e romper com o défice de qualificação das gerações anteriores. É pela escola que conquistamos o futuro, é na escola que construímos os alicerces de uma sociedade mais coesa e mais aberta ao mundo e ao conhecimento. Por isso me preocupam os milhares de crianças e jovens que todos os anos abandonam o nosso sistema de ensino sem que disponham das competências indispensáveis

a uma boa integração no mercado de trabalho. A entrada precoce no mundo do trabalho sem qualquer qualificação profissional é uma ilusão que se paga muito caro.

Preocupam-me também os comportamentos de risco, cada vez mais precoces, sem que se encontrem os instrumentos mais adequados à sua prevenção. Prevenir continua a ser mais urgente do que remediar e todo o investimento que se possa fazer neste domínio não será, decerto, um mau investimento.

Temos todos de fazer um esforço no sentido de aumentar as expectativas e as metas de escolarização das novas gerações. Temos de ser mais exigentes e, ao mesmo tempo, mais ambiciosos quando falamos do futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Por isso, foi com muito interesse que assisti à iniciativa de um vasto grupo de empresários portugueses, que se juntaram no propósito de ajudar as famílias e as escolas a superar este défice de qualificação. O projecto de intervenção que construíram pode ser um contributo decisivo para que, com trabalho sistemático, capacidade de cooperação e muita persistência, possamos ver alguns milhares de jovens a reencontrar o sentido da escola e a construir trajectos de sucesso para as suas vidas.

Mas é bom que não esqueçamos que estas iniciativas dos empresários, das escolas, das instituições públicas e privadas, dos cidadãos em geral, por mais bem intencionadas que sejam e por melhores resultados que obtenham, não dispensam o papel decisivo da família. Sem ela, sem a sua função de socialização e de entreajuda, dificilmente os esforços de inclusão poderão ter sucesso. Muitos dos casos de pobreza, de isolamento e marginalização dos idosos, de abandono e maus-tratos a crianças, de insucesso escolar e de comportamentos de risco, encontram na disfuncionalidade familiar a causa principal das situações de exclusão. Julgo que é tempo de abandonarmos a atitude desculpabilizante a que nos habituámos e de questionarmos cada vez mais a responsabilidade dos pais para com as crianças e jovens e as responsabilidades dos filhos para com os seus ascendentes idosos. O primeiro pilar da solidariedade deve assentar, precisamente, na família. Sem esse esforço de base, ficaremos sempre aquém do ideal de coesão social que ambicionamos.

A segunda preocupação que desejaria partilhar convosco prende-se com a

dimensão humanista deste combate pela inclusão. Não se trata só de entendermos esse combate como uma expressão de altruísmo e filantropia. Há uma dimensão superior do problema que nos deve orientar: a da defesa e valorização da dignidade da pessoa humana.

Em 33 anos de democracia, o nosso país consolidou o princípio do respeito e defesa dos direitos fundamentais. Mas não nos podemos contentar com a expressão formal desses direitos. Importa destacar a sua dimensão moral e a necessária associação às responsabilidades de cada cidadão para com a sociedade de que faz parte. Preocupa-me menos um eventual excesso de direitos do que o efectivo défice de deveres.

Nos quatro Roteiros já realizados, pude, como já referi, recensear boas práticas e, ao mesmo tempo, identificar os principais problemas dos grupos sociais mais vulneráveis: as comunidades do interior que definham, os idosos isolados e dominados pela solidão, as crianças abandonadas e mal tratadas, as vítimas da violência doméstica, os imigrantes excluídos pela clandestinidade, as mulheres objecto de tráfico humano, as pessoas com deficiência a quem é negada uma oportunidade.

A todos quis deixar uma palavra de solidariedade e um sinal de esperança.

E a todos aqueles que, dia após dia, concretizam essa esperança, quero também expressar o mais profundo reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua dedicação e manifestar-lhes a confiança inabalável de que, com o exemplo do seu empenhamento cívico, vamos construir uma sociedade mais justa e um Portugal melhor.

Visita à Cooperativa Agrícola de Barcelos

Barcelos, 1 de Junho de 2007

É com o maior prazer que venho hoje a Barcelos testemunhar, com a minha presença, a consideração pública que merece o pioneirismo e a obra desenvolvida pela Cooperativa Agrícola de Barcelos, que este ano celebra o seu septuagésimo quinto aniversário.

Pioneirismo, porque esta cooperativa foi, na área agrícola, das primeiras a organizar-se no nosso país – creio que a segunda no Continente – e a tomar iniciativas tão importantes como a da criação, com outras cooperativas da região, da União das Cooperativas de Leite do Norte Litoral, cuja evolução deu origem à actual AGROS.

A obra da Cooperativa Agrícola de Barcelos está à vista e é, certamente, um motivo de orgulho para os agricultores que nela participam enquanto cooperantes. Na sua área de actuação, correspondente ao concelho de Barcelos, que é o maior do país em número de freguesias (89), a cooperativa congrega actualmente 4800 cooperantes, numa esmagadora maioria pequenos agricultores, o que desde logo caracteriza a sua enorme importância social, para além da sua importância económica.

Ainda que a produção de leite não seja a única actividade agrícola envolvendo a Cooperativa, é este o sector que maior contributo tem dado para o desenvolvimento económico do concelho de Barcelos. Barcelos é, de facto, o concelho do Continente que mais leite produz, sendo este produto o maior responsável não só pelo volume de negócios da Cooperativa, como pelos seus resultados positivos, o que, com gosto, sublinho e saúdo.

A Cooperativa Agrícola de Barcelos, a sua Direcção e os seus cooperantes dão-nos um bom exemplo de trabalho, de persistência e de boas práticas, ao mesmo tempo que nos transmitem dois ensinamentos do maior interesse. Em primeiro lugar, que a cooperação é o único caminho que permite aos pequenos agricultores assegurar o seu futuro e manter a sua actividade. Em segundo lugar, demonstram-nos que, na área agrícola, as organizações cooperativas, se bem

geridas, podem constituir estruturas viáveis e liderar o desenvolvimento das nossas zonas rurais.

Todos sabemos que a sustentabilidade do sector do leite tem exigido muito trabalho, muita determinação e uma liderança dinâmica e esclarecida. Foi assim que conseguimos aumentar extraordinariamente a produtividade e manter o país abastecido em leite e produtos lácteos de excelente qualidade.

Sem cooperativas como a de Barcelos, sem a organização dos produtores nas suas diversas formas, teria sido impossível realizar o apuramento genético dos efectivos pecuários, a racionalização do maneio e a modernização tecnológica das explorações e do sector transformador. A fileira do leite, no seu conjunto, investiu muito na sua modernização e alterou-se radicalmente nas últimas décadas. Ainda que tenha havido um decréscimo do número de produtores, aumentou em muito a dimensão média das explorações e a produtividade por animal, tendo-se conseguido aumentar substancialmente a produção e assegurar o nosso auto-abastecimento. O sector do leite, com muito mérito, soube modernizar-se e reestruturar-se e representa hoje uma parte muito significativa do valor gerado na nossa agricultura

Sei que, actualmente, muitos produtores vêm com incerteza e apreensão o seu futuro. Estão preocupados, quer porque enfrentam novas exigências ambientais, quer porque os custos dos factores de produção têm vindo a aumentar significativamente, quer, ainda, porque temem o fim do regime de quotas, o que poderá vir a aumentar a concorrência proveniente do Norte da Europa e a pressão sobre os preços de venda do leite.

Não ignoro essas preocupações e esses novos desafios, mas tenho a convicção de que o sector saberá, tal como aconteceu no passado, enfrentar essas dificuldades e encontrar as soluções mais adequadas para lhes fazer face com sucesso.

É importante a existência de um consenso, entre a produção e a indústria, sobre a necessidade de inovar e diversificar a produção, apostando em produtos de maior valor acrescentado.

Com ou sem quotas a partir de 2015, estou certo de que seremos capazes de continuar a produzir leite de grande qualidade, a abastecer o país e a competir com sucesso num mercado cada vez mais alargado.

Para isso contamos com a vontade, a determinação, a organização e o apoio de

estruturas sólidas, experientes e tecnicamente capacitadas como a Cooperativa Agrícola de Barcelos, há setenta e cinco anos ao serviço dos agricultores do concelho de Barcelos e ao serviço do País.

Muitos parabéns, caros amigos, por este vosso aniversário tão significativo. Desejo que se mantenha por muitos e muitos anos a saúde da vossa organização.

VIII Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas

Braga, 2 de Junho de 2007

É com muita honra que participo neste VIII Congresso Nacional das Misericórdias. Honra, pela sua história de serviço e dedicação para com os mais desfavorecidos e os socialmente mais vulneráveis. Honra, pelo inestimável papel que desempenham actualmente na sociedade portuguesa. Honra, pela enorme disponibilidade e potencial que revelam para enfrentar os novos desafios do combate à pobreza, da inclusão social e da dignificação da pessoa humana.

Entrados no século XXI, continuam, de facto, a ser muitos os desafios que se colocam aos governos, às instituições e aos cidadãos no domínio da protecção e da solidariedade social.

Gostaria de destacar perante vós, e a título de exemplo, a questão do envelhecimento demográfico. Uma vez chegados a 2050, a população idosa e o seu peso relativo na Europa dos 25 deverá duplicar, subindo dos actuais 20 por cento para 40 por cento do total da população. Mas se, de entre o total de idosos, destacarmos os que têm 80 e mais anos, passaremos dos actuais 4 por cento para 11 por cento. As projecções conhecidas levam-nos ainda a concluir que os homens viverão, em média, mais 6,3 anos, atingindo, tendencialmente, os 82 anos, e as mulheres os 87.

O inimaginável progresso registado na medicina e nos cuidados de saúde, no bem-estar material e nos padrões alimentares tem contribuído para este aumento sustentado da esperança de vida. Se estes números representam um grande desafio para a União Europeia, muito maior o será para Portugal, sobretudo se a tendência demográfica – que em nada se afasta do padrão europeu – não for acompanhada pelo crescimento da riqueza, a um ritmo necessariamente superior ao actual.

Como nos vamos preparar para esse desafio? Que recursos teremos de afectar a esta nova realidade e, acima de tudo, que reformas teremos de empreender para, atempadamente, podermos estabelecer um modelo social que

seja sustentável e, mais importante, que confira maior dignidade ao envelhecimento?

Não se trata apenas de pensões! Estamos a falar de um modelo social que passa pela família, pelos equipamentos de terceira idade, por um sistema de saúde que, também ele, terá de enfrentar novos desafios colocados pelo envelhecimento. Um modelo que passa, igualmente, pela generalização de uma cultura de prevenção em que as práticas e consumos saudáveis possam evitar, amanhã, o que o hoje já anuncia.

Temos pela frente um cenário de envelhecimento e de recessão demográfica, fenómeno que, até pela sua dimensão estrutural, não encontra precedentes na nossa história. Este fenómeno obriga-nos a pensar seriamente sobre as políticas de natalidade, de protecção das nossas crianças, de valorização dos nossos jovens e de qualificação dos nossos activos.

Para ganhar tal desafio, não poderemos repousar exclusivamente sobre a iniciativa e a responsabilidade do Estado e das políticas públicas. Tenho afirmado, por mais de uma vez, que, no futuro, será difícil exigirmos do Estado uma maior fatia de recursos dirigidos à protecção e segurança social. Perante esta limitação, que tenderá a persistir mesmo em presença de medidas destinadas a assegurar uma acrescida sustentabilidade a prazo do sistema, teremos de questionar como poderão os cidadãos, as instituições de solidariedade e as comunidades locais contribuir para uma maior inclusão social dos grupos mais vulneráveis.

Foi com este espírito que propus aos Portugueses um “compromisso cívico para a inclusão”. Quis apelar à responsabilidade social de todos, visando um problema que a todos diz respeito. Quero que esta seja uma causa que mobilize a sociedade e que quebre o espectro, sempre presente, da resignação e da insensibilidade. Eu acredito que os Portugueses não vão ficar de braços caídos perante estes desafios. Na nossa história não faltam exemplos do carácter e do espírito solidário das nossas gentes.

A história das Misericórdias é um bom exemplo. É verdadeiramente exemplar a forma como surgiu em Portugal, por finais do século XV, este movimento. Em 1498, por iniciativa e patrocínio da Rainha D. Leonor, foi fundada a Misericórdia de Lisboa. A partir desse ano, a iniciativa da capital foi multiplicada em

diferentes cidades e vilas do Reino a um ritmo impressionante, constituindo-se o fundamental da rede de instituições que hoje conhecemos.

Em todas elas se detecta o empenho das comunidades locais, a mobilização das vontades para uma causa comum, que a todos congrega, a preocupação em conferir sustentabilidade às organizações de forma a garantir a sua autonomia. É nesse exemplo que encontramos a razão da sua longevidade e da assinalável capacidade de resistir aos tempos de adversidade, como bem revelam mais de cinco séculos de existência.

Se pensarmos que esse mesmo exemplo foi replicado pelos Portugueses um pouco por todo o mundo onde a sua presença se tornou mais marcante, do Brasil a Nagasáqui, de Angola à Índia e a Macau, perceberemos que essa foi a marca institucional que conferiu a identidade a este movimento de homens bons das vilas e cidades de então, dos cidadãos de hoje, homens e mulheres solidários para com os mais vulneráveis e desfavorecidos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O capital de experiência e de serviço público que as Misericórdias Portuguesas acumularam ao longo da sua existência não pode ser desprezado, especialmente quando os cenários futuros de desenvolvimento social exigem uma maior mobilização e responsabilização das comunidades locais na concretização de uma nova geração de políticas sociais.

A pobreza, a miséria e a exclusão não são fenómenos novos, mas são novos os contextos em que esses problemas se desenvolvem: maior risco de pobreza atingindo novos grupos sociais, banalização dos comportamentos de risco entre os mais jovens, crise dos valores fundamentais, perante o inusitado materialismo consumista, maior precariedade das relações sociais, familiares, comunitárias e laborais. São esses novos contextos que nos obrigam a repensar o futuro das políticas sociais e o papel das diferentes instituições no combate à exclusão.

Tenho como indispensáveis, nessa perspectiva, três requisitos fundamentais. Em primeiro lugar, uma maior capacidade de cooperação entre as várias instituições sociais, estruturando redes locais em que as diferentes valências são potenciadas e os recursos comuns partilhados.

Em segundo lugar, uma maior participação dos cidadãos na defesa de uma

causa que é de todos e enquanto expressão de uma responsabilidade cívica que é necessário valorizar.

E, por último, uma maior descentralização das competências e atribuições no domínio das políticas públicas de inclusão social.

Tenho conhecimento de que existe disponibilidade e empenho dos diferentes agentes em ver concretizada a ideia de uma sociedade mais justa e mais solidária. As muitas instituições e municípios que pude visitar, durante as quatro jornadas do Roteiro para a Inclusão, deixaram-me a convicção de que se está a trabalhar nesse sentido e de que os resultados desse esforço de adaptação irão revelar-se perante a opinião pública.

Do mesmo modo, quero manifestar às Misericórdias Portuguesas a minha confiança e o meu reconhecimento pelo trabalho que têm vindo a desenvolver e pela inegável e comprovada capacidade que sempre revelaram para saber interpretar a diversidade dos desafios do combate à pobreza e à exclusão social no nosso país.

A agenda deste Congresso revela bem como há consciência dos novos desafios. Tenho a certeza de que as ideias e propostas aqui debatidas frutificarão no futuro, a bem dos mais carenciados e a bem de Portugal.

Sessão de Homenagem aos Autarcas de Albufeira Eleitos Desde Abril de 1974

Albufeira, 20 de Agosto de 2007

Quero, antes de mais, saudar o Município de Albufeira, neste dia em que celebra 503 anos de entrega do foral à Vila, homenageando todos aqueles que, no Portugal democrático, foram escolhidos, em eleições autárquicas, para servir o Concelho.

A história de Portugal está, desde as suas origens, ligada à organização das populações locais, muitas vezes como forma de atenuar o isolamento e a ausência de um poder central minimamente eficaz.

Depois do 25 de Abril, iniciou-se um período de autonomia local sem precedentes, rompendo com décadas de centralismo e afirmando a importância do poder autárquico democraticamente legitimado e próximo das populações.

O poder local é, sem dúvida, uma das mais genuínas concretizações da ideia de democracia. Esta relação de proximidade entre o poder e a comunidade, exercido com autonomia e plena representatividade, é responsável por grande parte do progresso e melhoria da qualidade de vida, da liberdade e maior justiça social que o País registou nos últimos 30 anos, mau grado o muito que há ainda para fazer. Albufeira, posso testemunhá-lo, é bem o exemplo do que acabo de dizer.

Alguns dirão que podia ter sido diferente, que podiam ter sido evitados certos erros. Isso não invalida, de forma alguma, a afirmação, para mim indiscutível, de que, ao fim destes trinta anos, é muito positivo o balanço que fazemos do poder local. Quem percorrer o País encontrará, praticamente em todos os concelhos, as infra-estruturas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações, tendo as autarquias desempenhado um papel muito relevante na sua concretização.

As virtualidades da proximidade na interpretação dos anseios e necessidades das populações são hoje fonte de responsabilidade acrescida e de novos desafios para os titulares dos órgãos autárquicos. O cerne da batalha do futuro com que as autarquias estão confrontadas já não é, felizmente, o combate ao isolamento

físico, as vias de comunicação, ou a construção de novos equipamentos. Hoje, é a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, a integração social plena de todos os cidadãos, o combate à pobreza, à exclusão social e ao abandono escolar, o reforço da capacidade produtiva e a competitividade do concelho que devem mobilizar os esforços dos autarcas e ditar as políticas locais.

Nos nossos dias, as autarquias devem ser agentes activos do desenvolvimento social, prestar atenção acrescida ao fomento de iniciativas empresariais e aos factores que condicionam a criação de novos empregos, apoiar e estimular o investimento na educação e na melhoria das qualificações das pessoas.

A quantidade, sem dúvida essencial nos primórdios da nossa democracia, tem que dar lugar à qualidade do investimento, ao equilíbrio do desenvolvimento e ordenamento do território, à aposta no conhecimento, em suma, à criação de condições para um crescimento equilibrado e duradouro.

Depois de uma fase histórica em que todos os autarcas eleitos tiveram um papel decisivo na construção de infra-estruturas – e aproveito para saudar muito especialmente os autarcas aqui presentes, como co-autores dessas páginas da história –, os municípios devem, agora, acertar o passo com as novas exigências de um mundo global em mudança acelerada, desenhando políticas adequadas e mobilizando os cidadãos para a acção conjunta e solidária que os novos tempos reclamam.

Não é tarefa fácil a que os municípios do Algarve têm à sua frente para garantir a competitividade da actividade turística. Numa época em que surgem todos os dias novos destinos turísticos, antes inacessíveis e pouco seguros, é preciso acautelar devidamente o futuro. Caso contrário, todo o País perderá.

Este é o tempo de uma nova fase da história da democracia autárquica – a fase da maturidade plena do poder local, como lhe chamei noutra ocasião. Para além do reajustamento das prioridades, exige-se uma maior cooperação entre os municípios e o empenho de cada um na mobilização dos cidadãos e na valorização das organizações da sociedade civil, na coordenação de esforços e competências, por forma a conseguir respostas mais eficientes na resolução dos problemas locais. Estou certo de que o Município de Albufeira saberá fazer jus ao seu foral com mais de meio milénio e estar à altura das responsabilidades que os novos tempos colocam.

A homenagem que hoje aqui é prestada a cerca de 300 autarcas que, nas últimas três décadas, serviram o Município – à qual, com satisfação, me associo – deve constituir um estímulo para que aqueles a quem, no presente e no futuro, cabe a responsabilidade de gerir o Concelho se afirmem como exemplo de dedicação à causa pública.

Cerimónia Comemorativa do 125º Aniversário da Elevação de Figueira da Foz a Cidade

Figueira da Foz, 22 de Setembro de 2007

É com o maior gosto que me encontro hoje na Figueira da Foz, por ocasião das comemorações dos cento e vinte e cinco anos desta bela cidade. Há quem diga, porventura é lenda, que o primeiro Chefe de Estado português, o Rei D. Afonso Henriques, terá vindo à praia da Figueira a conselho médico. O actual Chefe de Estado, mesmo sem conselho médico, desloca-se à Figueira não só com o maior gosto, como disse, mas até com alguma emoção.

Os Figueirenses sabem que a sua cidade foi, em vários momentos, muito importante na minha vida. Recordo duas ocasiões, em particular: foi aqui que, em 1985, comecei um caminho que me levou a assumir altas responsabilidades na condução política do nosso País; e foi igualmente na Figueira da Foz que apresentei, em 2002, o primeiro volume da minha autobiografia política, na qual, com o distanciamento e a serenidade que o tempo permite, dei conta do modo como vivi o exercício daquelas funções.

Deixando de lado esta nota pessoal, diria que estas comemorações constituem a ocasião perfeita para relembrar aqueles que, pela sua presença, pelo seu exemplo e pela sua palavra, souberam servir a memória dos Figueirenses e dar testemunho de unidade patriótica.

Encontro esse patriotismo em homens como Manuel Fernandes Tomás, Figueirense ilustríssimo, nascido em 1771, no preciso ano, curiosamente, em que a povoação da Figueira da Foz do Mondego foi elevada, por decreto real de 12 de Março, à categoria de Vila. Manuel Fernandes Tomás foi o Campeão da Liberdade e o Patriarca da Regeneração Portuguesa. Com esses termos o designou Almeida Garrett e assim foi admirado pelos seus contemporâneos. Defensor da unidade e da independência nacionais, Manuel Fernandes Tomás proclamou, pouco antes de morrer e como se do seu testamento político se tratasse, aquele que sempre fora o seu princípio fundamental: o de que “a salvação da Pátria tem de ser a primeira Lei do Estado”.

Encontro esse patente patriotismo também em João de Barros, outro grande Figueirense. Um dos maiores pedagogos da República, defendeu um projecto de educação nacional que fazia da afirmação dos valores pátrios uma necessidade e uma prioridade. Essa afirmação dos valores pátrios, entendia João de Barros, é fundamental, porque dá às novas gerações a consciência da terra onde vive, aprofunda o espírito cívico e reforça a unidade nacional. Para João de Barros, os dois símbolos associados aos valores pátrios eram, por excelência, a bandeira e o hino nacionais.

Pois permitam-me que hoje, na Figueira da Foz, enalteça ainda o exemplo de uma figura que, recentemente, se tornou muito popular no nosso País, e pelas melhores razões. Falo-vos de outro Figueirense – Rui Cordeiro, médico veterinário e, nas horas vagas, jogador de rãguebi. Ele mesmo, o autor do nunca por demais enaltecido ensaio que os Lobos da indomável alcateia lusitana conseguiram marcar à todo-poderosa e profissionalíssima Nova Zelândia. Naquele momento em que o Rui Cordeiro conseguiu colocar a bola no solo, vencemos o nosso Campeonato do Mundo particular. É claro que os respeitáveis 140 quilos do nosso Rui Cordeiro muito ajudaram a vencer a muralha dos rãguebistas dos antípodas...

Acima de tudo, no momento em que vemos e ouvimos os jogadores da nossa selecção de rãguebi – e, em especial, o Rui Cordeiro, cuja emoção é transparente e contagiante – a cantar “A Portuguesa”, defronte à nossa bandeira, sentimos que há, de facto, valores que nos unem e nos identificam enquanto Povo. Creio que todos os Portugueses podem sentir essa emoção.

Cidades como a Figueira podem inspirar-se no passado, mas devem encontrar aí forças para seguir novos caminhos e vencer os desafios do futuro. A cidade que ficou conhecida pela sua notável “Praia da Claridade” tem de ver claro em relação ao futuro.

A Figueira possui condições únicas, que lhe são proporcionadas pelo estuário do mais comprido rio exclusivamente português, pelos férteis terrenos agrícolas e pelas salinas, pela maravilhosa Serra da Boa Viagem de panorama singular, pela indústria piscatória e pelo seu porto, pelo turismo, pela oferta cultural de que dispõe, pela tradição que soube impor ao longo do tempo, pela capacidade de empreender que foi capaz de atrair. Mas deve saber aproveitar todas essas vantagens de modo inovador.

As cidades de média dimensão, como é o caso da Figueira da Foz, têm tudo a ganhar com a opção por uma nova política de cidades. Uma política de cidades significa que a própria urbe se deve organizar de modo a extrair das suas forças vivas o melhor que elas podem dar.

Tive hoje oportunidade de constatar que a Figueira da Foz é uma cidade que soube criar instituições duradouras, nas quais os Figueirenses se associam para prosseguir o bem comum e defender a coesão social. Todas as instituições que se têm destacado nesta cidade merecem público reconhecimento pelo seu trabalho em prol da comunidade. Louvo, em particular, as instituições centenárias que visitei, por tudo o que já fizeram pela cidade e por terem sabido encontrar uma fórmula de associação inovadora que, estou certo, continuará a ser muito frutuosa. O seu exemplo leva-me a acreditar que os Figueirenses dispõem da energia vital que é necessária para impulsionar ainda mais a vida desta cidade. Penso nos empresários, penso nos jovens, penso nas organizações da sociedade civil, penso em todos aqueles que querem o bem da sua terra e de todos os figueirenses. O verdadeiro desenvolvimento urbano nasce dessa congregação de esforços, que só é possível quando há um forte sentimento de pertença da parte dos munícipes e a afirmação de uma identidade própria.

Os órgãos autárquicos da Figueira da Foz já demonstraram que sabem qual é o caminho para o desenvolvimento e a qualidade de vida. Saúdo, em particular, a participação da Figueira da Foz na Conferência das Cidades do Arco Atlântico. E destaco o facto de, nesse fórum, se procurar consistentemente desenvolver uma política de coesão e de cidades. Uma política que supõe parcerias entre cidades atlânticas e que tem procurado seguir de muito perto a política de coesão europeia. A Conferência das Cidades do Arco Atlântico dedica especial atenção ao projecto “Europa do Mar” e espera muito da Nova Política Marítima da União Europeia. Permitam-me que vos diga que existe aí um mundo de oportunidades para uma cidade como a Figueira da Foz e para um país como Portugal.

Sublinho, apenas, o facto de a nossa identidade colectiva, ou seja, o modo como nós definimos em comum a nossa realidade e o nosso futuro, estar intimamente ligada à nossa relação com o mar. É algo que nos une, simbolicamente, como referente histórico e cultural. Dá-nos sentido. Sophia exprime-o de forma inigualável, dizendo: “... metade da minha alma é feita de maresia”. Devido à nossa

situação geográfica, à nossa cultura e à nossa história, é da maior importância tudo o que se refere ao objectivo de reafirmar a identidade marítima da Europa. Ora, este é o momento de agir, porque é agora que se define o que será a Nova Política Marítima da União.

Não podemos desperdiçar a oportunidade de promover uma acção comunitária em relação às actividades marítimas. É uma oportunidade estratégica que temos de aproveitar, numa Europa cujo centro nevrálgico cada vez se afasta mais do Atlântico.

A Figueira da Foz é um dos baluartes da identidade marítima portuguesa. Acredito que, com o esforço comum de cidades como a Figueira da Foz, esforço das suas gentes, das suas instituições e das suas autoridades, será possível construir uma Política Marítima da União que reforce as identidades marítimas dos europeus. E que, assim, contribua para o desenvolvimento sustentável do País e para defender a nossa identidade nacional. Esse deve ser, repito, um objectivo estratégico de todos nós.

A Figueira da Foz saberá estar à altura da responsabilidade que advêm da sua história e das condições únicas que possui. Não tenho dúvidas de que os Figueirenses estão conscientes dessa responsabilidade.

Hoje é um dia de festa. Um dia de evocação do passado, mas também de reflexão sobre o futuro. É, pois, com orgulho e alegria que assinalamos os cento e vinte e cinco anos desta cidade da Figueira da Foz, e que, como Presidente da República, lhe digo:

– Parabéns.

Sessão Plenária da XVII Cimeira Ibero-Americana “Coesão Social e Políticas de Inclusão”

Santiago do Chile, 9 de Novembro de 2007

Quero saudar a oportunidade, a importância e o significado político do agendamento da coesão social e das políticas de inclusão para esta XVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Como Presidente da República Portuguesa, escolhi, precisamente, a inclusão social como um dos temas prioritários do meu mandato, procurando mobilizar todos os Portugueses para um compromisso cívico visando superar as situações de desigualdade de distribuição do rendimento e de exclusão social e pobreza de uma parte significativa da população.

As situações de pobreza extrema, de exclusão social e de chocante desigualdade na distribuição dos rendimentos são inimigas do respeito pelos direitos humanos, minam a confiança nas instituições democráticas e prejudicam a concretização plena da ideia de progresso que ambicionamos. Uma atenção especial tem de ser prestada aos grupos sociais que enfrentam maior risco de pobreza, como os idosos, os desempregados e as crianças.

Os Governos têm um papel indispensável nesse combate. Mas devemos igualmente reconhecer a importância de soluções flexíveis e inovadoras, que promovam uma maior responsabilização das organizações não governamentais e dos cidadãos em geral e favoreçam uma maior concertação entre a acção do Estado e as iniciativas da sociedade civil.

A pobreza, a exclusão e a desigualdade de distribuição da riqueza não são problemas novos, designadamente quando olhamos para as sociedades ibero-americanas. Mas, apesar do seu carácter estrutural, são novos os contextos em que eles se evidenciam e, em muitos casos, se agravam. Vivemos num mundo cada vez mais global, na era da sociedade da informação e do conhecimento. É um erro político ignorar os seus efeitos sobre as estruturas e as dinâmicas sociais e a eficácia das políticas. Se insistirmos muito nas velhas políticas de redistribuição do rendimento, se confiarmos exclusivamente na acção do Estado e na protecção

assistencialista de outras épocas, dificilmente poderemos cumprir o desígnio de termos sociedades mais coesas, mais equitativas e mais justas.

Se é verdade que a globalização pode trazer consigo a ameaça à coesão social, não é menos verdade que ela proporciona oportunidades de criação de riqueza e de participação na economia mundial como nunca no passado se verificou. A China e a Índia são bem o exemplo disso.

No combate à exclusão e à pobreza, o fundamental é proporcionar mais e melhores oportunidades para todos os cidadãos partilharem a criação de riqueza e beneficiarem de mais emprego. À educação, cabe um papel decisivo. Também é necessário que os indivíduos sejam mais participativos na vida das suas comunidades e no apoio aos grupos sociais mais desfavorecidos.

Hoje, a nível europeu, está cada vez mais presente a ideia de *inclusão activa*. Para além de garantir um nível de protecção social mínimo, o que se exige ao Estado é, acima de tudo, que crie oportunidades para que os cidadãos se realizem profissionalmente, que capacite as novas gerações, através da educação e da formação, e que promova o hábito de aprender ao longo da vida.

Para combater a pobreza e a exclusão social, não basta a acção do Estado. É preciso envolver todos, porque todos são responsáveis, e a todos os níveis: na responsabilidade cívica dos cidadãos, nas redes de solidariedade e entreaajuda, na coesão das comunidades locais, na maior eficácia das políticas sociais e na própria cooperação internacional, dando sentido à ideia de um esforço global pela inclusão social.

A troca de opiniões que os nossos debates proporcionam é um contributo importante para que possamos melhor avaliar o que, em cada um dos nossos países e nas relações uns com os outros, pode ser feito para responder ao objectivo de garantir um progresso económico e social que chegue a todos e que garanta uma efectiva consolidação de sociedades abertas e assentes nos valores da liberdade e da democracia e no respeito pela dignidade da pessoa humana.

Obrigado.

Mensagem Dirigida à Conferência “As Instituições Financeiras e o Desenvolvimento do Microcrédito”

Lisboa, 21 de Novembro de 2007

Na impossibilidade de estar presente nesta Sessão de Abertura da Conferência sobre as Instituições Financeiras e o desenvolvimento do Microcrédito, quero, por este meio, expressar a todos os presentes o apreço por esta iniciativa e a esperança que deposito no vosso trabalho. Acredito firmemente no potencial de mudança que o microcrédito representa para vastos sectores da sociedade portuguesa, ainda fortemente marcada por desigualdades, escassez de oportunidades e por situações de exclusão social que não nos podem deixar indiferentes. Elegi, como uma das prioridades deste meu mandato como Presidente da República, a de lançar as bases de um compromisso cívico para a inclusão social que permita conferir maior sustentabilidade e eficácia aos esforços públicos e privados que visam superar esses problemas sociais. Ao fazê-lo, tinha consciência dos desafios e bloqueios que esses problemas colocam ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais equitativa, que não exclua um elevado número de Portugueses dos benefícios da criação de riqueza e do crescimento económico. Tinha, também, a certeza de que o esforço necessário para concretizar essa ambição não poderia continuar a centrar-se na iniciativa do Estado, nos sistemas de protecção social, nas políticas tradicionais de redistribuição do rendimento ou na acção caritativa e assistencialista.

Entendo que este combate diz respeito a todos, que urge apelar à responsabilidade cívica e social de todos os portugueses, quer individualmente quer através das empresas e organizações de cidadãos, no sentido de contribuírem com a sua parte, por mais ínfima que seja, para este desígnio nacional de construirmos uma sociedade socialmente mais justa e mais coesa.

Tenho também defendido que esse esforço e esse compromisso só vingará se alterarmos o sentido das políticas sociais e a filosofia subjacente aos modelos que sustentam o sector social.

Quando falamos de pobres e de excluídos, estamos a falar de pessoas, de cidadãos

privados das condições mínimas de sobrevivência, de dignidade e de integração na vida colectiva, a quem não pode ser recusado o direito de demonstrar do que são capazes e construir um projecto de vida que os devolva ao estatuto pleno de cidadania. É fundamental olharmos para essas pessoas como um potencial de criação de riqueza, de participação activa na vida da sociedade e de serem, eles próprios, os actores principais do seu processo de inclusão. Por isso falamos de uma nova geração de políticas sociais, assentes no princípio da inclusão activa, onde, tão importante como um subsídio ou uma doação, é a possibilidade de aceder a uma oportunidade de partilhar o processo de criação de riqueza e de participar, de forma activa e responsável, na construção de uma sociedade de mais bem-estar e progresso.

O legado fundamental de Muhammad Yunus, através da bem sucedida experiência do Banco Grameen e da difusão global do microcrédito, é, precisamente, o seu contributo para passar de um modelo de sustentabilidade do sector social tradicionalmente identificado com a economia do dom e da dependência pessoal, para um modelo que cria oportunidades, desenvolve negócios, cria emprego e desencadeia novas lógicas de apropriação e distribuição de rendimento.

Sendo uma solução de elevado potencial de inclusão, é também uma via que permite encontrar respostas mais ágeis e mais eficazes para as situações de desemprego e de dificuldade de integração no mercado de trabalho, para a dignificação do contributo dos socialmente excluídos e para a promoção de uma cultura de iniciativa e empreendedorismo que tanto falta na sociedade portuguesa.

Como Presidente da República e como cidadão, quero expressar vivamente o meu reconhecimento e incentivo à Associação Nacional de Direito ao Crédito, às instituições financeiras associadas a este projecto e às organizações públicas e privadas que contribuem para que esta quase utopia se transforme, dia após dia, numa experiência de sucesso e num futuro cada vez mais promissor para muitos Portugueses.

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**





Cerimónia de Atribuição do Prémio SECIL Arquitectura 2006

Lisboa, 30 de Março de 2007

Pela segunda vez, esta semana, participo em cerimónias de atribuição de prémios criados por empresas portuguesas com o objectivo de estimular a qualidade, a descoberta e a inovação, e que, dessa forma, contribuem para melhorar a sociedade de que fazem parte. Primeiramente, na área da Medicina, agora na área da Arquitectura e Engenharia. É uma visão moderna da actividade das empresas, com a qual me congratulo.

Hoje quero, em primeiro lugar, felicitar os jovens universitários cujos trabalhos foram premiados. É estimulante confirmar que nas nossas universidades existem sonhos, que esses sonhos se transformam em ideias e que essas ideias resultam em trabalhos de qualidade. A participação de jovens universitários no Prémio SECIL revela uma excelente relação entre o mundo académico e a vida profissional, permitindo aos estudantes testar as suas capacidades e potencialidades e perceber a sua real adequação às necessidades do mercado e às saídas profissionais.

Ao associar-se ao Prémio SECIL, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros consagram a importância de uma iniciativa empresarial que chama a si tanto jovens universitários como nomes maiores da arquitectura e da engenharia, incentivando e promovendo o reconhecimento público de autores e obras que enriquecem a arquitectura e a engenharia portuguesas. Investir no talento e na criatividade, saber dar-lhes corpo e reconhecimento é essencial para o progresso do País.

O Prémio Secil Arquitectura 2006, hoje entregue ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira pelo seu projecto de um Complexo Desportivo na Catalunha, é um estímulo à criatividade e à qualidade. Ao vencer, pela terceira vez, este Prémio, o Arquitecto Siza Vieira demonstra, uma vez mais, a razão por que se tornou uma das maiores referências da arquitectura portuguesa e mundial.

A vasta obra de que é autor tem sido alvo de amplo reconhecimento no nosso

país e no estrangeiro, sendo um dos grandes responsáveis pela notável reputação internacional de que goza hoje a arquitectura portuguesa. É, também, uma prova viva da capacidade para competir e vencer quando se juntam talento, criatividade, competência e muito trabalho. Felicito, pois, o Arquitecto Siza Vieira por mais este Prémio que, com inteira justiça, lhe foi atribuído.

Saúdo igualmente a SECIL, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros por esta iniciativa que, ao longo dos últimos 14 anos, vem contribuindo para evidenciar a capacidade criativa e técnica dos Portugueses numa área de maior relevância para a imagem do País, premiando o mérito daqueles que mais se destacam entre os seus pares.

A todos os premiados, muitos parabéns.

Cerimónia de Abertura do XXVIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia

Vilamoura, 22 de Abril de 2007

É com grande satisfação que saúdo os participantes neste Congresso da Sociedade Portuguesa de Cardiologia. Os problemas que aqui irão ser debatidos são do interesse de todos e não apenas dos participantes neste Congresso. De acordo com dados de 2003, as doenças cardiovasculares constituem a maior causa de mortalidade em Portugal e na Europa. A nível mundial, quase um terço das mortes fica a dever-se a doenças cardiovasculares. Além disso, a tendência internacional aponta para um incremento da mortalidade devida a estas patologias, especialmente nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte.

Senhores Congressistas

A Sociedade Portuguesa de Cardiologia é uma sociedade médica, com objetivos situados na área da formação e da divulgação científica, merecedora de público reconhecimento pela actividade desenvolvida desde a sua fundação, há quase sessenta anos. No campo da saúde pública, a sua intervenção tem-se feito sentir ao nível do registo epidemiológico e da prevenção das doenças cardiovasculares. Trata-se, portanto, de uma sociedade científica médica que prossegue fins tão nobres quanto ambiciosos. E este Congresso, que se encontra já na sua 28ª edição, atesta plenamente do dinamismo da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.

O tema do Congresso, «A Cardiologia e os Portugueses», reflecte a justa preocupação desta Sociedade em chegar aos cidadãos, os primeiros beneficiários do trabalho dos médicos aqui reunidos.

Gostaria de dizer a todos os presentes que, à semelhança da Sociedade organizadora deste Congresso, também o Presidente da República se encontra empenhado na divulgação de boas práticas profissionais e na promoção de comportamentos responsáveis que conduzam a uma melhor saúde dos Portugueses.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As doenças cardiovasculares pertencem a um grupo de patologias susceptíveis de serem prevenidas. A prevenção primária das doenças do coração e dos vasos sanguíneos depende, em larga medida, da adopção de comportamentos e estilos de vida saudáveis. Entre estes, deve destacar-se o abandono do tabagismo, a escolha de um regime alimentar saudável, o combate ao sedentarismo e ao *stress* e a prática de exercício físico.

Como cidadãos, temos o direito de exigir políticas públicas saudáveis. Além de medidas de protecção no local de trabalho e de um planeamento urbanístico mais salutar, poderá destacar-se a necessidade de instruir e educar para a saúde. Nos nossos dias, o Estado deve capacitar os cidadãos para fazerem opções saudáveis. Só uma pessoa informada está habilitada a realizar boas escolhas. Se os cidadãos têm o direito de exigir políticas públicas saudáveis, também dos cidadãos se deve exigir, em contrapartida, uma atitude de vida mais vocacionada para a saúde. Por muito eficaz que seja a intervenção do Estado, por muito competentes que sejam os médicos, os resultados serão sempre escassos – disso, não tenho dúvidas – se os cidadãos nada fizerem pela saúde, pela sua própria saúde.

A saúde começa por nós. É a nossa saúde que está em causa. Ao contrário do que por vezes se diz, promover um estilo de vida saudável não corresponde a uma atitude paternalista por parte dos poderes públicos, nem constitui uma intromissão intolerável na liberdade e na privacidade de cada um. Ninguém deseja instituir uma qualquer «tirania da saúde» nem uma «ditadura da vida saudável».

Numa sociedade livre e aberta, todos têm o direito de escolher o seu estilo de vida e os seus comportamentos, desde que essa liberdade não colida com a liberdade dos outros. Mas, numa sociedade evoluída, todos devem conhecer os riscos que decorrem, como a investigação científica tem mostrado, de determinados estilos de vida e comportamentos. Existindo informação, a liberdade é indissociável da responsabilidade. Não podemos querer ser autónomos na escolha dos nossos estilos de vida e, depois, esperar que o Estado e os médicos consigam curar doenças que poderíamos ter evitado.

Há muito a fazer em diversas áreas. Mencionarei, a título de exemplo, a moderação do consumo de sal e a luta contra a obesidade, um fenómeno que assume

contornos preocupantes, sobretudo porque emerge de uma forma cada vez mais precoce. Portugal não foge a esta tendência: a obesidade infantil e juvenil é uma realidade com que temos de nos confrontar seriamente. Neste sentido, para além da legislação já produzida ou a produzir, a educação dos jovens para a saúde adquire uma relevância particular.

O exemplo do combate ao tabagismo ilustra o que pode ser feito para diminuir aquele que é o maior risco para a morte por doença cardiovascular. As políticas que conduzam a uma redução do consumo de tabaco representam, por um lado, uma obrigação cívica de exigência de respeito e protecção dos não-fumadores, em particular dos mais jovens, e constituem, por outro lado, uma oportunidade de informar e criar condições para escolhas responsáveis. O respeito pelos outros começa pelo respeito por nós próprios.

Senhores Congressistas

Tenho afirmado que a Medicina portuguesa possui uma qualidade que a coloca ao nível dos mais elevados padrões internacionais. Sei que este Congresso detém um grande nível de acreditação internacional, conferido por prestigiadas instituições, como a Sociedade Europeia de Cardiologia e a Associação Europeia de Cirurgia Cárdio-Torácica. Sei, também, que a Sociedade Portuguesa de Cardiologia tem pugnado por estabelecer laços de cooperação com agremiações congéneres dos países de expressão lusófona, Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Importa incentivar a investigação em ciências da saúde, reconhecer o esforço de cada equipa e de cada investigador, estimular a cooperação com instituições estrangeiras caracterizadas pela excelência. Estou atento aos esforços dos cientistas portugueses e foi com este propósito que lancei a iniciativa dos «Roteiros para a Ciência».

O combate pela prevenção e controlo das doenças cardiovasculares deve mobilizar os Portugueses. A saúde pública é uma tarefa colectiva, um esforço de todos que começa em cada um. Na defesa da saúde, não existem actores principais nem secundários.

Gostaria que a presença do Presidente da República neste Congresso representasse um incentivo para que todos os dias, em espírito de cooperação, Governo, Autarquias, empresas e, acima de tudo, as pessoas fizessem mais por um Portugal saudável. Do fundo do coração – e penso que esta palavra é, aqui, muito apropriada –, desejo o maior sucesso aos vossos trabalhos.

Cerimónia de Entrega de Certificados de Competências

Escola Marquês de Pombal, 8 de Maio de 2007

É com muito gosto que visito hoje a Escola Marquês de Pombal e me associo à cerimónia simbólica da entrega de certificados aos adultos que obtiveram o reconhecimento, a validação e a certificação das suas competências no âmbito do Programa Novas Oportunidades.

Numa sociedade em que o conhecimento é, cada vez mais, o elemento fulcral do desenvolvimento, é preciso mobilizar as pessoas para valorizarem e aprofundarem os seus saberes. Não só o que aprenderam na escola, mas também o que puderam aprender com o exercício da sua profissão. Assim se perspectivam novas oportunidades, evoluindo, valorizando, aprofundando os conhecimentos. É essencial que todos reconheçam a importância da aquisição de mais conhecimento através da frequência do ensino, e que a escola e a universidade sejam vistas como factores determinantes para o progresso pessoal e social. O combate ao abandono escolar precoce e o incentivo à formação ao longo da vida são os principais instrumentos que permitem assegurar a inserção profissional e a progressão nos níveis de emprego.

Mas não é só no ensino formal que estão as competências que devem ser valorizadas. Cada indivíduo, ao longo da sua experiência de vida profissional, acumula saberes e conhecimentos teóricos e práticos que nem sempre consegue caracterizar de modo adequado. Importa analisar um percurso de vida, naquilo que é a sua essência em matéria de aquisição de competências, de modo a que cada pessoa possa ter uma noção efectiva daquilo que aprendeu, dos saberes que acumulou.

Essa valorização não pode ser deixada simplesmente ao critério da maior ou menor sensibilidade de quem faz uma entrevista ou olha um currículo. A sua tradução numa habilitação, fazendo equivaler uma notação concreta, objectiva, a um determinado conjunto de conhecimentos adquiridos, resulta numa mais-valia, seja para quem os pode evidenciar, seja para quem precisa de os utilizar.

É hoje amplamente reconhecido que a auto-estima, a noção do valor próprio, é um factor importante para a afirmação no mercado de trabalho, um impulso para a realização pessoal, e é ainda responsável por uma atitude positiva que muito contribui para o bom ambiente laboral e para a motivação das pessoas e das equipas.

A diversidade das instituições que procuram, hoje, que os seus colaboradores obtenham o reconhecimento e a validação das suas competências é a expressão concreta da importância crescente que as habilitações assumem no mercado de trabalho. Não se trata apenas da procura de uma mais-valia individual. Trata-se de uma associação de interesses, mutuamente reconhecidos, em que as duas partes, empregador e empregado, têm vantagens recíprocas em identificar os saberes reais acumulados, de modo a poder extrair todas as potencialidades que essas competências podem trazer para o bem comum.

Este é, também, um caminho para a valorização do conhecimento, um estímulo para a formação permanente e para que cada pessoa assuma, com maior empenho, o seu lugar na sociedade e no mercado de trabalho.

Felicito a Escola Secundária Marquês de Pombal pela sua participação activa neste caminho para novas oportunidades. Saúdo o corpo de docentes e de responsáveis que aqui trabalham e dão o seu melhor. Felicito todas as instituições que querem e sabem aproveitar este caminho de aperfeiçoamento pessoal e profissional e espero que saibam colher os frutos deste investimento nas pessoas, correspondendo às expectativas assim criadas.

Felicito, ainda, os adultos que terminaram com êxito este processo e também os que aguardam a sua conclusão. Uma palavra especial de saudação àqueles que são funcionários da Secretaria-Geral da Presidência da República. A todos desejo os maiores êxitos, que sejam exemplo e testemunho de que vale a pena persistir na busca da valorização permanente.

A imprensa do passado fim-de-semana deu-nos a conhecer a história do Senhor João André, de Salvaterra de Magos, que, com 83 anos, acaba de completar o 9º ano de escolaridade através do Programa Novas Oportunidades, e que costuma explicar a sua motivação através da quadra: “Nunca é tarde para aprender / diz o povo e tem razão / para melhor poder viver / e dar vida ao coração.” Que o exemplo do Senhor João André e o exemplo daqueles que hoje, aqui, recebem

os seus certificados de competências contagie muitos dos portugueses que abandonaram a escola antes de completarem o ensino secundário. São esses os meus votos.

XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna e VI Congresso da Federação Europeia de Medicina Interna

Lisboa, 23 de Maio de 2007

É com especial satisfação que saúdo os participantes neste Congresso conjunto da Sociedade Portuguesa e da Federação Europeia de Medicina Interna.

A realização, em Portugal, deste encontro internacional representa, para além de um sinal de reconhecimento do valor dos médicos internistas portugueses no quadro europeu, um importante contributo para o reforço e para a circulação do saber entre os profissionais de saúde. A cooperação internacional entre médicos deve, cada vez mais, ser estimulada, porque as doenças não conhecem fronteiras. Na sociedade de informação global em que vivemos, também o conhecimento médico tende a adquirir uma dimensão planetária.

Senhores Congressistas

A ciência médica tem sido capaz de aumentar a longevidade das populações e, mais do que gerar simplesmente uma maior esperança de vida, tem permitido que as pessoas vivam mais anos com saúde e qualidade.

A Medicina Interna é a especialidade médica que se dedica à prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças da pessoa adulta de uma forma global. Os internistas, dada a abrangência da sua formação, são profissionais especialmente qualificados para um acompanhamento completo da pessoa doente. Os doentes exigem, com toda a legitimidade, respostas às perguntas que formulam. De um internista, espera-se que dê opinião sobre quase tudo. O esforço envolvido pelos internistas na sua formação contínua e permanente, considerando a evolução cada vez mais rápida da ciência médica, merece a nossa admiração e o nosso reconhecimento.

A Medicina Interna tem gerado grandes professores de Medicina. Muito do que de melhor existe na ciência médica portuguesa e europeia foi, e é, o produto do

trabalho de internistas. A Escola Europeia de Medicina Interna tem realizado cursos em Portugal, o que atesta bem o valor que é atribuído ao nosso País nas áreas do desempenho e da formação médica.

A visão holística do tratamento da pessoa doente, integrando as queixas de quem sofre, é o modelo terapêutico do internista. Esta abordagem da Medicina Interna contribui para a prestação de cuidados mais eficientes e maior controlo dos custos. O problema da gestão dos custos, tão importante nos actuais sistemas de saúde, desenhados a partir da ciência para servir os cidadãos, será um tema a discutir em profundidade neste Congresso.

A perspectiva integradora dos problemas de saúde, própria dos internistas, confere-lhes, por outro lado, uma posição central para o estabelecimento de pontes de continuidade entre cuidados primários e cuidados hospitalares, criando um ambiente de conservação da saúde mais amplo do que o mero combate à doença.

Senhores Congressistas

O papel social dos médicos não se esgota no trabalho clínico nas enfermarias ou nos consultórios. Os médicos não podem esquecer o seu papel de exemplo, como formadores de outros profissionais e como modelos de comportamentos saudáveis que os cidadãos devem seguir.

É necessário preservar e cultivar o espírito de dedicação e serviço público que tem caracterizado os médicos portugueses. Importa desenvolver a formação médica pré-graduada no sentido de dar resposta à natural e desejável curiosidade científica dos jovens candidatos a médicos, sem deixar de lhes infundir um sentido de serviço e humanidade de que cabe aos internistas ser exemplo de primeira linha.

Os internistas, tais como os médicos de família, são tipicamente médicos de múltiplos saberes e competências. Um médico internista caracteriza-se por uma forte capacidade de resistência intelectual, nunca desistindo até à descoberta do diagnóstico e da causa da enfermidade. E é também um resistente físico, suportando, frequentemente, longas horas de privação de sono para depois, logo na manhã seguinte, prosseguir o seu labor com o mesmo profissionalismo da véspera. Sempre próximo de quem dele precisa.

Para além das suas particulares exigências de formação, a profissão médica tem riscos muito próprios. Risco de errar, riscos físicos crescentes, cansaços e tristezas. Mas estou certo de que a profissão de médico proporciona, talvez como nenhuma outra, grandes momentos de satisfação e alegria. Os médicos que escolheram trabalhar em Portugal merecem um justo reconhecimento público. É também esse reconhecimento que, com a minha presença, aqui quis deixar, fazendo votos de que os trabalhos deste Congresso conjunto sejam fonte de enriquecimento profissional e pessoal para todos vós e de benefício para as comunidades que, por toda a Europa, necessitam dos vossos cuidados.

Inauguração da Exposição “No Caminho sob as Estrelas – Santiago e a Peregrinação a Compostela”

Santiago do Cacém, 11 de Julho de 2007

É para mim motivo de grande satisfação vir aqui hoje, a Santiago do Cacém, inaugurar a exposição “No Caminho sob as Estrelas” e, ao mesmo tempo, assistir à assinatura do protocolo de geminação entre este Município e o de Santiago de Compostela.

A história desta cidade alentejana está ligada, como sabemos, aos muitos peregrinos que por aqui passaram, rumo a Compostela, e que aqui encontravam hospitalidade e apoio, antes de se fazerem de novo ao Caminho. É uma história que tem muito a ver, naturalmente, com a vivência da fé e com os valores essenciais que moldaram a nossa cultura e a nossa identidade colectiva. Mas é também um testemunho da nossa ligação histórica à vizinha Espanha e ao resto da Europa.

Neste momento, em que Portugal preside ao Conselho da União Europeia, é uma feliz coincidência podermos vir aqui recordar as nossas raízes, olharmos para as marcas deixadas pelos muitos que, ao longo de séculos, cruzaram as nossas terras, movidos pela fé e pela esperança.

Os objectos e obras de arte que vamos poder apreciar são um admirável testemunho da diversificada rede de itinerários e contactos que ligaram desde sempre os nossos povos. Mas são, acima de tudo, a prova de que, hoje como então, podemos estabelecer laços de solidariedade e cooperação em torno de valores fundamentais, para lá das diferenças que sempre existiram.

Quero, por isso, saudar muito em especial as autoridades da Galiza que se encontram entre nós e congratular-me pela colaboração que tem havido entre o Município de Santiago do Cacém e o de Santiago de Compostela. Espero que essa colaboração possa repetir-se em outras iniciativas, tão bem sucedidas quanto esta Exposição.

Quero igualmente congratular-me pelo trabalho que tem vindo a ser realizado

pela Diocese de Beja em defesa do património religioso e cultural, um trabalho que foi decisivo para a exposição que vamos admirar e para a salvaguarda de vários monumentos da região do Baixo Alentejo.

Gostaria que exemplos como este se multiplicassem em todo o território nacional. A preservação do nosso património histórico é uma tarefa que compete a todos e pela qual todos somos responsáveis face às gerações de amanhã. Evidentemente, nem todos temos conhecimentos especializados ou outros meios que nos permitam proceder à recuperação de monumentos. Mas todos podemos e devemos estimar as nossas coisas, conhecê-las um pouco melhor, visitá-las durante as férias ou durante os fins-de-semana, contribuir para que elas não se degradem e possam, pelo contrário, ser um cartão de visita no qual sentimos orgulho.

Tenho-o dito de diversas maneiras, em várias intervenções públicas, desde que tomei posse como Presidente da República: «a preservação do espaço que habitamos, assim como do património que herdámos, são dois elementos decisivos para o reforço da nossa identidade comum». Foi por essa razão que decidi iniciar hoje, aqui em Santiago do Cacém, a primeira jornada de um Roteiro para o Património, destinado a sensibilizar as diversas entidades, instituições, empresas, escolas e os cidadãos, em geral, para a importância desta causa.

Quero, antes de mais, sublinhar a riqueza do património cultural de que Portugal dispõe. Todos conhecemos, ou já ouvimos falar, dos principais monumentos portugueses, principalmente daqueles que alcançaram o galardão de Património da Humanidade. Mas quantos de nós se empenham na preservação dos pequenos mas valiosos monumentos que tantas vezes estão ao abandono perto do local onde vivemos?

Quero evidenciar também as boas práticas que, felizmente, já existem neste domínio e que têm sido protagonizadas por vários grupos de cidadãos, por instituições e por autarquias.

Quero estimular os jovens a conhecerem e a estudarem melhor o nosso património cultural.

Quero, finalmente, chamar a atenção para a importância da preservação do património enquanto factor decisivo, não apenas da nossa identidade colectiva, mas também do nosso desenvolvimento económico e social. Um país como Por-

tugal, que tem mais de oito séculos como nação independente e possui uma herança cultural a vários títulos notável, não pode desperdiçar essa mais-valia que é a singularidade do seu património.

Felicito a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e o Departamento Histórico e Artístico da Diocese de Beja pela organização desta magnífica Exposição e agradeço a inestimável colaboração da Junta da Galiza.

Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud

Lisboa, 7 de Setembro de 2007

Foi com grande satisfação que aceitei o convite da Presidente da Fundação Champalimaud, Dra. Leonor Beleza, para participar nesta cerimónia de entrega do Prémio Champalimaud de Visão. Pela sua natureza e pelo seu alcance internacional, esta é uma iniciativa de indiscutível importância e projecção, que se reveste de particular significado para o nosso País.

Quero felicitar, desde logo, na pessoa do seu Presidente, Dr. Nam, a instituição laureada nesta primeira edição do Prémio Champalimaud, estendendo este meu cumprimento a todos os que nela trabalham ou com ela colaboram. Saúdo ainda, evocando a memória de António Champalimaud, os representantes da Fundação que constituiu com uma parte substancial do seu legado, bem como os ilustres convidados aqui presentes.

Gostaria também de dirigir uma saudação especial ao júri internacional deste prémio, integrado por um conjunto de personalidades do mais alto nível científico, que inclui investigadores galardoados com o Prémio Nobel e individualidades de grande prestígio. Foi certamente um trabalho árduo encontrar um justo vencedor entre os trinta e quatro candidatos, muitos deles merecedores de distinção. Só por isso, estão também V. Exas. e a Fundação Champalimaud de parabéns.

A criação deste prémio anual é bem expressiva da determinação da Fundação Champalimaud em contribuir para a resolução de problemas de Saúde à escala global. Trata-se do maior prémio mundial na área da visão, no valor de um milhão de euros. Tanto pelo seu valor, como pelo prestígio que lhe está associado, este prémio poderá contribuir de forma decisiva para o progresso científico e tecnológico na área da Saúde.

A primeira edição deste prémio demonstra já a sua capacidade de detectar os bons exemplos, que importa estimular através do público reconhecimento e da divulgação de iniciativas de mérito.

O Sistema Aravind de Cuidados de Visão, primeiro vencedor do Prémio

Champalimaud, é uma organização não-governamental indiana de referência, pelo seu modelo, pela sua prática e pelos resultados que tem conseguido alcançar.

Na sua génese esteve a convicção, quase utópica, de que era possível erradicar a cegueira curável em todo o mundo e assim combater esta causa fortíssima de desigualdade social. Através da vontade, inteligência e espírito humanitário do seu fundador, foi possível, num país imenso como a Índia, organizar com reconhecido sucesso e auto-sustentabilidade um sistema amplo e eficaz de rastreio, prevenção e tratamento da cegueira entre os mais carenciados.

Trata-se de um sistema que percorre toda a cadeia de cuidados, desde a detecção da necessidade até à sua resolução efectiva, educando, sensibilizando, investigando, produzindo, formando. Em suma, servindo, no mais amplo sentido do termo. É um dos melhores exemplos da excelência ao serviço de quem dela precisa, citado na literatura da especialidade e já estudado por muitos que procuram segui-lo. Julgo, de resto, que este lema – a excelência ao serviço de quem dela precisa – poderá ser adoptado por qualquer sistema de saúde, em qualquer lugar do mundo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A filantropia não nasceu nos nossos dias. No entanto, o empreendedorismo de base social tem vindo a adquirir um renovado vigor neste início de século e tem sabido interessar-se pelas questões da Saúde, capital fundamental da Humanidade. Também em Portugal é possível encontrar bons exemplos dessa filantropia em diversas linhas de combate à exclusão e às desigualdades, desde a promoção do acesso à educação à prestação de cuidados de saúde.

Encontramo-nos hoje, aqui, perante excelentes exemplos de responsabilidade e solidariedade cívicas. Devemos valorizar e apoiar as melhores experiências de investimento social, motivando outras iniciativas e estimulando o aparecimento de muitas mais.

A Fundação Champalimaud e o Prémio de Visão reforçam a nossa esperança num futuro cada vez melhor, onde a partilha de responsabilidades, a criação de valor e o bom uso dos meios e das capacidades revertem a favor dos que mais precisam, gerando níveis de inclusão e de bem-estar que, de outro modo, não seriam possíveis. Sei que a Fundação Champalimaud, sob a direcção da Senhora

Dra. Leonor Beleza, saberá levar a sua missão tão longe quanto o seu fundador terá ambicionado, projectando o sonho de permitir que cada ser humano tenha condições de saúde para viver condignamente. Estou certo de que a instituição premiada encontrará eco da sua acção muito para além do que poderia fazer pelos seus próprios meios, reforçando, com o seu exemplo e o seu sucesso, o estímulo do empreendedorismo solidário.

A todos os que, deste modo, se tornam parte activa da construção de um mundo melhor, os meus votos sinceros de muito êxito para prosseguirem neste caminho que, em boa hora, decidiram trilhar.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D. Dinis

Vila Real, 14 de Setembro de 2007

Quero, antes de mais, saudar o poeta Fernando Echevarría e dar-lhe os meus sinceros parabéns por este prémio que o júri atribuiu, por unanimidade, ao seu último livro.

É um prémio com o qual já foram distinguidas algumas das obras mais relevantes das letras portuguesas no último quarto de século.

Gostaria, por isso, de felicitar igualmente a Fundação Casa de Mateus, na pessoa do seu Presidente, o Engenheiro Fernando de Albuquerque, pela instituição deste prémio e pelo empenho colocado na sua organização. A lista dos nomes a quem já foi atribuído o Prémio D. Dinis, e a que vem juntar-se, este ano, Fernando Echevarría, é o melhor elogio que se pode fazer ao trabalho que esta Casa tem vindo a desenvolver em prol da cultura e das artes.

Fernando Echevarría é um nome que os mais atentos ao mundo das letras conhecem de há muito. Os representantes do júri que o premiou já evidenciaram aqui, melhor do que eu poderia fazer, a excelência da sua obra, uma obra reconhecida-damente difícil, mas de uma enorme sensibilidade e reveladora de uma profunda reflexão sobre a natureza do homem e das coisas.

Tanto em Portugal como no estrangeiro, a crítica tem sublinhado frequentemente a qualidade do trabalho de Echevarría, o seu rigor e a sua exigência. Vários dos seus livros anteriores já tinham sido também contemplados com prémios de grande prestígio.

É, portanto, com enorme satisfação que venho aqui hoje entregar-lhe o Prémio D. Dinis e, ao mesmo tempo, homenagear o homem e o poeta que perfez, no ano passado, 50 anos de uma vida literária intensa e fecunda.

Homenagear o homem, porque Fernando Echevarría, além de um escritor consagrado, é também um homem de fortes convicções, um homem de espírito aberto e livre, com provas dadas muito antes do 25 de Abril.

Homenagear o poeta, porque, no silêncio da sua natureza reservada, Echevarría tem vindo pacientemente a construir uma obra que é singular, como só as ver-

dadeiras obras de criação artística conseguem ser, mas da qual a literatura portuguesa pode orgulhar-se.

Foi a este homem e a este poeta que eu tive o prazer, no passado 10 de Junho, de atribuir, em nome do Estado português, o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, que visa distinguir “os que prestaram serviços relevantes a Portugal, no País e no estrangeiro”.

Tenho-o dito várias vezes: no mundo globalizado de hoje, em que os países abandonam progressivamente o tradicional isolamento, o trabalho dos escritores, e de todos aqueles cuja actividade contribui para preservar e manter viva a nossa língua, constitui um pilar decisivo na afirmação da identidade colectiva.

É, por isso, um dever de todos nós reconhecermos o valor daqueles que asseguram, a maioria das vezes sem outra compensação além do prazer de escreverem, a continuidade e a permanente renovação do Português, como língua que se adapta a uma realidade cultural e tecnológica em acelerada mudança.

Mas temos, acima de tudo, de dedicar uma atenção muito especial ao ensino da língua materna, sem prejuízo, evidentemente, do ensino de outras línguas, também indispensáveis para respondermos aos desafios da globalização. Não podemos, de forma alguma, permitir que a aprendizagem do Português, tão indispensável à realização individual e à coesão social, deixe de ser considerada uma das prioridades do nosso sistema de ensino.

Renovo, pois, as minhas felicitações a Fernando Echevarría, que tão dignamente aqui representa os escritores que ao longo dos séculos dignificaram a nossa língua, e faço votos para que ele continue, por muitos anos ainda, a privilegiar-nos com a sua poesia.

Muito obrigado.

Cerimónia de Homenagem a Aquilino Ribeiro

Panteão Nacional, 19 de Setembro de 2007

A presente homenagem à figura de Aquilino Ribeiro constitui, antes de mais, um acto de homenagem à cultura portuguesa.

Na verdade, a trasladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional de Santa Engrácia, onde repousará ao lado de grandes vultos da História e da Cultura portuguesas, representa uma forma simbólica, mas plena de significado, de evocarmos aquele que foi um dos grandes prosadores da literatura portuguesa do século vinte.

A vasta obra romanesca de Aquilino Ribeiro, que retrata o mundo rural português de uma forma ímpar, continua a acompanhar-nos, mesmo que desse mundo restem apenas escassos vestígios. O universo de Aquilino Ribeiro, povoado de tipos que todos conhecemos, com destaque para o *Malhadinhas*, é o universo português. Deleitamo-nos com os seus arcaísmos e os seus regionalismos porque nos revemos neles. E porque, apesar do decurso do tempo, continuamos a encontrar o homem português em cada página dos grandes livros de Mestre Aquilino. No fundo, porque ainda nos encontramos a nós próprios em obras imortais como “A Casa Grande de Romarigães” ou “Quando os Lobos Uivam”. Aquilino Ribeiro foi também um admirável biógrafo de figuras históricas, como Luís de Camões ou Camilo Castelo Branco, um autor de enternecedores livros para crianças, com destaque para “O Livro de Marianinha”, dedicado à sua neta, ou “O Romance da Raposa”. Foi também um notável memorialista, que nos legou o interessante testemunho intitulado “Um Escritor Confessa-se”.

Aquilino Ribeiro, contudo, não precisaria de se confessar num texto autobiográfico, porque em toda a sua obra a biografia e a ficção entrecruzam-se a cada passo. A marca da ruralidade está presente em praticamente todos os seus livros. Sempre permaneceu fiel às suas origens – e são estas que marcam decisivamente a sua obra. Mas o que também surpreende e fascina nessa obra é a capacidade de Aquilino em transcender os limites da sua Beira natal e converter-se num escritor de projecção universal.

De facto, Aquilino não é um mero escritor regionalista, susceptível de ser lido apenas por aqueles que conhecem bem as terras e as gentes de que fala. Cultivou a *Geografia Sentimental* – título de um dos seus livros mais apaixonantes –, mas soube ultrapassar os limites que esse afecto das raízes lhe poderia ter imposto enquanto prosador. Isto só é possível porque Aquilino Ribeiro descreveu ambientes e paisagens mas, acima de tudo, captou aquilo que de mais singular e profundo existe no género humano, nas suas grandezas como nas suas fraquezas.

Ler Aquilino Ribeiro é ler um certo Portugal, mas é também ler o Mundo. E, por isso, aqui deixo o meu público testemunho de admiração por uma obra literária que espero continue a ser lida e acarinhada pelas gerações futuras do nosso País.

É também em nome dessas gerações que se justifica a homenagem que hoje, no Panteão Nacional, fazemos à obra de Aquilino Ribeiro.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Museu do Neo-Realismo

Vila Franca de Xira, 20 de Outubro de 2007

Quero felicitar o município de Vila Franca de Xira, na pessoa da Senhora Presidente da Câmara, assim como todos aqueles que colaboraram e se empenharam na realização do Museu do Neo-Realismo.

Ao construir este edifício, criando um espaço condigno para a investigação e a divulgação do saber, o município de Vila Franca de Xira demonstra não só a atenção e o cuidado que lhe merece o património cultural, como põe à disposição de todos os interessados um conjunto de equipamentos modernos que vão certamente permitir um conhecimento mais alargado de um período essencial da nossa história recente.

O Museu do Neo-Realismo não é apenas uma homenagem a uma corrente literária de há mais de 50 anos. Pela riqueza da documentação aqui depositada, pela ambição do seu programa de actividades, o Museu representa uma verdadeira homenagem à cultura portuguesa do século XX.

Estou certo de que a sua projecção irá estender-se muito para lá dos limites geográficos desta cidade e beneficiar todos os investigadores ou simples curiosos que, na Universidade ou fora dela, em Portugal ou no estrangeiro, se interessam pelo Neo-Realismo.

O sonho daqueles que, há quase vinte anos, lançaram as bases de um centro de estudos sobre o Neo-Realismo está, finalmente, realizado. A partir de hoje, este belo edifício desenhado por Alcino Soutinho, um dos mais prestigiados arquitectos portugueses da actualidade, está aberto a todos quantos quiserem conhecer aquele que foi, certamente, um dos mais polémicos e, por isso mesmo, um dos mais vivos movimentos literários e artísticos do nosso século XX.

Há boas razões para considerarmos Vila Franca de Xira um local apropriado para este museu, pese embora a dimensão nacional que teve o Neo-Realismo.

Foi aqui que nasceu e viveu Alves Redol, um dos nomes que mais se identifica com o movimento e autor do livro “Gaibéus”, considerado pelos estudiosos o primeiro romance neo-realista português. Aqui bem perto, em Alhandra,

viveu e escreveu Soeiro Pereira Gomes, outro dos escritores mais conhecidos do Neo-Realismo.

Nesta região, o associativismo com fins culturais, sociais e políticos teve sempre um enorme dinamismo, criando um público particularmente atento a escritores como os neo-realistas, que fizeram do comprometimento com os mais desfavorecidos uma bandeira da sua produção literária.

Aqui, como em todo o Ribatejo e em outras zonas do País que foram durante décadas castigadas com a pobreza mais extrema, os neo-realistas encontraram matéria abundante para os seus romances, a sua poesia, o seu teatro ou a sua pintura.

Poderá, porventura, discutir-se o valor de uma ou outra dessas obras.

Podem e devem, inclusive, discutir-se as opções ideológicas que nelas se reflectem.

Mas é inegável que, das fileiras do Neo-Realismo, saíram alguns dos mais significativos valores literários e artísticos do século XX.

Um Carlos de Oliveira, um Manuel da Fonseca ou um Fernando Namora, para só falar dos mais conhecidos, continuam a merecer, justificadamente, a admiração de muitos leitores.

Um Júlio Pomar ou um Lima de Freitas, artistas que no início da sua actividade pertenceram ao movimento neo-realista, serão sempre figuras maiores no universo da nossa pintura.

É também inegável, e não menos importante, que, em muitas obras do Neo-Realismo, pela sua autenticidade, podemos aperceber-nos do que era, nesse tempo, a pobreza de tantas famílias. O seu inconformismo era, simplesmente, a aspiração de viver com dignidade.

O Neo-Realismo, com todos os debates que suscitou, com todas as publicações e outras iniciativas que dinamizou, é hoje tema obrigatório para quem queira conhecer o que foi a história da vida intelectual, social e política do século passado.

Senhoras e Senhores

Uma palavra de apreço é devida aos familiares de Alves Redol, Orlando da Costa e Mário Sacramento pelo seu contributo para o enriquecimento do Museu, através da doação, hoje realizada, dos respectivos espólios.

Renovo os meus parabéns à cidade de Vila Franca de Xira e faço votos para que

o Museu do Neo-Realismo, inspirado nos valores da liberdade e da solidariedade que nortearam tantos dos manuscritos que estão aqui à sua guarda, seja um verdadeiro pólo dinamizador da nossa actividade cultural e cívica.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento das Comemorações do 60º Aniversário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Lisboa, 13 de Novembro de 2007

É com muito gosto que participo nesta cerimónia de comemoração dos 60 anos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

As múltiplas iniciativas que pontuaram, ao longo deste ano, as Comemorações que agora se encerram divulgaram a história desta instituição, o modo como soube servir a sociedade e marcar a sua presença na evolução do País.

Afirmando-se, desde muito cedo, como um organismo de vanguarda no panorama nacional da investigação científica e da inovação tecnológica, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil agregou centros de investigação, conferiu-lhes um traço comum, disseminou o seu saber e tornou-se parte activa da construção das grandes infra-estruturas nacionais.

Estruturou o conhecimento, rasgou horizontes, atraiu competências e talentos, acumulou uma experiência de gerações, criou, enfim, uma sólida cultura técnica e científica que o transformou numa instituição de referência no desenvolvimento do País. Pioneiro na afirmação das instituições públicas de investigação, o LNEC foi uma autêntica escola para os que aqui encontraram oportunidade de realização profissional, aprofundando saberes e transmitindo valores.

O rigor e a independência técnica que o têm caracterizado confirmam o LNEC como um actor da maior relevância na decisão dos grandes empreendimentos nacionais, merecedor do crédito e da confiança em que assenta a sua projecção nacional e internacional.

Alcançou prestígio além fronteiras como instituição de investigação de referência e grande escola de engenharia. Promoveu a afirmação de novas disciplinas, como a da segurança estrutural e da gestão da qualidade, numa abordagem multidisciplinar que associa a ética à engenharia, e alargou os campos da sua intervenção à avaliação do impacto da tecnologia na vida das sociedades, incluindo as vertentes ambientais, financeiras e sociais.

A estreita ligação às Universidades, bem como a intensa cooperação internacional, potenciando o capital humano e o aproveitamento dos recursos, foram também vertentes marcantes da acção desenvolvida pelo LNEC, na linha do que é hoje aceite como fulcral para a plena realização da missão de escolas e centros de investigação.

O LNEC é um relevante Laboratório de Estado. Permitam-me, pois, que, nesta ocasião, saliente, uma vez mais, como tenho feito no decorrer do Roteiro para a Ciência, a importância de uma aposta estratégica na ciência e na inovação. Perante os desafios da competição global, numa era em que a integração dos mercados, as trocas comerciais e os movimentos de capitais são mais intensos do que nunca, a única resposta que nos fará vencedores radica na qualificação das pessoas, no desenvolvimento de uma nova carteira de actividades e de produtos de forte conteúdo tecnológico, na investigação científica, na disseminação das tecnologias de informação e na inovação empresarial.

Apesar do significativo esforço de investimento público em I&D que, nas duas últimas décadas, Portugal tem vindo a fazer, o desempenho nacional, quando comparado com outros Estados-membros da União Europeia, é ainda insuficiente, tanto ao nível da qualificação dos portugueses, como dos padrões de investigação e de inovação.

A leitura atenta dos estudos da União Europeia e da OCDE mostram-nos que, mais do que de um baixo investimento em I&D, a raiz dos nossos problemas nasce principalmente da ineficiência desse investimento e do desequilíbrio da sua composição, de perfil preponderantemente público, com reduzido investimento privado.

É por isso que, em matéria de I&D, não basta fazer mais; precisamos, sobretudo, de fazer melhor.

Precisamos de reconhecer o mérito, a excelência e a capacidade de aplicar conhecimento.

Precisamos de uma intensa cooperação entre o mundo académico e o tecido empresarial, de modo a explorar o valor comercial dos bons resultados da investigação.

Precisamos de massa crítica nas unidades de I&D, indispensável à internacionalização do nosso sistema científico.

Precisamos, igualmente, de mais investigadores e de mais pessoas envolvidas nas actividades da economia do conhecimento, participando em redes internacionais e numa acrescida dinâmica de mobilidade.

O Prémio Manuel Rocha, hoje aqui entregue a cinco investigadores do LNEC, a quem felicito muito especialmente, tem evidenciado alguns dos que mais se têm distinguido neste percurso árduo e muito competitivo.

O LNEC, com os seus 60 anos de história, tem-se afirmado como um bom exemplo de excelência, internacionalização e cooperação com o sector privado. Não é por acaso que um organismo como este se afirma como instituição e se constitui referência ao longo de décadas. Foi um processo de construção permanente, determinado por lideranças fortes, como o demonstra a simples consulta da vida e obra dos seus Directores. Não só como homens da ciência e da técnica, mas também como humanistas, no sentido da plena consciência da importância da sua acção sobre a sociedade e da criteriosa aplicação dos meios públicos ao serviço de todos.

Um organismo que comemora seis décadas de existência e que mantém um lugar distinto no panorama nacional tem uma grande responsabilidade, não só quanto ao dever de mostrar como se adaptou aos múltiplos contextos que se foram sucedendo, mas também quanto ao modo como perspectiva o seu futuro, respondendo às exigências do mundo moderno e ganhando robustez crescente num palco cada vez mais globalizado.

Não há respostas pré-definidas à necessidade de adaptação. As estruturas institucionais têm, em todo o caso, de conservar a flexibilidade suficiente para não serem atingidas por sobressaltos que provoquem rupturas difíceis de sanar, tal como não poderão cristalizar em modelos convencionais, na falsa confiança de que o esplendor do passado lhes perdoará o abrandar do ritmo no presente.

Uma sociedade precisa de instituições de que possa orgulhar-se. Deve apoiá-las quando precisam, reconhecer o seu esforço e dar-lhes o devido mérito. Só assim incentivará outros a seguirem-lhes os passos, permitindo que façam parte do traço de união que liga as diferentes gerações pelos laços culturais e por um passado de realizações digno de memória.

A história do LNEC é uma história de luta pela afirmação de novas mentalidades, recusando fechar-se nas vicissitudes que a poderiam tolher.

Abrindo-se à sociedade, desperto para as exigências do futuro, tem sido uma instituição capaz de servir o País, prestando serviço, estabelecendo parcerias, participando com coragem na resolução dos problemas que o desenvolvimento sempre acarreta.

Tudo isto lhe traz, repito, uma enorme responsabilidade, à medida do seu prestígio e do nome que conseguiu firmar no seu território de actuação. Uma grande responsabilidade para aqueles que dirigem o LNEC e nele trabalham, a quem cabe a preservação dos seus valores e da sua credibilidade.

O LNEC é uma instituição de que os Portugueses se orgulham e é importante que assim continue a ser no futuro.

Comemorar os 60 anos do LNEC não é apenas fazer jus à capacidade de vencer resistências, à coragem de aliar o rigor científico à ética e à inovação tecnológica. É também prestar homenagem a todos os que lhe têm dedicado a vida e o talento, num trabalho profícuo que marcou e que, por certo, continuará a marcar muitas gerações de engenheiros, cientistas e portugueses.

A todos os que aqui trabalham, os meus parabéns e os votos de que as próximas décadas possam continuar a beneficiar da realização plena da nobre missão que vos está confiada.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Vida Literária pela Associação Portuguesa de Escritores

Lisboa, 21 de Novembro de 2007

É para mim um motivo de enorme satisfação estar aqui, hoje, para entregar ao Professor Vítor Aguiar e Silva o Prémio Vida Literária.

Satisfação, antes de mais, por ver reconhecida publicamente a actividade que o premiado tem desenvolvido em prol da língua e da cultura portuguesas, tanto no país como no estrangeiro. Mas satisfação, igualmente, por ser um prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores, através do qual se presta homenagem a alguém que tanto tem feito pelo conhecimento, a divulgação e o prestígio da literatura, em particular da nossa literatura.

É um prémio a que se chama Prémio Vida Literária, e dificilmente alguém poderia ter consagrado mais intensamente a sua vida às letras do que o Professor Aguiar e Silva.

Só uma dedicação como a sua pode explicar a multiplicidade de estudos académicos que levam o seu nome, ou a profundidade dos seus comentários sobre alguns dos nossos maiores escritores, a começar por Camões, ou, ainda, o trabalho que realizou na universidade e em outras instituições para a defesa da língua pátria.

Na verdade, Vítor Aguiar e Silva não é apenas o investigador erudito e culto que publicou, entre muitas outras obras, uma “Teoria da Literatura” internacionalmente conhecida, com traduções que vão do espanhol ao japonês.

É, também, o professor em quem se revêem sucessivas gerações de estudantes, quer porque seguiram as suas aulas, quer porque aprenderam pelos seus livros. Acima de tudo, Aguiar e Silva é um humanista, para quem os problemas da educação, do ensino do português, da defesa e promoção da nossa língua e do nosso património literário têm sido uma causa constante, não apenas no plano académico mas também no plano cívico.

Gostaria, aliás, de lembrar aqui o relevante trabalho por ele desenvolvido à frente da comissão que preparou a criação do Instituto Camões, assim como

da Comissão Nacional da Língua Portuguesa, organismos para os quais tive o prazer de o nomear quando era Primeiro-Ministro.

Senhoras e Senhores

Num tempo como o nosso, em que tantas dúvidas e apreensões se levantam em torno dos problemas da educação, é extremamente gratificante homenagearmos alguém, como o Professor Aguiar e Silva, que ainda há bem pouco tempo falava de si próprio como sendo um «lavrador universitário», orgulhoso das suas «colheitas». Temos de estar reconhecidos a estes «lavradores», a todos aqueles que dão o seu melhor para prestigiar as nossas escolas, para formar os nossos filhos e preparar as futuras elites.

Quero, por isso, felicitar a Associação Portuguesa de Escritores, que atribui este prémio, tal como a Caixa Geral de Depósitos, que o patrocina.

Quero, sobretudo, apresentar os meus sinceros parabéns ao Professor Aguiar e Silva.

Faço votos para que ele continue, por muitos e bons anos, a «semear» como até aqui tem «semeado».

O País e, sobretudo, os seus muitos leitores estão-lhe gratos e reconhecidos.

Visita à Academia das Ciências de Lisboa

Lisboa, 26 Novembro de 2007

Nesta minha primeira visita à Academia das Ciências de Lisboa, gostaria de começar por saudar todos os seus sócios, em especial aqueles que actualmente exercem funções de direcção.

Saúdo igualmente a Sociedade de Geografia, a Academia Portuguesa de História e a Academia de Marinha, que, conjuntamente com a Academia das Ciências, promoveram o Congresso que hoje se inicia, destinado a comemorar o segundo centenário da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

Esta Academia é uma das instituições nacionais mais antigas e mais prestigiadas nos domínios da Ciência e da Cultura. Nela tiveram assento, ao longo dos seus mais de dois séculos de existência, individualidades notáveis nos diversos ramos do saber. Por aqui passaram Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Avelar Brotero, Paulo Merêa, Egas Moniz, Vitorino Nemésio, Lindley Cintra, Celestino da Costa, tantos e tantos outros cujos nomes a História regista com admiração e apreço.

Todos eles engrandeceram o património comum, honraram a Academia e dignificaram o nosso País. Todos eles são credores do nosso mais profundo reconhecimento.

O papel da Academia das Ciências não se resume, contudo, a ser depositária de glórias passadas. Por mais justificado que seja o orgulho que temos na herança deixada por cientistas e homens de letras, essa herança deve constituir também um desafio e um estímulo para a nossa actuação presente e construção de um futuro melhor.

As responsabilidades que cabem a esta Academia em matéria de investigação científica e histórica, ou de estudo e divulgação da língua, da cultura e do pensamento, nas suas múltiplas expressões, continuam hoje a ser tão actuais quanto eram no tempo em que ela foi criada.

Por um lado, a língua portuguesa é agora partilhada com sete Estados independentes que a adoptaram como língua oficial, criando-se, deste modo, uma

comunidade de povos que dispõem de um valioso instrumento de aproximação e de projecção conjunta no plano internacional.

A ida da família real para o Brasil, que hoje aqui se assinala e foi evocada de forma notável na conferência do Professor Oliveira Ramos, traduz bem os laços que, tanto no passado como no presente, aproximam todos aqueles que fazem da partilha desta mesma língua uma comunidade de futuro, cujas potencialidades culturais, políticas e até económicas temos de saber aproveitar melhor.

Por outro lado, a intuição pioneira dos fundadores da Academia, segundo a qual é através do saber e da livre discussão das ideias que as nações progridem, está bem patente naquilo a que hoje se chama a «sociedade do conhecimento», a cujos desafios não nos podemos dar ao luxo de virar as costas.

No mundo global em que vivemos, onde a produção científica ultrapassa as fronteiras territoriais, impõe-se recordar e imitar o cosmopolitismo do abade Correia da Serra, esse homem de ciência e de acção que tantos serviços prestou a Portugal no estrangeiro e que foi o verdadeiro cérebro desta Academia.

Pela sua vocação, pela sua história e pela projecção que lhe é reconhecida, a Academia das Ciências tem ainda um papel importante a desempenhar na promoção e dinamização da comunidade científica nacional.

Enquanto instituição onde se cruzam peritos de áreas distintas, e onde coexistem uma classe de Ciências e uma classe de Letras, a Academia pode contribuir também para o diálogo entre os vários saberes e fomentar um ambiente intelectual de verdadeiro humanismo universalizante.

A Academia pode, além disso, pelas relações privilegiadas que mantém com as suas congéneres, reforçar a internacionalização dos pólos de investigação nacionais, ajudando à sua inserção nas redes em que o conhecimento se produz e circula no mundo contemporâneo.

Estou certo de que a Academia das Ciências continuará a desempenhar cabalmente as tarefas para que está vocacionada e que são do maior interesse público.

Estou certo de que a dedicação e a clarividência dos seus actuais membros continuarão a honrar os pergaminhos desta casa e a dar ao País o seu inestimável contributo.

Tenho dito.

Visita à Universidade de Coimbra

Coimbra, 21 de Janeiro de 2008

Nesta minha primeira visita como Presidente da República à Universidade de Coimbra, quero antes de mais saudar, na pessoa do Senhor Reitor, todos os professores, alunos e funcionários que aqui trabalham e que, através do seu saber e dedicação, têm sabido preservar o prestígio da Academia e oferecer ao País um contributo inestimável.

A Universidade de Coimbra nasceu praticamente com o Estado português. Desde então até hoje, ela tem sido um dos mais sólidos pilares da nossa identidade, da nossa existência como nação independente e da nossa afirmação internacional. Numa jornada dedicada ao património histórico e cultural, como a que iniciei esta manhã na Igreja de Santa Cruz, não podia deixar de visitar esta instituição, cuja história se confunde com a história de Portugal e que continua a ser um pólo dinâmico de produção e divulgação de conhecimento e cultura.

A Universidade de Coimbra não é apenas uma referência do património histórico e cultural português: ela foi e é, também, um marco importante na história da Europa. Foi aqui, e em mais duas ou três cidades pioneiras, que se desenvolveu uma das instituições que mais profundamente marcaram a evolução do velho continente. Sem a universidade, a identidade europeia não seria, certamente, aquilo que é, nem teria influenciado tão decisivamente a história de outros continentes. E Portugal, através da criação dos chamados Estudos Gerais, soube estar na vanguarda de uma Europa onde o conhecimento viria a constituir-se como o principal factor de desenvolvimento e de comunicação entre os povos.

Fico, por isso, particularmente satisfeito ao tomar conhecimento – pelas intervenções já aqui feitas pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Reitor – dos projectos que a Universidade, em articulação com o Município, está a desenvolver para a requalificação dos seus espaços e para a apresentação de uma candidatura a Património da Humanidade.

As importantes iniciativas da Câmara Municipal de Coimbra em matéria de reabilitação urbana do centro histórico, das quais também tomei conhecimento e

que devem ser estimuladas, contribuirão decerto para que a cidade obtenha o reconhecimento que merece.

Espero que a candidatura venha a ser bem sucedida, tornando assim ainda mais visível, não só a qualidade arquitectónica do lugar e dos bens aqui preservados, mas também a sua implantação na geografia e na história desse outro bem, imaterial e imprescindível, que é o Saber.

Com o Roteiro para o Património que decidi efectuar pelo País, e que teve a sua primeira jornada no Baixo Alentejo, tenho pretendido sensibilizar as diversas entidades, empresas e cidadãos em geral para a importância desta causa que é a preservação da nossa identidade como País, nos diversos registos em que ela se apresenta. Quero evidenciar boas práticas, estimular o trabalho no domínio da recuperação e defesa do património e sublinhar o seu papel no desenvolvimento económico e social do País. Quero chamar a atenção dos mais jovens para a riqueza do nosso património histórico e cultural e responsabilizá-los na sua preservação.

Num centro de saber e de cultura como este onde nos encontramos, não é preciso justificar a importância de que se reveste o património, quer no seu aspecto histórico, quer como factor de identificação e coesão do todo nacional, quer, ainda, como elemento decisivo para um desenvolvimento local sustentado. Todos sabemos o valor e o simbolismo de monumentos como a Igreja de Santa Cruz e a Sé Velha, que visitei esta manhã, tal como dos restantes lugares aonde terei oportunidade de ir nesta segunda jornada do Roteiro.

Não é possível conhecer realmente como nasceu e cresceu Portugal, como se delinearam as fronteiras e se povoou o território, como se consolidou a cultura e se desenvolveu o saber, se não prestarmos atenção aos vestígios que ainda se encontram nas igrejas, nos mosteiros e nos castelos desta região, ou nos muros desta Universidade. Preservar esses sinais do nosso passado, legar às gerações futuras os testemunhos que herdámos não é só uma expressão de reconhecimento ou de exaltação patriótica; é, sobretudo, uma forma de olhar em frente e preparar o futuro com base naquilo que realmente somos e possuímos.

Não somos apenas um País de sol e com paisagens naturais muito apreciadas por todos quantos nos visitam. Somos também um País com uma cultura secular, a qual

é preciso inventariar, dar a conhecer e estimar, para melhor a preservarmos. Em todo esse trabalho, a Universidade tem um papel muito especial a desempenhar, ao lado das restantes entidades directamente envolvidas na causa do património. Ninguém melhor do que ela poderá sensibilizar os responsáveis, investigar e divulgar os conhecimentos e técnicas que hoje em dia requer a conservação e promoção do património. Estou certo de que a Universidade portuguesa desempenhará condignamente esse papel. Todos juntos, podemos e devemos travar o abandono e decadência que ameaçam alguns dos nossos lugares mais emblemáticos. Portugal só será um País verdadeiramente moderno se for um País com memória.

Sessão Comemorativa do Quarto Centenário do Nascimento do Padre António Vieira

Academia das Ciências, 6 de Fevereiro de 2008

É para mim um motivo de grande regozijo estar aqui hoje, na Academia das Ciências, a presidir à sessão com se que se iniciam as comemorações do quarto centenário do nascimento do Padre António Vieira.

Evocar a memória de alguém que tenha deixado marcas profundas na História, pela sua actividade no domínio social, científico ou outro, é sempre gratificante. Mas quando esse alguém se impõe à nossa consideração em tantos domínios como o Padre António Vieira, a gratificação transforma-se em justificado regozijo, se não mesmo em orgulho, para quantos se revêem nessa figura ímpar da História portuguesa.

Em Vieira, não se sabe o que mais admirar: se o virtuosismo do pregador ou a argúcia do diplomata ao serviço da independência nacional; se a grandeza e a majestade da sua escrita, que levou Fernando Pessoa a chamar-lhe «imperador da língua portuguesa», ou a tenacidade com que defendeu os direitos das populações ameríndias; se o realismo do conselheiro do rei, a quem se deve o restabelecimento dos contactos com a colónia judia na Holanda, ou o visionário que sonhou, para Portugal, um *quinto império*.

Vieira foi tudo isso e em tudo isso deixou impressa a assinatura do génio. Basta ler algumas das muitas páginas escritas pelo seu punho, para se confirmar não só a inteligência e a fina sensibilidade do escritor, como também a vontade, a energia e a determinação do político e do missionário. Muitos consideram, e com razão, que os seus Sermões, a par d'Os Lusíadas, representam os mais extraordinários monumentos alguma vez erguidos em língua portuguesa.

Mas as cartas que enviou de Roma, de Paris e de Amesterdão revelam-nos igualmente um observador arguto da cena política europeia no seu tempo. E aquelas que escreveu do Maranhão constituem um dos mais impressionantes documentos acerca da colonização do Brasil.

Toda a obra do Padre António Vieira é, simultaneamente, uma demonstração

de génio e uma demonstração de fé. Fé em Deus, certamente, como se pode adivinhar pelos relatos que ele próprio faz da sua actividade como missionário. Mas fé, também, no destino de uma nação e nas possibilidades de um Estado cuja independência ele viu restaurar, em 1640, e ajudou, depois, a consolidar. Numa altura em que muitos duvidavam que Portugal pudesse, ainda, reafirmar a sua soberania, Vieira transformou-se de pregador brilhante em diplomata incansável, servindo nas cortes da Europa o interesse do País, com o mesmo empenho com que se dedicara antes, e voltaria mais tarde a dedicar, à evangelização das Américas. Fé, além disso, na condição humana. A corrupção e outros males contra os quais frequentemente se insurgia do púlpito não lhe fizeram perder a confiança; os preconceitos dominantes não o impediram de dialogar com todos aqueles com quem se cruzou.

Para lá das diferenças de civilização, Vieira acreditou no homem que existia em cada um dos índios do Brasil, a quem defendeu intransigentemente da avidez de alguns colonos.

Para lá das diferenças de religião, Vieira soube ver e denunciar a injustiça que fora a expulsão dos judeus, a tal ponto e com tanta veemência que suspeitaram que fosse um deles.

As dificuldades que Portugal conheceu no período da Restauração, tal como as suspeitas que sobre ele próprio se abateram, fazendo, até, com que fosse encarcerado, não chegaram para o vergar ou fazer baixar os braços. Vieira acreditou sempre. Acreditou e agiu. Tanto ou mais do que um homem da palavra, ele foi um homem da acção. Nem mesmo quando os infortúnios da política o privaram da confiança da corte e do papel importante que aí tivera, o Padre António Vieira desistiu. Voltou apenas a ser o missionário que, verdadeiramente, nunca deixou de ser, reservando as poucas horas livres à compilação da sua obra literária, esse legado extraordinário que haveria de nos deixar.

Ilustríssimos Académicos

Senhoras e Senhores

Ao comemorarmos o quarto centenário do nascimento do Padre António Vieira, no começo do século XXI, o que mais nos impressiona é, talvez, a actualidade com que esta figura maior da nossa História continua a surgir aos nossos olhos.

Tal como acontecia há 400 anos, a diversidade dos povos e civilizações precisa hoje, porventura ainda mais, de políticos e mediadores como Vieira, que acreditem realmente no valor da pessoa humana e sejam suficientemente inspirados para estabelecer as pontes que levem à paz.

Podemos e devemos acreditar nas nossas potencialidades enquanto nação que possui uma história de oito séculos, uma história que pode, por isso mesmo, ser também uma História do Futuro.

É esta a lição que podemos retirar da vida e da obra de Vieira. Foi esta a mensagem que nos deixou e a que temos obrigação de ser fiéis, sob pena de desiludirmos todos aqueles que, tal como ele, sonharam, com ou sem império, um País dinâmico, civilizado e próspero.

Portugal na Europa e no Mundo **V**





Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2007 do Conselho da Europa

Assembleia da República, 19 de Março de 2007

É para mim uma grande satisfação participar nesta cerimónia de entrega dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa, aqui na Assembleia da República.

Quero, antes do mais, prestar homenagem ao Conselho da Europa que, através da defesa dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito, contribuiu decisivamente para uma identidade europeia baseada nestes valores.

A ele se devem instrumentos fundamentais para o progresso qualitativo da construção europeia, como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta Social Europeia, hoje referências globais, que enriquecem a cultura universal dos Direitos Humanos.

O Conselho da Europa revelou, desde cedo, um especial interesse pela promoção de uma maior cooperação e solidariedade e de um diálogo mais franco entre o Norte e o Sul, tendo por pano de fundo o respeito e a valorização dos direitos humanos. Foi precisamente esta preocupação que esteve na origem das decisões tomadas nesta Assembleia da República, em 1984, sobre a criação de uma entidade destinada a promover a solidariedade mundial, numa perspectiva Norte-Sul.

Tive, mais tarde, o grato prazer de, enquanto Primeiro-Ministro, formalizar a apresentação, ao Conselho da Europa, da proposta de criação do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais, conhecido como Centro Norte-Sul, com sede em Lisboa, um projecto que viria a concretizar-se em 1990.

O Centro Norte-Sul tem desenvolvido uma acção particularmente valiosa em prol de uma maior consciencialização em torno dos problemas da interdependência global e em favor de políticas que promovam um relacionamento mais estreito e solidário entre o Norte e o Sul.

A missão do Centro Norte-Sul reveste-se, hoje, de uma renovada actualidade. Os desafios da globalização, bem como as desigualdades que se continuam a fazer sentir, tanto em matéria de liberdades fundamentais como nos níveis

de desenvolvimento socio-económico, exigem um redobrado sentido de responsabilidade e de solidariedade para com as populações mais penalizadas e desfavorecidas.

É minha convicção que só através de uma globalização plural e solidária poderemos alcançar um desenvolvimento mais justo, equilibrado e sustentável a nível mundial, objectivo que compete a cada um de nós promover, independentemente das funções que desempenhemos.

Os laureados do Prémio Norte-Sul deste ano são bem o exemplo do que acabo de dizer. A sua coragem, determinação e excepcional espírito de solidariedade contribuem para reforçar a nossa convicção de que é possível fazer a diferença e construir um mundo melhor e mais justo.

O exemplo de vida da Senhora Mukhtaran Bibi mostra-nos como é possível fazer da adversidade a razão de ser de uma infatigável militância contra a violência e a discriminação, numa dignificante campanha em defesa dos direitos das mulheres. O seu caminho mostra-nos, ainda, que a batalha contra a discriminação só poderá ser vencida se formos capazes de combater as suas causas mais profundas, erradicando a iliteracia e legando às gerações futuras o cumprimento do direito universal e inalienável de acesso ao ensino e à educação.

A acção do Padre Francisco Van Der Hoff constitui, por seu turno, um exemplo de altruísmo, de cidadania activa e de dedicação à causa do desenvolvimento justo e equitativo para todos. O movimento e, mais tarde, a marca “comércio justo” evidencia, entre outros aspectos, que é possível assegurar a integração na economia mundial dos produtores mais humildes e desfavorecidos, promovendo, em simultâneo, um desenvolvimento económico respeitador do meio ambiente e das condições de vida das populações autóctones.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Num momento em que a afirmação da cidadania e da solidariedade se vê condicionada por um individualismo que conduz à exclusão, o Prémio Norte-Sul reveste-se de um significado muito particular, ao distinguir personalidades como a Senhora Mukhtaran Bibi e o Padre Francisco Van Der Hoff, cuja dedicação à comunidade serve de exemplo e estímulo para todos nós.

Foi por decisões como esta que, ao longo dos últimos 12 anos, este Prémio se tornou um símbolo dos valores que estão inscritos na matriz fundadora do Centro Norte-Sul.

Estou certo de que assim continuará a ser no futuro.

Muito obrigado.

Cerimónias Militares de Recepção às Tropas Portuguesas do Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina

Santa Margarida, 20 de Março de 2007

Desde há quase 50 anos que Portugal partilha do esforço internacional para a preservação da paz e da segurança em várias regiões do mundo. Um esforço que tem mobilizado capacidades, recursos e generosidades ao serviço de causas nobres, em resposta a solicitações de países amigos e aliados ou das organizações internacionais onde nos inserimos.

As alterações que, sobretudo a partir do início da década de noventa, foram mundialmente sentidas no âmbito da segurança levaram a um envolvimento internacional cada vez mais expressivo em missões de paz e de cariz humanitário. Portugal, como membro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica ou da União Europeia, empenhou, até ao momento, cerca de 30 mil portugueses, entre diplomatas, militares e elementos de forças de segurança, na procura da resolução de crises e na promoção dos valores da paz, da democracia, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos.

O envolvimento nacional nestas missões consolida a condição de Portugal como país “produtor de segurança”, num momento em que se assiste a uma crescente e progressiva internacionalização das questões de segurança e defesa e em que a protecção dos interesses nacionais beneficia, cada vez mais, de uma actuação fora das fronteiras geográficas.

Cumprindo de forma exemplar as missões de soberania que constitucionalmente lhes cabem, bem como as actividades inerentes às outras missões de interesse público, as Forças Armadas portuguesas têm constituído um pilar fundamental no apoio à política externa do Estado, através da sua participação em missões de paz e humanitárias e em acções de cooperação técnico-militar. Têm-no feito de forma modelar e altamente dignificante, contribuindo para o prestígio e a credibilidade de Portugal no seio das nações.

É, pois, para mim, como Comandante Supremo das Forças Armadas, um privilégio

partilhar hoje convosco, nesta Cerimónia, o sentimento do dever cumprido, naquela que constituiu a mais longa participação nacional numa missão de paz.

O significativo empenho nacional na Bósnia-Herzegovina contribuiu de forma directa e decisiva para que aquele país e sua população possam usufruir da segurança e da estabilidade necessárias ao seu desenvolvimento, progresso e saudável relacionamento no concerto das nações.

Esta missão contribuiu igualmente para o reforço da nossa própria segurança e defesa, porquanto fortaleceu a posição portuguesa nas organizações internacionais em que o País se integra e permitiu reduzir um potencial foco de instabilidade, com imprevisíveis consequências para todos os europeus.

Tendo visitado as nossas forças militares naquele teatro de operações e constatado o alto apreço em que era tido o seu trabalho, e tendo participado na decisão do seu regresso a território nacional, sinto-me particularmente satisfeito pelo esforço dos mais de 11 mil militares e elementos das forças de segurança que, ao longo destes quase 15 anos, no território da Bósnia-Herzegovina, no céu dos Balcãs ou no mar Adriático, como elementos isolados ou integrando unidades militares, serviram Portugal e os Portugueses, aliando uma competência internacionalmente reconhecida a uma singular forma de relacionamento com as populações locais.

Para além do elevado profissionalismo e valor militar, reconhecidos pelos comandos aliados, sobressai nos nossos militares a franca e sentida relação que mantiveram com as populações locais. As suas características humanas, típicas da maneira de ser lusitana, projectaram dos Portugueses a imagem de um povo amigo e amante da paz, como o demonstram as manifestações de carinho e, também, de tristeza pela partida da última unidade nacional.

Seguramente, a palavra “saúde” fará agora parte do léxico das populações da Bósnia-Herzegovina.

A angústia e a ansiedade das famílias dos nossos militares, provocadas pela ausência e distância, atenua-se agora com o conforto do seu regresso e com a vaidade sã do que por eles foi conseguido.

O esforço dos nossos militares encontra a sua justa recompensa na normalidade com que os habitantes da Bósnia-Herzegovina encaram hoje o seu dia-a-dia, na confiança com que aquele jovem país visualiza o seu futuro e na maior tranquilidade de que a Europa desfruta.

Militares

O sucesso do empenhamento nacional em missões no exterior depende, em grande medida, do apoio institucional dos diferentes órgãos de soberania e do amplo consenso político de que beneficiam. Também neste sentido, testemunhamos hoje, aqui, um exemplo de convergência política que é importante que continue a nortear futuros envolvimento nacionais neste tipo de missões.

A participação em operações de paz, nas quais esta missão constituiu um importante marco, teve evidentes influências na estrutura, efectivos, equipamentos e modo de actuação das nossas Forças Armadas, as quais constituem hoje um corpo mais versátil e dotado de vasta experiência internacional, preparado para transportar além fronteiras não só o seu código ético e a capacidade e firme vontade de elevar o nome de Portugal, mas também a identidade que nos é própria – a nossa personalidade colectiva.

Desta forma, as Forças Armadas constituem-se, mais do que nunca, numa Instituição estruturante da identidade nacional e pilar indispensável do Estado, merecedoras da confiança que o País nelas deposita e onde a Nação se revê com elevado sentido patriótico.

No momento em que a Comunidade Internacional prepara a passagem do testemunho no teatro de operações da Bósnia-Herzegovina e as Forças Armadas regressam a Portugal, é de particular importância que os Portugueses conheçam melhor o trabalho das Forças Nacionais Destacadas e a relevância que estas missões assumem para o País.

Portugal está hoje aqui representado, ao mais alto nível do Estado, para testemunhar a dignidade dos feitos dos seus militares e para lhes transmitir o respeito e a estima de que são justos credores.

É também fundamental que os Portugueses conheçam, igualmente, o que ainda se faz em lugares tão longínquos como o Afeganistão ou Timor, o Kosovo ou o Líbano, o Iraque ou a República Democrática do Congo, onde militares lusos continuam, briosamente, a afirmar Portugal.

O Comandante Supremo das Forças Armadas assinala com particular satisfação e orgulho o regresso das suas forças a território nacional.

Missão cumprida.

Declaração Evocativa dos 50 Anos da Assinatura do Tratado de Roma

Palácio de Belém, 25 de Março de 2007

Faz hoje, precisamente, cinquenta anos que foi assinado o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia. É um marco histórico para a Europa e para o Mundo.

Nunca, como nestes cinquenta anos, a paz no continente europeu foi tão consistente e tão duradoura; nunca os Europeus conheceram um período de tão intenso desenvolvimento económico e social.

De uma Europa dividida, cheia de antagonismos e dilacerada pela guerra, passámos para uma Europa que se uniu em torno de uma nova solidariedade. Essa solidariedade tem um nome – integração europeia.

Um longo caminho foi percorrido. Da União Aduaneira até ao Mercado Único, e do Mercado Único até ao Euro, a integração consolidou-se e a Europa é hoje o maior bloco económico do Mundo. A Comunidade Económica Europeia de 1957 transformou-se na União Europeia de hoje.

O alargamento é outra demonstração do sucesso da construção europeia. De seis Estados iniciais, a União Europeia engloba agora vinte e sete Estados-membros e outros candidatos aspiram à adesão.

A integração europeia tem sido uma verdadeira âncora de paz, estabilidade e progresso para o continente europeu. A queda do muro de Berlim e a implosão do regime soviético também decorreram do sucesso da integração europeia.

Muito foi feito, mas há ainda muito caminho por fazer.

A União Europeia tem de encontrar, agora, as respostas para os desafios do nosso tempo. Desde logo, o desafio económico e social, no quadro da globalização. Mas também os desafios energético e das alterações climáticas e o desafio da segurança, hoje debaixo de novas e complexas ameaças.

A União Europeia carece de um novo fôlego político que lhe permita decidir e agir com mais legitimidade democrática, mais eficiência e maior coesão.

É o próprio Mundo que reclama uma maior intervenção da Europa em

defesa da paz, da estabilidade e do equilíbrio das relações internacionais. Portugal, em boa hora, aderiu em 1986 e tem sido, desde então um parceiro estável, empenhado e solidário. Muito tem beneficiado da adesão, não só no domínio do desenvolvimento económico, mas também na sua projecção externa. Muito tem também Portugal contribuído para a integração europeia, com a sua identidade e o seu carácter, com a sua vocação externa e capacidade para estabelecer pontes entre regiões e civilizações.

O nosso País vai exercer, no próximo semestre, a presidência do Conselho da União Europeia. Será a terceira vez que o fará e, à semelhança das anteriores, espera-se que o faça de modo a prestigiar Portugal.

A convergência de esforços e a mobilização de todos os intervenientes é um imperativo nacional. Imperativo a que me associo como Presidente da República.

Reunião Informal de Chefes de Estado no Âmbito do Grupo de Arraiolos

Riga, 10 de Abril de 2007

Sendo a primeira vez que participo numa Reunião do “Grupo de Arraiolos”, quero começar por expressar a minha profunda satisfação por esta oportunidade de partilhar opiniões com todos vós sobre o futuro do nosso projecto comum europeu. Quero ainda agradecer à Presidente Vike-Freiberga por nos acolher na sua bonita capital para uma reunião que, estou certo, será bastante produtiva.

Celebrámos, recentemente, o 50º aniversário dos Tratados de Roma. O facto de termos identificado “A Europa como um Actor Global” como um dos temas para a nossa discussão de hoje revela bem o quanto foi alcançado desde 1957 e o grau de maturidade do projecto europeu. Não há, aliás, melhor ilustração do que acabo de dizer do que o facto de este debate ter lugar em Riga, entre Chefes de Estado de países livres, membros de um mesmo projecto europeu.

Sou o primeiro a reconhecer que a Europa se confronta com difíceis desafios. Não é a primeira vez. Recordo-me que, quando Portugal aderiu à UE, era eu Primeiro-Ministro do meu País, a palavra mais citada para descrever a realidade de então era “eurosclerose”. Não tenho necessidade de lembrar o que aconteceu desde então, o imenso progresso que alcançámos. Tudo foi possível porque houve confiança. A mesma confiança que nos levou a aderir à União Europeia. Confiança em que a Europa, trabalhando em conjunto, numa partilha de soberania, constituía a melhor resposta para os desafios de então.

Acredito que a Europa continua a ser a melhor resposta para os desafios de hoje. Nenhum dos nossos países, por maior ou mais rico que seja, encontrará melhores soluções caminhando sozinho. Creio que devemos enviar uma mensagem clara aos nossos cidadãos: conhecemos os problemas e os desafios, mas continuamos confiantes no projecto europeu; estamos empenhados na Europa; queremos transformar esses desafios em oportunidades e acreditamos que seremos capazes. A palavra é *confiança*. Todos sabemos que não é possível

mobilizar ninguém com dúvidas e receios. A Europa necessita de confiança, os nossos cidadãos necessitam de confiança.

Esta afirmação conduz-me ao nosso tema, porque a Europa, para ser um actor global, necessita de ser um actor confiante.

Os fundadores da Europa conceberam-na como um actor global. Uma União de Estados democráticos, determinada em fomentar o desenvolvimento económico e social em benefício dos seus cidadãos, cimentada pela coesão e pela solidariedade política, social e económica, capaz de projectar os seus valores e de contribuir para a paz e estabilidade no mundo.

Os sucessos obtidos garantem que a Europa seja, já hoje, um actor global em muitos e diversos domínios. Mas temos de fazer melhor. Temos de aumentar a nossa competitividade, assegurar o crescimento económico e social, investir em educação, inovação e desenvolvimento tecnológico, implementar o Mercado Interno e a Estratégia de Lisboa, promover a coesão. Estas são, afinal, preocupações dos nossos cidadãos, e são essas preocupações que nos devem orientar. Políticas eficazes para lidar com as alterações climáticas e com a problemática dos recursos energéticos, da imigração ilegal, das doenças e da segurança reforçarão a confiança dos Europeus no nosso projecto de integração.

Para ser mais eficiente e mais competitiva, a União Europeia deve adaptar os seus alicerces institucionais à realidade actual. O impasse resultante dos referendos holandês e francês não deve minar as nossas convicções. Deve, pelo contrário, reforçar o nosso compromisso no sentido de uma solução consensual, que seja capaz de promover a confiança dos nossos cidadãos na construção europeia.

Um actor global pensa globalmente e age globalmente. A agenda desta reunião revela, de forma clara, quais devem ser as nossas principais tarefas e prioridades externas.

Em primeiro lugar, permitam-me a referência a África, um bom exemplo de como a União Europeia pode beneficiar do impacto directo do fomento da estabilidade e do desenvolvimento. Apoiar a luta contra as causas endémicas da pobreza, estimulando o desenvolvimento económico e social, constitui a melhor forma de reduzir o efeito dessas tragédias no nosso próprio território. África tem um interesse geoestratégico para a Europa e esta constatação deve guiar a nossa acção. É tempo de falarmos com África em vez de nos limitarmos a falar de África. É o que muitos

outros estão a fazer. A II Cimeira UE-África é, por isso, importante. O continente africano não é uma realidade distante. África é nossa vizinha.

A conquista da paz e da estabilidade no seu território é, sem dúvida, o maior sucesso que a Europa alcançou nas últimas décadas. Mas não devemos tomar esta realidade por garantida. A União Europeia deve continuar a promover estabilidade, segurança e desenvolvimento nas regiões vizinhas. A Política Europeia de Vizinhança é um instrumento válido para apoiar os nossos vizinhos de Leste e a Sul. Nesse quadro, teremos de dar uma especial atenção aos países do Mediterrâneo. Ao fomentar o diálogo político e o desenvolvimento económico e social, estamos a apoiar os esforços destes países na luta contra o radicalismo e o terrorismo e, assim, a promover a estabilidade nas nossas próprias fronteiras. A América Latina abre perspectivas de um relacionamento intenso e mutuamente vantajoso. A Europa é ali olhada como um modelo. A União Europeia tem todo o interesse numa América Latina democrática, estável, económica e socialmente dinâmica. Mas, para isso, precisamos de reforçar os nossos laços, de intensificar o nosso diálogo político e de aumentar as nossas trocas comerciais. Devemos continuar a pugnar por um Acordo com o Mercosul e conceder ao Brasil o nível de parceria que mantemos com os outros países do denominado grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

O Elo Transatlântico é muito importante para a União Europeia, para os EUA e para o mundo. A Europa não deve definir-se contra os Estados Unidos da América. Aliás, não deve definir-se contra ninguém. A Europa afirma-se pelos seus próprios méritos, ou não se afirma. Existirão sempre divergências, que, por vezes, serão mais difíceis de ultrapassar, mas não devemos deixar que essas diferenças ponham em perigo a comunidade de valores que é, para nós, absolutamente essencial preservar. É por isso que a Nova Parceria Económica Transatlântica é tão importante.

A China, a Índia, o Japão e a Rússia são também parceiros estratégicos. São importantes actores da globalização e, no caso da Rússia, um país vizinho cujas políticas e acções têm frequentemente um impacto directo e imediato na Europa.

A emergência da China e da Índia como potências económicas globais deve ser vista por nós como uma oportunidade. A pobreza tem-se reduzido, como sempre dissemos que queríamos que acontecesse; há uma classe média que cresce e

se afirma; e um enorme mercado que se desenvolve, a uma velocidade notável. Devemos bater-nos por mercados abertos e por uma concorrência leal; exigi-lo implica sermos capazes de oferecer mercados abertos e concorrência leal. As Cimeiras com estes países, nos próximos meses, constituem uma grande oportunidade, que, espero, saberemos aproveitar.

Um actor internacional credível deve contribuir para a paz e para a estabilidade. O reforço de capacidades militares e civis europeias, que permitam à União Europeia agir quando e onde considere necessário, é essencial para afirmar uma voz europeia respeitável e credível no mundo. As missões da União Europeia na Bósnia-Herzegovina, no Líbano ou em África são exemplos bem sucedidos do nosso compromisso para com a paz e a estabilidade mundiais.

Um actor global deve pensar o futuro, encontrar soluções para os novos e diversos desafios com que se depara. A estratégia da União Europeia para a protecção climática e as energias renováveis revela uma atitude de verdadeiro actor global, capaz de visão e de convicção, lutando pela protecção e preservação do nosso planeta e salvaguardando as condições de vida das gerações futuras.

O tipo de problemas com que somos confrontados hoje em dia requer uma resposta global e coordenada, uma abordagem multilateral. A União Europeia deve continuar a promover o multilateralismo, que reforça a nossa capacidade de influenciar as decisões e contribui para a nossa projecção no teatro internacional.

Ao fim e ao cabo, a União deve agir como... uma União. Nem sempre é fácil. É um processo de aprendizagem contínuo. Poderão existir situações em que nem todos queiramos avançar ao mesmo ritmo. Já assim é em alguns domínios e não é dramático. Acredito que, com a boa fé e o empenho de todos, a Europa terá uma voz mais forte, para benefício de todos.

Portugal assumirá a presidência do Conselho Europeu no próximo dia 1 de Julho. Com base no Programa estabelecido pelo Trio de Presidências, o meu País tudo fará para prosseguir as prioridades estabelecidas.

Confio no nosso sucesso. Confio no sucesso da União Europeia.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Lituânia

Palácio da Ajuda, 31 de Maio de 2007

É com grande prazer que acolho Vossa Excelência e Sua mulher nesta primeira visita de Estado de um Presidente da Lituânia ao meu país. Uma visita que ilustra bem os extraordinários desenvolvimentos que marcaram os anos recentes da História da Europa e do Mundo.

Portugal recebe hoje, na pessoa de Vossa Excelência, o mais Alto Representante de uma Lituânia que conosco define as fronteiras externas da União Europeia e que conosco partilha, no seio da NATO, valores que unem os dois lados do Atlântico.

Numa hora em que tantos sublinham as dificuldades e os desafios do nosso tempo, é bom que saibamos reconhecer o significado desta realidade, impossível de prever ainda há poucos anos, e do caminho que a ela conduziu. A Lituânia é bem o exemplo de que o futuro não se constrói com resignação e medo, mas com confiança nas nossas capacidades e convicções.

Em 1923, Portugal reconhecia a independência da então jovem República da Lituânia. Nos difíceis anos que se seguiram, nunca aceitámos a alteração desse estatuto. Não espantará, pois, que tenhamos sido, desde a primeira hora, apoiantes da integração da Lituânia na União Europeia e na NATO, na convicção de que a Europa nunca estaria completa sem a Lituânia e os restantes Estados Bálticos.

Excelência

São muitos os exemplos que ilustram a excelência das relações políticas entre Portugal e a Lituânia, desde o apoio mútuo em matéria de candidaturas a organizações e a cargos internacionais, à abertura de Embaixadas residentes nas respectivas capitais, até, mais recentemente, ao contributo de Portugal para a missão de policiamento aéreo dos Estados Bálticos.

Mas é fundamental que a excelência da nossa relação se estenda a outros domínios, designadamente o económico, o empresarial e o cultural, onde, a despeito dos progressos já alcançados, nos encontramos ainda muito longe do potencial que

decorre das oportunidades criadas pela pertença ao espaço comum europeu. Esta visita de Vossa Excelência e a delegação que o acompanha constituem um sinal claro do empenho no aprofundamento das relações entre os nossos dois países.

Excelência

Portugal e a Lituânia são parceiros activos na construção do projecto europeu. Se a integração nos trouxe amplos benefícios, é um facto que também ela beneficiou com a nossa adesão, designadamente através do conhecimento que temos de um vasto conjunto de países e regiões do globo.

Quero, aliás, nesta ocasião, prestar homenagem à acção empenhada e determinante de Vossa Excelência na resolução de crises e conflitos, designadamente na Ucrânia e Moldávia.

Portugal assumirá, já no próximo dia 1 de Julho, a presidência do Conselho da União Europeia. Para além do empenho na resolução do impasse institucional, na prossecução da Agenda de Lisboa, na consolidação do Mercado Interno e de uma Política Social Europeia que sirva os interesses dos cidadãos europeus, no desenvolvimento de uma política energética e ambiental que assegure a sobrevivência do nosso ecossistema, e de uma política marítima europeia, a Presidência Portuguesa procurará também dar um novo ímpeto ao relacionamento externo da União Europeia.

Acreditamos que a estabilidade e a segurança são fundamentais para o futuro do projecto europeu e que para isso é essencial o reforço das relações com as regiões e países vizinhos da União Europeia. Um reforço que passa pela Política Europeia de Vizinhança, a Leste, mas também, a Sul, pelo Mediterrâneo e por África. Os problemas que afectam estas regiões têm implicações estratégicas para a União Europeia. Ignorá-los pode vir a traduzir-se num preço muito alto para todos os europeus.

Por isso atribuímos particular importância à realização da II Cimeira UE-África, continente vizinho com o qual Portugal partilha uma relação de proximidade que, tendo as suas bases na História, queremos que se projecte no futuro.

É preciso que a Europa deixe de falar de África e passe a falar mais com África.

As Cimeiras de alto nível são instrumentos de grande relevância na afirmação externa da União. Num momento particularmente sensível da vida internacional,

para lá da Cimeira com África, caberá à Presidência Portuguesa a organização de reuniões da União Europeia com a Índia, a China, a Rússia, a Ucrânia e também agora, pela primeira vez, com o Brasil, dando assim testemunho da importância deste país, com o qual Portugal partilha uma Língua e uma História comuns. À Presidência Portuguesa cabe, assim, uma tarefa complexa e exigente. Tal como em ocasiões anteriores, tudo faremos para que a União Europeia termine o ano de 2007 mais bem preparada para fazer face aos desafios do nosso tempo e mais bem apetrechada para tirar partido das oportunidades que se lhe oferecem. As Presidências não são, naturalmente, exercícios solitários, pelo que o seu sucesso depende em muito do esforço conjunto de todos os Estados-membros. Estou convicto, Senhor Presidente, de que Portugal poderá contar com o contributo e o apoio empenhado da Lituânia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Valdas Adamkus, da Senhora Adamkiene e do Povo amigo da Lituânia, bem como à prosperidade do relacionamento entre os nossos dois Países.

Jantar de Gala da Exposição “Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVI and XVII Centuries”

Washington, 20 de Junho de 2007

Gostaria de começar por transmitir o prazer que minha mulher e eu temos em estar aqui hoje, a festejar convosco a inauguração de uma Exposição que é uma homenagem a uma aventura. Uma imensa e ousada aventura, mas também uma aventura bem planeada. Uma aventura que ligou povos distantes e que forjou o mundo em que hoje vivemos.

“Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVI and XVII Centuries” é uma Exposição magnífica, que ilustra bem o papel de Portugal como pioneiro da globalização moderna. Um país impelido pela determinação de agir, de se abrir a novos povos e a novas culturas. Um país que, de facto, e ao longo de vários séculos, disseminou conhecimento pelo mundo fora.

Para lá de ser uma excelente oportunidade de dar a conhecer a nossa História, esta Exposição despertará também, estou convencido, a curiosidade das pessoas sobre o país que actualmente somos e o país que queremos ser no futuro.

Fernando Pessoa, que foi um dos nossos maiores poetas e um dos grandes nomes da literatura mundial do século XX, escreveu estes versos:

“E a orla branca foi de ilha em Continente
Clareou, correndo, até ao fim do mundo
E viu-se a terra inteira, de repente
Surgir, redonda, do azul profundo”

Tempos houve em que seria legítimo presumir que compreendessem o que acabo de dizer. O português era, então, a língua franca do mundo, utilizada pelos príncipes e pelos mercadores. Embora o português seja, actualmente, a terceira língua europeia do mundo, falada por quase 250 milhões de pessoas, a língua franca, hoje em dia, é a vossa. E em inglês, numa tradução livre, o poema de Pessoa diria o seguinte:

*“And the white fringe from isle to continent was lit up,
Running on and on until the world’s end,
And suddenly earth was seen whole,
Arising, round, from the deep blue”*

Seria difícil encontrar melhor forma de descrever o espírito desta Exposição, que evoca a grandeza de um período da nossa História movido pela vontade e pelas convicções que nos levaram a rumar ao desconhecido, atrevendo-nos a navegar pela primeira vez o Atlântico, este grande Mar cujas costas partilhamos – Portugal e os Estados Unidos.

Monstros como o Adamastor, que supostamente assombrava a costa sul de África, deram lugar ao Cabo da Boa Esperança, assim baptizado por Bartolomeu Dias. O *encontro* que se seguiria deu origem a uma grande herança, dispersa pelo mundo. Em Roma, num acto que se julgaria, hoje, completamente absurdo, o Papa abençoou o Tratado de Tordesilhas, nos termos do qual as grandes potências do momento, Portugal e Espanha, acordaram em como dividiriam o mundo. Lisboa, a nossa capital, transformou-se num local fervilhante, onde as pessoas vinham fazer trocas comerciais e ver coisas nunca antes vistas, nem mesmo imaginadas. O mundo mudou e nunca mais foi o mesmo.

A herança portuguesa dessa época está por todo o globo, sob a forma de monumentos, de palavras, de hábitos, do sangue que corre em tantas veias. Não só nos locais longínquos onde estivemos, mas também em Portugal, na própria Europa, transformados para sempre em consequência do *encontro*.

É este o verdadeiro significado, que esta Exposição tão bem capta, de “abraçar o mundo” – a interacção entre povos e culturas. As magníficas peças de arte aqui reunidas contarão parte da história. Para a aprofundar, receio bem que seja necessário viajar até aos cinco continentes, visto tornar-se difícil, pese embora os melhores esforços de Julian Raby, de Jay Levenson e de toda a sua equipa, fazer deslocar para Washington algumas outras peças, como fortalezas e catedrais...

Senhoras e Senhores

Para qualquer país, a História deve ser uma fonte de inspiração para o futuro,

sob pena de se reduzir a uma boa história. Os que vieram antes de nós merecem mais do que isso. E, também, os que virão depois de nós.

A aventura portuguesa nasceu de sonhos e, certamente, de ambição. Mas não teria sido possível sem uma aturada preparação. A informação e os conhecimentos técnicos foram meticulosamente recolhidos e utilizados na preparação das novas viagens à volta do globo. A investigação e desenvolvimento – como hoje diríamos – foi encorajada e activamente apoiada; foram criadas escolas de navegação com mestres e alunos de diferentes países (a fuga de cérebros era, então, menos problemática do que hoje em dia, ao que parece); plantas e animais recém-descobertos foram estudados; inventaram-se novos instrumentos, que tornaram mais fácil a navegação e a cartografia cada vez mais rigorosa.

O sonho e a ambição são essenciais, mas nada é possível sem uma preparação cuidada e um apoio consistente aos que ousam e inovam.

No mundo globalizado e fortemente tecnológico dos nossos dias, Portugal quer estar, uma vez mais, entre os melhores. E chegaremos lá! Estamos a desenvolver uma economia assente no conhecimento e na educação, que associa a modernidade e a excelência aos nossos valores tradicionais. Um belíssimo país para visitar e onde vale a pena investir. Um país com amigos em todo o mundo e, portanto, um excelente parceiro para abarcar o globo...

Atingimos, de facto, muito mais do que se imagina. O vasto conjunto das actividades organizadas em paralelo a esta Exposição dar-vos-á uma ideia daquilo a que me refiro. Poderá ser uma agradável surpresa, para muitos, ver o insuspeitado papel de liderança que já conquistámos em diversas áreas de negócio e segmentos de mercado.

Portugal irá assumir, a partir do dia 1 de Julho, a presidência da União Europeia. As anteriores presidências Portuguesas deram sempre claro impulso à reforma interna e, bem assim, às relações externas europeias, através do estreitamento dos laços transatlânticos e das primeiras Cimeiras da União Europeia com os países do Mercosul, com África e com a Índia. Desta feita, tentaremos ajudar a ultrapassar o impasse institucional, de modo a permitir à União lidar melhor com os desafios dos nossos tempos, incluindo no domínio internacional.

As relações externas figuram, de novo, entre as prioridades do nosso Programa de trabalhos, começando com a primeira Cimeira da União Europeia com o

Brasil, uma grande nação e um país de língua portuguesa. Terão lugar reuniões similares da União Europeia com a China, a Rússia, a Índia, a Ucrânia e, desejavelmente, com África.

Faremos o nosso melhor, mais uma vez, no sentido de promover as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos, porque consideramos que estas são essenciais para ambos e para um melhor futuro do mundo como um todo. A União Europeia em que acreditamos é aberta e autoconfiante, definindo-se com base nos seus próprios méritos e não contra quem quer que seja. A União Europeia em que acreditamos tem, com os Estados Unidos, uma relação de parceria.

Senhoras e Senhores

Portugal e os Estados Unidos são amigos e aliados há muito tempo.

Os Estados Unidos são o nosso principal parceiro comercial fora da União Europeia. Temos aqui uma comunidade portuguesa numerosa e bem implantada. As perspectivas para uma cooperação mais intensa entre os nossos países, empresas e universidades são vastíssimas.

Concluirei, agradecendo do fundo do coração a todos os colaboradores da *Smithsonian Institution* que prestaram apoio e trabalharam intensamente para organizar esta Exposição, bem como àqueles que a patrocinaram. Uma palavra especial para Julian Raby e Jay Levenson, que, desde o início, acreditaram vivamente neste projecto. A todos eles, decerto, ficará grato este *encompassed globe*. Começando pelos que sonharam, que ousaram e que fizeram com que tudo, há muitos séculos, acontecesse: o Povo Português. Muito obrigado.

Sessão Solene do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 4 de Setembro de 2007

Agradeço, muito sensibilizado, o convite que me foi dirigido para estar hoje aqui. Honra-me esta oportunidade de me dirigir a todos vós, representantes dos povos da Europa, que integram a grande instituição europeia que é o Parlamento Europeu. Conheço bem o papel decisivo que este Parlamento tem tido na caminhada de sucesso da integração europeia. Não esqueço a colaboração intensa e frutuosa com esta instituição quando, na qualidade de Primeiro-Ministro, liderei a primeira presidência Portuguesa do Conselho, em 1992, cujo lema, recordo-vos, era precisamente “Rumo à União Europeia”. A contribuição do Parlamento Europeu foi fundamental, quer para tornar o mercado interno numa pujante realidade, quer para levar por diante o projecto da União Europeia saído de Maastricht.

O meu País preside agora, pela terceira vez, ao Conselho da União Europeia. E, de novo, nos confrontamos com grandes desafios. Desafios que exigem a convergência da vontade política dos Estados-membros e das instituições europeias. Mais do que nunca se impõe concentrar as nossas energias e determinação colectivas no que é verdadeiramente essencial para tornar a Europa mais forte e mais coesa. É isso, afinal, o que os cidadãos europeus esperam dos seus líderes.

A presidência Portuguesa fará tudo o que estiver ao seu alcance para criar a convergência indispensável ao avanço da construção europeia. Confio, em particular, numa colaboração franca e aberta com o Parlamento Europeu, como aconteceu nas anteriores presidências Portuguesas.

Uma das prioridades da Presidência é a conclusão do Tratado Reformador com base no compromisso alcançado no Conselho Europeu de Junho. Compromisso que saúdo como um passo muito positivo, que espero permita superar um período de alguma erosão do processo de construção europeia. Apelo, por isso, à convergência de esforços para que o novo Tratado possa ser concluído sob a presidência Portuguesa.

Encerrado o capítulo negocial do Tratado, a União Europeia deverá concentrar-se, com acrescida consistência e revigorada confiança, nos desafios que preocupam os

cidadãos europeus: o crescimento económico, o emprego, a segurança, o ambiente, a energia, a globalização. É esta a agenda a que a Europa tem de responder, também em nome das gerações que virão depois de nós.

Parece-me, pois, ser este um momento oportuno para sublinhar o valor da solidariedade como pilar fundamental da integração europeia. Solidariedade que é, na realidade, condição *sine qua non* para o futuro da construção europeia, de par com a subsidiariedade, com a qual forma o binómio de princípios verdadeiramente fundacionais. Uma solidariedade tangível, praticada, traduzida nas políticas e nas acções comuns, e não uma solidariedade retórica ou usada *à la carte*.

Permito-me recordar aqui a declaração Schuman de 1950, que cito: “A Europa... far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto”. Esta é uma referência que deve continuar a guiar os nossos passos para construir uma União cada vez mais forte e mais coesa. A perda da noção de pertença a uma União firmemente solidária é hoje um dos riscos maiores da integração europeia. Para ser uma verdadeira União, é necessário preservar o sentido de comunidade que foi, e não por acaso, a designação original da construção europeia.

Uma das realizações concretas que criou “solidariedade de facto” foi o conceito de coesão económica e social, estabelecido no Acto Único Europeu, em 1986, em cuja negociação tive a honra de participar e que subscrevi como Primeiro-Ministro de Portugal.

Os extraordinários avanços da integração europeia nos últimos 20 anos não teriam sido possíveis sem as políticas de coesão económica e social. Estas políticas contribuíram para a coesão política, para o crescimento económico, para a criação de emprego, para a coesão territorial, para a igualdade de oportunidades e, até, para reforçar o prestígio da Europa no mundo.

Novas razões recomendam um renovado olhar sobre o princípio da coesão. Tenho presente a crescente globalização, os intensos fluxos migratórios e, também, a evolução demográfica, que induz os desequilíbrios sociais e económicos inerentes ao envelhecimento da população.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

É conhecida a tripla vertente do desenvolvimento sustentável: social, económico,

ambiental. Esse é um objectivo central da integração europeia, sucessivamente reafirmado nas mais diversas ocasiões, incluindo na Estratégia de Lisboa.

Nesta oportunidade, gostaria de me concentrar na vertente social e, mais em particular, no tema da pobreza e da exclusão social.

Ao princípio da solidariedade acresce uma concepção ética e moral do progresso, sem a qual os valores fundadores da ideia europeia definham – a incessante busca da paz, a afirmação da liberdade e dos direitos humanos, o espírito de comunidade, o imperativo de equidade e de justiça social, a dignificação do trabalho e a procura de uma responsabilidade cívica mais alargada e mais libertadora.

A declaração inequívoca da luta contra a pobreza e a exclusão social como um objectivo europeu responsabiliza-nos a todos face à necessidade de encontrar novas soluções para problemas cada vez mais complexos e persistentes. A Agenda Social, combinada com os objectivos da Estratégia de Lisboa, configura já esse desafio, ambicioso e difícil, que urge enfrentar.

Recordo, a este propósito, que assinalamos este ano o 50º aniversário da criação do Fundo Social Europeu e o 10º da Estratégia Europeia de Emprego. Este é, também, o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades.

Enquanto Presidente da República de Portugal, tenho destacado o tema da inclusão social como uma prioridade na minha acção. Durante um ano, o primeiro do meu mandato, promovi o “Roteiro para a Inclusão”, com o objectivo de sensibilizar e mobilizar os portugueses para a urgência de inflectir os indicadores de pobreza persistente, de desigualdade de distribuição do rendimento e de exclusão, que afectam, ainda, milhares de cidadãos.

Hoje, estou ainda mais convencido da necessidade de ganhar esse desafio através de soluções flexíveis e inovadoras: maior responsabilização das organizações não governamentais e dos cidadãos em geral, maior concertação entre a acção do Estado e as iniciativas da sociedade civil, reconhecimento de que as políticas de redistribuição do rendimento não dispensam, antes requerem, a criação de mais e melhores oportunidades para que todos possam partilhar os desígnios de criação de riqueza, de realização pessoal e de progresso sustentável.

Portugal está ainda longe dos referenciais médios europeus. Mas é igualmente verdade que a Europa, no seu conjunto, está ainda longe dos objectivos de coesão social que se propõe atingir e que não pode abandonar.

É certo que a inegável prosperidade da União, que os indicadores económicos e sociais têm vindo a evidenciar nas últimas décadas, tem sido acompanhada de uma considerável aproximação dos Estados-membros menos desenvolvidos à média europeia.

Impõe-se, no entanto, não confundir a convergência económica dos Estados com o processo de convergência dos diferentes grupos sociais subjacente ao imperativo de equidade e de justiça social. Nesta perspectiva, há que reconhecer que os progressos foram muito limitados.

Nos cinco anos compreendidos entre 2001 e 2005, a taxa de risco de pobreza no conjunto dos países da União manteve-se nos 16 por cento. Estamos a falar de cerca de 75 milhões de europeus cujo rendimento disponível é inferior a 60 por cento do rendimento mediano do seu próprio país.

Se combinarmos este registo com as tendências observadas na desigualdade de distribuição de rendimento, então teremos de reconhecer que a situação é ainda menos animadora. Em 2005, e no quadro da UE a 25, o nível de rendimento dos 20 por cento mais ricos era cinco vezes o dos 20 por cento mais pobres. Ora, no ano 2000, essa razão era de quatro vezes e meia.

Uma leitura mais detalhada destes indicadores revela-nos que são os idosos, os desempregados – especialmente os de longa duração –, os isolados e as famílias monoparentais os grupos sociais que enfrentam maiores riscos de pobreza. Outros grupos revelam, por seu turno, preocupantes e acrescidos riscos sociais, pelo que representam em termos de potencial de exclusão. Refiro-me às crianças, às pessoas com deficiência, aos imigrantes e às minorias étnicas.

O próprio Conselho da União Europeia reconhece, no seu Relatório Sobre Protecção Social e Inclusão Social de 2007, que, e passo a citar, “as crianças correm um risco de pobreza superior à média na maior parte dos Estados-membros. Em alguns, quase uma em cada três crianças está em risco de pobreza. O risco agrava-se quando as crianças vivem no seio de famílias monoparentais ou desempregadas”. É uma situação cuja gravidade não podemos ignorar. Como é que a União Europeia, que enfrenta o risco de um envelhecimento acentuado e de uma recessão demográfica sustentada, não valoriza o seu mais importante activo, que são as suas crianças e os seus jovens?

Senhor Presidente e Ilustres Deputados.

Questiono-me sobre se não estaremos no limiar da eficácia das políticas tradicionais de protecção social.

As políticas de segurança e protecção social tiveram um papel decisivo no relançamento das economias após a II Guerra Mundial e na moldagem das modernas sociedades europeias. O que se consagrou com a designação de *Welfare State* constituiu um legado de que a própria origem da União é tributária.

Com o sucesso das políticas eminentemente redistributivas do rendimento, inspiradas na ideia do *Welfare State*, a Europa construiu um elevado padrão de protecção social que, apesar das muitas diferenças entre Estados, se designa geralmente por “modelo social europeu”. Mesmo com as limitações e os defeitos que lhe possam ser inerentes, a verdade é que esse modelo social integra hoje a própria identidade europeia.

Não obstante, e até para o defender, é necessário reconhecer a necessidade de o modelo social se adaptar aos novos desafios e aos novos contextos do mundo global e da sociedade de informação e do conhecimento. As políticas nacionais de cariz predominantemente redistributivo enfrentam dificuldades cada vez maiores para produzir resultados visíveis no domínio social. A sua eficácia e sustentabilidade estão cada vez mais em causa.

Na construção das políticas sociais do futuro impõe-se valorizar a ideia de *Welfare Society*, em que todos, enquanto cidadãos, temos de ser mais responsáveis e solidários.

É certo que, sem crescimento económico, não haverá progresso social. Todavia, insustentável e inaceitável é o crescimento económico assente na destruição social.

O desemprego é, na generalidade dos países da União Europeia, a principal causa de pobreza. Precisamos de mais e melhor crescimento económico, que se traduza em mais e melhores oportunidades de emprego. Facilitar a participação no mercado de trabalho, responsabilizar e dignificar o contributo de cada um na produção da riqueza e do bem-estar, num processo que já se designa de inclusão activa, é a melhor protecção que pode ser dada a um cidadão contra a pobreza e a exclusão social.

O objectivo, enunciado na Estratégia de Lisboa, de aumentar as taxas de emprego

da União para um limiar de 70 por cento é um imperativo social que importa ter presente, mesmo que pareça difícil de atingir até 2010. Outra forma de protegermos os cidadãos é ajudá-los na sua qualificação, contribuir para os capacitar através da educação e da formação para enfrentar os novos desafios tecnológicos, ambientais e culturais.

Por isso, é importante que os Estados-membros inscrevam nas suas prioridades mais urgentes este desígnio comum de aumentar os níveis de educação e de formação das novas gerações e de generalizar o hábito de aprender ao longo da vida. Essa será, sem dúvida, uma vantagem competitiva que as sociedades futuras, estruturadas em torno da informação e do conhecimento, vão comprovar.

Em 2010, assinalaremos o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Nesse mesmo ano, seremos chamados a avaliar até onde fomos capazes de levar as ambições que nos impusemos em Lisboa, em 2000. Nessas ambições se inclui o objectivo de reforçar “o investimento nas pessoas e o combate à exclusão social”.

O combate à pobreza e à exclusão é um desígnio que não se confina às fronteiras geográficas da União Europeia. A dimensão externa do princípio da solidariedade é, em primeiro lugar, reflexo dos valores humanitários que inspiram o projecto europeu. Se aos tradicionais bloqueios ao desenvolvimento dos países pobres se juntam agora os problemas decorrentes da globalização, então o combate à pobreza e ao subdesenvolvimento terá de ganhar uma expressão global. Só assim poderá ter sucesso.

A União Europeia tem, nesse aspecto, uma responsabilidade acrescida e um capital de conhecimento e de experiência que lhe conferem uma vocação especial. Deve liderar a agenda global neste domínio.

É neste âmbito que me permito chamar a vossa atenção para a África, continente próximo da Europa, numa proximidade que vai para além da geografia e que é recomendável que consideremos e tratemos como um parceiro prioritário. A inércia da Europa em relação a África poderá ter um pesado preço estratégico para a União. Neste contexto, confiro especial importância à próxima cimeira União Europeia-África que decorrerá durante a presidência portuguesa. Esta é a hora de falar com África e deixarmo-nos de falar apenas de África e dos seus problemas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Não quero terminar esta intervenção sem sublinhar dois temas que se me afiguram absolutamente decisivos para o futuro da União.

Em primeiro lugar, a energia e o ambiente. Estes serão, sem dúvida alguma, sectores dominantes no século XXI e da sua evolução vão emergir as novas linhas geopolíticas do mundo global. A energia e o ambiente correspondem a interesses vitais comuns e devem ser vistos como novos motores da integração europeia. Também aqui se deve construir uma forte “solidariedade de facto”. É do sucesso das políticas energética e ambiental que dependem, em muito, a eficiência económica, a segurança e a qualidade de vida da União Europeia. Neste contexto, não quero deixar de manifestar o meu apreço pela visão estratégica e pela determinação de que vem dando exemplo a Comissão Europeia e o seu Presidente, sem as quais não teriam sido possíveis os excelentes resultados alcançados nesta matéria durante a Presidência alemã.

Em segundo lugar, há uma pergunta que todos vamos fazendo: qual o papel da União Europeia na cena internacional e qual a sua contribuição na construção de uma nova ordem à escala global? Entendo que é crucial para a própria sustentabilidade do processo de integração europeia garantir as condições para que a Europa seja um actor central e influente no mundo global, multilateral e multipolar que vai emergindo. Um actor com uma voz firme, consistente, coesa. Um actor respeitado e que respeita. Um actor que saiba defender os princípios e os valores fundadores do seu modelo de economia e de sociedade.

Portugal, que foi, permitam-me que o recorde nesta ocasião, um dos países que liderou a primeira vaga de globalização económica da História, sabe bem como é decisiva para o futuro da Europa a sua capacidade de agir como actor credível e influente na cena internacional.

Concluo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, reafirmando que o extraordinário percurso da integração europeia deve muito ao Parlamento Europeu, instituição que tem estado sempre na vanguarda da defesa dos valores e dos princípios que forjaram a identidade da Europa e que teceram a “solidariedade de facto” que os fundadores nos legaram.

Estou certo de que aqui, nesta Casa, haverá a visão, a vontade e a energia necessárias para levar por diante este admirável projecto de unir cada vez mais os povos da Europa e afirmar a Europa no Mundo.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Oriental do Uruguai

Palácio da Ajuda, 19 de Setembro 2007

É com grande satisfação que minha mulher e eu acolhemos Vossa Excelência, Senhor Presidente, e Sua mulher, nesta visita a Portugal, que responde ao convite que tive a honra de lhe dirigir, no ano passado, por ocasião da XVI Cimeira Ibero-Americana, em Montevideu.

Portugal recebe Vossa Excelência enquanto Chefe de Estado de um país a que nos ligam laços de profunda amizade, assentes numa convivência secular e numa afinidade de propósitos quanto ao futuro que queremos para o nosso relacionamento bilateral e para o mundo de amanhã.

Mas Portugal recebe-o, também, na sua qualidade de Presidente *pro tempore* do Mercosul, numa altura em que o meu país exerce a presidência do Conselho da União Europeia e em que estão em curso importantes negociações com vista à celebração de um Acordo entre as duas Organizações.

Difícilmente se poderia encontrar melhor símbolo da forma como entendemos o nosso relacionamento bilateral do que a Colónia de Sacramento, que tive a oportunidade de visitar. Pelo empenho comovente com que ali é preservada, todos os dias, uma memória histórica, e também pela inteligência com que esse legado, hoje Património da Humanidade, é capitalizado enquanto importante factor de progresso. É isto que queremos para as relações entre os nossos dois países: preservar a memória em que assentam e, com base nela, tirar partido das múltiplas potencialidades que o presente e o futuro nos oferecem.

Um presente e um futuro que deverão passar por maior diálogo e cooperação em áreas de mútuo interesse. Portugal vê no Uruguai um parceiro com o qual deseja, no contexto da sua política de relacionamento com a América Latina, estreitar laços e promover novas formas de entendimento.

Os Acordos que serão assinados, durante a visita de Vossa Excelência, nas áreas da Defesa, da Saúde e da Cooperação Económica representam um importante

passo nesse sentido, a que outros deverão somar-se, esperamos que a breve trecho, nas áreas da Justiça e da Cultura.

Relativamente à Cultura, não posso deixar de sublinhar os esforços que têm sido encetados no sentido da promoção e divulgação da língua e da cultura portuguesas no Uruguai.

Sei que, a par com a língua inglesa, o Governo uruguaio pretende privilegiar o ensino da língua portuguesa, a terceira língua europeia no mundo, falada por mais de 250 milhões de pessoas, espalhadas pelos cinco Continentes. Asseguro-lhe, Senhor Presidente, o empenho do Estado português em cooperar neste tão importante domínio, como, aliás, já se reflecte nas iniciativas que a Embaixada de Portugal e o leitorado do Instituto Camões têm, nos últimos tempos, e com assinalável sucesso, vindo a desenvolver.

Mas o fortalecimento dos laços entre dois países depende igualmente de uma intensa e profícua relação nos domínios económico e comercial. Trata-se de áreas onde estamos ainda muito longe do que podemos fazer juntos.

Nessa perspectiva, quero saudar a significativa delegação empresarial que acompanha Vossa Excelência e o sinal que representa a sua presença entre nós. Numa iniciativa da maior importância, terá lugar amanhã um encontro que reunirá os empresários uruguaio que acompanham Vossa Excelência e um importante grupo de empresários portugueses com interesses no Uruguai, ou que vêm no Uruguai um potencial destino comercial ou de investimento.

Não tenho dúvidas que, em sectores tão distintos como o turismo, os biocombustíveis e outras energias renováveis, a construção, a indústria da madeira ou as tecnologias da informação, existem hoje oportunidades de negócio que urge aproveitar.

Senhor Presidente

As relações internacionais actuais não se limitam ao campo estritamente bilateral. A integração regional é hoje uma realidade que a todos interessa promover e fomentar. Dela depende em muito o nosso desenvolvimento social e económico.

Num momento em que Portugal detém a presidência do Conselho da União Europeia e o Uruguai a presidência *pro tempore* do Mercosul, esta visita deve

ser aproveitada para reforçar os laços entre os nossos dois blocos regionais. Portugal tem sido, desde há muito, um defensor da aproximação entre a União Europeia e o Mercosul. Não posso deixar de recordar que a primeira Reunião Ministerial entre as duas Organizações teve lugar em 1992, em Guimarães, durante a primeira Presidência Portuguesa.

Pouco importa agora discorrer sobre as razões que têm obstado a um maior fortalecimento desta relação. Importa, sim, sublinhar o interesse e a vontade da Presidência Portuguesa da União Europeia e da Presidência Uruguaia do Mercosul em dar passos firmes no sentido desse reforço, contando para tal com o empenho da Comissão Europeia.

A aproximação entre os nossos dois blocos regionais pode bem decorrer em paralelo com o desejado reforço das relações económicas noutros fora multilaterais. Não são, de forma alguma, processos incompatíveis. Antes pelo contrário, podem ser concomitantes e mutuamente proveitosos. Cabe-nos, pois, procurar vias e soluções que aproximem a 1^a e a 4^a áreas económicas mundiais, abarcando mais de setecentos milhões de pessoas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores

São múltiplas as oportunidades que se oferecem ao reforço do relacionamento entre Portugal e o Uruguai, entre a União Europeia e o Mercosul. Creio, sinceramente, que temos razões para estar optimistas quanto ao futuro.

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Tabaré Vázquez e da Senhora Dona Maria Auxiliadora Vázquez, à prosperidade do Povo amigo do Uruguai, e ao futuro das relações entre os nossos dois Países e entre a União Europeia e o Mercosul.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da Federação da Rússia

Palácio da Ajuda, 25 de Outubro de 2007

É com grande prazer que acolho Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesta sua visita a Portugal, que prosseguirá amanhã, em Mafra, com a realização da Cimeira entre a União Europeia e a Rússia.

Separados pela distância que a geografia impõe, delimitando os confins de um continente que partilham, os nossos países mantêm contactos de muitos séculos, especialmente a partir do estabelecimento de relações diplomáticas, em 1779. A História dessas relações nada nos diz sobre conflitos sérios, ou desavenças de monta.

Conta-nos, até, episódios a que a distância do tempo empresta hoje alguma dimensão pitoresca, como o importante papel da Rússia na mediação entre Portugal e a China a propósito da diocese portuguesa de Pequim, ou ainda a história do nosso primeiro Cônsul em São Petersburgo, José Pedro Celestino Velho, a que os russos chamavam Ossip Velho e que o Czar Paulo I faria um dia Barão, empreendedor e curioso de tudo, exemplo do que o português pode ter de melhor.

A Ossip Velho, chamemos-lhe então assim, e à sua família, se ficou a dever o primeiro contacto do Czar Alexandre I com Alexandre Puschkin, o qual viria a incluir Camões entre aqueles a quem dedica o seu poema “Ao amigo poeta” e a quem ficámos a dever a tradução para russo da obra “Recordações”, de Tomás António de Gonzaga.

Isto, para além dessa figura enorme de médico e iluminista que foi Ribeiro Sanches, médico de Catarina II, que a Academia das Ciências de São Petersburgo viria a distinguir com o título de membro honorífico.

Senhor Presidente

Ultrapassado o interregno que as tensões próprias da Guerra Fria nos trouxeram, soubemos reatar com o melhor das nossas tradições e retomar a via do entendimento e da cooperação.

Tive a honra de, na qualidade de Primeiro-Ministro, ter assinado, em 1994,

em Moscovo, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a Rússia e Portugal, com base no qual se tem consolidado a nossa relação recente. Guardo gratas recordações daquela que foi a primeira visita oficial de um Primeiro-Ministro português à Rússia e também a primeira deslocação oficial de um Chefe de Governo da União Europeia depois da assinatura, em Corfu, do Acordo de Cooperação e Parceria entre a Rússia e a União Europeia.

Permitam-me ainda que recorde a visita que Vossa Excelência realizou a Portugal, em 2004, a qual constituiu outro marco no reforço de um relacionamento que abrange, hoje, os domínios mais diversos.

O mercado russo suscita hoje um interesse crescente para os exportadores portugueses, realidade bem reflectida no importante número de empresários aqui presentes. Alguns deles integraram a Missão Empresarial que acaba de regressar de Moscovo. Espero que a esta iniciativa se sigam outras, que contribuam para promover o nosso relacionamento comercial, bem como parcerias entre os nossos empresários, e o fluxo de investimento entre os dois países.

A recente assinatura de um Acordo no domínio do Turismo permitirá aos nossos agentes turísticos, estou certo, explorar uma outra área de grande potencial. Um potencial que nos cumpre aproveitar e que se estende a vários outros domínios, como o da cooperação técnica e científica.

Mas o bom relacionamento entre Estados exige um conhecimento das suas realidades, Cultura e História. A excelente exposição da Coleção do Museu Hermitage que acabamos de inaugurar, resultado da cooperação entre organismos culturais dos dois países, é um exemplo eloquente do que pode e deve ser feito nesse sentido.

Portugal conta hoje com uma importante comunidade russa, no geral bem integrada e que contribui, com o seu esforço e inteligência, para o progresso do nosso país e para o reforço das nossas relações. Graças à presença dessa comunidade e ao facto de ser um idioma que outras comunidades dominam, o russo é hoje uma das línguas estrangeiras mais conhecidas no nosso país. Por outro lado, quero salientar e agradecer a forma como as Universidades e as instituições académicas russas têm acolhido e incentivado o ensino da língua portuguesa.

Senhor Presidente

Vossa Excelência representa uma Nação que constitui, de há muito, um ponto de referência nas relações internacionais, tendo contribuído frequentemente para determinar o rumo da História.

Uma nação cuja grandeza se não define somente pela imensidão geográfica, pela riqueza dos recursos, pelo poderio militar, pelo dinamismo económico, ou pelo seu legado histórico, mas também pelas suas inúmeras figuras e obras, que são parte integrante do património cultural da humanidade.

Esta grande nação, a Rússia, é vizinha e parceiro fundamental da União Europeia, a que Portugal preside este semestre, pela terceira vez. O que ocorre na Rússia afectar-nos-á sempre de forma particularmente próxima, e o mesmo se passa com a Rússia, relativamente ao que ocorre na União Europeia.

A União Europeia partilha com a Rússia o desejo de um mundo onde impere a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico e social. E Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem por diversas vezes sublinhado a importância que, como a União Europeia, a Rússia atribui aos valores em que assentam a democracia e a economia de mercado.

Quando a realidade é esta, só o diálogo responde ao nosso melhor interesse. Sobretudo quando são múltiplos os desafios com que o mundo de hoje nos confronta e que nenhum de nós pode ganhar sozinho. No entanto, para que o diálogo aconteça e produza resultados, é preciso que assente nas bases sólidas que só a confiança e o respeito mútuo permitem construir, o que implica necessariamente um esforço conjunto.

Agir em conjunto em matérias e áreas onde há convergência. Procurar soluções, pelo reforço da confiança e pelo diálogo, quando se verificam divergências. Este deve ser o mote do relacionamento entre parceiros estratégicos, entre espaços vizinhos e complementares, entre actores internacionais responsáveis.

Faço votos para que a Cimeira de Mafra contribua para consolidar a relação entre a União Europeia e a Rússia, cimentando a cooperação onde ela já exista, identificando novas áreas onde ela se possa afirmar e abrindo caminho à procura de soluções, onde as dificuldades ainda persistam.

Senhor Presidente

Portugal está apostado em desenvolver as suas relações bilaterais com a Rússia e em promover a consolidação de uma relação de confiança que permita dar corpo a uma parceria, dinâmica e voltada para o futuro, entre a União Europeia e a Rússia. Estou certo que a sua visita constituirá um importante contributo nesse sentido.

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Vladimir Putin, à prosperidade do Povo amigo da Rússia e ao reforço das relações entre os nossos dois Países e entre a União Europeia e a Rússia.

Encontro com a CEPAL - Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas

Santiago do Chile, 7 de Novembro de 2007

Foi com muito gosto que aceitei o honroso convite que me foi dirigido para incluir, nesta minha visita oficial ao Chile, um encontro com a CEPAL, uma das mais prestigiadas Comissões regionais das Nações Unidas.

Ao longo dos seus mais de cinquenta anos de existência, a CEPAL tem-se afirmado como uma entidade de referência na análise dos processos de desenvolvimento económico e social dos países latino-americanos e das Caraíbas e como importante pólo de fomento e apoio à coordenação e à cooperação regional e internacional.

Portugal faz parte, desde 1984, dos Estados-membros da CEPAL, tal como outros países europeus, geograficamente distantes, mas que permanecem ligados a esta região do mundo por fortes laços históricos, económicos e culturais. Laços que fundamentam uma convergência natural entre a Europa e a América Latina, feita de línguas e de culturas, de afinidades, de valores e, até, de afectos. Feita, em suma, de todo um património que deve ser valorizado e traduzido numa verdadeira parceria estratégica.

A adesão de Portugal e de Espanha à União Europeia, em 1986, trouxe um interesse acrescido e uma renovada atenção ao relacionamento da Europa com a América Latina. Não foi por acaso que o primeiro encontro ministerial entre a União Europeia e o Mercosul se realizou na primeira presidência portuguesa da União, em 1992. E, ainda recentemente, foi sob a actual presidência portuguesa que teve lugar, em Lisboa, a primeira Cimeira UE-Brasil.

Longe de ter inibido, como alguns temiam, as relações privilegiadas que mantém com várias regiões do mundo, designadamente com os países de língua portuguesa e com os da América Latina, a participação de Portugal na União Europeia tem funcionado, em larga medida, como uma alavanca para o reforço dessas relações.

Decorridas mais de duas décadas desde a adesão, Portugal pode dar testemunho

dos benefícios da integração europeia. Os resultados foram visíveis, não só em termos de estabilidade e democracia, mas também no que se refere ao aumento do nível de desenvolvimento económico e social, ímpar na nossa história recente.

A necessidade de nos adaptarmos ao acervo comunitário existente à data da adesão, de competir no mercado único e de criar as condições de convergência para adopção do euro implicou reformas profundas no nosso quadro jurídico e administrativo e no modelo de funcionamento da nossa economia. Ao longo deste período de desafios exigentes e de intensas mudanças, Portugal tem sido um parceiro empenhado, solidário e activo no processo de construção europeia.

A integração europeia constitui um processo, já longo de cinquenta anos, feito de enormes sucessos, mas também pontuado por algumas fases de hesitação e de cepticismo. Trata-se de uma construção única na história, difícil de reproduzir na sua dinâmica específica, mas que pode e deve continuar a ser fonte inspiradora para outros movimentos de integração regional, em particular na América Latina.

Permitam-me que aproveite esta oportunidade para sublinhar alguns dos factores que considero cruciais para o êxito da experiência europeia de integração. Começaria por relevar a partilha de valores comuns – liberdade, democracia, direitos do Homem, Estado de direito. Essa matriz de valores constitui o mais sólido alicerce da construção europeia.

Em segundo lugar, os princípios fundacionais adoptados, designadamente o binómio subsidiariedade/solidariedade. Por um lado, esclarece os diferentes níveis de responsabilidade entre a União e os Estados-membros, e, por outro, assegura a confiança dos Estados e dos cidadãos no aprofundamento da integração e reforça o sentido de pertença a uma verdadeira comunidade. A coesão económica e social, um dos mais expressivos exemplos de aplicação concreta do princípio da solidariedade, firmemente ancorado nos interesses comuns, tornou-se, de facto, uma marca distintiva do processo de integração europeia e uma poderosa alavanca de convergência económica e de progresso social.

Em terceiro lugar, o respeito pela diversidade. A Europa apresenta-se como um continente muito diverso, muito plural, provavelmente bem mais diverso do que a América Latina. E, todavia, foi possível levar por diante um processo integrador, respeitando a diversidade como um valor precioso e inalienável. Daí a

complexidade e a sensibilidade do processo de aprofundamento da integração europeia. Daí, também, a sua riqueza e singularidade.

A União Europeia é, eminentemente, uma construção de Estados soberanos que decidem fazer uma gestão partilhada da soberania em áreas onde os interesses comuns são dominantes. Portugal, que tem uma identidade forte e velha de quase nove séculos, vê a diversidade europeia como um valor e não como um obstáculo.

A arquitectura institucional da integração europeia é outro dos factores do seu sucesso. Trata-se de um modelo original que, embora contendo alguns elementos de cariz federal, não corresponde, de facto, a um modelo federal convencional. Assenta, em boa medida, numa instituição supranacional e independente – a Comissão Europeia –, a que foi conferida a responsabilidade de defender o interesse comum, e à qual, sabiamente, foi atribuído o exclusivo do direito de iniciativa.

Pequenos, médios e grandes Estados-membros, culturas, línguas e tradições diferenciadas, e, até, rivalidades ancestrais coexistem no quadro da União Europeia. Estou convencido de que, sem a Comissão – actualmente presidida por um português –, não teria sido possível garantir consistência, coerência e sustentabilidade ao processo de integração europeia.

Um longo caminho foi já percorrido desde o Tratado de Roma até ao Tratado de Lisboa, recentemente acordado. Julgo não exagerar ao dizer que a ideia de unidade europeia é uma utopia que tem vindo a ser pragmaticamente realizada.

A prioridade da construção europeia foi, inicialmente, para a integração económica, que a levou de uma União Aduaneira até à União Económica e Monetária dos nossos dias. O euro, a moeda única europeia, veio culminar um intenso processo de integração, escorado na realização de um verdadeiro mercado único, de um espaço sem fronteiras com cerca de 500 milhões de habitantes, ou seja, o maior mercado integrado e concorrencial do mundo.

Agora, designadamente com o Tratado de Lisboa, que vai ser assinado em Dezembro próximo, visa-se aprofundar a dimensão política da integração económica, melhorar a eficiência, a transparência e a democraticidade do processo de decisão comunitário e reforçar a eficácia da União Europeia na cena internacional. Passou-se, em 50 anos, de uma Comunidade Económica de seis Estados

para uma União de 27 membros, mais uma prova inequívoca da atracção que exerce o projecto de integração europeia.

Este caminho é prova, também, de uma consciência acrescida de que os desafios da globalização podem ser mais facilmente enfrentados num quadro de integração regional, que tire partido das sinergias de escala e potencie a capacidade de agir nos *fora* multilaterais.

As integrações regionais contribuem decisivamente para dar consistência e equilíbrio à economia global. O próprio multilateralismo beneficia dos projectos de integração regional. Para trás está a tese, que chegou a fazer escola, de que a globalização era incompatível com integração regional. Ao contrário, está hoje bem claro que a globalização, para ser consistente e equilibrada, carece não só de um quadro eficaz de disciplina multilateral, mas também do suporte do multiregionalismo.

A experiência europeia demonstra bem que a integração económica, quando realizada de uma forma equilibrada, consistente e gradual, e com recurso aos instrumentos institucionais adequados, pode ser um factor decisivo de desenvolvimento económico e social e de estabilidade e segurança. É aqui que parece haver um desafio que se coloca à América Latina.

Visto do lado europeu, e tendo em conta as afinidades e a convergência de interesses dos países latino-americanos, parece existir um elevado potencial, ainda relativamente inexplorado, em matéria de cooperação e de integração económica regional. Este é, naturalmente, um desafio a que cabe aos povos latino-americanos dar resposta.

Tanto a Europa como a América Latina têm interesse não apenas numa ordem multilateral, mas num mundo multipolar que previna quaisquer tentações hegemónicas. O bilateralismo e o desregramento das relações económicas internacionais são contrários aos interesses de ambas as regiões.

Para além de partilhar com a América Latina e com as Caraíbas de inegáveis afinidades históricas, culturais e linguísticas, a União Europeia é um dos seus maiores parceiros comerciais e o principal investidor directo estrangeiro. Contudo, o potencial das relações económicas, políticas e comerciais entre a União Europeia e a América Latina encontra-se, ainda, insuficientemente aproveitado, apesar da clara complementaridade que caracteriza as duas regiões.

Senhoras e Senhores

São muito fortes as razões que recomendam o estreitamento dos laços entre a Europa e a América Latina. Julgo que as divergências negociais, nomeadamente no plano comercial, que se verificam no quadro de Doha não podem travar a realização da ampla agenda estratégica de interesses comuns a estas duas regiões do globo. Os benefícios mútuos dessa convergência estratégica justificam bem um renovado esforço, por parte de todos os actores, para superar os desentendimentos que persistem.

Para Portugal, torna-se particularmente claro que é hora de reafirmar a prioridade estratégica que a América Latina deve representar para a União Europeia. Os Estados latino-americanos são Estados próximos da Europa, no sentido mais profundo do termo. Na era global em que vivemos, seria imperdoável não valorizar e não tirar todo o partido da singularidade que nos une.

Muito obrigado.

Jantar Oferecido pela Presidente da República do Chile

Santiago do Chile, 7 de Novembro 2007

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Excelência, Senhora Presidente, acaba de proferir e o caloroso acolhimento que me tem sido dispensado, bem como a minha mulher e a toda a delegação que nos acompanha nesta visita ao Chile.

Foi com grande prazer que aceitei o honroso convite que Vossa Excelência me dirigiu para visitar o Chile, um País que é hoje um modelo para muitos outros, pela forma como tem sabido enfrentar os desafios da consolidação democrática e do desenvolvimento económico e social.

Um País a que Portugal se encontra ligado por laços seculares.

Recordar a História desse relacionamento é, obviamente, falar de Fernão de Magalhães, cujo nome assinala, hoje, esse pedaço de terra chilena onde o Atlântico e o Pacífico se encontram. É, também, recordar que foi Portugal o primeiro país a reconhecer, em 1821, o então jovem Estado chileno. Ou, mais recentemente, que foi em Portugal que serviu como diplomata e foi Portugal que tanto amou a primeira cidadã chilena a quem foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura, Gabriela Mistral.

Mas o passado de pouco valerá se, com base nele, não soubermos construir uma relação de futuro.

O apego aos valores da democracia e do respeito pelos direitos humanos, a crença nas virtualidades de uma economia de mercado que não esqueça a necessária coesão e solidariedade sociais, a defesa do multilateralismo e da integração regional como factores de desenvolvimento, todos eles são factores que nos aproximam.

As últimas décadas do relacionamento entre o Chile e Portugal têm sido marcadas por um intercâmbio de contactos e de visitas de alto nível, de que tem resultado uma ampla variedade de acordos bilaterais. Impõe-se, contudo, desenvolver

esforços adicionais para aproveitar melhor o imenso potencial que as afinidades e a boa relação política entre os nossos países encerram.

Com uma economia pujante e saudável, um significativo grau de desenvolvimento social, uma política de abertura ao investimento estrangeiro, um leque diversificado de relações políticas e económicas com outras nações, além da sua invejável posição geográfica, o Chile destaca-se como um destino atraente e uma excelente plataforma de penetração nos mercados da América Latina, da Ásia e do Pacífico.

Por seu lado, Portugal é hoje uma nação moderna e estável, uma economia aberta, dotada de excelentes infra-estruturas, um Estado-membro da União Europeia, em suma, um país que abre portas à iniciativa dos empresários chilenos, que podem, através dele, encontrar novas vias de acesso ao gigantesco mercado europeu e a outros que, fruto da sua História, Portugal conhece bem. É, pois, tempo de nos empenharmos seriamente no incremento dos fluxos comerciais e de investimento entre os nossos dois países.

É tempo, ainda, de enriquecer este nosso relacionamento com uma cooperação reforçada em áreas como a das novas tecnologias de informação, das energias renováveis, da construção de infra-estruturas ou do turismo, domínios de enorme potencial que apenas aguardam pela capacidade empresarial de portugueses e chilenos para se desenvolverem.

A delegação empresarial que me acompanha nesta visita oficial ao Chile vem determinada a estabelecer e aprofundar parcerias e a explorar novas oportunidades de negócio.

Excelência

O diálogo e a cooperação entre espaços regionais constituem prioridades de política externa comuns aos nossos países. Portugal exerce, durante o segundo semestre de 2007, a presidência do Conselho da União Europeia e, na linha do que tem sido sempre a sua posição, tudo fará para sublinhar a importância das relações entre a União Europeia e a América Latina, porque acreditamos sinceramente que é isso que responde ao melhor interesse de europeus e latino-americanos.

O relacionamento entre a União Europeia e o Chile assenta num Acordo extremamente abrangente, que visa promover não apenas as relações económicas,

mas também o diálogo político. Um diálogo com exemplos concretos, que atestam a singularidade dos laços que nos unem, como a participação do Chile na Operação ALTHEA, que a União Europeia leva a cabo na Bósnia-Herzegovina, e que quero aqui, publicamente, agradecer.

Senhora Presidente

Vossa Excelência acolherá, nos próximos dias, mais uma Cimeira Ibero-Americana. Também aqui estamos perante uma iniciativa que tem por objectivo a aproximação entre regiões, neste caso, unidas por afinidades muito particulares.

Nesta ocasião, quero sublinhar a importância do tema que Vossa Excelência, Senhora Presidente, escolheu para o nosso debate deste ano: a inclusão social. Lutar pela inclusão será sempre um imperativo ético. Mas, para lá disso, que já seria muito, é um acto de inteligência. Se não for inclusivo, se não for partilhado, o progresso económico e social arrisca-se a conduzir a tensões que, a prazo, o poderão comprometer. Esta evidência aplica-se a cada um dos nossos países, mas também nas relações internacionais. No mundo globalizado em que vivemos, esquecer-lo será um grave erro estratégico.

Senhora Presidente

Entendi ser importante que esta visita servisse para sublinhar o muito que nos aproxima, porque acredito que essa afinidade constitui o melhor dos alicerces para a relação de futuro que queremos construir. Tive já oportunidade de referir aqui a História, os valores e os princípios. Propositadamente, deixei para o fim algo que partilhamos e que define a nossa própria identidade como povos: a ligação ao Mar.

Amanhã, terei oportunidade de inaugurar uma exposição subordinada ao tema “Encontro de Oceanos”, na Casa Museu de Pablo Neruda, em Isla Negra. Não quis que essa ocasião se limitasse a um mero evento protocolar. Assim, para lá da ilustração gráfica e multimédia que atesta da importância do mar na poesia de expressão lusófona, celebraremos, em conjunto com alunos universitários chilenos que aqui aprendem a língua portuguesa, o Mar como valor partilhado por chilenos e portugueses.

Será um momento para ouvir o Mar em “chileno”, nos poemas dos grandes Pablo Neruda e Gabriela Mistral, e, também, para ouvir o Mar em português, nessa língua que a mesma Gabriela Mistral definia como *“el tocado natural, o si se quiere, el escarpin de seda que mejor conviene a la poesia lirica”*.

Será um momento para celebrar o muito que nos une. E é neste espírito de celebração de tudo quanto nos aproxima e de crença no futuro das nossas relações, que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde da Presidente Michelle Bachelet, ao Povo amigo do Chile e à prosperidade das relações entre os nossos dois Países.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Democrática de Timor-Leste

Palácio de Queluz, 15 de Novembro de 2007

É com uma satisfação muito especial que recebemos Vossa Excelência em Portugal, naquela que é a sua primeira Visita Oficial ao nosso país na qualidade de Presidente da República Democrática de Timor-Leste.

Vossa Excelência conhece bem os laços de profunda amizade que unem Portugal e Timor-Leste, alicerçados num percurso histórico comum, numa convivência secular e, mais recentemente, num combate partilhado pelo reconhecimento do direito de Timor-Leste a integrar o concerto das nações livres e soberanas.

Vivemos como nossos os momentos difíceis por que passou a resistência interna. Apoiamos quem, no exterior, se batia pela mesma causa. Defendemos sempre, nos palcos internacionais onde estivemos presentes – e fizemo-lo, tantas vezes, quase sozinhos –, o direito de Timor à liberdade e à gestão soberana do seu destino.

Como poucas vezes na nossa História recente, enchemos as ruas, inventámos canções e demo-nos as mãos para um último apelo à consciência universal e, depois, para festejar, comovidos, a vitória do respeito pela vontade que um povo irmão acabara de exprimir, contra todas as adversidades, nas urnas da democracia.

Sabemos bem que a batalha pela sensibilização da opinião pública mundial para a causa de Timor-Leste foi um processo lento e árduo. Vossa Excelência foi um dos protagonistas mais destacados, uma das vozes e um dos rostos mais visíveis desse combate. Aliando firmeza e sabedoria, Vossa Excelência contribuiu decisivamente para que fosse possível o reconhecimento internacional de que a causa timorense tanto necessitava. Um reconhecimento que viria a ser coroado com a justa atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 1996, em conjunto com essa outra notável figura de timorense, o Bispo D. Carlos Ximenes Belo.

Senhor Presidente

Esta sua visita tem lugar num momento particularmente importante do percurso democrático de Timor-Leste e do relacionamento entre os nossos dois países.

Em 20 de Maio passado, comemorou-se o 5º aniversário da independência timorense. Sensivelmente na mesma altura, teve início um ciclo eleitoral que conduziu à eleição de Vossa Excelência e, na sequência de eleições legislativas, à formação do novo governo. De forma massiva, o povo timorense manifestou, de novo, o seu apego aos valores da liberdade e da democracia.

Estas eleições revestiram um significado muito particular, por se terem seguido a um período de instabilidade que parecia tudo poder comprometer. Um período que surpreendeu quem acreditava que a paz, a reconciliação e a democracia eram uma conquista ao abrigo de retrocessos. O que a experiência veio mostrar é que a edificação de uma sociedade democrática, tolerante e inclusiva é uma tarefa de todos os dias, que cabe a todos estimular e proteger.

Vossa Excelência tem sublinhado que, ultrapassado o tempo da disputa eleitoral, importa agora dar lugar à acção governativa, em prol da resolução dos problemas concretos dos cidadãos. Essa é, efectivamente, a melhor garantia da estabilidade democrática, da integridade do Estado, da segurança e do progresso económico e social das populações.

Senhor Presidente

A solidariedade de Portugal para com Timor-Leste não terminou no dia 20 de Maio de 2002.

Portugal foi um dos países que contribuiu, desde o primeiro momento, para a actual missão das Nações Unidas em Timor-Leste, em resposta ao pedido que nos foi dirigido pelas autoridades timorenses num momento particularmente difícil. É motivo de orgulho para todos os portugueses constatar que as forças da GNR e da PSP em Timor-Leste são fortemente acarinhadas pela população e pelas autoridades timorenses, que reconhecem a forma exemplar como têm contribuído para a segurança e estabilidade do país.

Mas não é apenas no sector da segurança que se faz sentir o apoio de Portugal a Timor-Leste.

Portugal é hoje o maior parceiro da cooperação com Timor-Leste e Timor é o principal destinatário da nossa ajuda pública ao desenvolvimento. Os sectores prioritários da cooperação portuguesa têm sido o ensino da língua portuguesa, a educação e a capacitação institucional, em particular na área da justiça.

A língua portuguesa, símbolo da luta timorense, é hoje, a par do Tétum, língua oficial de Timor-Leste. A sua escolha resultou de uma decisão soberana, com a qual muito nos congratulamos.

Como dizia Virgílio Ferreira: “Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir”. Acreditamos que a língua portuguesa continuará a ser um factor de primordial importância na estruturação e no fortalecimento da identidade nacional de Timor-Leste.

No mundo globalizado em que vivemos, a língua portuguesa, além de ser um importante factor identitário para mais de 200 milhões de pessoas espalhadas pelos cinco continentes, é um poderoso instrumento de afirmação internacional, não apenas de Timor-Leste, mas dos oito Estados que integram a CPLP.

A promoção da educação e da justiça é também de vital importância para o futuro de Timor. O acesso à educação e a preparação dos mais jovens para os desafios do futuro representam o melhor legado que os actuais dirigentes poderão deixar às gerações vindouras. Do mesmo modo, só um sistema de justiça independente, célere e eficaz poderá ajudar a erigir os alicerces do Estado de Direito democrático, proporcionando a confiança necessária ao progresso social e económico do país. Quero realçar, a este propósito, a presença em Timor-Leste de perto de duas centenas de professores portugueses, bem como de cerca de duas dezenas de profissionais da área da justiça, os quais têm desempenhado as suas funções com dedicação, sacrifício pessoal e grande profissionalismo. Quero assegurar-lhe, Senhor Presidente, que atribuímos a maior importância à continuidade da nossa cooperação com Timor-Leste nestes sectores estratégicos.

O desenvolvimento económico e a criação de emprego são outras áreas a que Timor-Leste atribui natureza prioritária. Temos o prazer de ter aqui hoje representadas algumas das empresas pioneiras no investimento português em Timor. É necessário que outras sigam o seu exemplo. Espero que esta sua visita, Senhor Presidente, possa produzir resultados também neste domínio.

Senhor Presidente

Como o provam estes primeiros 5 anos da independência de Timor-Leste, a edificação de uma nação soberana, democrática e próspera é um caminho longo e exigente, mas também apaixonante e mobilizador. Nesta difícil caminhada, as

decisões que vierem a ser tomadas no presente terão importantes implicações, sobretudo para as gerações vindouras.

A vasta experiência e o apurado conhecimento que Vossa Excelência possui na área da governação, da realidade de Timor-Leste, bem como da vivência internacional, constituirão seguramente uma inestimável mais-valia para vencer os desafios que o país tem pela frente.

Vossa Excelência e os timorenses encontrarão sempre em Portugal um amigo e um aliado, empenhado em contribuir para o progresso de Timor-Leste e para a edificação do Estado democrático que os timorenses desejam. Um Estado que seja um garante dos seus direitos e um protector das suas liberdades.

A densidade dos laços que a História teceu entre Portugal e Timor-Leste, a língua e os valores que partilhamos dão-nos as bases em que assenta uma relação que abraça o futuro com confiança.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É em nome desse futuro que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente José Ramos Horta, à prosperidade do Povo timorense e aos laços que unem Portugal e Timor-Leste.

Sessão de Abertura da Cimeira de Juventude África-Europa

Lisboa, 5 de Dezembro de 2007

É com uma satisfação muito especial que participo na sessão de abertura da Cimeira de Juventude África-Europa, a escassos dias da II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo entre a União Europeia e África.

Quero começar por saudar os jovens aqui presentes, bem como todos aqueles que contribuíram para a realização desta importante iniciativa. Com eles partilho o desejo e a determinação de promover o reforço das relações entre a União Europeia e África e, em particular, o encontro, o intercâmbio e a cooperação entre os jovens dos dois Continentes.

Portugal nunca deixou de suscitar, no quadro europeu como no quadro internacional, as preocupações africanas, assumindo-se, sem complexos e com orgulho, como um interlocutor privilegiado de África na Europa. Nunca deixámos, também, de sublinhar a importância da relação entre a Europa e África, uma relação que a proximidade geográfica e a complementaridade de interesses há muito impõem. Uma relação que, sem rejeitar o passado, seja capaz de escrever uma História com futuro.

Vivemos um momento de extraordinária importância para o futuro das relações entre os nossos dois continentes. Este é um ano de forte simbolismo, tanto para a Europa como para África.

A Europa celebra o cinquentenário do Tratado de Roma, que marcou o começo da grande aventura da integração europeia. Uma aventura cujo sucesso é bem reflectido no alargamento a novos membros e nas expectativas, por parte dos cidadãos, quanto ao papel da União Europeia relativamente aos desafios do nosso tempo.

Ainda este ano, no próximo dia 13, se assinará o Tratado de Lisboa, que visa criar as condições para que a União Europeia se adapte, em termos institucionais, à nova configuração que resultou do alargamento e possa, de forma mais eficaz, dar resposta aos anseios dos cidadãos dos 27 Estados que agora a integram.

África, por seu turno, comemora o 50º aniversário do início dos processos de independência, uma data de particular significado não apenas para os africanos, mas para toda a comunidade internacional.

No continente africano, aumentam os casos em que a combinação entre, por um lado, a boa governação, a paz, a estabilidade e a democracia e, por outro, a existência de uma população maioritariamente jovem e, em alguns casos, de importantes recursos naturais, tem criado condições favoráveis à produção e ao investimento e conduzido a melhorias significativas dos índices de desenvolvimento económico e social.

Paralelamente, a União Africana vem-se afirmando como o interlocutor por excelência para toda a região, permitindo que África assuma uma visibilidade e um peso acrescidos na cena internacional.

Ao institucionalizar o diálogo político Europa-África, a Cimeira do Cairo, realizada no decurso da presidência Portuguesa da União Europeia, no ano 2000, permitiu um avanço significativo no relacionamento entre as duas regiões. A Europa, a África e o Mundo sofreram, entretanto, grandes alterações, colocando-se, hoje, a necessidade de ajustar os objectivos e os instrumentos do nosso relacionamento em termos que definam uma verdadeira parceria estratégica.

É, precisamente, o que a II Cimeira UE-África se propõe fazer com a adopção de uma “Estratégia Conjunta”.

Pela primeira vez na história das relações entre os nossos dois continentes, estamos perante uma estratégia elaborada em efectiva parceria e que reflecte, em pé de igualdade, as preocupações e as prioridades da Europa e de África face aos desafios que têm pela frente. O que está em causa não é uma mera actualização de princípios gerais, mas sim a construção de uma parceria de futuro e com futuro. Uma parceria baseada no respeito mútuo e em valores e interesses comuns. Uma parceria capaz de se constituir num vector de promoção de uma ordem internacional mais justa e de um desenvolvimento económico e social mais equitativo e sustentável à escala mundial.

Neste quadro, é particularmente significativa a importância central atribuída a valores como o respeito pelos direitos humanos, a liberdade, a democracia, a igualdade, a justiça e a solidariedade.

Se a solidez de uma parceria não dispensa o cimento dos valores, o seu sucesso

está intimamente relacionado com a capacidade de produzir resultados palpáveis, cujo impacto positivo seja reconhecido pelos cidadãos.

É isso que se pretende com as medidas concretas contidas no “Plano de Acção” para o período 2008-2010, que acompanha a “Estratégia Conjunta UE-África”, Plano que abrange matérias tão importantes quanto a promoção da paz e da segurança, a defesa dos direitos humanos e da boa governação, ou o apoio à agenda de integração regional e à melhoria do acesso de África aos mercados mundiais. E que contempla, ainda, a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a cooperação em matéria de energia, ciência e sociedade da informação, e o combate à imigração ilegal e às alterações climáticas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Encontrando-me, como é o caso, perante uma audiência maioritariamente jovem, gostaria de salientar um dos aspectos mais interessantes da futura “Estratégia Conjunta UE-África”. Refiro-me à participação de actores não estatais na concretização dos objectivos traçados. É indispensável reconhecer e estimular uma participação acrescida da sociedade civil na concretização das estratégias e dos processos de desenvolvimento, em África e na Europa. E, aqui, os jovens são chamados a desempenhar um papel central.

Sabemos que a paz e a segurança são requisitos indispensáveis ao desenvolvimento económico e social. As mulheres, as crianças e os jovens são os grupos que mais tendem a beneficiar desse desenvolvimento, porque são eles os mais vulneráveis e aqueles a quem a guerra mais penaliza.

O mesmo se passa em matéria de alterações climáticas ou de migrações. Segundo as previsões, África será o continente que sofrerá os efeitos mais graves das alterações climáticas. E, também aqui, são as gerações mais jovens aquelas que mais terão a perder, se não for prosseguida uma estratégia de desenvolvimento favorável ao ambiente – na Europa, em África, no Mundo –, que permita inverter a situação.

Do mesmo modo, no grupo da população em idade activa, a imigração clandestina, com todas as suas consequências negativas, afecta de forma particularmente severa os mais jovens. Políticas activas de promoção das qualificações e de criação de emprego local são cruciais em qualquer estratégia de desenvolvimento e, de forma ainda mais vincada, no combate ao flagelo da imigração ilegal.

O cumprimento dos Objectivos do Milénio – em particular a erradicação da fome e da pobreza extrema e a promoção do compromisso internacional relativo à educação e à saúde para todos – reporta-se, igualmente, a domínios em que a falta de acção no presente mais afectará as gerações vindouras.

Por outro lado, o futuro da nossa parceria depende, em larga medida, de um melhor conhecimento mútuo, designadamente entre as camadas mais jovens. A sociedade de informação e conhecimento dos nossos dias oferece-nos extraordinárias oportunidades nesse sentido. É, assim, urgente promover a mobilidade e a circulação organizada dos jovens entre a Europa e África, desenvolvendo programas de intercâmbio e de cooperação que lhes sejam dirigidos.

Em suma, os jovens estão entre os que mais têm a ganhar com o sucesso da parceria entre a Europa e África. Por isso se espera deles que constituam um factor de mobilização de vontades e de exigência de resultados.

Daí o significado muito especial desta Cimeira da Juventude África-Europa. Não é apenas o sentido de participação activa que ela reflecte, mas também a capacidade empreendedora de associações juvenis e a sua afirmação de vontade na construção de um futuro tal como são capazes de o sonhar.

O estabelecimento de relações sólidas entre as juventudes euro-africanas, associado à estratégia que irá determinar as políticas de juventude nas relações Europa-África da próxima década, é, certamente, um sinal muito positivo para o seu êxito duradouro.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero aqui felicitar a capacidade de organização e mobilização que possibilitou esta Cimeira da Juventude e que envolveu um complexo processo de consultas regionais e nacionais nos dois Continentes.

Aos jovens aqui presentes, ao Conselho Nacional da Juventude, ao Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e aos movimentos juvenis europeu e africano dirijo os meus votos de sucesso. Tenho a firme esperança de que os jovens europeus e africanos saberão encontrar o espaço de diálogo e convivência e de trabalho em conjunto para superar as desigualdades e erradicar do mundo os graves problemas que hoje tolhem o pleno desenvolvimento das sociedades em que vivem.

Estamos a escrever as páginas de um novo capítulo na História das relações entre Europa e África. Um capítulo em que as Cimeiras desempenham um papel fulcral, enquanto fóruns de avaliação e de decisão, mas também um capítulo que não se esgota nas Cimeiras. Um capítulo cujo sucesso depende do envolvimento continuado de todos e de cada um de nós. Quando tiverem sido pronunciados todos os discursos de despedida e anunciadas todas as decisões, o que os nossos concidadãos esperam é que as palavras e as intenções se transformem em acções concretas que fundamentem uma esperança renovada num futuro melhor. Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 8 de Janeiro de 2008

Começo por agradecer as palavras e os votos de bom Ano Novo que me dirigiu Sua Ex.^ª Reverendíssima o Senhor Nuncio Apostólico da Santa Sé, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa. Peço a todos que transmitam aos vossos Chefes de Estado os meus sinceros votos de um ano de paz e prosperidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A globalização, de que Portugal foi pioneiro e que caracteriza o mundo dos nossos dias, não se confina à vertente económica. As repercussões das guerras e conflitos, da pobreza, das doenças, das desigualdades, da violação dos direitos fundamentais, do terrorismo, da degradação ambiental ignoram as fronteiras que lhes queiramos opor e constituem sérias ameaças à construção, que todos desejamos, de um mundo melhor.

Perante esta realidade, há que compatibilizar a necessidade, cada vez mais premente, de respostas globais com a natureza multifacetada dos Estados e dos seus interesses específicos. Uma tarefa exigente, que confere à actividade diplomática um papel central.

As alterações climáticas, as implicações da pobreza e da exclusão social, o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa são ameaças globais que exigem, para além de medidas a nível nacional, uma estreita cooperação entre os Estados. A forma como as abordarmos determinará o nosso presente e o nosso futuro.

É isso que nos diz o recente Relatório de Progresso publicado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), muito justamente galardoado com o Prémio Nobel da Paz. Temos de ser capazes – Estados, empresas e cidadãos – de responder ao desafio da descarbonização do nosso modelo de desenvolvimento, apostando nas tecnologias limpas, nas energias renováveis e na eficiência energética.

Neste contexto, é fundamental que as negociações internacionais sobre o regime climático para o período posterior a 2012, recentemente iniciadas em Bali, no âmbito das Nações Unidas, se caracterizem pela ambição e pela celeridade.

O Planeta não pode esperar tanto tempo por um acordo em torno do regime pós-2012 como esperou pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A pobreza e a exclusão social, na medida em que originam bolsas de desespero e de isolamento, constituem outra ameaça à paz e à estabilidade. Só há verdadeiro progresso económico e social quando ele é inclusivo. Em primeira linha, compete aos Estados assegurar o bem-estar e a dignidade dos seus cidadãos.

No que diz respeito a Portugal, é conhecida a importância que tenho consagrado a este tema. No entanto, num mundo globalizado, é necessário apoiar os esforços de cada um, por via da cooperação entre os Estados. Mesmo em espaços mais afortunados, como a União Europeia, se faz sentir a necessidade dessa cooperação, como referi no discurso que pronunciei, em Setembro, perante o plenário do Parlamento Europeu.

Uma das consequências mais perigosas da constituição destas bolsas de exclusão é o terrorismo, que tão frequentemente se alimenta de sentimentos de humilhação. Daí que, para ser eficaz, a cooperação entre Estados na luta contra esta ameaça implica a troca de informações e a perseguição determinada a quem apoia ou perpetra actos terroristas, mas requer também a promoção da resolução de conflitos, do conhecimento mútuo e da cooperação entre povos e nações, assim como de acções que combatam a pobreza e a exclusão social.

O terrorismo é uma ameaça que impende sobre todas as civilizações e, em última instância, sobre a Civilização que somos todos nós, que partilhamos o mesmo planeta. O seu crescente grau de sofisticação sublinha a importância da cooperação internacional no combate à proliferação de armas de destruição em massa. Quanto maior a proliferação deste tipo de engenhos e quanto mais débil for o seu controlo, maiores os riscos para a paz e a estabilidade.

É urgente valorizar a autoridade das organizações e instâncias internacionais responsáveis pelo cumprimento das exigências que os próprios Estados se impuseram neste domínio. E é do interesse dos Estados que se querem ver respeitados fornecer todas as garantias que lhes são pedidas, nos termos dos compromissos que subscreveram.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal entende que o mundo em que vivemos precisa de uma União Europeia mais forte, mais coesa e mais credível na cena internacional. Foi com esse lema que assumiu, em 1 de Julho de 2007, a presidência do Conselho da União Europeia.

Porque entendi que estávamos perante uma responsabilidade que deveria ser assumida como um desígnio nacional, convoquei o Conselho de Estado, antes do início da Presidência, procurando contribuir para a união de esforços em torno de uma tarefa particularmente exigente. A Presidência pôde assim ser exercida, a nível interno, no quadro de tranquilidade e confiança que os superiores interesses do país impunham e de que a sua ambiciosa agenda necessitava.

Não vou percorrer toda a lista dos resultados alcançados. Quero, no entanto, sublinhar a importância da assinatura do Tratado de Lisboa, no ano em que a União comemorava o seu 50º aniversário, sinal da sua capacidade para ultrapassar dificuldades. Trata-se de um instrumento da maior relevância para a afirmação de uma União mais eficiente e mais capaz de responder aos anseios dos seus cidadãos.

Desperdiçar a oportunidade que o Tratado de Lisboa representa constituiria um preço elevadíssimo para a União Europeia.

Obtiveram-se, ainda, avanços significativos nas políticas preconizadas pela Estratégia de Lisboa, assim como em novas áreas de actuação conjunta, como a energia e o mar.

Os resultados das Cimeiras e dos encontros que tiveram lugar – que Vossas Excelências acompanharam de forma particularmente próxima – permitiram, por seu turno, reforçar o peso e a credibilidade da União como actor internacional. Finalmente, a recente abertura das fronteiras do Espaço Schengen aos novos Estados-membros constitui um passo importantíssimo para a consolidação de um espírito de pertença e de destino comum.

Quero desejar o maior sucesso à Presidência Eslovena, a primeira a ser exercida por um dos novos Estados-membros. Portugal passou a encarar a sua presença no contexto europeu com reforçada confiança depois da sua primeira Presidência, em 1992, que, então na qualidade de Primeiro-Ministro, tive o privilégio de conduzir. Estou certo de que o mesmo sucederá com a Eslovénia.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao longo da sua História, Portugal criou uma extensa rede de relações nos cinco continentes, um extraordinário legado de que muito nos orgulhamos. Tive a oportunidade de inaugurar, em Washington, no ano que terminou, uma magnífica exposição, cujo título – *Encompassing the Globe: Portugal and the World* – ilustra de forma particularmente feliz esta realidade.

No ano que passou, e no quadro da minha acção visando contribuir para o reforço da inserção de Portugal na cena internacional, desloquei-me em Visita de Estado à Índia e em Visita Oficial ao Chile, acompanhado de importantes delegações empresariais, a quem foram proporcionados centenas de contactos com empresários locais.

No caso da Índia, transcorrido apenas um ano, o nosso relacionamento alterou-se de forma significativa, como atesta, por exemplo, a constituição de importantes parcerias entre empresários indianos e portugueses, algumas delas afirmando-se a nível internacional, designadamente no domínio energético.

Quanto ao Chile, são encorajadores os sinais que nos chegam de uma evolução no mesmo sentido.

Coube-me, ainda, presidir à delegação portuguesa que participou na Cimeira Ibero-Americana de Santiago, cuja Declaração Final atesta a importância dos resultados alcançados não apenas quanto ao tema em discussão – a Coesão Social –, mas também em áreas de cooperação tão diversas quanto o intercâmbio de estudantes, ou projectos comuns na ciência e tecnologia. “Ciência e Tecnologia” será, precisamente, o tema da Cimeira Ibero-Americana que terá lugar em Portugal, em 2009.

Tive, igualmente, o grato prazer de receber, em Lisboa, para lá de quantos quiseram estar presentes em actividades relacionadas com a Presidência, os Chefes de Estado da Lituânia, Uruguai, Rússia e Timor-Leste, bem como o Presidente da República do Gana e Presidente em exercício da União Africana. Foram encontros e visitas com propósitos diferenciados, mas todas me permitiram retirar importantes indicações quanto a algumas das principais questões da agenda internacional e à vontade de reforçar o relacionamento com Portugal.

Permitam-me uma menção especial à Visita do Presidente Ramos Horta, de

Timor-Leste, uma Nação a que Portugal se sente particularmente ligado e cujos esforços de desenvolvimento e pacificação merecem o apoio de toda a comunidade internacional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, tenho dedicado uma atenção muito especial às Comunidades Portuguesas no Mundo. No ano que terminou, estive com as Comunidades Portuguesas do Luxemburgo, com quem assinei o primeiro ano do meu mandato, e com as Comunidades Portuguesas da Costa Leste dos Estados Unidos da América. Em ambas confirmei a sua integração nas sociedades dos países que as acolhem, mas também a vontade de preservarem as suas raízes, valorizando a cultura e a língua portuguesas, propósito de valor estratégico a que é devido todo o apoio e incentivo da parte das autoridades portuguesas.

São Portugueses que partiram em nome de uma vida melhor, assumindo riscos e acreditando nas suas capacidades. Não se resignaram. É esta determinação e este espírito que quero para todos os Portugueses, na certeza de que, em conjunto, saberemos construir um país melhor. Não ignoro que a credibilidade externa do País começa com aquilo que fazemos na nossa própria casa.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este foi um ano particularmente exigente. Nesta ocasião, quero agradecer a todos o contributo fundamental que deram para que fossem possíveis muitos dos resultados alcançados. A todos vós e às vossas famílias, os meus desejos de um excelente ano de 2008.

Cerimónia em Memória das Vítimas do Holocausto

Sinagoga de Lisboa, 27 de Janeiro de 2008

A Assembleia-Geral das Nações Unidas, através da resolução nº 60/7 de 1 de Novembro de 2005, criou o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Escolheu o dia 27 de Janeiro, recordando assim a data em que, no já distante ano de 1945, foi revelada a verdade sobre Auschwitz.

Estamos aqui a cumprir um dever de memória. Compreendemos o que se passou? Não compreendemos. Não se pode compreender um processo racional, burocrático e sistemático, cuidadosamente planificado e arquitectado, para realisar o irracional.

No entanto, mesmo que as nossas palavras sejam irremediavelmente pobres para descrever o horror concentracionário, temos o dever de falar. Temos o dever de recordar um mundo de onde o Bem se ausentou, um mundo que negou o Homem porque negou o direito a ser diferente.

Milhões foram martirizados, sobretudo judeus. Honramos a memória de todas as vítimas. Quando se nega tão radicalmente o Homem, a maior vítima é a própria Humanidade.

O trabalho de memória começa por ser um esforço de reconstituição de um passado que não pode ser negado. É mais do que um imperativo de justiça. Contra a indiferença, contra o esquecimento, é de uma pedagogia que precisamos: que todos saibam o que aconteceu, para que todos sejam levados a agir de modo a que não volte a acontecer. Por isso, a resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas instou todos os Estados a desenvolver programas de educação que transmitam às novas gerações as lições do Holocausto.

Permitam-me que recorde uma lição que nos foi legada pelo grande livro da sabedoria rabínica, o Talmude: aquele que é de todos o mais poderoso não é o que destrói o seu inimigo, mas o que transforma o inimigo em amigo.

Quando esta lição, válida em todos os tempos e para todos os homens, for verdadeiramente aprendida, alcançaremos a paz abundante e a vida boa, para nós e para todo o Povo de Israel, que a oração que há pouco partilhámos nos promete.

Cerimónia de Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de León

León, 11 de Fevereiro de 2008

Permitam-me que comece por agradecer a Suas Altezas Reais os Príncipes das Astúrias, D. Felipe e D. Letizia, que quiseram honrar esta cerimónia com a sua presença, num gesto que muito me sensibiliza.

Quero ainda cumprimentar, com respeito e afecto, o Magnífico Reitor, Professor Doutor Ángel Penas Merino, bem como o meu Padrinho, Professor Doutor José Luis Placer Galán, e todo o corpo académico da Universidade de León.

Desejo, ainda, expressar o meu sincero reconhecimento às autoridades aqui presentes e a todos quantos se quiseram associar a este acto, ou que contribuíram para a sua concretização.

Altezas Reais

Magnífico Reitor

Minhas Senhoras e meus Senhores

É unanimemente reconhecida a importância da promoção do conhecimento e da inovação na resposta aos desafios do nosso tempo. A Universidade assume, deste modo, uma relevância crescente nas suas funções de difusão do saber, de investigação científica e produção de conhecimento, numa estreita ligação com a comunidade em que se insere.

É disto que tem sido exemplo a Universidade de León, simultaneamente jovem e herdeira da rica história das instituições de ensino que a precederam nesta Região. A credibilidade e prestígio que alcançou fazem dela um parceiro desejado e central na cooperação com outras instituições académicas, como acontece com as Universidades da Região Norte de Portugal.

Como homem político, mas também como Professor, é-me particularmente grato constatar que o meio universitário luso-espanhol procura, em conjunto, responder aos desafios com que o mundo de hoje nos confronta.

Altezas Reais

Magnífico Reitor

Minhas Senhoras e meus Senhores

Neste tempo e neste lugar, parece-me oportuno trazer à reflexão o tema da integração europeia. É um tema actual e está, reconhecidamente, no centro dos interesses estratégicos de Portugal e de Espanha. A história recente dos nossos Países está intimamente ligada ao processo de construção europeia e estou convicto de que é nesse quadro que os desafios do futuro melhor poderão ser enfrentados.

Começo por sublinhar que a integração europeia, progressivamente aprofundada ao longo dos últimos cinquenta anos, é o mais importante activo de que a Europa dispõe para enfrentar o mundo global do século XXI. Em época de tantas incertezas e de novos riscos e ameaças, a integração europeia é mais necessária do que nunca. Até a mais recente crise nos mercados financeiros chama a nossa atenção para a vantagem de dispor de uma União Económica e Monetária à escala europeia, o que nos permite agir de uma forma mais coerente e eficaz.

Pensemos, por um momento, como estaria a Europa, e, em particular, Portugal e Espanha, se o projecto de integração europeia tivesse fracassado. Que confiança poderíamos ter no futuro, se a Europa tivesse permanecido dividida, aprisionada por antagonismos e conflitos ancestrais e incapaz de se unir em torno dos seus interesses comuns? Assim, entendo que o empenho no sucesso da construção europeia é um imperativo para todos os responsáveis europeus, e a todos os níveis, sejam eles líderes comunitários, nacionais, regionais ou locais. É uma causa de tão grande alcance estratégico, para nós e para as gerações que hão-de vir, que impõe que lhe dediquemos o melhor do nosso esforço.

No início, a integração europeia foi forjada, essencialmente, como um factor de paz e desenvolvimento, em resposta às duas terríveis guerras da primeira metade do século XX. Hoje, tem de dar resposta também aos desafios de um mundo que se tornou global. É neste contexto que se deve saudar o Tratado de Lisboa, assinado em Dezembro passado sob a Presidência do meu País.

Vejo o Tratado de Lisboa não como um acordo ideal ou como uma etapa última da integração europeia, mas como um compromisso político decisivo, neste tempo e nestas circunstâncias, capaz de superar a erosão da União Europeia na

seqüência do fracassado projecto de Tratado Constitucional. E vejo-o, sobretudo, como uma oportunidade para a Europa levantar os olhos para o horizonte do século XXI que tem pela frente.

O Tratado de Lisboa resulta do mandato de Laeken, de 2001. Um duplo desafio foi nessa altura lançado aos líderes europeus. Em primeiro lugar, reformar o modelo institucional da União Europeia para o tornar mais democrático, mais transparente e mais eficaz. Em segundo lugar, dotar a União Europeia das condições necessárias para ser um actor influente e credível na arena internacional. Um actor à altura do peso económico, da história e da vocação universal da Europa.

Considero que as reformas desenhadas no Tratado de Lisboa respondem a esse duplo desafio. Reforça-se a democraticidade, a transparência e a eficácia das instituições. Aprofundam-se as novas políticas europeias. Confere-se uma acrescida capacidade à União Europeia para agir no plano externo.

Merece, desde logo, destaque o facto de o Tratado consagrar solenemente a matriz de valores fundacionais – dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito, direitos humanos. Sendo valores universais, eles são também a marca mais vincada e expressiva da identidade europeia.

A igualdade dos Estados perante a União Europeia é enfaticamente reafirmada. A finalidade da União continua a ser a promoção da paz, dos seus valores e do bem-estar dos seus povos. Finalidade que deve ser prosseguida respeitando a identidade europeia, que é, simultaneamente, una e diversa. O Tratado defende explicitamente a diversidade cultural e, em particular, a diversidade linguística. É o sábio equilíbrio do binómio unidade/diversidade que faz a força do projecto de construção europeia.

O Tratado reforça, como se sabe, os objectivos do desenvolvimento sustentável, do progresso social e da defesa da qualidade do ambiente. De igual modo reforça o princípio da solidariedade e, em particular, da coesão económica, social e territorial. Princípio que vem do Acto Único Europeu e que muito deve a Portugal e a Espanha. Não há futuro para a integração europeia sem uma forte “solidariedade de facto”, referida já na Declaração Schuman de 1950, isto é: uma solidariedade efectiva e não uma solidariedade retórica ou “à la carte”.

Quanto ao modelo institucional europeu, o triângulo Conselho / Comissão / Par-

lamento Europeu, responsável pelos sucessos do passado, continua a dominar a arquitectura de poderes na União. As reformas agora introduzidas aprofundam esse modelo, visando, em particular, melhorar a eficiência, reforçar a legitimidade democrática e promover uma acrescida transparência. Por seu turno, a legitimidade democrática sai reforçada pela generalização do processo de co-decisão, que dá ao Conselho e ao Parlamento Europeu uma função legisladora em pé de igualdade para quase todas as competências da União. Tal como beneficia da nova definição da maioria qualificada, em que está implícita uma dupla legitimidade para a tomada de decisões no Conselho: a que resulta dos Estados e a que resulta dos povos.

Também os Parlamentos nacionais são chamados a um papel mais activo no processo de integração europeia, nomeadamente através de um mecanismo de fiscalização preventiva do princípio da subsidiariedade.

Sabidamente, o Tratado mantém, no essencial, os poderes da Comissão Europeia e confirma-lhe o direito exclusivo de iniciativa, que tem sido, a meu ver, um dos mais importantes factores do sucesso da integração europeia nas últimas cinco décadas.

A um Conselho Europeu que passou a ter o estatuto de instituição comunitária, com um Presidente eleito pelos seus membros, junta-se a criação do cargo de Alto Representante para a Política Externa que será, por inerência, Vice-Presidente da Comissão Europeia. Com esta nova figura, pretende-se garantir coerência à função externa da União e, por via disso, assegurar maior eficácia na sua representação internacional, nos planos político e económico.

O Tratado de Lisboa não se limita, todavia, à reforma institucional. Vai para além disso, designadamente quando abre caminho ao aprofundamento da integração em cinco áreas cruciais: justiça e segurança, defesa, política externa, ambiente e energia. Estas áreas vão estar no centro de gravidade da agenda europeia nas próximas décadas. São a nova geração de motores da integração europeia para o século XXI. Por tudo isto e pelos equilíbrios que traduz, avalio muito positivamente o Tratado de Lisboa, que espero possa ser ratificado pelos 27 Estados-membros de modo a poder entrar em vigor já no próximo ano.

Importa, contudo, lembrar que os frutos do Tratado de Lisboa, como de resto acontece com qualquer Tratado, não dependem exclusivamente do seu conteúdo.

Na realidade, dependerão, sempre e acima de tudo, da capacidade e da qualidade da liderança europeia, isto é, dos líderes dos Estados-membros e das Instituições comunitárias. Cabe-lhes dar provas de uma real “vontade política comum” para poder levar à prática, com talento e firmeza, o Tratado subscrito pelos 27 em Lisboa, em Dezembro passado. Agora, trata-se de saber tirar o melhor partido deste Tratado e construir as soluções certas para os problemas que os europeus têm pela frente. Esta é a questão prioritária que desafia os líderes europeus. Está nas suas mãos fazer do Tratado de Lisboa um efectivo instrumento de sucesso da integração europeia. Os cidadãos europeus têm legitimidade para o exigir! É neste contexto que me proponho uma breve reflexão sobre o pós-Tratado de Lisboa. Desde logo, porque é imperioso compreender bem o quadro que a integração europeia actualmente enfrenta e que mudou muito na última década.

No plano interno, a União passou de 12 para 27 membros, levando as suas fronteiras bem para Leste. A sua esfera de acção tornou-se muito mais vasta e complexa. O modelo económico e social europeu está exposto a uma pressão concorrencial sem precedentes.

No plano internacional, o fenómeno da globalização faz emergir novos actores económicos e políticos e a interdependência económica à escala global aumentou as vulnerabilidades. O mundo está, do ponto de vista geopolítico, mais fragmentado, e os pólos de tensões regionais multiplicam-se em varias geografias. Novas ameaças, como é o caso do terrorismo, dominam a agenda da segurança internacional.

É neste contexto que o Tratado de Lisboa deve ajudar a União Europeia a responder aos desafios que tem pela frente. Mas a União Europeia não se deve limitar a uma “navegação à vista”, visando colher apenas efeitos positivos no curto prazo. Tem de construir uma visão e um rumo estratégicos para o longo prazo.

Debaixo da pressão política permanente que caracteriza o nosso tempo, os líderes políticos hipotecam frequentemente o sentido estratégico em nome de resultados e efeitos imediatos, tantas vezes voláteis e reversíveis. Ora, o que devemos exigir da União Europeia é que persista num rumo com alcance estratégico e que mobilize os europeus em torno de causas que os unam e estimulem.

É neste quadro que me coloco a questão: quais são os grandes desafios estratégicos da União para os próximos 20 anos?

Identifico três desafios: em primeiro lugar, construir um novo paradigma de

cidadania europeia, para além da retórica política e dos direitos meramente formais. Em segundo lugar, estruturar a vocação pan-europeia da União, respondendo às questões do alargamento e das relações de vizinhança, a Leste e a Sul. Em terceiro lugar, dotar a Europa das condições indispensáveis para ser um actor influente e credível à escala global.

A construção de uma verdadeira cidadania europeia, bem assimilada pelos europeus de Norte a Sul, de Oeste a Leste, é uma condição *sine qua non* para aspirar a uma consistente dimensão política, que a integração requer. É necessário promover a identificação dos europeus com a União, fazê-los pulsar com os seus problemas, com os seus desafios, com as suas políticas. É necessário superar uma imagem tecnocrática e mercantilista que ainda domina a percepção que o cidadão tem da União Europeia. É necessário construir um forte sentido de pertença, gerador de confiança, de iniciativa, de mobilização, que deve expressar-se numa União que funcione como uma verdadeira comunidade.

Não é apenas pela matriz de direitos que a cidadania se pode consolidar. Mas é, também, pela acção da União Europeia no combate à pobreza e à exclusão social, na defesa da diversidade cultural, na superação das inaceitáveis assimetrias de desenvolvimento que persistem em tantas regiões, no apoio ao crescimento económico e à criação de emprego.

É para mim claro, todavia, que a cidadania europeia tem de estar sempre escorada nas dimensões nacional, regional e local que identificam cada cidadão da União Europeia. A cidadania europeia é um valor acrescentado que nunca deverá diminuir os valores de pertença à nação e à região de que somos parte.

Será também pelo aprofundamento da cidadania europeia que o paradigma democrático europeu encontrará um novo fôlego. Impõe-se que a União Europeia esteja cada vez mais ancorada nos cidadãos e não apenas nos Estados. Também aqui o Tratado de Lisboa vai na direcção certa, nomeadamente pela consagração da Carta dos Direitos Fundamentais e pelo aprofundamento do processo de decisão em termos de democraticidade e transparência.

Outro desafio estratégico da União tem a ver com o alargamento e a relação da União Europeia com os seus vizinhos próximos. A União Europeia tem uma genética vocação pan-europeia. É, reconhecidamente, a grande referência de paz, de democracia e de progresso para todos os Estados e regiões da Europa.

Daí decorre uma expectativa de alargamento para muitos Estados, alguns já candidatos assumidos e até com negociações em curso. A União Europeia não deve ser um clube fechado, reservado e defensivo.

Todavia, não é razoável perspectivar que a integração europeia possa alargar-se do Atlântico aos Urais. Para os Estados que não integrem a União, impõe-se conceber um modelo de parceria suficientemente forte e estável para garantir uma aliança duradoura, no domínio do funcionamento da economia e dos mercados, e no domínio da cooperação política. É o caso da Rússia, com quem a União tem de aprofundar uma consistente parceria estratégica, que, por um lado, não pode estar à mercê de vicissitudes de conjuntura e de interesses sectoriais e, por outro lado, não deve pôr em causa valores e princípios que devemos ter por inegociáveis. Prioritário é, também, o aprofundamento dos laços com o Mediterrâneo. Os Estados do Sul do Mediterrâneo são nossos próximos e não apenas no sentido geográfico do termo. Essa proximidade tem um valor que a Europa tem de saber cultivar, por razões de segurança, por razões económicas e sociais e por razões de solidariedade.

O terceiro grande desafio refere-se à política externa da União Europeia. É reconhecido que a Europa precisa de se dotar de uma capacidade reforçada para agir no plano internacional de uma forma coerente e eficaz. A Europa tem de estar no centro do mundo global, multilateral e multipolar que está a emergir.

A União Europeia deve ser a “potência generosa” de que fala Jacques Delors. Defendendo com firmeza os seus valores e os seus interesses na cena internacional, deve contribuir para um quadro regulatório de que a globalização carece para um melhor equilíbrio das relações internacionais. Em muitos domínios prioritários da agenda global, a Europa tem condições para ser uma referência. É o caso do ambiente e da energia, dois factores que vão dominar o quadro geopolítico do século XXI. Face à economia global, a União Europeia deve evitar a tentação do protecçãoismo. Ao contrário, deve agir para fazer valer o seu padrão económico e social no quadro multilateral.

A própria sustentabilidade do processo de construção europeia exige que caminhemos em direcção a uma efectiva política externa comum e a uma coerente política de segurança e defesa comum. Ainda aqui, reconheça-se, o

Tratado de Lisboa aponta na boa direcção. Em particular, com a criação do Alto Representante para a Política Externa e de um serviço diplomático comum.

Em vinte anos de integração plena na União Europeia, Portugal e Espanha conquistaram reconhecida credibilidade. Beneficiaram muito da adesão. Contribuíram muito, também, pois têm sido parceiros sérios, empenhados e solidários nessa admirável caminhada que leva a Europa por diante. Portugal e Espanha podem contribuir muito mais para o futuro da integração europeia. A sua história e a sua cultura colocam-nos numa posição privilegiada para entender os desafios da globalização e para promover um franco diálogo e cooperação entre civilizações.

Para esta reflexão europeia, é muito estimulante estar nesta magnífica cidade de León. Cidade que é, ela própria, expressão do cruzamento de culturas e símbolo da secular identidade europeia.

Saudando a Universidade de León, que me conferiu o tão honroso grau de Doutor *Honoris Causa*, desejo as maiores felicidades e sucesso a todos os que integram, aos mais diversos níveis, esta singular e marcante instituição.

Sessão Solene de Boas Vindas na Câmara Municipal de León

León, 11 de Fevereiro de 2008

Quero agradecer, muito sensibilizado, as amáveis palavras que me dirigiu, e expressar o meu profundo reconhecimento a Vossa Excelência e a todos os membros do *Ayuntamiento* pela concessão da medalha de Ouro da Cidade de León, uma distinção que muito me honra.

Num recontro entre forças portuguesas e leonesas, no distante ano de 1169, o tantas vezes vitorioso rei D. Afonso Henriques foi ferido na refrega, tendo caído prisioneiro do seu genro, D. Fernando II de Leão. Garante o cronista que D. Fernando, antes de o libertar, tratou condignamente o seu real sogro: “fez-lhe pensar a perna e sentou-o a par de si e fez-lhe muita honra.” Isto que fica dito é histórico. Mas existe também a Lenda. Rezam crónicas portuguesas e leonesas do século XIII que D. Afonso Henriques teria obtido a liberdade de D. Fernando em troca da promessa de voltar assim que os seus ferimentos não mais o impedissem de montar a cavalo. Então, para não ter de retornar a Leão, D. Afonso Henriques teria decidido nunca mais montar a cavalo até ao fim da sua vida.

Quase oitocentos e quarenta anos depois, o Chefe de Estado de Portugal vem a Leão. Vem com amizade e é recebido como amigo. Permita-me, Senhor Alcaide, que lhe agradeça e, na sua pessoa, a todo o povo de León, pela extraordinária e fraterna hospitalidade com que fui recebido.

Temos História em comum. Sabemos que Portugal é um Estado da Reconquista e que a sua formação se relaciona com as lutas dinásticas entre os sucessores de Afonso VI de Leão. Comungamos de uma memória cuja referência fundamental é o território. A continuidade das paisagens é reforçada pela semelhança nos modos de vida.

No tempo das origens, a fronteira era um espaço de encontro, não era uma barreira. Depois, o processo de afirmação dos Estados determinou que a fronteira passasse a ser um marco que limita e separa. Uma linha de defesa contra tudo o que vem de fora. Construiu-se o desencontro e, com ele, cresceu a ignorância

mútua. Mas, nas últimas décadas, as coisas mudaram profundamente. A nossa fronteira volta hoje a ser uma zona privilegiada de encontro, um lugar de comunicação entre os povos. Em grande medida, porque existe a União Europeia. Importa aqui recordar o notável espírito europeu que esta região manifestou desde muito cedo. Numa Península que se fechara à Europa, o Reino de Leão destacou-se, no início do segundo milénio, pela sua abertura às influências que chegavam da Europa para além dos Pirinéus. São hoje bem conhecidos os sinais desse precoce espírito europeu. O Caminho de Santiago, transformado num espaço de encontro de todos os peregrinos europeus; o gótico, que hoje contemplamos na magnífica Catedral de Leão; a Universidade de Salamanca, criada em 1218.

Nesse processo medieval de europeização do Reino de Leão, destacarei dois factores que foram essenciais para a independência de Portugal. Em primeiro lugar, a presença e influência da Ordem de Cluny junto dos monarcas leoneses, a que se deve a vinda para o noroeste peninsular de Henrique de Borgonha, pai de D. Afonso Henriques, nosso primeiro Rei. Em segundo lugar, a aceitação, no Reino de Leão, dos valores da reforma gregoriana, que pugnava pela superioridade do poder espiritual sobre o poder temporal, e que explica a hábil estratégia diplomática de D. Afonso Henriques. A presença do legado papal na Conferência de Zamora, em 1143, permitiu que aquilo que de outro modo seria um acto de sujeição de um senhor feudal ao seu Rei se transformasse, perante o representante da Igreja, num acordo entre iguais, sancionado pelo poder espiritual.

Esta abertura ao espírito europeu, que ditou as condições culturais e políticas que nos permitiram seguir o nosso próprio caminho, contribui, no presente, para nos aproximar. O processo de construção europeia criou oportunidades para a redescoberta mútua. Promoveu novas dinâmicas territoriais. Mudou a geografia e está a mudar as mentalidades. Noto, por exemplo, a presença em Leão de muitos trabalhadores portugueses, que aqui se sentem bem-vindos. Portugueses e leoneses, pensamos-nos também como europeus. A Europa é o nosso espaço comum.

Muitos passos devem ainda ser dados. Por exemplo, gostaria que a realidade do Portugal de hoje fosse mais conhecida neste país. Pela nossa parte, teremos de reconhecer a diversidade de Espanha e de aprender a lidar com ela.

Senhor Alcaide

Encontrei em Leão um comunidade moderna e empreendedora, orgulhosa da sua História mas virada para o futuro. Uma comunidade com a qual queremos estreitar os laços seculares que nos ligam.

Permitam-me que termine, recorrendo a uma canção tradicional leonesa, um cantar de ceifa, intitulado “Por los Pueblos”:

*“Sale del alma
el amor que tengo;
sale del alma.
Sale del alma,
Si del alma no sale,
No vale nada.”*

*“Sai da alma
o amor que tenho;
sai da alma.
Sai da alma,
se da alma não sai,
é porque de nada vale.”*

É da alma que saem a amizade e o reconhecimento que sinto por esta Cidade e por esta Comunidade.

Muito obrigado.

Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Rio de Janeiro, 7 de Março de 2008

Entendeu a Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro distinguir-me com a nomeação para Presidente de Honra desta prestigiada e mais do que centenária Instituição.

Foi um gesto que me sensibilizou e que agradeço penhoradamente.

Interpreto a nomeação, antes de mais, como um testemunho da proverbial e genuína fraternidade que liga os nossos dois países, fazendo jus a uma História que foi comum durante vários séculos e que se prolongou, até aos dias de hoje, no respeito e na amizade entre duas nações independentes.

Não preciso de lembrar os inúmeros testemunhos dessa amizade que estão presentes na história e na cultura portuguesas, como na história e na cultura brasileiras. Vitorino Nemésio, um grande poeta português e um apaixonado pelo Brasil, resumia perfeitamente esses sentimentos, quando escrevia na sua “Ode ao Rio de Janeiro”:

*«Rio sozinho e do Brasil acompanhado,
Rio tão brasileiro e a Portugal chegado,
Rio longe no mar e perto nas pessoas,
Na qualidade de pessoas do Rio e pessoas de Portugal».*

Gostaria, contudo, de salientar também o quanto me é grata, em termos pessoais, a distinção que o Instituto me acaba de conferir.

Na verdade, quer enquanto político, quer enquanto académico, sempre atribuí um significado e uma importância muito especiais a instituições como esta, que são fruto da visão e da vontade de cidadãos livremente empenhados numa causa de profundo alcance social.

Na formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o empresariado e a elite intelectual souberam aliar-se em torno de um projecto e criar uma

obra que marcou até hoje o panorama cultural deste país, especialmente o das Ciências Sociais.

Quando o Estado do Brasil dava ainda os primeiros passos, no início do século XIX, os seus fundadores tinham já a noção clara de que o desenvolvimento, para ser sustentável, carece de um lastro cultural e científico, sem o qual a coesão social e a afirmação dos valores essenciais da pessoa humana ficarão em risco. Foi a partir dessa conjugação de vontades, entre industriais e políticos, cientistas e homens de letras, que se lançaram os alicerces da notável colecção de documentos sobre a História e a Geografia do Brasil que o Instituto mantém à sua guarda.

Foi a partir desse núcleo fundador que, igualmente, se desenvolveu uma rede importante de investigadores, nacionais e estrangeiros, entre os quais se contaram alguns dos mais ilustres dos meus compatriotas, como Alexandre Herculano, Serpa Pinto e João Lúcio de Azevedo.

Tenho, por isso, as melhores razões para me sentir honrado com este título honorífico, atribuído por uma instituição com tão elevados pergaminhos, que acompanha a vida intelectual do Brasil praticamente desde a sua afirmação como Estado independente.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os princípios que nortearam a criação do Instituto Histórico e Geográfico continuam a ser de uma actualidade reconhecida por todos, uma actualidade, porventura, ainda maior em nossos dias do que sucedia em 1838.

Hoje, como nessa data já longínqua, acreditamos no papel que podem desempenhar a livre iniciativa dos cidadãos e a sua criatividade, nos mais diversos ramos da economia e do saber.

Acreditamos, igualmente, que a ciência, tal como a riqueza, tem uma enorme responsabilidade social. Conforme se dizia na moção aprovada pelos industriais que há 170 anos fundaram este Instituto, «o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos» e contribuir para «o maior grau de felicidade pública».

Acreditamos, em suma, que, a par do valor da liberdade, indispensável para a realização de cada homem e a afirmação dos seus direitos fundamentais, existe

o valor da solidariedade: solidariedade entre as pessoas, solidariedade entre os grupos sociais, solidariedade entre os povos.

O momento histórico em que nos foi dado viver está, como sabemos, profundamente marcado por uma globalização sem precedentes, tanto da informação e do conhecimento como dos mercados, da qual podem surgir novas oportunidades, há pouco insuspeitadas, para muitos indivíduos e, diria mesmo, para populações inteiras.

Milhões de homens têm vindo, nos últimos anos, a abandonar a miséria sem redenção a que pareciam condenados, tal como durante séculos haviam sido os seus antepassados.

Mas a nossa época está também marcada pelo desafio que representam muitos outros milhões ainda não bafejados pela sorte, nem contemplados por nenhuma espécie de oportunidade, os quais não nos podemos dar ao luxo de ignorar.

Tanto por imperativos éticos os mais elementares, como, inclusive, por razões estratégicas, os governos e todas as organizações responsáveis estão hoje obrigados a procurar soluções para integrar activamente a pressão dos fluxos migratórios ocasionados pela globalização; para contrariar as desigualdades gritantes na distribuição da riqueza e garantir a segurança e a estabilidade; para combater a escalada de atentados ao meio ambiente que, se não for travada, poderá comprometer a vida nas próximas gerações e colocar em sérios riscos o planeta.

Seria um erro, e até uma atitude irresponsável, porque geradora de tensões no interior de cada Estado e no plano internacional, imaginar que o crescimento económico se pode fomentar, sem limites, na ignorância de tais preocupações.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os nossos dois países conheceram, no passado, exemplos notáveis de afirmação desses princípios, tais como o Padre António Vieira, cujo quarto centenário estamos a comemorar este ano e que se distinguiu, precisamente aqui, em terras brasileiras, pela sua acção corajosa em defesa da justiça e dos direitos dos deserdados.

Foi também aqui, no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil, que viveram exilados, durante o século XX, vários intelectuais e artistas portugueses,

como Jaime Cortesão, Agostinho da Silva ou Adolfo Casais Monteiro, cujas obras estão marcadas pelo apego à liberdade e por um afecto muito especial a esta sua segunda pátria.

Aqui têm vivido sucessivas gerações de portugueses, que vieram em busca de uma vida melhor e se distinguem pelo seu trabalho e pela sua iniciativa, a eles se somando, mais recentemente, os protagonistas de um significativo fluxo de investimentos que fez de Portugal um dos maiores investidores no Brasil.

Portugal e o Brasil possuem, hoje, instituições e leis que consagram o valor da democracia e dos direitos humanos, bem como a crença nas virtualidades de uma economia de mercado indissociável da coesão social e da solidariedade para com os mais desfavorecidos.

Estão, além disso, integrados em dois espaços regionais onde a paz e a cooperação internacional são verdadeiras prioridades políticas, valorizadas tanto a nível dos Estados como a nível das opiniões públicas.

Portugal e o Brasil têm, por último, mas não menos importante e decisivo, uma língua em comum, partilhada com outros seis Estados independentes. Integram, assim, um imenso espaço de comunicação e de cultura, com múltiplas potencialidades, que, porventura, ainda não soubemos explorar quanto devíamos.

O intercâmbio científico e os múltiplos contactos que já existem entre universidades, organismos e empresas do sector cultural, estimulados pela pertença à mesma comunidade linguística, podem certamente diversificar-se e desenvolver-se em outros sectores.

A lusofonia pode e deve ser, não um espaço nostálgico de evocação do passado, mas, sobretudo, um espaço dinâmico de trocas intelectuais e de produção conjunta de conhecimentos, um espaço que tenha projecção e voz própria na chamada aldeia global.

Todos estes factores, ao mesmo tempo que nos unem e que fortalecem as tradicionais relações amistosas entre os nossos dois países, constituem uma base de diálogo privilegiada e de possível cooperação na cena internacional.

A situação geográfica do Brasil, a sua integração regional e as suas potencialidades nos mais diversos domínios fazem dele um País para o qual a comunidade internacional, neste dealbar do século XXI, olha com as maiores expectativas.

Por sua vez, o posicionamento geográfico e económico de Portugal, Estado-membro

da União Europeia e nação moderna e politicamente estável, com uma experiência multissecular, são garantias seguras e promissoras, quer para investidores, quer para quantos nos visitam.

Um aprofundamento das nossas relações bilaterais só pode ser vantajoso para ambos os países e para os espaços em que cada um deles está integrado.

Estou certo de que saberemos encontrar processos inovadores de cooperação que contribuam para o progresso económico, social e cultural que ambicionamos para as nossas sociedades.

Estou certo de que Portugal e o Brasil têm um contributo importante a dar para a construção de um mundo mais pacífico e mais justo.

A História que nos uniu, tal como a Geografia que nos colocou de um lado e doutro de um Oceano que, em vez de ser barreira a separar-nos, foi estrada que nos ligou, exigem o nosso melhor esforço para estarmos à altura dos desafios do nosso tempo.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração da Exposição “Um Novo Mundo, Um Novo Império – A Corte Portuguesa no Brasil”

Rio de Janeiro, 7 de Março de 2008

Quero, antes de mais, agradecer as palavras do Presidente Lula da Silva, que muito me sensibilizam.

Foi com muita satisfação que aceitei o honroso convite que me endereçou, Senhor Presidente, para me associar às Comemorações que o Brasil promove para assinalar o Bicentenário da Chegada da Família Real ao Brasil. É para mim um motivo de grande satisfação poder hoje, com Vossa Excelência, proceder à inauguração desta Exposição, que, unindo instituições de ambos os lados do Atlântico, tão bem sublinha a relevância desse facto para a História dos nossos dois países.

Gostaria de prestar a minha homenagem a todos quantos tornaram possível esta Exposição. Permitam-me uma palavra de particular reconhecimento pela dedicação e profissionalismo da Directora deste magnífico Museu, Dra. Vera Tostes, e de sentido agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian, aqui representada pelo seu Presidente.

Excelências

Há pouco mais de duzentos anos, nascia uma expressão popular que ainda hoje partilhamos em todo o espaço da lusofonia: “ficar a ver navios”. Assim descreveu o povo o que aconteceu ao General Francês Junot e às suas tropas, quando, assomando às portas de Lisboa, constataram, estupefactos e incrédulos, aquilo que acabava de acontecer: num gesto sem precedentes na História, partia, rumo a terras americanas, grande parte do aparelho de Estado da mais antiga nação da Europa, tendo à cabeça a própria Família Real.

Dois séculos passados, são hoje reconhecidos o arrojo político e a visão estratégica de tal decisão. Uma decisão cuja complexidade implicou, de resto, um planeamento e organização que dificilmente se coadunam com a ideia de que tudo se teria decidido e concretizado num curto espaço de dias.

Haverá, porventura, quem diga que os resultados obtidos não terão sido aqueles com que contava D. João VI. Afinal, se pretendia garantir a indissolubilidade do Império luso, acabou associado à criação das estruturas e ao florescer das convicções patrióticas que estariam na origem do nascimento de um outro Império, brasileiro, independente e soberano. Se queria preservar a sua visão do poder monárquico, acabou protagonista central dos alvares da monarquia constitucional.

Procurando resumir a sua obra por estas paragens, Raymundo Faoro citava Hipólito da Costa, em tom de picardia queirosiana, para dizer que D. João para aqui transferira “o Almanaque de Lisboa”. Que notável “Almanaque” esse, que, com as suas qualidades e defeitos, enquanto garantia a independência de Portugal, assegurava a integridade do Brasil e, com ela, um papel incontornável na cena internacional, além de ter permitido que o nascimento desta grande nação tivesse por base as estruturas essenciais ao funcionamento do Estado!

D. João VI amou profundamente esta terra, assumindo, de coração, o título de Príncipe do Brasil com que aqui chegou. Aqui foi aclamado Rei e aqui perto, no Outeiro da Glória, dedicou a Nossa Senhora os seus netos, os futuros Pedro II do Brasil e Maria II, de Portugal – a primeira Chefe de Estado de um país europeu nascida numa das suas colónias, condição que, de algum modo, partilhou com outro exemplo, o de Bernardino Machado, Presidente da República português e, também ele, filho da terra brasileira.

D. João VI amou esta terra ao ponto de não querer deixá-la, perante umas Cortes que, exasperadas, lhe ordenam que regresse e decidem que nunca mais o Chefe de Estado português se poderia ausentar do país sem o seu consentimento. Uma regra que se manteve, fazendo com que, no caso, seja eu o único cidadão português a ter que pedir autorização ao Parlamento para cruzar a fronteira. Foi o que fiz, aliás, para poder estar hoje aqui, com Vossa Excelência, Senhor Presidente, e todos vós. A isto chega a influência de D. João VI!

Acredito que quando regressou a Lisboa, a contragosto e melancólico, ao que se diz, D. João VI levasse consigo aquele sentimento tão próprio dos portugueses que o Brasil enfeitiça: esse já não se ser bem só uma coisa, ou outra, ser brasileiro, em Portugal, e português, no Brasil. Aquela sentimento que faz com que tão pouco pareça o que nos separa, por ser tão mais evidente aquilo que nos une.

Senhor Presidente

No mundo em que vivemos, o muito que nos une possui um valor estratégico e exige que sejamos ambiciosos quanto ao futuro. Essa será a melhor maneira de estar à altura da nossa História.

A partilha dos mesmos valores e da mesma língua, e a comunhão de um vasto conjunto de interesses justificam uma cada vez mais estreita coordenação de posições entre os nossos países, a nível bilateral e na cena internacional.

Nunca tive qualquer dúvida a esse respeito. Em 1991, tive a honra, enquanto Primeiro-Ministro, de ter estado na origem das Cimeiras entre Portugal e o Brasil, quadro institucional que reflecte este propósito comum e em que assentam, hoje, as nossas relações.

Há que reconhecer os progressos que o nosso relacionamento conheceu nos últimos anos, alguns deles muito significativos e que se vieram somar à acção de uma comunidade portuguesa e luso-brasileira que de há muito fez do Brasil a sua casa, contribuindo com o seu esforço para o progresso desta terra e honrando, com ele, o nome de Portugal.

No entanto, estamos muito longe ainda daquilo que seria legítimo esperar do relacionamento entre dois países como os nossos.

É preciso favorecer tudo quanto possa contribuir para nos aproximar: o intercâmbio cultural, artístico e académico, a cooperação científica e tecnológica, as trocas comerciais, os fluxos turísticos e de investimento, os contactos entre as organizações em que se estruturam as nossas sociedades civis. Os Estados têm aqui um papel determinante, como promotores e facilitadores deste movimento.

É preciso aprofundar a nossa concertação política e projectá-la de forma mais determinada na cena internacional, sempre que os nossos interesses comuns o justificarem.

Desde logo, tirando partido das sinergias que nos oferece a parceria com as Nações irmãs de África e da Ásia que conosco integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sonho e ambição desse grande brasileiro a quem quero aqui prestar uma comovida homenagem, o Embaixador José Aparecido de Oliveira.

E, se há um exemplo de interesse estratégico que partilhamos com os nossos parceiros da CPLP onde a necessidade dessa concertação e parceria é mais

evidente, esse exemplo é a valorização e projecção internacional da língua portuguesa, de que o Brasil é o maior expoente.

Outro quadro onde essa parceria pode e deve afirmar-se é o da nossa inserção respectiva no Mercosul e na União Europeia. É do nosso interesse comum a aproximação entre as duas organizações, porque quanto maior ela for, mais relevante será o nosso papel em cada uma delas. Por isso nos batemos, desde o início da nossa adesão, pela institucionalização das relações entre o Mercosul e a União Europeia, tendo promovido a primeira reunião entre os dois blocos durante a nossa primeira Presidência da União, em 1992. Por isso vimos defendendo, com iniciativas concretas, a superação dos obstáculos à celebração do Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul. Por isso nos empenhámos tanto na constituição da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia, consagrada recentemente em Lisboa, durante a nossa Presidência da União.

Parceria e concertação, ainda, no âmbito ibero-americano, porque é importante para Portugal e para o Brasil que seja valorizado, nesse contexto, aquilo que nos distingue dos outros, um objectivo que depende de uma estreita articulação na actuação diplomática dos nossos dois países.

Face a todos estes exemplos de domínios onde a concertação entre as nossas máquinas diplomáticas é necessária em nome do nosso interesse comum, não será chegado o tempo de uma cooperação mais estreita entre as nossas Instituições de Formação Diplomática, o Instituto Rio Branco do Brasil e o Instituto Diplomático de Portugal?

Não será já tempo de levar por diante programas de intercâmbio semelhantes aos que existem entre tantos outros países com muito menos complicitades do que nós, trazendo diplomatas portugueses para períodos alargados no Itamaraty e levando diplomatas brasileiros para o Palácio das Necessidades? E por que não dar a esse Programa o nome desse visionário luso-brasileiro, cujo 4º centenário celebramos este ano, o Padre António Vieira?

Senhor Presidente

Neste dia em que juntos assinalamos um episódio da nossa História comum, depois do qual nenhum dos nossos países foi o mesmo; perante esta notável

Exposição, e tendo em mente todos os eventos que congregaram portugueses e brasileiros na evocação desta efeméride, é esta a mensagem, a ambição que quero deixar: saibamos fazer, com aquilo que a História nos legou, um projecto de futuro de que possam beneficiar as gerações que virão depois de nós. Muito obrigado.

Sessão Solene do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008

Permitam-me que comece por destacar a grata presença, entre nós, de Sua Excelência o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, num gesto que muito me sensibiliza e que tanto honra esta Casa e tudo quanto ela representa.

Difícilmente se poderia encontrar melhor lugar do que este histórico edifício do Real Gabinete Português de Leitura para assinalar o bicentenário da vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

A extraordinária beleza desta sala que nos envolve é um sinal, um sinal que devemos saber ler e interpretar. É a prova de que aqueles portugueses que aqui aportaram e construíram este edifício viam no Brasil uma terra a estimar e engrandecer, onde queriam permanecer, criar raízes, deixar marcas perenes na forma de lugares tão dignos de respeito e admiração como este Real Gabinete Português de Leitura.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Como Presidente da República Portuguesa, foi com uma satisfação muito particular que aceitei o honroso convite que me dirigiu o Presidente Lula da Silva para me deslocar ao Brasil numa data tão importante para os nossos dois países.

Mais do que pronunciar-me, nesta ocasião, sobre o alcance que teve para o Brasil, mas também para Portugal, a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, prefiro antes sublinhar que temos uma memória comum, um caminho percorrido a dois.

O Brasil sempre foi para Portugal uma terra tão próxima que, há duzentos anos, um Rei, num gesto inédito na História do mundo, decidiu para aqui deslocar-se e transferir a sua Corte. Não veio de passagem, nem sequer pretendeu permanecer no Rio de Janeiro apenas por uns breves meses. D. João VI chegou ao Brasil com a firme intenção de aqui instalar a capital de um Império que se estendia por vários continentes até à Ásia.

Vale a pena comemorar o passado se, com isso, celebrarmos o futuro. Sobretudo quando os tempos que se avizinham se mostram promissores e carregados de esperança. Além do valor simbólico do gesto, assinalar a vinda da Corte portuguesa para o Brasil é transformar a memória e o legado do tempo pretérito no desejo de uma maior ambição de futuro.

Todos conhecemos os laços que nos unem, a amizade fraterna entre o Brasil e Portugal, o nosso singularíssimo afecto atlântico, feito de tantas cumplicidades. Mas todos sabemos, também, os riscos que correm os sentimentos, o sentido que perdem as palavras, por mais belas que sejam, quando os não traduzimos em realizações concretas e partilhadas.

Hoje, é possível comemorarmos juntos um tempo em que, crescentemente, os actos dão sentido concreto às palavras.

Tal não significa esquecer a História. Pelo contrário, significa celebrá-la da melhor forma, fazendo da memória colectiva um motivo adicional para agir no presente. O nosso destino comum permanece vivo e, por isso, são acrescidas as nossas responsabilidades de presente e de futuro.

Portugal e o Brasil, enquanto Estados soberanos, mas também os brasileiros e os portugueses, enquanto cidadãos de nações livres e democráticas, têm a obrigação de estar à altura dos séculos que nos precederam e do património que nos legaram. Cabe-lhes, designadamente, tirar partido de todas as oportunidades em que a concertação de posições nos garanta uma maior afirmação na cena internacional. Sem complexos, como parceiros que se compreendem e respeitam e que entendem que esta é a melhor maneira de fazer valer os seus respectivos interesses nacionais.

Actualizar a comunhão dos afectos é também compreender, desde logo, que há um diálogo constante, feito mais pelos povos do que pelos Estados. Se houve um tempo em que a diáspora portuguesa escolheu o Brasil como destino, agora são muitos os brasileiros que buscam Portugal. A nossa História sempre foi feita de caminhos trilhados nos dois sentidos.

Os portugueses que aqui chegaram, como D. João VI, vieram quase sempre para ficar. E, mesmo quando não era esse o seu propósito original, com frequência acabaram por aqui permanecer e criar raízes, tão boa foi a forma como os receberam. Faço votos de que os brasileiros sejam tão bem acolhidos em Portugal

como os portugueses o foram no Brasil. E tenho a certeza de que, ao dizer estas palavras, falo em nome de todos os cidadãos do meu País.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Brasil é hoje muito mais do que “o País do futuro”. A promessa cumpriu-se: o Brasil é um grande País do presente, onde vale a pena apostar e investir com visão de futuro. Saúdo os empresários portugueses de ontem e de hoje que, com o seu dinamismo, se aperceberam de que o Brasil é uma certeza de presente e de futuro. Saúdo também os intelectuais e homens de cultura de ambos os países, porque, ao longo dos anos, discretamente, teceram laços que nem sempre as autoridades oficiais foram capazes de explorar.

Não por acaso, o Brasil é actualmente um dos principais, se não o principal dos destinos turísticos escolhidos pelos portugueses. A razão é simples. Ou, melhor, as razões são simples. Por um lado, a beleza desta terra e a simpatia natural e espontânea do seu povo. Por outro lado, o facto de nós, os portugueses, aqui nos sentirmos em casa.

Mas o Brasil é mais, tem de ser mais, do que um lugar de turismo. É uma terra de investimentos, com potencialidades económicas à dimensão do seu imenso território. E é, igualmente, um espaço de cultura, de uma cultura que os portugueses amam e conhecem, como julgo e desejo que os brasileiros amem e conheçam a cultura de Portugal.

A cultura portuguesa não foi a única a marcar o Brasil. Aqui convergiram, numa síntese originalíssima, muitos saberes e experiências de várias paragens do mundo, que se mesclaram com as tradições autóctones para fazer da gente brasileira um povo de vocação universal. Portugal deu um contributo decisivo para o singular mosaico de culturas em que assenta o universalismo do Brasil, como o Brasil deu um contributo decisivo para o universalismo de Portugal.

Hoje, assinalamos juntos, nesta Casa, um episódio determinante para a evolução histórica dos nossos dois países. Fazemo-lo como nações soberanas e confiantes, conscientes do capital que representa, no mundo de hoje, o que a História lhes legou.

Também esta Casa centenária se prepara para um tempo novo, de novos projectos, abertos à sociedade em que se insere e, em particular, aos mais jovens.

Que essa coincidência de propósitos nos sirva de mote, é o meu desejo. Porque é chegado o tempo de ambos os Países e de ambos os Povos transformarem um passado comum num futuro construído a dois. Um futuro que já começou. Muito obrigado.

Jantar Oferecido pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 8 de Março de 2008

Permita-me agradecer, Senhor Prefeito e meu caro Amigo, as amáveis e calorosas palavras que me dirigiu, a mim e a Portugal, e que tão bem reflectem o afecto que une os povos brasileiro e português.

É com grande satisfação que participo hoje nas Cerimónias organizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio, momento alto das Comemorações dos 200 Anos da Chegada da Família Real ao Brasil.

É difícil não sentir uma profunda emoção perante aquilo que em nós evoca cada passo do Programa, neste dia que permanecerá para sempre na nossa memória e em que assinalamos o desembarque da Família Real e seu primeiro contacto com a cidade que seria doravante a Capital do Império. Assim se respondia, de forma arrojada e visionária, àquilo que, nas palavras do Príncipe da nossa língua comum, Luís de Camões, se classificaria como um sinal dramático de mudança “dos tempos e das vontades”.

Emoção perante o espectáculo e o concerto a que acabámos de assistir, na admiração por esse espaço, magnificamente restaurado, que é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga Sé Imperial, lugar de aclamação solene e popular de um Rei que aqui chegou como Príncipe do Brasil, para daqui levar o Brasil no coração.

Emoção nesta sala de um Paço Imperial que acolheu a pessoa do Príncipe Regente e sua Família, mas também, advinha-se, a confusão de sentimentos que devia experimentar quem protagonizava um gesto único na História, cujas implicações eram impossíveis de prever.

Gesto precursor de um processo que conduziria ao nascimento da “Pátria amada”, que canta o Hino brasileiro e que tanto portugueses entoam com a convicção que lhes dita a partilha desse mesmo sentimento.

Porque o Brasil e Portugal são exemplo daquele tipo raríssimo de relações entre Estados que, embora profundamente orgulhosos da sua soberania e identidade próprias, sabem que nunca serão Estados estrangeiros um perante o outro,

porque nunca um português será estrangeiro no Brasil, nem estrangeiro será um brasileiro em Portugal.

Outra coisa não diz, afinal, esse grande nome da diplomacia brasileira a quem as relações entre Portugal e o Brasil tanto devem e que faz o favor de ser meu amigo, o Embaixador Alberto da Costa e Silva, numa obra com um título belíssimo – “Invenção do Desenho, Ficções da Memória”. A certo momento, quando descreve o seu primeiro período como funcionário diplomático da Embaixada brasileira em Lisboa, constata: “E, no entanto, eu era feliz. (...) Em Lisboa, sentia-me em casa. Tudo me parecia conhecido. (...) A cidade não se gastava aos meus olhos. As ruas da minha infância como nela se prolongavam, e eu ia decorando as suas formas e cores. Não que todas as Praças, avenidas, ruas e vielas fossem bonitas; algumas eram feias, mas eu as queria assim mesmo, feias.” Será difícil dizer melhor e tocar mais fundo.

Senhor Prefeito

Sei do empenho e dedicação que Vossa Excelência colocou nestas Comemorações. Quero agradecer-lhe por isso, de forma muito sentida e, através de Vossa Excelência, agradecer a todos os que, sob a sua orientação, deram o melhor de si próprios para o sucesso destas celebrações. Um agradecimento que se dirige, desde logo, aos membros da Comissão constituída para este efeito, mas que quero que chegue a todos quantos, no dia a dia, nas tarefas menos visíveis, tornaram possíveis estes momentos.

Quem agradece é o homem tocado pela emoção do que lhe é dado viver, na certeza de que, daqui a 100 anos, alguém falará deste dia como hoje se fala do nascimento da Urca e do empenho do Barão do Rio Branco nas celebrações que, em 1908, mobilizavam a então capital do Brasil.

Mas quem agradece é, também, o Presidente da República de Portugal, pelo contributo que estas Comemorações representam para o reforço dos laços que unem os nossos dois países. Isso que nos une, e que, em qualquer caso, valeria sempre muito, tem, nos dias de hoje e perante os desafios que os países são chamados a enfrentar, um valor estratégico essencial.

Os países cada vez menos se podem dar ao luxo de ignorar quem com eles esteja disposto a fazer frente comum. E se, para certos dentre eles, se torna necessário um intenso esforço de construção filosófica para justificar a parceria, no caso

do Brasil e Portugal ela surge naturalmente. Tão naturalmente, que se queda perplexa perante quem, inseguro, não lhe quer ver as vantagens, em nome de complexos históricos sem sentido em duas nações adultas e confiantes.

Por isso, o que mais me motiva, nestes dias em que juntos celebramos um momento central da nossa História comum, é a convicção de que daqui emerge uma mensagem de confiança renovada na construção de um projecto de futuro, feito de uma cooperação bilateral reforçada e de uma parceria cada vez mais estreita na cena internacional.

Um projecto de que as gerações que virão depois de nós se possam orgulhar. Para que daqui a 100 anos, quando alguém lembrar o que foram estes dias, aqui veja um sinal do futuro promissor que estava para vir.

Senhor Prefeito

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Embaixador Costa e Silva herdou de seu Pai o dom da escrita. Se há coisa com que não vale a pena lutar, é contra o *ADN* que nos corre nas veias. O Embaixador Costa e Silva aceitou-o e com ele construiu uma obra notável. Vossas Excelências compreenderão, certamente, que não resista a recordar um poema do Poeta Da Costa e Silva, um poema singelo e enorme, como são tantas vezes as coisa mais simples, um poema “dobrado em quatro”, que Negrão de Lima tirou um dia da carteira, ao cruzar-se com o filho do Poeta, o Embaixador Alberto da Costa e Silva. Rezava assim:

“As Horas cismam no ar parado;

- Passado

As Horas bailam no ar fremente;

- Presente

As Horas sonham no ar obscuro;

- Futuro.”

Saibamos ser dignos do futuro, porque essa será sempre a melhor forma de sermos dignos do passado. É em nome desse futuro que peço a todos que me acompanhem num brinde à saúde do Prefeito César Maia e à prosperidade desta Cidade do Rio de Janeiro, ontem, hoje e sempre, “cidade de encantos mil”.

Muito obrigado.

Anexos



Artigo de Opinião dos Presidentes da Alemanha, Horst Köhler, de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, e da Eslovénia, Janz Drnovsek “Europa: dos Desafios às Oportunidades”

21 de Março de 2007

No dia 1 de Janeiro de 2007, a Alemanha, Portugal e a Eslovénia assumiram a primeira Presidência a três na História da União Europeia. Fazendo parte de uma equipa pelo período de um ano e meio, cada um deles é individualmente responsável pelos seis meses do respectivo período da sua Presidência da UE. A Presidência a três assegura a continuidade, torna possível o planeamento a longo prazo e facilita a execução consistente de um programa de trabalho comum. A nossa Presidência a três é, ainda, uma expressão da unidade na diversidade, que caracteriza a Europa.

Celebraremos, dentro de poucos dias, em Berlim, o 50º aniversário da assinatura dos Tratados de Roma, que estabeleceram os alicerces da União Europeia que conhecemos actualmente. Foi o esforço desenvolvido desde então em prol da paz, da prosperidade social e económica, da consolidação da democracia e da promoção dos direitos humanos que permitiu formatar a União Europeia. Nós, Europeus, partilhamos os mesmos valores. Esta percepção comum de pertencer à Europa, à sua cultura, tradições e identidade permitiu-nos nos passados 50 anos criar um sólido enquadramento institucional – a União Europeia – e desenvolver um sentido de comunidade. Em simultâneo, o mercado interno e a união económica e monetária deram aos produtores e consumidores europeus um amplo mercado doméstico num mundo cada vez mais globalizado.

A União Europeia tornou-se um modelo para outros países e regiões. A sua combinação bem sucedida de liberdade de mercado com responsabilidade individual e justiça social é admirada em todo o mundo. Desde as suas origens, com seis membros fundadores, a União Europeia cresceu, englobando hoje 27 Estados-membros, a que outros se querem juntar. O seu modelo de integração

é fonte de inspiração. A União Africana, por exemplo, espelha a União Europeia não apenas no nome; a sua estrutura institucional baseia-se, igualmente, na estrutura da União Europeia.

Contudo, não nos podemos iludir. No início do século XXI, a Europa e os Europeus enfrentam enormes novos desafios:

- de natureza económica. Desde o fim da Guerra Fria, a economia global está cada vez mais entrelaçada e biliões de outras pessoas participam hoje, com o seu trabalho e criatividade, na competição global por emprego e salário;

- de natureza ambiental. As alterações climáticas e os seus efeitos, tais como a escassez de água, a seca e as inundações, estão a mudar a base da existência na Europa. Só através de um esforço global, especialmente dos países desenvolvidos, se conseguirá fazer face ao aquecimento global;

- de natureza cultural. Preservar e promover a diversidade cultural fazem parte dos princípios fundadores da Comunidade. Por outro lado, o diálogo cultural adquiriu um novo significado no contexto da globalização. As outras pessoas perguntam: “Que valores é que vocês, Europeus, simbolizam? O que é verdadeiramente importante para vocês? O que esperam de nós e o que é que podemos esperar de vocês?”;

- e, na medida em que a Europa desempenha um importante papel na manutenção da paz mundial, porque temos de perguntar como é que a Europa pode desempenhar com êxito esta função.

A Europa só conseguirá preservar o seu modelo social e continuar a ser um modelo para os outros, se nós, Europeus, nos conseguirmos adaptar às novas condições do século XXI. Durante 700 anos, a Europa foi um dos centros de desenvolvimento mundial. Se não queremos perder o comboio e pretendemos alcançar um desenvolvimento adequado, temos de nos tornar de novo um centro de inovação, de investimento e de dinamismo económico. A importância do modelo europeu para o mundo depende da sua sustentação numa situação económica robusta e na inovação.

Por mais satisfatória que seja a actual recuperação económica na Europa, esta só conseguirá perdurar se fizermos um esforço credível para levar a cabo as necessárias reformas estruturais, tanto a nível comunitário, como também – sobretudo – a nível de cada um dos Estados-membros.

A Estratégia de Lisboa definiu os objectivos a alcançar para permanecermos competitivos. Precisamos sobretudo de investir na educação, na investigação e no desenvolvimento.

Com 480 milhões de pessoas, das quais mais de 300 milhões partilham uma moeda comum, a Europa é o maior mercado interno a nível global. O Euro tornou-se a segunda moeda mais importante do mundo e a união económica e monetária é uma das respostas da Europa à globalização.

Contudo, a Europa ainda não é uma área económica harmonizada em muitos aspectos. É necessário um esforço maior para construir o mercado interno e, nessa perspectiva, a abertura de mercados ainda protegidos tem de ser uma prioridade. A liberalização dos mercados da electricidade e do gás, por exemplo, continua a ser um importante objectivo. Devemos ser claros sobre onde se situam verdadeiramente os nossos interesses nacionais. Um mercado interno genuíno, em conjunto com uma política social e de coesão determinada, trarão mais benefícios a longo prazo, tornando-nos mais capazes de competir na arena internacional. O facto de se ter uma moeda única, só por si, não garante um desenvolvimento económico sem problemas.

Se a União quiser ser vista como um protagonista-chave, tem de actuar como tal, o que implica um conjunto de relações internacionais de longo alcance, desde logo com os nossos vizinhos na Europa oriental e no Mediterrâneo.

No Verão passado fomos confrontados, tal como em anos anteriores, com imagens terríveis e profundamente comoventes de homens, mulheres e crianças de muitos países africanos que, chegados à Europa, completamente exaustos, lutavam desesperadamente pela sobrevivência. Estas imagens mostram que o destino do nosso continente vizinho não é algo que possamos ignorar. O futuro da Europa está intimamente ligado ao futuro de África. Precisamos, por isso, de ter um diálogo aberto com os países africanos, como parceiros iguais. Chegou a altura de falarmos com África e não apenas sobre África.

É nesse sentido que a União Europeia se encaminha. Na sua Estratégia de 2005 sobre África, a UE reconhece que as condições políticas essenciais em África melhoraram no seu conjunto e manifesta o seu apoio à União Africana nos seus esforços para tomar em mãos as questões com que se confronta aquele continente. A União Europeia actua como mediadora em crises, da Costa do Marfim

ao Darfur. É importante que a missão no Darfur, em especial, constitua um sinal de esperança para os países africanos. É preciso estabelecer a paz e a estabilidade no Sudão e noutros locais em África, para que seja possível o progresso económico por que os africanos de há muito anseiam.

A Europa e a África têm muitos problemas em comum que vale a pena discutir. Mas é preciso fazer, mais do que apenas falar. São necessárias acções concretas, como, por exemplo, abrir os mercados ocidentais aos produtos africanos.

Esperamos sinceramente que a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo europeus e africanos, prevista para o segundo semestre de 2007, seja um êxito. Até lá, a Alemanha e Portugal farão tudo o que estiver ao seu alcance para garantir a existência de bases para uma reunião construtiva.

A Conferência Internacional sobre as Alterações Climáticas realizou-se em Nairobi em Novembro de 2006 e terão decorrido cinco anos, este mês, desde que os Ministros do Ambiente da União Europeia deram luz verde ao Protocolo de Quioto. Actuais estudos científicos demonstram que, até ao final do século, o nosso clima se irá alterar mais rapidamente do que nunca. Temos de reconhecer que as alterações climáticas não são um fenómeno distante, mas uma realidade actual que exige uma acção decisiva. Temos de reduzir drasticamente as emissões nocivas de CO₂ e, paralelamente, a União Europeia tem de começar a preparar o caminho para um futuro regime climático global. A UE tem de desempenhar um papel credível e pioneiro em matéria de política climática, se quisermos persuadir outros Estados com níveis de emissão elevados a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa. Isto aplica-se, sobretudo, às economias emergentes, como a Índia e a China, mas também a África, que, com razão, chama a atenção para o facto de a maior parte da poluição mundial ser produzida no hemisfério Norte.

Uma protecção climática efectiva não é apenas uma preocupação ecológica, mas também uma obrigação económica. As consequências económicas de alterações climáticas sem controlo seriam imensas. Num estudo publicado no Outono de 2006, o prestigiado economista britânico Nicholas Stern afirmou que podemos perder até 20 por cento do Rendimento Nacional Bruto (RNB) se não agirmos agora. Já o custo de uma acção efectiva em matéria de protecção climática é baixo em termos comparativos, correspondendo a cerca de 1 por cento do RNB mundial.

O consumo de energia está constantemente a aumentar a nível mundial. Só na China, aumentou dois terços nos últimos três anos. Por seu lado, o aumento da procura torna os combustíveis fósseis mais caros e, confrontadas com o aumento dos preços de energia a longo prazo, muitas empresas manifestam preocupações com a sua competitividade. Alguns países em vias de desenvolvimento gastam actualmente 80 por cento das suas divisas em importações de energia, o que significa cada vez menos fundos disponíveis para a urgente luta contra a pobreza. Face a este quadro, a Suécia deu provas de visão estratégica, ao impor-se como meta a total independência face ao petróleo, gás ou carvão, até 2020. Prescindir do petróleo é um objectivo ambicioso, mas é um passo na direcção certa.

Congratulamo-nos com a recente aprovação, pelo Conselho Europeu, de um plano de acção energético que define os elementos básicos de uma nova política energética europeia. A realização do mercado interno, incluindo a liberalização dos mercados de electricidade e de gás, o aumento da concorrência, a redução do consumo, maior eficácia e um uso mais alargado das energias renováveis são factores cruciais para uma política energética a longo prazo. Em relação às energias renováveis, o Conselho Europeu transmitiu uma importante mensagem através do compromisso de atingir uma quota de 20 por cento de energias renováveis no consumo global de energia da UE, em 2020, e ao fixar uma meta mínima obrigatória de 10 por cento, a ser alcançada por todos os Estados-membros, para a quota de biocombustíveis no consumo global de gasolina e diesel para transporte na UE, em 2020.

Contudo, há ainda muito por fazer, em particular no campo da eficiência energética. Os cientistas afirmam que a multiplicação por cinco dos actuais níveis de eficiência energética nos próximos anos não é algo para além do domínio do possível. No entanto, há uma grande necessidade de investigação e desenvolvimento nesta área. Maior a razão para implementar rápida e eficazmente um plano de acção de eficiência energética na UE. Uma política energética comum é necessária para que o papel da UE em matéria de relações de energia internacionais reflecta a sua importância política e económica.

Mas a Europa não é só uma comunidade económica e social. Cabe-lhe assumir a sua parte de responsabilidade por uma ordem mundial mais justa e, consequentemente, mais estável, e ser capaz de fazer valer a sua influência. Do nosso

ponto de vista, um tratado constitucional para a Europa é um importante passo nessa direcção. O projecto de Tratado Constitucional tem por objectivo tornar a União mais democrática, mais transparente, mais ágil, mais eficiente e mais capaz de agir como um protagonista-chave na cena mundial.

Mais democrática, ao conceder mais poderes ao Parlamento Europeu e dando aos cidadãos europeus o direito de ter uma influência directa na política em Bruxelas.

Mais transparente, ao tornar claro quem é responsável por quê na Europa, o que permite que as decisões sejam tomadas pelos que estão mais próximos dos problemas.

Mais capaz de agir, ao permitir que se tomem mais decisões por maioria.

A Europa não está sozinha no mundo. O mundo espera muito da Europa, mas não irá esperar pela Europa. Juntemos forças, mais uma vez, e seremos capazes de provar a nós próprios e ao mundo que é possível transformar os desafios em oportunidades.

Artigo de Opinião “50 Anos do Tratado de Roma – – O ADN da integração europeia”

“Expresso”, 24 de Março de 2007

Teremos a consciência de quanto a Europa deve ao Tratado de Roma, assinado há cinquenta anos? Teremos a memória desperta para as lições desse admirável percurso da Europa que se ergueu sobre as ruínas da II Guerra Mundial?

Não é demais, nunca será demais, lembrar os fundamentos da integração europeia e os seus protagonistas. Porque perder a memória do passado pode hipotecar o futuro.

Ao génio visionário de Jean Monnet juntou-se a determinação e o talento de um punhado de europeus como Robert Schuman, Paul Henri Spaak, Joseph Beck, entre outros. Muito lhes devemos. Sabiam que a guerra se poderia repetir se não fosse construída uma nova solidariedade que, a um tempo, superasse os egoísmos nacionais e as tentações hegemónicas e congregasse os povos europeus em torno de valores e interesses comuns. Sabiam também que o progresso económico e social não seria alcançável no futuro apenas sustentado numa lógica nacional, impondo-se tirar partido da “escala europeia” e de todas as sinergias daí decorrentes.

Paz e desenvolvimento são, de facto, as motivações primaciais do movimento de construção europeia da segunda metade do século passado.

O fracasso do projecto da Comunidade Europeia de Defesa, chumbado na Assembleia Nacional de França em 1954, não travou a integração europeia como alguns então temeram. Seguiu-se por outro caminho. E, assim, no dia 25 de Março de 1957, foi o Tratado de Roma assinado pelos seis Estados fundadores. Que de um marco histórico se tratou, ninguém tem dúvidas.

Portugal, que aderiu há mais de 20 anos, tem sido um parceiro estável, empenhado e solidário, que muito tem contribuído para o processo de integração europeia e muito tem dele beneficiado.

É no Tratado de Roma que encontramos o ADN da integração europeia. Continua a impressionar-nos a visão e o alcance estratégico desse verdadeiro código genético

que, ainda hoje, é a matriz determinante da integração europeia. “Determinados a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus”: são estas as primeiras linhas do Tratado.

Enfatiza-se o racional da “acção comum” para eliminar “as barreiras que dividem a Europa”, visando o progresso económico e social. Garante-se o princípio da igualdade dos Estados. Preserva-se o valor da unidade na diversidade. Releva-se a solidariedade como fio condutor do “método comunitário”. Afirma-se a vontade de cooperação com outras regiões, nomeadamente do Sul. Adopta-se o gradualismo consistente como via pragmática para aprofundar a integração.

Numa declaração cheia de significado e plena de valor, o Tratado de Roma afirma-se como instrumento para “consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade”.

Iniciou-se, então, o fim da Europa das barreiras, das divisões e dos afrontamentos nacionais que tantos custos e tantas vítimas causaram ao longo da História.

A União Económica e Monetária do Tratado de Maastricht tem as suas origens na União Aduaneira, estabelecida em 1957, que já então visava “reforçar a unidade das economias” europeias. E o grande mercado interno, consagrado no Acto Único Europeu em 1986, tem a sua matriz de base no conceito de mercado comum definido em Roma há cinquenta anos. De Roma vem também a política de concorrência, uma das traves-mestras da integração económica. Tal como aí se inscreveram os objectivos de emprego e de adequada protecção social.

O alargamento também faz parte do código genético da integração europeia. No Tratado de Roma, já os seis Estados signatários apelavam “aos outros povos da Europa”, que partilhavam os mesmos ideais, para se associarem aos seus esforços. Esse apelo não foi em vão e de seis Estados iniciais a União Europeia passou para os actuais vinte e sete, sendo que mais candidatos se perfilam. Mais uma prova do êxito da construção europeia. Teria sido possível a implosão do regime soviético e a unificação da Alemanha sem o sucesso da integração europeia? A adesão à União Europeia tem constituído uma formidável âncora de paz, estabilidade e progresso para todo o Continente Europeu.

Importa, também, não esquecer o sábio equilíbrio que presidiu à definição da arquitectura institucional. Assente na vontade soberana dos Estados-membros,

o Tratado de Roma definiu a Comissão Europeia como instituição supranacional, com o direito exclusivo de iniciativa e o dever de zelar pelo bom cumprimento das suas disposições. Cabe-lhe interpretar e defender o interesse comum, preservando a equidistância devida face aos interesses nacionais. Baseado numa adequada representação dos Estados, constituiu-se o Conselho como principal órgão legislativo. Ao Tribunal de Justiça incumbe assegurar a boa aplicação dos acordos e a bem fundada resolução de conflitos. E estabeleceu-se uma Assembleia, de facto precursora do Parlamento Europeu que lhe sucedeu.

Em época de desafios e de opções difíceis, é recomendável rever as lições de Roma.

Em primeiro lugar, há que relevar a persistência, o pragmatismo e o sentido estratégico dos fundadores que souberam erigir o Tratado de Roma, superando o clima de crise que então se vivia.

Quantos momentos de crise foram vividos ao longo destes cinquenta anos! E, todavia, quase sempre, senão sempre, os esforços da integração superaram as clivagens, as divisões, os impasses. Lembro, por exemplo, que a União Económica e Monetária teve várias tentativas falhadas até ser consagrada pelo Tratado de Maastricht. E a livre circulação de pessoas, caída num impasse após o Acto Único Europeu, foi levada por diante com os Acordos de Schengen.

Em segundo lugar, Roma ensina-nos a importância crítica do valor da solidariedade no processo de construção europeia. Sem solidariedade, a integração europeia pode implodir face às tensões que não deixariam de se produzir num quadro de desequilibrada repartição de custos e benefícios. É do Tratado de Roma o objectivo de “assegurar o desenvolvimento harmonioso pela redução de desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas”. Em terceiro lugar, sublinhe-se, por um lado, o hábil equilíbrio de poderes entre as instituições comunitárias e, por outro, a eliminação de qualquer posição hegemónica por parte dos grandes Estados-membros. Não se minimizaram os pequenos e médios Estados, antes se teceu um equilíbrio que garantiu o exercício de soberania partilhada nas áreas de integração europeia.

Em quarto lugar, a importância de saber tirar partido da “escala europeia” não só para beneficiar os cidadãos, mas também para reforçar o papel da Europa

no mundo. E se isso já era evidente para os fundadores de há cinquenta anos, é ainda mais evidente nos nossos dias.

A integração europeia não se cristalizou no Tratado de Roma. Evoluiu, adaptou-se, aprofundou-se. Mas fê-lo sempre em coerência e fidelidade ao seu código genético, ou seja, aos grandes princípios e linhas de orientação do Tratado de Roma. O Acto Único Europeu e o Tratado de Maastricht, por exemplo, não fizeram tábua rasa do passado de integração europeia.

É, todavia, imperativo adaptar os desígnios e as políticas comuns aos tempos que são os nossos e aos desafios que são os de hoje. Tal como é imperativo reformar as instituições europeias para reforçar, ao mesmo tempo, a sua legitimidade democrática e a sua eficiência. A integração europeia não pode parar no tempo e transformar-se num projecto contemplativo dos sucessos do passado. Mas entendo que o aprofundamento da integração europeia estará condenado ao fracasso se ignorar ou desvirtuar os valores e os princípios que escoraram o Tratado de Roma.

O desafio do Tratado Constitucional, fracassado em dois referendos europeus, não obriga a recomeçar tudo de novo. A construção europeia tem um caminho percorrido com resultados reconhecidos. É uma construção sólida e com bons alicerces. As reformas da União Europeia não podem pôr em causa um admirável acervo laboriosamente construído nas últimas cinco décadas. É indispensável persistir na procura de caminhos que unam os europeus e os mobilizem para fazer face aos novos desafios e às novas ameaças, que vão da energia e das alterações climáticas à segurança internacional, num contexto de irreversível globalização.

A integração europeia continua a ser a melhor resposta da Europa aos desafios que enfrenta. E o que os cidadãos exigem aos líderes europeus é que saibam estar à altura dos fundadores do Tratado de Roma.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da Lei que regula a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez

Nos termos do artigo 134º, alínea b), da Constituição, decidi promulgar como Lei o Decreto nº 112/X, da Assembleia da República, que regulou a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez.

No uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, entendi fazer acompanhar o acto de promulgação de uma mensagem à Assembleia da República.

1. Como é do conhecimento público, o Decreto nº 112/X foi aprovado na sequência do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez que se realizou no dia 11 de Fevereiro de 2007, o qual não logrou obter a participação de votantes necessária para que o mesmo se revestisse, nos termos do artigo 115º, nº 11, da Constituição, de carácter juridicamente vinculativo.

2. Não se encontrando a Assembleia da República juridicamente vinculada aos resultados do citado referendo, entendeu todavia o legislador, no uso de uma competência que a Constituição lhe atribui, fazer aprovar o Decreto que agora me foi submetido a promulgação.

3. Para esse efeito, terá por certo concorrido a circunstância, a que o Presidente da República não pode ser indiferente, de naquele referendo ter sido apurada uma percentagem de 59,25 % de votos favoráveis à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, nas condições e nos termos expressos na pergunta submetida à consulta popular e cuja constitucionalidade o Tribunal Constitucional, através do seu Acórdão nº 617/2006, deu por verificada.

4. De igual modo, não pode o Presidente da República ser indiferente à circunstância de o Decreto nº 112/X ter sido aprovado por uma larga maioria parlamentar.

5. Considero, todavia, que existe um conjunto de matérias que deve merecer especial atenção por parte dos titulares do poder legislativo e regulamentar, de modo a que, da concretização da legislação ora aprovada e de outras leis a emitir

no futuro, se assegure um equilíbrio razoável entre os diversos interesses em presença.

6. Assim, prevendo a Lei que a «informação relevante para a formação da decisão livre, consciente e responsável» da mulher grávida, a que se refere a alínea b) do nº 4 do artigo 142º do Código Penal, seja definida através de portaria – opção que se afigura questionável, dada a extrema sensibilidade da matéria em causa – importa, desde logo, que a mulher seja informada, nomeadamente sobre o nível de desenvolvimento do embrião, mostrando-se-lhe a respectiva ecografia, sobre os métodos utilizados para a interrupção da gravidez e sobre as possíveis consequências desta para a sua saúde física e psíquica.

A existência de um «período de reflexão» só faz sentido, em meu entender, se, antes ou durante esse período, a mulher grávida tiver acesso ao máximo de informação sobre um acto cujas consequências serão sempre irreversíveis. E a decisão só será inteiramente livre e esclarecida se tiver por base toda a informação disponível sobre a matéria.

Por outro lado, afigura-se extremamente importante que o médico, que terá de ajuizar sobre a capacidade de a mulher emitir consentimento informado, a possa questionar sobre o motivo pelo qual decidiu interromper a gravidez, sem que daí resulte um qualquer constrangimento da sua liberdade de decisão.

Parece ser também razoável que o progenitor masculino possa estar presente na consulta obrigatória e no acompanhamento psicológico e social durante o período de reflexão, se assim o desejar e a mulher não se opuser, sem prejuízo de a decisão final pertencer exclusivamente à mulher.

É ainda aconselhável que à mulher seja dado conhecimento sobre a possibilidade de encaminhamento da criança para adopção, no âmbito da informação disponibilizada acerca dos apoios que o Estado pode dar à prossecução da gravidez, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 2º da presente Lei.

A transmissão desta informação deve revestir-se de um conteúdo efectivo e concreto, não podendo cingir-se a uma mera formalidade, antes tendo de incluir todos e quaisquer elementos que esclareçam a mulher sobre a existência de procedimentos, medidas e locais de apoio do Estado à prossecução da gravidez e à maternidade.

A disponibilização da informação acima referida constitui algo que não só não

contende com a liberdade de decisão da mulher, como representa, pelo contrário, um elemento extremamente importante, ou até mesmo essencial, para que essa decisão seja formada, seja em que sentido for, nas condições mais adequadas – quer para a preservação do seu bem-estar psicológico no futuro, quer para um correcto juízo de ponderação quanto aos interesses conflitantes em presença, quer, enfim, quanto às irreparáveis consequências do acto em si mesmo considerado.

7. Tendo em conta que o acompanhamento psicológico e social, durante o período de reflexão que precede a interrupção da gravidez, pode ser prestado não apenas em estabelecimentos oficiais mas também em estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos (v.g., clínicas privadas especialmente dedicadas a esse fim), importa que o Estado assegure uma adequada fiscalização, designadamente através da implementação de um sistema de controlo da qualidade profissional e deontológica e, bem assim, da isenção daqueles que procedem a tal acompanhamento.

Na verdade, podendo não existir separação entre o estabelecimento onde é realizado o acompanhamento psicológico e social e aquele em que se efectua a interrupção da gravidez e tendo a Lei procurado garantir a imparcialidade e a isenção dos profissionais de saúde – determinando-se, nomeadamente, que o médico que realize a interrupção não seja o mesmo que certifica a verificação das circunstâncias que a tornam não punível –, considero que salvaguardas do mesmo teor devem ser asseguradas no que respeita ao acompanhamento psicológico e social, especialmente quando a interrupção da gravidez é realizada numa clínica privada.

Além disso, o Estado não pode demitir-se da função de criar uma rede pública de acompanhamento psicológico e social, para as mulheres que o pretendam, ou de apoiar a acção realizada neste domínio por entidades privadas sem fins lucrativos.

8. Para além do plano regulamentar, a exclusão dos profissionais de saúde que invoquem a objecção de consciência, prevista no nº 2 do artigo 6º, parece assentar num pressuposto, de todo em todo indemonstrado e ademais eventualmente lesivo da dignidade profissional dos médicos, de que aqueles tenderão a extravasar os limites impostos por lei e, além de informarem a mulher, irão procurar

condicioná-la ou mesmo pressioná-la no sentido de esta optar pela prossecução da gravidez.

Não parece que a invocação da objecção de consciência à prática da interrupção da gravidez constitua, em si mesma, motivo para a desqualificação dos médicos para a prática de um acto de outra natureza – a realização de uma consulta com um conteúdo clínico informativo.

Esta exclusão é tanto mais inexplicável quanto, em situações onde podem existir legítimos motivos para suspeitar da imparcialidade e da isenção dos prestadores da informação, o legislador nada previu, nem evidenciou idênticas preocupações quanto à salvaguarda da autonomia das mulheres.

9. Além disso, é legítimo colocar a dúvida sobre se a invocação do direito à objecção de consciência pelos médicos e outros profissionais de saúde tem de ser feita obrigatória e exclusivamente de modo geral e abstracto – o que parece desproporcionado – ou se poderá ser realizada também selectivamente, de acordo com circunstâncias específicas transmitidas pela mulher, nomeadamente o recurso reiterado à interrupção da gravidez, a existência de pressão de outrem para a decisão tomada ou mesmo o sexo do embrião, cada vez mais precocemente determinável.

10. Considero que devem ser delimitadas de forma rigorosa as situações de urgência em que a interrupção da gravidez pode ter lugar sem a obtenção do consentimento escrito da mulher e sem observância do período de reflexão mínimo de três dias, nos termos do n.º 6 do artigo 142.º do Código Penal. Esta questão ganha agora uma acuidade acrescida com a despenalização da interrupção da gravidez, por opção da mulher, até às dez semanas.

11. Sendo a interrupção da gravidez um mal social a prevenir, como foi amplamente reconhecido por todas as forças que participaram na campanha do referendo, será anómalo que o legislador não tome providências que visem restringir ou disciplinar a publicidade comercial da oferta de serviços de interrupção da gravidez.

Assim, à semelhança do que fez em relação a outros males sociais, devem procrever-se, nomeadamente, formas de publicidade que favoreçam a prática generalizada e sistemática da interrupção voluntária da gravidez, em detrimento de métodos de planeamento familiar cujo acesso o Estado está obrigado a promover

e que, nos termos da presente Lei, se encontra vinculado a transmitir à mulher.

12. Justamente no quadro do planeamento familiar, tem igualmente o Estado a obrigação, agora ainda mais vincada, de levar a cabo uma adequada política de promoção de uma sexualidade responsável e de apoio à natalidade.

13. Registei o progresso efectuado no sentido de aproximar o conteúdo do diploma das soluções contidas na generalidade das legislações europeias nesta matéria, através da proposta de alteração apresentada no Plenário da Assembleia da República no dia 8 de Março, que determinou a obrigatoriedade de a mulher que se proponha interromper a gravidez ser informada sobre «as condições de apoio que o Estado pode dar à prossecução da gravidez e à maternidade».

14. Considero ainda que, se o processo legislativo em causa tivesse beneficiado de um maior amadurecimento e ponderação, talvez daí resultassem, como seria desejável, um consenso político mais alargado e soluções mais claras em domínios que se afiguram de extrema relevância, alguns dos quais atrás se deixaram identificados, a título exemplificativo.

Após a sua entrada em vigor, caberá então verificar se, na prática, esta Lei contribui efectivamente para uma diminuição não só do aborto clandestino como também do aborto em geral, o que implica uma avaliação dos resultados do presente diploma, a realizar pelo legislador num prazo razoável.

15. De todo o modo, no Decreto nº 112/X, aprovado por uma ampla maioria, encontram-se reunidas, no essencial, as condições para que se dê cumprimento aos resultados da consulta popular realizada no dia 11 de Fevereiro de 2007 e à pergunta então submetida a referendo.

Além disso, os aperfeiçoamentos introduzidos no decurso do debate parlamentar constituem, na medida em que se tenham em consideração as observações atrás formuladas, um passo para conciliar a liberdade da mulher e a protecção da vida humana intra-uterina, valor de que o Estado português não pode, de modo algum, alhear-se.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

10 de Abril de 2007

Artigo de Opinião “Um actor global e eficaz deve ser a ambição da UE”

“Diário Económico” e “The Banker”, 10 de Julho de 2007

No momento em que Portugal assume a presidência da UE, o Presidente da República, sublinha, entre outras necessidades, a de a Europa se afirmar como “player” global, eficaz e influente.

O 50º aniversário do Tratado de Roma, que actualmente assinalamos, prova que a integração europeia progrediu sempre que foi possível associar-lhe visão estratégica, determinação política e pragmatismo. Foram estes os elementos que transformaram a utopia europeia dos membros fundadores na extraordinária realidade que é hoje a UE.

A Europa encontra-se uma vez mais numa encruzilhada e terá de escolher o caminho certo para atingir os seus objectivos: paz, segurança e prosperidade. É, pois, decisivo invocar de novo esses elementos para alcançar o sucesso: sentido estratégico, liderança resoluta e pragmatismo na execução. A Presidência Portuguesa da UE tem lugar numa fase marcada por desafios cruciais para o futuro da Europa.

É necessário prosseguir com as reformas

As reformas institucionais devem ser relançadas após o fracasso do Tratado Constitucional. Trata-se, essencialmente, de fortalecer a legitimidade democrática e a eficiência das instituições da UE. A legitimidade democrática não deve basear-se apenas nos Estados, mas também nos cidadãos. Os procedimentos de tomada de decisão carecem de maior eficácia e agilidade, tendo em consideração os recentes alargamentos e a necessidade de a Europa se afirmar como “player” global, eficaz e influente.

Um novo tratado não pode ignorar os novos desafios, como a energia e o ambiente. Estes serão os dois novos motores da integração europeia. Espera-se igualmente que a Europa assuma uma política externa mais coesa e eficiente. O mundo exige uma reforçada intervenção europeia no palco internacional.

Outro desafio que se coloca é saber como irá responder a economia europeia às oportunidades que a globalização oferece. O enfoque tem sido colocado mais nas ameaças do que nas oportunidades, apesar de a Europa reunir as condições necessárias para tirar partido do vigoroso dinamismo da economia global. Razão pela qual é preciso ultrapassar a lógica defensiva que ainda domina alguns dos meios europeus.

O mercado único e o euro, bem como o alargamento, dotaram a UE de uma escala e de nível de integração que lhe garantem bases extraordinárias para fazer face à globalização. Mas é necessário ir mais além. A UE deve consolidar o mercado único, em especial na área energética e dos serviços financeiros, e flexibilizar os mercados e a regulamentação para garantir a competitividade. A harmonização foi a palavra-chave da minha presidência da UE, em 1992. Hoje, é a flexibilidade. Da escala à flexibilidade: eis o caminho que deve ser trilhado sem descurar os padrões sociais e a disciplina concorrencial pelos quais a Europa se tem pautado até hoje.

A Agenda de Lisboa deve ser relançada para aperfeiçoar a sua eficácia, deve ainda promover a inovação e o empreendedorismo, estimular reformas económicas e sociais, e otimizar os mercados mais afectados pela burocracia e pelas restrições reguladoras. A Comissão Europeia, presidida por Durão Barroso, tem em mãos o desafio de mobilizar os Estados-membros para a meta da competitividade.

A UE tem ainda outra tarefa urgente a cumprir, isto é, contribuir para o êxito das negociações da Ronda de Doha. Uma economia global exige, simultaneamente, liberalização e disciplina multilateral. A UE deve, pois, lutar para que o multilateralismo governe efectivamente as relações económicas globais.

A agenda transatlântica é outro aspecto fundamental. As relações transatlânticas são uma prioridade para a União Europeia. Razão pela qual se deve fomentar uma parceria transatlântica a todos os níveis, em particular no contexto económico. As economias europeia e norte-americana têm muito a lucrar com mais diálogo e convergência reguladora.

Relações externas

A Presidência Portuguesa tem uma agenda preenchida no que respeita às relações externas. A UE dispõe de uma excepcional rede de relações externas que deve ser fomentada. O seu papel enquanto actor global é insubstituível.

As Cimeiras com o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, a realizar durante a Presidência Portuguesa, darão novo ímpeto às relações com estes países, que são hoje as grandes economias emergentes na economia global. Portugal tenciona ainda organizar a segunda Cimeira UE-África. O continente africano tem uma importância geoestratégica para a Europa e trata-se de uma área de oportunidades que não pode ser ignorada.

Portugal, durante a presidência da UE, será seguramente um “*honest broker*” empenhado na convergência entre os Estados-membros e na defesa dos interesses comuns da Europa.

Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma que altera o Estatuto do Jornalista

Tendo recebido para promulgação como lei o Decreto n.º 130/X da Assembleia da República, que procede à primeira alteração à Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista, decidi, nos termos da alínea b) do artigo 134.º e do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. No quadro de uma sociedade aberta e pluralista, os diplomas relativos à actividade jornalística configuram-se sempre como essenciais para a estruturação de uma democracia de qualidade. Não por acaso, os constitucionalistas sublinham que, entre os domínios fundamentais da salvaguarda da liberdade de imprensa, garantida pela norma do artigo 46.º da Constituição, se inscreve precisamente «a relevância do estatuto dos seus operadores, os jornalistas» (cf. Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, tomo I, Coimbra, 2005, pág. 434).

2. Como é sabido, o diploma ora sujeito a promulgação concitou em seu torno uma vasta controvérsia, seja entre os partidos com expressão parlamentar, seja entre a classe dos jornalistas e suas organizações representativas, seja, enfim, entre empresários da comunicação social, quando seria aconselhável que sobre o mesmo fosse alcançado um entendimento mínimo, atenta a sensibilidade da matéria em causa.

3. Tenho afirmado, em diversas ocasiões, que a clareza das políticas públicas é essencial para a qualidade da nossa democracia. Tal aconselha, pois, a que algumas das soluções normativas acolhidas no presente diploma sejam objecto de uma nova ponderação por parte dos Deputados à Assembleia da República, de modo a que o Estatuto do Jornalista entre em vigor sem que em seu torno subsistam dúvidas, nomeadamente quanto a aspectos tão essenciais como a quebra do sigilo profissional, os requisitos de capacidade para o exercício da profissão e o regime sancionatório instituído.

4. Assim – e sem questionar a necessidade de quebra do sigilo profissional

dos jornalistas em determinadas situações, já prevista, aliás, na legislação em vigor –, não posso deixar de assinalar que a norma do artigo 11º do Estatuto do Jornalista (adiante designado «Estatuto») permite interpretações divergentes, podendo abrir um espaço de indefinição e de insegurança jurídicas num domínio particularmente delicado, quer para o exercício da actividade jornalística, quer para a eficácia da acção penal.

Desde logo, não é suficientemente clara a conjugação entre o regime definido no artigo 11º do Estatuto e o previsto nas disposições do Código de Processo Penal em matéria de levantamento do sigilo profissional, em particular o artigo 135º deste Código, que alude expressamente ao segredo profissional dos jornalistas.

Vários elementos sugerem que não se pretendeu criar neste domínio uma disciplina jurídica específica para os jornalistas. Com efeito, no Estatuto não só não se prevê expressamente a derrogação das disposições do Código de Processo Penal como, pelo contrário, o nº 3 do artigo 11º contém o inciso «de acordo com o previsto na lei processual penal». Para mais, a alteração ao Código de Processo Penal, recentemente aprovada pela Assembleia da República, mantém expressamente a inclusão dos jornalistas no regime definido pelo artigo 135º daquele Código.

Contudo, o artigo 11º do Estatuto contém, no que se refere à quebra do sigilo profissional, um conjunto de pressupostos cuja articulação com a lei processual penal não é inteiramente evidente, como seria desejável dado o especial melindre de que se reveste, para o exercício da actividade jornalística, a revelação das respectivas fontes de informação. Assim, não é líquido se um tribunal apenas pode ordenar a revelação das fontes de informação nos casos previstos no nº 3 daquele artigo 11º ou se, como sucede na generalidade das profissões (ex. advogados, médicos, membros de instituições de crédito), o pode fazer nos termos da lei geral.

Por outro lado, a enunciação dos pressupostos que permitem a obrigatoriedade da revelação das fontes é feita de forma pouco precisa de um ponto de vista técnico-jurídico, recorrendo-se a expressões como «crimes graves» ou «casos graves» («casos graves de criminalidade organizada») que são indubitavelmente potenciadoras de incerteza e de insegurança jurídicas.

5. Permanece ainda por esclarecer, nos seus exactos contornos, se corresponde à solução mais adequada e proporcionada restringir o acesso à profissão a quem seja titular de habilitação académica de nível superior – sem que a razão de ser de tal exigência seja explicitada, uma vez que a mesma não incide sobre uma habilitação específica na área da Comunicação Social ou numa área conexas. Não existindo tal exigência em concreto, torna-se, pois, pouco compreensível o estabelecimento de um requisito que, por si só, não parece garantir a priori uma maior qualidade ou aptidão para o exercício específico da profissão de jornalista. Além disso, esse requisito, tal como enunciado no artigo 2º, nº 1, do Estatuto, ao exigir a contratação de profissionais detentores de uma habilitação académica de nível superior, pode comportar um acréscimo das despesas de pessoal que, no limite, irá porventura ameaçar a viabilidade das pequenas ou médias empresas da área da comunicação social (ex. rádios locais ou imprensa regional), o que implica uma inquestionável compressão do pluralismo informativo e da liberdade de iniciativa económica.

Assim, seria útil ponderar se neste domínio não deveria, ao invés, prevalecer uma lógica de auto-regulação, que garantisse, quer às empresas de comunicação social quer aos jornalistas, um maior espaço de liberdade e de flexibilidade no acesso à profissão.

6. Não é também particularmente claro o regime sancionatório instituído, sobretudo quando cotejado com os aplicáveis a outras actividades profissionais. As razões que ditam este regime específico não se encontram razoavelmente explicitadas, nem foram satisfatoriamente esclarecidas no decurso do processo que conduziu à aprovação do presente diploma.

Na verdade, a graduação das sanções é determinada em função da culpa do agente, mas a sua aplicabilidade obedece a um esquema, previsto no artigo 21º do Estatuto, nos termos do qual a determinação concreta de certas penas depende da existência de sanções anteriores.

Deste modo, e ao invés do que resultaria dos princípios gerais em matéria sancionatória, a aplicação das sanções não fica dependente em exclusivo da apreciação da gravidade da conduta e do grau de culpa do agente. É possível, por conseguinte, que um jornalista pratique um ilícito extremamente grave, com um muito elevado grau de culpa, e a esta conduta só possa aplicar-se a pena mais

leve – a advertência registada – enquanto outro jornalista, tendo praticado uma infracção menos grave e com um grau de culpa substancialmente inferior, pode ser suspenso do exercício da actividade profissional. Ou seja, para efeitos de aplicação concreta das penas atribui-se um peso que não pode deixar de considerar-se excessivo à circunstância de o agente ter sido, nos três anos precedentes, objecto de outras sanções disciplinares. Tal representa uma clara limitação da competência, atribuída à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, para decidir livremente e aplicar as sanções que tiver por adequadas em função das circunstâncias concretas dos casos submetidos à sua apreciação, ou seja, em função da gravidade da conduta e do grau de culpa do agente.

Importaria, pois, não só evitar uma limitação infundada ao juízo sancionatório que compete à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista mas ainda assegurar uma relação de conformidade lógica entre a gravidade da conduta e o grau de culpa do agente e os pressupostos de cada sanção aplicável.

Ante o exposto, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 134º, alínea b), e 136º, nº 1, da Constituição da República, decidi não promulgar como lei o Decreto nº 130/X da Assembleia da República, solicitando, pelos fundamentos apresentados, uma nova apreciação do citado diploma.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

3 de Agosto de 2007

Mensagem à Assembleia da República referente ao diploma que aprova o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas

Tendo recebido para promulgação como lei o Decreto nº 150/X da Assembleia da República, que aprova o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, decidi, nos termos da alínea b) do artigo 134º e do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. O diploma em apreço vem substituir o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº 48.051, de 21 de Novembro de 1967, o qual vigorou cerca de quatro décadas.
2. O novo regime, aprovado por unanimidade na Assembleia da República no culminar de um longo processo legislativo, introduz uma autêntica mudança de paradigma no quadro da responsabilidade extracontratual do Estado, que é profundamente remodelada num sentido claramente ampliador da responsabilidade das entidades públicas, nomeadamente pelo exercício de funções administrativas, jurisdicionais, políticas e legislativas.
3. Importa, por isso, que um diploma desta natureza contenha soluções normativas claras e transparentes do ponto de vista técnico-jurídico e, sobretudo, acolha regras e princípios cujo alcance haja sido devidamente ponderado e amadurecido, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista das suas possibilidades de concretização e de todas as suas consequências, maxime no plano financeiro, atendendo ao contexto específico do actual nível de desenvolvimento do País, no confronto com outros Estados europeus.
4. De facto, uma alteração desta magnitude implica, naturalmente, um acréscimo significativo das despesas do Estado, em montantes que não é possível quantificar ou prever, e irá ter, por certo, um impacto muito profundo ao nível do funcionamento dos tribunais e dos serviços públicos em geral.
5. Assim, em ordem a uma adequada defesa dos superiores interesses públicos,

e sem questionar, de forma alguma, a oportunidade da introdução de um novo modelo de responsabilidade civil extracontratual do Estado, considero que será da maior conveniência que os Deputados à Assembleia da República repondem a repercussão das soluções constantes do diploma.

Importa, na verdade, não esquecer que a responsabilidade do Estado é suportada, ao fim e ao cabo, pelos contribuintes e que o respectivo accionamento exige sempre a intervenção dos tribunais. Ora, várias soluções do diploma, não só são de molde a produzirem consequências financeiras cuja razoabilidade em termos de esforço fiscal é questionável, como são potencialmente geradoras de uma tal sobrecarga sobre o aparelho judiciário que, provavelmente, se revelará desproporcionada.

Assim, sem que se pretenda debater em profundidade aspectos particulares do diploma, considero relevante fazer menção a algumas soluções nele consagradas, relativamente às quais julgo ser pertinente uma reponderação.

6. No que concerne à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, a obrigatoriedade do exercício do direito de regresso (artigo 6º) dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, em caso de dolo ou de culpa grave, pela prática ou omissão ilícitas de um acto determinante de indemnização, implicará o desencadear sistemático de processos de averiguação sobre o eventual dolo ou grau de culpa.

Resulta daqui que, sempre que o Estado for processado por acção ou omissão ilícitas, no exercício da função administrativa, o funcionário ou titular de órgão ver-se-á envolvido no respectivo processo judicial, com todos os encargos e ónus daí decorrentes. Assim o determina o nº 4 do artigo 8º, ao dispor que o apuramento de grau de culpa se faz no processo de determinação de indemnização e que «a respectiva acção judicial prossegue nos próprios autos, entre a pessoa colectiva de direito público e o próprio funcionário, para apuramento do grau de culpa deste e, em função disso, do eventual direito de regresso por parte daquela».

Ora, os actos em causa podem corresponder a vultuosos interesses violados, sem que o funcionário ou dirigente possa, de alguma forma, eximir-se à sua participação na decisão, sob pena de violar os seus deveres, sendo que não há qualquer controlo sobre a proporcionalidade entre os interesses que o funcionário representa – os interesses do Estado – e a sua capacidade financeira para ressarcir os

particulares lesados. Ainda que se venha a demonstrar não ter agido com dolo ou culpa grave, sempre terá que ser demandado obrigatoriamente, suportando os custos da defesa e a incerteza da decisão. Recorde-se, a este propósito, que os interesses dos particulares já se encontram devidamente protegidos pela resposta solidária a que o Estado está vinculado.

Além disso, a assunção de cargos de responsabilidade pode ser seriamente dificultada, se as pessoas tiverem plena consciência dos riscos que correm em caso de decisão contestável, como terão necessariamente que ter e ser especialmente esclarecidas sobre esse aspecto, não sendo de excluir que os responsáveis administrativos procurem evitar a todo o custo tomar decisões contrárias aos interesses manifestados pelos particulares, pondo assim em risco a imparcialidade devida e a salvaguarda do interesse público.

7. O conceito de responsabilidade por funcionamento anormal dos serviços, que é caracterizado através do recurso à noção de «padrões médios de resultado» (artigo 7º, nº 4), pode implicar, no limite, que a circunstância de um serviço não ter alcançado um «resultado médio» possa ser encarado como sinónimo de «funcionamento anormal». Ora, não pode deixar de se questionar o uso de um critério de «mediania de resultado» para aferição de uma realidade mais grave – a anormalidade do funcionamento do serviço.

O realismo inerente à aplicação deste acto legislativo aconselharia, por outro lado, que a definição do conceito de “funcionamento anormal do serviço” integrasse igualmente como padrão os meios disponíveis pela Administração Pública.

8. No contexto da responsabilidade por danos causados no exercício da função jurisdicional, o diploma em apreço consagra (artigo 13º) um princípio geral de responsabilidade do Estado por erro judiciário – realidade que, em bom rigor, não deve ser confundida com a da revogação de uma decisão judicial por uma instância superior. Ora, a previsão de responsabilidade por erro judiciário é feita de um modo de tal forma abrangente que poderá conduzir a essa confusão, com consequências difíceis de prever a todos os níveis, incluindo o da salvaguarda do princípio da independência dos tribunais, entendido este na sua dimensão da liberdade de julgamento.

Suscita-se, ainda a este propósito, uma segunda ordem de considerações, a qual tem a ver com a determinação do carácter «manifesto» da inconstitucionalidade

ou da ilegalidade da decisão, ou do carácter «grosseiro» da apreciação dos pressupostos de facto.

É certo que um pedido de indemnização dependa de prévia revogação da decisão danosa na respectiva ordem jurisdicional, mas quem vai decidir sobre o carácter “manifesto” da ilegalidade ou sobre o carácter “grosseiro” do erro de valoração da prova? Nada dizendo o diploma a esse respeito, a conclusão a tirar parece ser a de que tal juízo competirá ao tribunal competente para a acção de indemnização. Ora, esta solução não é isenta de crítica. De facto, a mesma lógica, institucional e normativa, que conduz a condicionar o pedido de indemnização à revogação da decisão danosa na respectiva ordem de jurisdição, impõe que também seja esta ordem de jurisdição a dizer se o erro cometido pelo tribunal recorrido foi manifesto ou grosseiro, quanto ao direito ou quanto à apreciação dos factos. De outro modo, e em se tratando de responsabilidade pela decisão errada de um tribunal judicial, teríamos que, depois de ela haver sido revogada por um Tribunal da Relação ou pelo Supremo Tribunal de Justiça, iria ser um tribunal administrativo, por fim, a apreciar a gravidade do erro. Se for esta a solução a acolher no futuro, corre-se o risco de se verificar uma grave violação da independência de cada ordem de jurisdição – a qual reverte, ao fim e ao cabo, ao próprio princípio da independência da função judicial.

9. Suscitam-se, igualmente, dúvidas sobre a clareza da solução acolhida quanto à responsabilidade dos magistrados judiciais e do Ministério Público (artigo 14º, nº 1).

Razões de segurança jurídica e de garantia do princípio da independência e irresponsabilidade dos magistrados judiciais, aconselhariam a densificação dos conceitos de culpa grave e dolo para os efeitos da propositura da acção do direito de regresso, à semelhança do que sucede em outros ordenamentos europeus. As garantias constitucionais de independência e irresponsabilidade dos magistrados judiciais impõem que estes só respondam por violações concretas dos deveres funcionais e nunca por eventuais erros ou incorrecções das decisões que proferem.

Importaria, assim, clarificar, na previsão contida no nº 2 do artigo 14º, que competirá aos Conselhos de disciplina dos magistrados a averiguação prévia da violação concreta dos seus deveres funcionais, para efeitos do apuramento da

natureza gravemente culposa ou dolosa da sua conduta. Essa precisão evitaria o risco de uma interpretação indevida do preceito, no sentido de que a proposição da acção de regresso pelos Conselhos decorreria automaticamente da condenação do Estado nos termos do artigo 13º, a qual ofenderia as referidas garantias constitucionais.

10. No âmbito da responsabilidade por actos das funções política e legislativa, verifica-se que, de uma ausência quase total de fundamentos para a proposição da correspondente acção de responsabilidade civil contra o Estado, se transita para uma desmesurada extensão das hipóteses de responsabilidade. Tal é patente no facto de se prever, para além da responsabilidade pelo ilícito decorrente da inconstitucionalidade por acção e omissão, também a que emerge da violação, por acção ou omissão, de obrigações impostas pelo direito internacional, direito comunitário e lei com valor reforçado.

11. Impõe-se, antes de mais, assinalar uma discrepância textual e lógico-sistemática entre a epígrafe do Capítulo IV, que se reporta às “funções política e legislativa”, e a epígrafe do artigo 15º, que menciona a função “político-legislativa”. Terá pretendido o legislador reconduzir a actividade política e a legislativa a funções distintas ou condensá-las na mesma função? Trata-se de uma redacção deficiente e geradora de incerteza jurídica quanto à determinação do objecto específico da responsabilidade.

Quanto à extensão dos pressupostos geradores de responsabilidade, afigura-se ser problemática e preocupante a solução acolhida quanto à responsabilidade por danos provocados, tanto por actos desconformes ao direito internacional e ao direito comunitário (artigo 15º, nº 1), como pela omissão das medidas legislativas necessárias para conferir exequibilidade a normas de convenções internacionais e a normas comunitárias que delas careçam (artigo 15º, nº 3).

Isto, não só pelo que tal significa em termos dos efeitos financeiros e processuais derivados de um profundo alargamento da responsabilidade dos entes públicos, como também pelo facto de criar um incomportável cenário de dupla oneração do Estado, que responderia pelo mesmo incumprimento, tanto no plano interno, como no plano comunitário e internacional.

Não parece, também, ser aceitável a consagração de um instituto de responsabilidade civil extracontratual fundado na omissão de providências legislativas

necessárias para dar exequibilidade a actos legislativos de valor reforçado (artigo 15º, nº3).

Esse instituto jurídico resulta na criação de um sistema implícito e subliminar de “fiscalização difusa da legalidade por omissão” para efeitos da constituição do Estado em responsabilidade civil, o qual merece reparo, na medida em que:

a) Cria situações de grande incerteza jurídica ao disseminar pelos tribunais comuns o poder de verificar uma situação omissiva de legislação complementar de lei reforçada, com base em pressupostos incertos e sem a existência de institutos suficientes e céleres de uniformização jurisprudencial, instituindo, deste modo, um sistema potenciador de desarmonia de julgados, situações de desigualdade entre particulares e insegurança jurídica;

b) Dispensa, sem fundamento razoável, a intervenção do Tribunal Constitucional, como “juiz de leis”, para a situação da omissão de normas legais que confirmam exequibilidade a leis reforçadas, quando determina (artigo 15, nº 5) essa mesma intervenção na situação paralela de prévia verificação de uma inconstitucionalidade por omissão (situação cuja alteração deveria revestir a forma de lei orgânica);

c) Não define os requisitos geradores de ilicitude decorrente da omissão de providências legislativas que confirmam exequibilidade a leis de valor reforçado, daí resultando uma larga margem de casuismo e incerteza que deprecia a liberdade conformadora do legislador. Abrangerá, por exemplo, a referida omissão, apenas inobservância dos prazos fixados nas leis reforçadas, tendo em vista a respectiva complementação legal, ou envolverá igualmente outras disposições constantes dessas leis que, carecendo de desenvolvimento legal, não fixam prazos para esse efeito?

12. No plano do julgamento da inconstitucionalidade e ilegalidade por acção, crê-se que se deveria ponderar, pelo menos numa fase transitória, um regime mais cauteloso e prudente, nos termos do qual a responsabilidade pelo exercício da função legislativa se cingisse aos casos em que exista prévia declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral por parte do Tribunal Constitucional. Tais razões prudenciais decorrem nomeadamente:

- da necessidade de se evitar situações incertas e desiguais derivadas de uma desarmonia de julgados, que podem afectar o próprio Tribunal Constitucional em sede de fiscalização concreta, questionando a justeza das indemnizações

atribuídas com fundamento em normas que, tendo sido julgadas inconstitucionais ou ilegais, deixaram posteriormente de o ser em jurisprudência constante do mesmo Tribunal;

- da circunstância de se poder precluir a constituição do Estado em responsabilidade, mesmo quando os particulares sejam prejudicados por lei inconstitucional se, ao abrigo do nº 4 do artigo 282º da Constituição, o Tribunal Constitucional vier a restringir temporalmente os efeitos da sua decisão, por razões de segurança jurídica, equidade e interesse público, salvaguardando os efeitos passados da mesma lei que julgou inconstitucional.

Acrescente-se que não se entende a razão pela qual o diploma exige um carácter manifesto para a inconstitucionalidade que afecte decisões judiciais e prescindida desse mesmo grau de evidência para os actos legislativos. Seria, porventura, mais prudente restringir a responsabilidade a casos de leis manifestamente inconstitucionais ou ilegais.

Finalmente, não se qualifica o tipo de inconstitucionalidade relevante para acarretar a responsabilidade dos entes públicos (artigo 15º, nº 4), diferindo para o aplicador um poder de inovação criadora de direito que deve competir ao legislador. Semelhante opção normativa pode gerar situações de desigualdade, bem como de incerteza quanto ao desfecho processual, na medida em que, por exemplo, nalguns casos se fará relevar apenas a inconstitucionalidade material como fundamento da existência da responsabilidade, enquanto noutros poderão ser valorados, para o mesmo efeito, os restantes tipos de inconstitucionalidade.

13. Importaria ponderar sobre se não seria mais adequado que os danos susceptíveis de indemnização fossem circunscritos ao universo da violação de direitos, liberdades e garantias, tal como se estabelece no artigo 22º da Constituição, ao invés de se potenciar o alargamento da responsabilidade à afectação de outros direitos, opção susceptível de originar obrigações e encargos financeiros imprevisíveis para o Estado.

14. Finalmente, de um ponto de vista global, ultrapassando considerações de cariz técnico-jurídico de pormenor, considero que a questão fulcral que me leva a pedir a reapreciação deste diploma situa-se no seguinte ponto: o presente regime de responsabilidade extracontratual do Estado reclama um esforço suplementar de reflexão dos Deputados quanto aos seus efeitos. Desde logo, quanto aos

seus efeitos no plano da sanidade e equilíbrio das finanças do Estado, os quais derivam, sobretudo, do modelo adoptado pelo diploma para o regime de responsabilidade devido ao exercício da função legislativa. Depois, relativamente às consequências que se irão verificar no domínio da eficiência do sistema de justiça, num momento em que este se encontra num profundo processo de reforma com vista a dar resposta a outras exigências. Por fim, no tocante ao funcionamento e modernização da Administração Pública, que podem ser seriamente postas em causa por um regime que, querendo estimular a competência e o sentido da responsabilidade, acabe por fomentar a paralisia e a «não-decisão». Considero, em síntese, que deve ser repensado o pressuposto essencial em que assenta o presente diploma, nos termos do qual o Estado assumiria uma função «previdencialista» dos danos e riscos sociais através de uma expansão excessiva dos pressupostos de responsabilidade das entidades públicas, com especial relevo no domínio do exercício da função legislativa, ponto que não deixaria de contribuir, em prejuízo manifesto do interesse nacional, para uma relação pouco solidária entre o poder político e a sociedade civil.

Ante o exposto, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 134º, alínea b), e 136º, nº 1, da Constituição da República, decidi não promulgar como lei o Decreto nº 150/X da Assembleia da República, solicitando, pelos fundamentos apresentados, uma nova apreciação do citado diploma.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

24 de Agosto de 2007

Mensagem à Assembleia da República referente ao diploma que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 160/X da Assembleia da República, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana, decidi, nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. O Decreto nº 160/X da Assembleia da República, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana tem por objecto o exercício de funções de soberania nacional e reveste-se, por isso, da maior relevância, seja na perspectiva da configuração da Guarda Nacional Republicana como força de segurança, seja nas óbvias implicações na organização da defesa nacional e até nas missões das Forças Armadas.

Esta última constatação está comprovada na natureza militar da Guarda Nacional Republicana; na sua missão de “colaborar na execução da política de defesa nacional”; na sua atribuição de “cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas”; na possibilidade de a Guarda ser colocada sob o comando superior das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência; na sua dependência do Ministro da Defesa Nacional quanto “à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”; na sujeição dos que a integram “à condição militar”; na missão que agora se pretende atribuir à Guarda no âmbito do mar territorial português.

2. Os reflexos na organização da defesa nacional e nas Forças Armadas assumem particular destaque nas alterações introduzidas pelo Decreto nº 160/X ao nível da estrutura de comando da Guarda Nacional Republicana e na criação de uma subcategoria profissional de oficiais gerais específica da Guarda.

Estas alterações não favorecem a necessária complementaridade entre as Forças Armadas e a Guarda Nacional Republicana e contendem com o equilíbrio e

a coerência actualmente existentes entre ambas e com o modo do seu relacionamento, podendo afectar negativamente a estabilidade e a coesão da instituição militar por que ao Presidente da República cabe zelar, também pela inerência das suas funções de Comandante Supremo das Forças Armadas.

3. É desnecessário sublinhar o quanto seria desejável que matérias sensíveis nas áreas da defesa e da segurança nacionais, como é o caso do conteúdo normativo do Decreto nº 160/X da Assembleia da República, fossem objecto de um amplo consenso político e jurídico em sede parlamentar, o que, como é sabido, acabou por não se verificar.

4. A natureza, a relevância e a dignidade das matérias em causa aconselham, pois, a que algumas das soluções normativas acolhidas no presente diploma sejam objecto de adequada ponderação adicional por parte dos deputados à Assembleia da República.

5. O Decreto em apreço prevê que o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana seja um tenente-general, implicando a nomeação a graduação no posto de general, o que não acontece actualmente. Mais prevê que a nomeação do comandante-geral seja feita por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e dos ministros responsáveis pelas áreas da defesa nacional e da administração interna, mediante audição do Conselho de Chefes de Estado-Maior se a nomeação recair em oficial general das Forças Armadas.

6. Desde logo, não se vislumbra qualquer fundamento coerente para esta alteração na estrutura de comando da Guarda, não sendo esta comparável, na complexidade estrutural e nas exigências funcionais e operacionais, com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os três ramos das Forças Armadas.

A atribuição do posto de general ao comandante-geral da Guarda Nacional Republicana não é uma mera questão protocolar ou de forma. Muito diferentemente, na atribuição do posto de general ao comandante-geral da Guarda Nacional Republicana estamos perante matéria de fundo, que representa uma alteração significativa relativamente ao regime actual e que contende seriamente com o equilíbrio existente no seio das chefias militares e com a organização da defesa nacional.

7. De acordo com o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, o posto de general corresponde actualmente tão só aos cargos militares aos quais a Constituição da

República Portuguesa reconhece especial relevância, cometendo ao Presidente da República a competência para a nomeação e a exoneração, sob proposta do Governo, dos respectivos titulares: o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas.

Este significado constitucional resulta contrariado pelo Decreto nº 160/X, ao contemplar o cargo de comandante-geral da Guarda Nacional Republicana com o mesmo nível hierárquico das chefias mais elevadas das Forças Armadas. Permitir-se-á, deste modo, inadequadas equiparações daquela a estas e poderá perverter-se a necessária complementaridade, concebida na lei, da Guarda perante as Forças Armadas e o eficaz relacionamento entre ambas.

8. Estas alterações não têm paralelo nos países da União Europeia. Na verdade, nenhum outro país comunitário, com excepção da França, tem no activo em funções nacionais internas cinco generais e em nenhum país comunitário, sem excepção, o posto de general é atribuído a uma força de segurança não enquadrada de modo directo na estrutura da defesa nacional e não imediatamente dependente em termos operacionais do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Com este diploma, Portugal passaria a ser o único Estado Membro em que tal aconteceria.

9. O desequilíbrio desta opção do Decreto nº 160/X não é minorado pela atribuição do posto de general ao comandante-geral da Guarda através do mecanismo jurídico da graduação. De facto, a figura da graduação anda estruturalmente ligada, nos próprios termos da lei, a um carácter excepcional e temporário, mediante tramitação adequada e legalmente prevista. Ora, no caso em apreço, não pode, em definitivo, falar-se daquele carácter excepcional e temporário. Seria altamente inconveniente que viesse a própria lei adulterar a figura da graduação, certamente não contribuindo para o prestígio, quer do posto de general, quer da função de comandante-geral da Guarda Nacional Republicana.

10. Trata-se, pois, de uma solução que não se enquadra na tradição da Guarda e para a qual não se identificam fundamentos de ordem organizativa, funcional ou operacional.

11. O Decreto nº 160/X da Assembleia da República preconiza a criação na Guarda Nacional Republicana de uma subcategoria profissional própria de oficiais generais, iniciando-se hierarquicamente no posto de major-general.

Compreende-se que não seja este diploma, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana, a regular aquela matéria; e daí que se limite a confirmar a natureza militar da Guarda, a explicitar a sujeição dos seus militares às bases gerais do estatuto da condição militar, a enunciar as categorias profissionais, subcategorias e postos que integram a carreira militar da Guarda e a pressupor uma revisão legislativa com vista ao “novo Estatuto dos Militares da Guarda”.

12. Ainda assim, importa ponderar dois aspectos da maior sensibilidade, qualquer deles de particular significado para a defesa e a segurança nacionais, porquanto ambos relevam na preservação do equilíbrio e da coerência entre a Guarda Nacional Republicana e as Forças Armadas e, sem dúvida, também na estabilidade e na coesão destas.

Esta ponderação deve ocorrer já no âmbito do diploma orgânico ora em análise, pois que neste se criam os postos de oficial general da Guarda e está anunciada oficialmente a intenção de prover tais postos, quer com oficiais licenciados em ciências militares pela Academia Militar, quer com oficiais que tenham complementado a formação obtida no curso de formação de oficiais com outra licenciatura relevante para o exercício de funções.

13. Por um lado, deve considerar-se que, sendo militar a natureza da Guarda Nacional Republicana e correspondendo os postos da categoria profissional dos seus oficiais aos dos oficiais das Forças Armadas, os requisitos de promoção aos postos de oficiais gerais da Guarda não poderão deixar de ser idênticos e conforme o estipulado no Estatuto dos Militares das Forças Armadas. Qualquer previsão facilitadora desta promoção ao nível das qualificações exigidas seria um factor de grave perturbação da instituição militar, pelas comparações com os três ramos das Forças Armadas a que daria lugar.

14. Por outro lado, considerando ainda a natureza militar da Guarda e o contributo desta para a defesa nacional, importa ter presente que é fundamental, por razões operacionais, que se não quebrem os laços tradicionais existentes entre as Forças Armadas, maxime o Exército, e a própria Guarda Nacional Republicana, em termos de formação militar de quem nela desempenha as funções de comando mais relevantes.

Se, até hoje, esta essencial ligação pessoal entre o Exército e a Guarda se construía naturalmente pelo recurso a oficiais gerais do primeiro, ao caminhar-se agora

para um corpo de oficiais gerais oriundos dos quadros da Guarda, torna-se imperativo que este novo corpo próprio de oficiais gerais não deixe, no mínimo, de ter recebido formação de nível superior e qualificações complementares em tudo equivalentes às exigidas aos oficiais gerais do Exército.

15. A nova Unidade de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana assumirá missões que actualmente são cometidas à Marinha portuguesa, quer como força militar, quer no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima, o que reclama articulação entre as duas estruturas e regulamentação desta articulação e da repartição dos respectivos empenhos de meios.

Contendendo as missões daquela Unidade de Controlo Costeiro da Guarda com a organização da defesa nacional, considera-se que a articulação entre a Guarda e a Autoridade Marítima Nacional deve ser regulada, no mínimo, através de decreto regulamentar e não por portaria com prevê o Decreto nº 160/X.

Considerando estes fundamentos, decidi, pois, conforme o nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, solicitar nova apreciação do Decreto nº 160/X, devolvendo-o para este efeito à Assembleia da República sem promulgação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

29 de Agosto de 2007

Artigo de Opinião “Abraçando o Mundo no Século XXI”

“Público”, 27 de Setembro de 2007

O Conselho para a Globalização, iniciativa que lancei há um ano, tem agora uma nova reunião em Sintra. Líderes empresariais portugueses e estrangeiros vão debater os desafios actuais, reflectir sobre os riscos e as oportunidades da economia global e partilhar experiências. É este o propósito do encontro.

A recente crise dos mercados financeiros é um claro alerta: a globalização exige, por parte de todos os actores, um conhecimento cada vez mais intenso e profundo da economia global. A crescente interdependência económica e a integração, quer a nível regional quer a nível dos mercados, impõem às empresas a necessidade de ter uma perspectiva estratégica para os seus negócios, e competências que as tornem mais capazes, na arena competitiva mundial, de conhecer e controlar os riscos e de tirar o melhor partido das oportunidades. Quem o não fizer ficará vulnerável. A globalização não é um desafio neutro que se possa ignorar.

É certo que a globalização, por via da progressiva abertura das economias e da integração dos mercados, tem favorecido uma melhoria da afectação global de recursos, através da mobilização mais rápida e eficiente de capital, de conhecimento e de competências. E que tem gerado, claramente, maior crescimento económico. Os benefícios da globalização não são um exclusivo dos países mais ricos e de grande escala. A dimensão da economia e a localização geográfica não inibem o acesso às oportunidades da economia global.

Mas não é menos certo que a globalização gera novos riscos e pode trazer novas assimetrias económicas e sociais, que seria irresponsável desprezar. Expõe as empresas a um quadro competitivo mais agressivo e mais exigente. Requer uma permanente capacidade de adaptação à evolução das condições de concorrência internacional. A competitividade, num mundo cada vez mais integrado economicamente, depende da capacidade de tirar partido da interdependência e complementaridade das economias e das empresas. Explorar as novas oportunidades de

crescimento nos mercados internacionais é, hoje em dia, para um número crescente de sectores de actividade e de empresas portuguesas, uma opção incontornável e, nalguns casos, será mesmo condição de sobrevivência.

Há três palavras-chave no desafio global: inovação, competência, flexibilidade.

A inovação permanente é uma exigência para todas as empresas. O progresso científico e as inovações tecnológicas, combinadas em novos modelos de negócio, estão em dinâmica acelerada, sem descontinuidades. Novas empresas, em particular de economias emergentes, abalam as estruturas produtivas e os padrões competitivos do passado. As empresas que estagnarem em torno de técnicas de produção, de métodos de organização e de gestão e de práticas comerciais do passado comprometerão inexoravelmente os seus níveis competitivos. Inovar é uma palavra de ordem imperativa para as empresas singrarem nos mercados globais.

Inovar e competir à escala global exige também competência. Isto é: capacidades e talentos para produzir, prestar serviços, otimizar recursos. E exige, naturalmente, o domínio sistemático dos mercados, das técnicas, dos métodos, dos modelos competitivos. Sem competência não há competitividade sustentada.

A flexibilidade é outra palavra-chave. Deve traduzir a capacidade de resposta à evolução dos mercados, dos factores competitivos, do próprio contexto concorrencial. Na era da globalização, a agilidade das respostas empresariais faz muitas vezes a diferença para o sucesso.

Os objectivos de eficiência e de crescimento económico não podem, contudo, fazer-nos perder de vista outros objectivos igualmente cruciais: a igualdade de oportunidades e a coesão social. Como tenho afirmado, o crescimento económico fundado na destruição social é inaceitável. E a igualdade de oportunidades no acesso aos extraordinários benefícios da economia global é outro imperativo que deve guiar os Estados, as regiões e as instâncias multilaterais.

A globalização não deve ser um alibi para desresponsabilizar aqueles que têm o dever de assegurar as condições que garantam não só uma concorrência leal e disciplinada, como também um elevado nível de coesão económica e social, protegendo os segmentos mais desfavorecidos e vulneráveis e promovendo um acesso generalizado à educação, às novas tecnologias e à sociedade de informação. É por isso que a qualidade das políticas públicas, a cooperação internacional e a própria regulação multilateral têm de ser aperfeiçoadas.

A integração não pode nem deve ser sinónimo de uniformização. A diversidade é um dos mais valiosos activos da economia global. O mundo reflecte um riquíssimo mosaico de diferenças, cujo valor deve ser respeitado e integrado. Mais do que trabalhar da mesma maneira, a globalização significa trabalhar em conjunto, em colaboração, em rede. De facto, muitas empresas integram hoje recursos à escala global, tirando partido das sinergias da diferença.

Este é o tema de fundo dos encontros de Sintra, mantendo o mote de onde partimos: *Pensar Global, Agir Global*.

A reflexão em torno de experiências protagonizadas por líderes empresariais das mais diversas geografias e culturas contribuirá, estou certo, para melhorar o nosso entendimento sobre questões candentes desta fase da globalização e sobre a melhor forma de gerir os desafios deste século.

Entendo que é uma responsabilidade do Presidente da República estimular as empresas portuguesas e os seus dirigentes para uma reflexão estratégica sobre o novo quadro competitivo internacional. Deste encontro resultarão, certamente, laços mais fortes entre empresários e gestores portugueses e internacionais. Espero que possa, igualmente, servir de inspiração a todos os participantes. Inaugurei recentemente nos EUA uma exposição sobre Portugal e a sua reconhecida vocação universal. Foi-lhe dada a designação de *Encompassing the Globe - Abraçando o Mundo*. A designação é feliz e o desafio é, para nós, vital e permanente.



9 de Março de 2007. Visita ao encontro da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo.



MARÇO 2007

Dia 09 • O Presidente da República e a Dr.^a Maria Cavaco Silva deslocam-se ao Grão-Ducado do Luxemburgo para encontros com a Comunidade Portuguesa.

Dias 12 e 13 • 2.^a Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada à área das “Tecnologias Limpas”.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Tunísia, Mohamed Ghannouchi.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Europeu de Investimento, Philippe Maystadt.

Dia 19 • O Presidente da República participa, na Assembleia da República, na cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul 2007 do Conselho da Europa à Senhora Mukhtaran Bibi e ao Padre Francisco Van Der Hoff.

• O Presidente da República encontra-se com o Presidente da República do Gana e Presidente da União Africana, John Kufuor, que visita oficialmente Portugal a seu convite.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo de Miranda.

Dia 20 • O Presidente da República participa, no campo militar de Santa Margarida, na cerimónia de recepção

às Forças Nacionais Destacadas na Bósnia-Herzegovina.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Comandante Supremo Aliado na Europa (SACEUR), General John Craddock.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Grameen, do Bangladesh, e Prémio Nobel da Paz, Muhammad Yunus.

Dia 24 • O Presidente da República visita a Central Fotovoltaica de Valadas e inaugura o Centro Cultural de Ferreira do Zêzere.

Dia 25 • O Presidente da República profere, no Palácio de Belém, uma declaração alusiva à celebração do 50.^o aniversário da assinatura do Tratado de Roma.

Dia 26 • Assinalando a celebração do 50.^o aniversário da assinatura do Tratado de Roma, o Presidente da República reúne-se no Palácio de Belém com protagonistas executivos da Adesão de Portugal e da participação nacional nas instituições comunitárias, para uma reflexão sobre o futuro da Europa.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Prof. James Dewey Watson, Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia de 1962 e futuro Presidente do Conselho Científico da Fundação Champalimaud.



25 de Março de 2007. Evocação do 50º aniversário do Tratado de Roma.



12 de Março de 2007. 2ª Jornada do Roteiro para a Ciência.



26 de Março de 2007. Reunião no Palácio de Belém.

Dia 28 • O Presidente da República preside, no Porto, à cerimónia de entrega dos Prémios Bial 2006.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Nacional da Turquia, Bülent Arıç.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Antiga República Jugoslava da Macedónia, Nikola Gruevski.

- O Presidente da República preside à cerimónia de entrega dos Prémios Secil Universidades – Arquitectura e Engenharia Civil – e do Prémio Secil Arquitectura 2006.

ABRIL 2007

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Conselho Nacional da Juventude.

Dia 04 • O Presidente da República confere posse a seis novos Juízes do Tribunal Constitucional, designados pela Assembleia da República.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Justiça

de Angola, Manuel da Costa Aragão.

Dias 10 e 11 • O Presidente da República participa no Encontro Informal de Chefes de Estado sobre o Futuro da Europa (Grupo de Arraiolos), em Riga, Letónia.

Dia 14 • O Presidente da República participa, em Santarém, na Conferência Nacional “Compromisso Cívico para a Inclusão”.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia da República.



14 de Abril de 2007. Encerramento da Conferência Nacional realizada em Santarém.

Dia 18 • O Presidente da República inaugura o Hospital da Luz, em Lisboa.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Instituto Universitário de Florença, Prof. Yves Mény.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Polónia, Jaroslaw Kaczynski.

Dia 22 • O Presidente da República preside à cerimónia de abertura do XXVIII Congresso Português de Cardiologia, em Vilamoura.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Valença Pinto.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente do Parlamento da África do Sul, Baleka Mbete.

Dia 25 • O Presidente da República participa, na Assembleia da República, na Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Tribunal Constitucional, Juiz-Conselheiro Rui Moura Ramos.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Hungria, Ferenc Gyurcsány.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.



18 de Abril de 2007. Inauguração do Hospital da Luz, em Lisboa.



25 de Abril de 2007. Sessão Solene da Assembleia da República.



7 de Maio de 2007. Universidade de Aveiro.

MAIO 2007

Dia 02 • O Presidente da República visita, em Lisboa, o Instituto de Estudos Superiores Militares.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho de Ministros de Itália, Romano Prodi.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Angel Gurría.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Bulgária, Sergey Stanishev.

Dia 07 • O Presidente da República inaugura o Pólo de Inovação da Nokia

Siemens Network, no Campus da Universidade de Aveiro.

Dia 08 • O Presidente da República visita o Colégio Internato dos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia.

• O Presidente da República visita o CINCORK – Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça, em Santa Maria de Lamas.

• O Presidente da República visita a Escola Secundária Marquês de Pombal, em Lisboa, e preside à sessão de entrega de diplomas de formação.

Dia 09 • O Presidente da República, assinalando o Dia da Europa, visita o Centro de Informação Europeia Jacques



9 de Maio de 2007. Visita ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Delors, em Lisboa, para um encontro com jovens de todo o País.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, representantes de Tribunais de Contas e de entidades fiscalizadoras e de controlo da Europa, América Latina e Caraíbas, que participam na V Conferência EUROSAL-OLACEFS, a decorrer em Lisboa.

- O Presidente da República assiste, no Teatro Municipal de São Luiz, em Lisboa, ao espectáculo de homenagem à actriz Maria de Lurdes de Almeida Lemos (Milú).

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente da Confederação Suíça, Micheline Calmy-Rey.

Dia 12 • O Presidente da República participa na sessão de encerramento da Cimeira do Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

Dia 14 • O Presidente da República recebe os Embaixadores dos países africanos acreditados em Lisboa para um encontro seguido de almoço.

- O Presidente da República participa na homenagem ao Dr. João Morais Leitão.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do



9 de Maio de 2007. Encontro com jovens no Dia da Europa.

Parlamento da Suécia, Per Westerberg.

Dia 16 • O Presidente da República participa no IV Encontro Nacional de Inovação COTEC e preside à Assembleia Geral da COTEC-Associação Empresarial para a Inovação.

Dia 17 • O Presidente da República confere posse aos novos membros do Governo: o Ministro da Administração Interna, o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, o Secretário de Estado da Protecção Civil e o Subsecretário de Estado da Administração Interna.

Dia 18 • O Presidente da República recebe,

em audiência, o Primeiro-Ministro de Malta, Lawrence Gonzi.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Dia 23 • Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Cruz Vermelha Internacional, Jakob Kellenberger.

• O Presidente da República participa, em Lisboa, na sessão solene de abertura do Congresso da Sociedade Portuguesa e da Federação Europeia de Medicina Interna.



12 de Maio de 2007. Cimeira do Conselho Mundial de Viagens e Turismo.



23 de Maio de 2007. Congresso nacional e europeu de Medicina Interna.

• O Presidente da República está presente na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2006 ao Prof. António Câmara.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a República Democrática de Timor-Leste, Atul Khare.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da Liga Árabe, Amre Mahmoud Moussa .

Dia 25 • Visita do Presidente da República à Covilhã e Aguiar da Beira.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Secretário-Geral das Nações Unidas Koffi Anan.

Dia 29 • O Presidente da República visita, na Amadora, a Academia Militar.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Luís Noronha Nascimento.

Dia 31 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República da Lituânia, Valdas Adamkus.

JUNHO 2007

Dias 01 e 02 • Deslocação do Presidente da República ao distrito de Braga e ao Porto.

Dia 03 • O Presidente da República visita a Feira Nacional da Agricultura, em Santarém.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência seguida de almoço, a Presidente da República das Filipinas, Glória Macapagal-Arroyo.

Dias 09 e 10 • Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Setúbal, presididas pelo Presidente da República.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Anand Sharma.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Martin Schulz.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Finlândia, Matti Vanhanen.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Vice-Primeira-Ministra de Israel, Tzipi Livni.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Grécia, Kostas Karamanlis.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Eng. António Guterres.



2 de Junho de 2007. Ribeira do Neiva.



2 de Junho de 2007. Vila Verde.



2 de Junho de 2007. Fundação de Serralves.



9 de Junho de 2007. Honras Militares em Setúbal.



10 de Junho de 2007. Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal.



20 de Junho de 2007. Exposição sobre Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII, em Washington.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

Dias 20 a 23 • O Presidente da República e a Dr.^a Maria Cavaco Silva deslocam-se aos Estados Unidos da América, inaugurando, em Washington, a exposição “Encompassing the Globe: Portugal and the World in the 16th and 17th Centuries” e visitando as comunidades portuguesas das áreas de Boston, Fall River, New Bedford e Newark.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Senado de Espanha, Javier Rojo.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Estado brasileiro do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.



15 de Junho de 2007. Reunião do Conselho de Estado com a presença do Presidente da Comissão Europeia.



22 de Junho de 2007. Visita a New Bedford.



Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança Comuns, Javier Solana.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering, e a Conferência de Presidentes deste órgão da União Europeia.

JULHO 2007

Dia 04 • Por ocasião da Cimeira UE-Brasil, o Presidente da República oferece um jantar em honra do Presidente da República Federativa do Brasil.

Dia 06 • O Presidente da República preside, em Lisboa, à cerimónia comemorativa do Dia da Polícia de Segurança Pública.

Dia 08 • O Presidente da República desloca-se a Tomar, por ocasião da Festa dos Tabuleiros.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Dr. José Miguel Mendonça.

Dia 11 • 1ª Jornada do Roteiro para o Património, dedicada ao Património Cultural do Baixo Alentejo.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

• O Presidente da República recebe, em audiência, uma representação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Roménia, Calin Popescu-Tariceanu.



8 de Julho de 2007. Visita a Tomar.



• O Presidente da República confere posse ao novo juiz do Tribunal Constitucional, Doutor Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador de Brasília, José Roberto Arruda.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Sérvia, Vojislav Kostunica.

Dia 17 • O Presidente da República recebe o Rei de Espanha, D. Juan Carlos de Borbón, para um encontro seguido de almoço.

• O Presidente da República participa na Sessão de Encerramento do III Encontro COTEC Europa.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Ahmed Abou El Gheit.

• O Presidente da República recebe o Presidente da República de Itália, Giorgio Napolitano, para um encontro seguido de almoço.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Generalitat da Catalunha, José Montilla.

• O Presidente da República recebe



17 de Julho de 2007. III Encontro COTEC Europa.

o Presidente, os Vice-Presidentes e os presidentes dos Grupos Parlamentares, da Assembleia da República, por ocasião do final da Sessão Legislativa.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, Jean Lemierre.

- O Presidente da República participa na cerimónia de entrega dos Prémios Gulbenkian.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direcção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

Dia 24 • O Presidente da República

recebe, em audiência, a Direcção da Confederação do Turismo Português.

Dia 26 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 27 • O Presidente da República está presente na cerimónia de entrega do Prémio Carreira Internacional da Trienal de Arquitectura de Lisboa 2007.

20 de Julho de 2007. Entrega dos Prémios Gulbenkian.



AGOSTO 2007

Dia 04 • O Presidente da República inaugura o edifício do Arquivo Municipal de Loulé.

Dia 20 • O Presidente da República participa numa cerimónia de homenagem a todos os autarcas eleitos, no município de Albufeira, desde as primeiras eleições após o 25 de Abril.

Dia 22 • O Presidente da República preside, em Lisboa, à sessão de abertura do Congresso do Instituto Internacional de Estatística.



22 de Agosto de 2007. Congresso do Instituto Internacional de Estatística.

SETEMBRO 2007

Dias 04 e 05 • Visita oficial do Presidente da República ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e à Comissão Europeia, em Bruxelas.

Dia 07 • O Presidente da República participa, no Mosteiro dos Jerónimos, na cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão/2007.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, para um encontro seguido de almoço, o Presidente da República da Sérvia, Boris Tadic.

Dia 14 • Deslocação do Presidente da República ao concelho de Paredes.

• O Presidente da República está presente, em Vila Real, na cerimónia de entrega do Prémio D. Dinis ao escritor Fernando Echevarría e na cerimónia de apresentação do livro sobre a correspondência do Morgado de Mateus, às quais preside.

Dia 15 • O Presidente da República inaugura o Hospital da Misericórdia de Tábua.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro de Estado para o Trabalho e Emprego da Índia, Óscar Fernandes.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os Presidentes dos

Parlamentos do Trio de Presidências da União Europeia, Alemanha, Portugal e Eslovénia, respectivamente, Norbert Lammert, Jaime Gama e France Cukjati.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Presidente da Assembleia Nacional da Áustria, Barbara Prammer.

Dia 19 • O Presidente da República preside às cerimónias de trasladação dos restos mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional.

Dia 20 • O Presidente da República recebe o Presidente da República Oriental do Uruguai e Presidente *pro tempore* do Mercosul, Tabaré Vasquez, que realiza uma visita oficial a Portugal.

Dia 22 • Visita do Presidente da República à Figueira da Foz no âmbito das comemorações do 125º aniversário da elevação a cidade.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do





28 de Setembro de 2007. Encontro do Conselho para a Globalização, em Sintra.

Parlamento da Finlândia, Sauli Niinistö.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2006 do Clube dos Jornalistas.

Dia 28 • II Encontro do Conselho para a Globalização, presidido pelo Presidente da República.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmud Abbas.



5 de Setembro de 2007. Visita oficial à Comissão Europeia.

OUTUBRO 2007

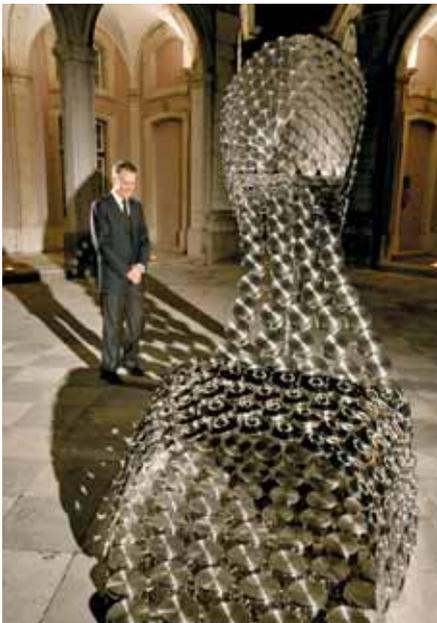
Dia 04 • O Presidente da República inaugura, no Palácio de Belém, as exposições “Jardim Aberto” e “Joalheria e Símbolos Nacionais”.

Dia 05 • O Presidente da República participa, na Praça do Município, em Lisboa, nas cerimónias comemorativas dos 97 anos da Proclamação da República.

Dias 06 a 10 • Visita oficial do Presidente da República à Região Autónoma dos Açores.

Dia 11 • O Presidente da República preside à sessão solene de abertura do II Congresso Nacional dos Economistas.

• O Presidente da República recebe o Presidente da República do Malawi,



4 de Outubro de 2007. Exposição “Jardim Aberto” no Palácio de Belém.



5 de Outubro de 2007. Comemorações da Proclamação da República.



7 de Outubro de 2007. Visita à Ilha do Pico.



8 de Outubro de 2007. 3ª Jornada do Roteiro para a Ciência, na Ilha do Faial.



Bingu Wa Mutharika, para um encontro seguido de almoço.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Cardeal Tarcisio Bertone, Secretário de Estado do Vaticano.

• O Presidente da República participa na cerimónia de inauguração da Igreja da Santíssima Trindade, no Santuário de Fátima.

Dia 15 • O Presidente da República e a Dr.ª Maria Cavaco Silva recebem, em Beja, a visita dos Príncipes das Astúrias e participam na cerimónia de entrega do Prémio Internacional “Puente de Alcántara” à Central do Alqueva.

Dia 17 • Visita do Presidente da República à Base Aérea Nº 5, em Monte Real.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República da Ucrânia, Viktor Yushchenko.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal – AJAP.

Dia 20 • O Presidente da República inaugura o Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira.

Dia 23 • O Presidente da República inaugura, no Porto, a Exposição Antológica Comemorativa dos 90 anos do Mestre Júlio Resende.



15 de Outubro de 2007. Câmara Municipal de Beja.



15 de Outubro de 2007. Atribuição do Prémio "Ponte de Alcántara" à Central do Alqueva.



17 de Outubro de 2007. Base Aérea nº5, em Monte Real.

Dia 25 • Visita Oficial a Portugal do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin.

Dia 29 • O Presidente da República preside à sessão de encerramento do II Congresso do GEEF – Grupo Europeu das Empresas Familiares.

Dia 31 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Director-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia.



25 de Outubro de 2007. Exposição da Coleção do Museu Hermitage no Palácio da Ajuda.



7 de Novembro de 2007. Visita oficial à República do Chile.

NOVEMBRO 2007

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissária Europeia responsável pela Programação Financeira e pelo Orçamento, Dália Grybauskaitė.

Dias 06 a 08 • Visita Oficial do Presidente da República e da Dr.^a Maria Cavaco Silva à República do Chile.

Dias 09 e 10 • XVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Santiago do Chile.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Nacional da República Eslováquia, Pavol Paška.



Dia 13 • O Presidente da República preside à sessão solene de encerramento das Comemorações do 60º Aniversário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.



9 de Novembro de 2007. XVII Cimeira Ibero-Americana. Santiago do Chile.

Dia 15 • O Presidente da República participa na sessão de abertura da II Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência.

• Visita Oficial a Portugal do

Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos Horta.

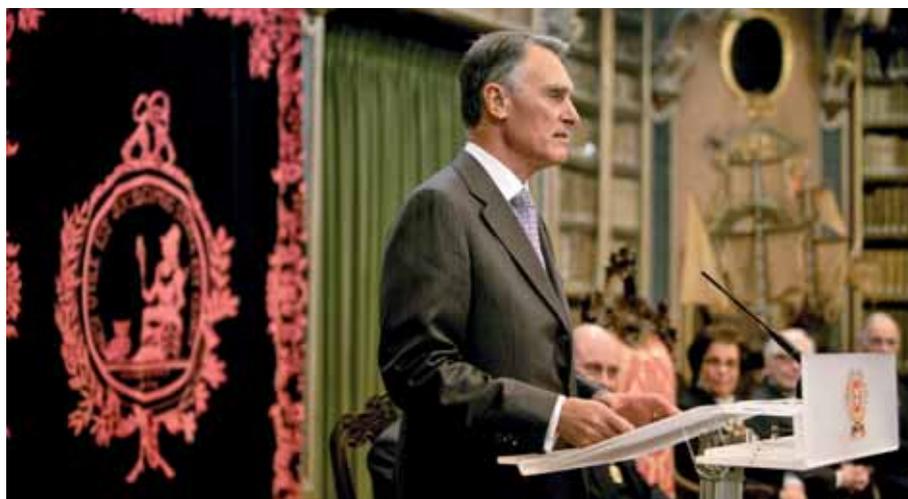
Dia 16 • 3ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada às “Ciências e Tecnologias do Mar”.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Dia 21 • O Presidente da República entrega o Prémio Vida Literária, da Associação Portuguesa de Escritores, ao Prof. Doutor Vitor Aguiar e Silva.

Dias 23 e 24 • Visita aos Concelhos da Guarda e de Gouveia.

Dia 26 • O Presidente da República visita a Academia das Ciências de Lisboa, onde preside à sessão de abertura das I Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para o Brasil.



26 de Novembro de 2007. Visita à Academia das Ciências de Lisboa.



13 de Dezembro de 2007. Almoço por ocasião da Assinatura do Tratado de Lisboa.



DEZEMBRO 2007

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Conselho Científico das Regiões Marítimas Periféricas da Europa.

Dia 05 • O Presidente da República preside à cerimónia de abertura da Cimeira da Juventude UE-África.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da *Business Europe* (União das Confederações Industriais da Europa).

• O Presidente da República preside à sessão de encerramento do Congresso das Comunicações, promovido pela Associação Portuguesa de Desenvolvimento das Comunicações (APDC).

Dia 08 • O Presidente da República oferece um banquete oficial no Palácio da Ajuda em honra dos Chefes das Delegações participantes na Cimeira UE-África.

Dia 13 • O Presidente da República oferece, no Museu Nacional dos Coches, um almoço em honra dos signatários do Tratado de Lisboa.

Dia 14 • O Presidente da República preside à inauguração da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis.

Dia 15 • O Presidente da República visita a Santa Casa da Misericórdia do



5 de Dezembro de 2007. Cimeira da Juventude África-Europa.

Bom Jesus de Matosinhos, por ocasião da comemoração dos 400 anos da sua existência.

- O Presidente da República preside à cerimónia inaugural da Nau Vila do Conde.
- O Presidente da República inaugura o Centro de Ciência Viva do Alviela, em Alcanena.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação

da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Dia 18 • O Presidente da República visita diversas instituições de solidariedade social na região de Lisboa.

Dia 19 • O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.

Dia 20 • O Presidente da República recebe o Ministro da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

Dia 21 • O Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas Festas.



20 de Dezembro de 2007. Apreciação anual dos processos de indulto.



22 de Janeiro de 2008. 2ª Jornada de Roteiro para o Património, em Santa Maria da Feira.



JANEIRO 2008

Dia 07 • O Presidente da República recebe os cumprimentos dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários Estados e organizações internacionais.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz, os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Justiça do Brasil, Dr. Tarso Genro.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador da Província de Chubut, Argentina, Dr. Mário das Neves.

Dias 21 e 22 • 2ª Jornada do Roteiro para o Património, dedicada ao Património Cultural da Beira e do Douro Litoral.

Dia 24 • O Presidente da República preside à reunião extraordinária do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes



22 de Janeiro de 2008. 2ª Jornada do Roteiro para o Património, em Arouca.



27 de Janeiro de 2008. Cerimónia na Sinagoga de Lisboa.

dos partidos políticos: Partido da Terra; Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses; Partido Democrático do Atlântico; Partido Humanista; Partido Nova Democracia; Partido Nacional Renovador; Partido Operário de Unidade Socialista; Partido Popular Monárquico.

Dia 27 • O Presidente da República preside à cerimónia evocativa do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, na Sinagoga de Lisboa.

Dia 29 • O Presidente da República preside, no Supremo Tribunal de Justiça, à sessão solene de Abertura do Ano Judicial.

Dia 30 • O Presidente da República confere posse aos novos membros do Governo, o Ministro da Saúde e o Ministro da Cultura.

• Apresentação do Relatório da Auditoria Energética ao Palácio de Belém.



29 de Janeiro de 2008. Cerimónia de abertura do Ano Judicial.

FEVEREIRO 2008

Dia 01 • O Presidente da República confere posse a novos membros do Governo - Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, da Protecção Civil, da Administração Interna, do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Adjunto e da Saúde, da Saúde, e da Cultura.

• O Presidente da República preside à cerimónia de homenagem do Município de Cascais ao Rei D. Carlos.

Dia 06 • O Presidente da República preside à cerimónia de abertura das Comemorações do IV Centenário do

Nascimento do Padre António Vieira, na Academia das Ciências de Lisboa.

Dia 07 • O Presidente da República preside à sessão comemorativa dos 60 Anos do Colégio S. João de Brito, em Lisboa.

Dias 10 e 11 • Visita do Presidente da República à cidade de León, Espanha, por ocasião da atribuição do Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de León.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento de Timor Leste, Fernando Araújo.

Dia 15 • O Presidente da República



1 de Fevereiro de 2008. Inauguração da estátua do Rei D. Carlos, em Cascais.



10 de Fevereiro de 2008. Visita ao centro histórico de León.



11 de Fevereiro de 2008. Atribuição do Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de León.



encontra-se com o Presidente da República do Chipre, Tassos Nikolaou Papadopoulos, em Nicósia.

Dia 16 • O Presidente da República visita a Força Nacional destacada no Líbano.



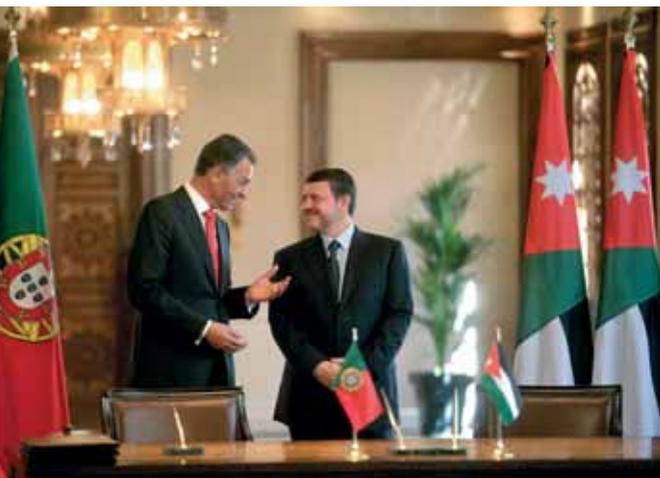
16 de Fevereiro de 2008. Visita à Força Nacional destacada no Líbano.

Dias 16 a 18 • Visita Oficial do Presidente da República e da Dr.^a Maria Cavaco Silva ao Reino da Jordânia.

Dias 22 e 23 • Visita do Presidente da República aos Concelhos de Penafiel,

Ribeira de Pena, Boticas e Lamego.

Dia 25 • O Presidente da República assiste ao espectáculo que assinala os 50 anos de carreira de Simone de Oliveira.



MARÇO 2008

Dia 01 • O Presidente da República preside às Cerimónias Comemorativas do 205º Aniversário do Colégio Militar.

Dia 06 • O Presidente da República e a Dr.^a Maria Cavaco Silva iniciam uma visita de três dias ao Brasil, por ocasião das Comemorações dos 200 Anos da Chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro.

7 e 8 de Março de 2008. Comemorações do Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Rio de Janeiro.





Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino

Design Gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

*Da presente Edição
fez-se uma tiragem de 3.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de Imprimir-se em Abril de 2008
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

Edição nº 1015383

ISBN
978-972-27-1676-5

Depósito Legal
257726/08